UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DAS IFRS SOBRE A CONFORMIDADE
FINANCEIRA E FISCAL DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS**

Patrícia de Souza Costa

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Broedel Lopes

SÃO PAULO

2012

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Júnior
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Luís Eduardo Afonso
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

PATRÍCIA DE SOUZA COSTA

**IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DAS IFRS SOBRE A CONFORMIDADE
FINANCEIRA E FISCAL DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS**

Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Brodel Lopes

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Costa, Patrícia de Souza

Implicações da adoção das IFRS sobre a conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras / Patrícia de Souza Costa. -- São Paulo, 2012. 197 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012.

Orientador: Alexsandro Broedel Lopes.

1. Contabilidade tributária 2. Contabilidade societária 3. Contabilidade internacional I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade II. Título.

CDD – 657.46

**À aquele que não tem um nome, mas muitos,
e que é a Origem de todos nós.**

**À memória de meu pai,
Joaquim Caetano da Costa,
cujo exemplo de vida procuro seguir,
enquanto aguardo o reencontro na Eternidade.**

**À minha mãe,
Maria José Sousa Costa,
pelo privilégio de ser sua filha.**

A vida abençoou-me com inúmeros mestres e influências orientadoras e, cada um à sua maneira, contribuiu para eu escrever esta tese. Entre eles, estão os meus pais, Joaquim e Maria, que me alimentaram com seu amor, confiança e sacrifício, e os meus irmãos, laços eternos de amizade e de carinho. Sou muito grata a todos os membros da minha família, meu porto seguro, em especial, aos meus sobrinhos e afilhados, que acalentam o meu espírito com alegria, entusiasmo e vida em abundância.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Prof. Dr. Alexsandro Broedel Lopes por sua orientação segura e inestimável e por me guiar nos caminhos ardilosos, criativos e fascinantes da pesquisa.

Agradeço, também, aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da FEA-USP pelos preciosos ensinamentos transmitidos durante o curso e aos colegas das turmas do mestrado e doutorado que me presentearam com a alegria animadora e a troca de experiência. Em especial, agradeço à Kelly Teixeira R. Farias, ao Manoel Raimundo S. Farias e à Nálbia de Araújo Santos pelo encorajamento e amizade sincera e à Diana Lucia de Almeida, Paulo César da S. S. de Souza e Pedro Henrique de Barros, irmãos de coração, por me aceitarem sem reservas.

A USP fornece o suporte e o ambiente propícios para a realização de pesquisas. Meus sinceros agradecimentos aos servidores e funcionários da FEA-USP, do Coseas e da Jardinagem da linda USP. Agradeço, também, às amigas do alojamento eventual da USP, principalmente, à Kátia, pela companhia e amizade sincera.

Aos mestres, Prof. Dr. Arthur Ridolfo, Prof. Dr. Eliseu Martins, Prof. Dr. Iran Siqueira Lima, Prof. Dr. Roberto Quiroga Mosquera e Prof. Dr. William Eid Junior que aceitaram participar da banca do doutorado e contribuíram com valiosas críticas e sugestões.

Desde o início a Universidade Federal de Uberlândia e a Faculdade de Ciências Contábeis da UFU apoiaram e incentivaram a minha decisão de realizar o doutorado. O afastamento integral e a bolsa Pro-doutoral da Capes foram essenciais para a conclusão deste curso.

Agradeço, também, às minhas amigas Carmem, Valéria e Ednalva pela amizade sem fronteiras e as amigas Ângela, Cidinha, Fernanda e a Miriam pelo incentivo semanal.

E, por último, mas sempre em primeiro lugar, minha gratidão eterna à Kim pela companhia diária e incondicional e ao Cristiano Mundim Alves por me ajudar a compreender os verdadeiros motivos de estarmos neste mundo: aprender a amar e evoluir espiritualmente.

E, naturalmente, ao meu Anjo Guardião pela iluminação, inspiração e aconselhamentos.

***“Eu quase nada sei,
mas desconfio de muita coisa”***

Guimarães Rosa

RESUMO

A normas contábeis e fiscais são os principais determinantes do nível de conformidade financeira e fiscal (CFF) e da qualidade das informações contábeis. Diante disso, a Lei n. 11.638/07 legitimou no Brasil o processo de adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), uma vez que essas normas são consideradas internacionalmente como de maior qualidade. Dentre os objetivos dessa Lei estão a melhora da qualidade das informações financeiras publicadas e a redução da influência da legislação fiscal nas normas contábeis. No entanto, a relação causal entre adoção das IFRS e redução do nível de CFF não é consenso na literatura. Além disso, um menor nível de CFF não está comprovadamente relacionado a melhora na qualidade dos números contábeis. Diante desse contexto, o objetivo do trabalho é investigar os efeitos da adoção da Lei n. 11.638/07 e da convergência com as IFRS no nível de conformidade financeira e fiscal e na qualidade das informações financeiras das companhias abertas brasileiras. A tese proposta é de que a promulgação da Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS impuseram às companhias abertas brasileiras a redução do nível de conformidade financeira e fiscal para que divulguem informações contábeis de qualidade superior. A metodologia utilizada envolve regressões para dados em painel. A amostra é composta por companhias abertas brasileiras com informações divulgadas na base de dados Economatica no período de 1995 a 2010. Os resultados sugerem que a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS reduziram o nível de CFF e que a redução desse nível aumentou a tempestividade dos resultados. Infere-se que a redução do nível de CFF melhorou a qualidade das informações contábeis divulgadas pelas companhias abertas brasileiras. Essa melhora foi gradativa, indicando uma curva de aprendizagem ao longo do período de adoção. Os resultados dos testes para a adoção voluntária da Lei n. 11.638/07 e das IFRS contrastam com as evidências apresentadas na literatura uma vez que sugerem que a adoção voluntária dessas normas não afetou o nível de CFF e a tempestividade dos resultados.

ABSTRACT

Accounting and fiscal standards are the main determinants of book-tax conformity and accounting information quality. In this respect, Law No 11.638/07 legitimized the adoption process of the International Financial Reporting Standards (IFRS) in Brazil, as these are internationally considered top-quality. The aims of this Law include the improvement of published financial information quality and the reduction of tax legislation's influence on accounting standards. The causal relation between IFRS adoption and reduction in the level of book-tax conformity is not a consensus in literature though. Besides, no proof exists for the relation between a lower book-tax conformity level and accounting information quality improvements. In this context, this research aims to investigate the effects of the adoption of Law No 11.638/07 and IFRS convergence on the book-tax conformity level and the financial information quality Brazilian publicly traded companies. The proposed thesis is that the issuing of Law No 11.638/07 and IFRS convergence imposed to the Brazilian publicly traded companies a reduction in the book-tax conformity level with a view to enhanced earnings informativeness. The applied method involves panel data regressions. The sample comprises Brazilian publicly traded companies whose data for the period from 1995 till 2010 is available in the Economática database. The results suggest that the compulsory adoption of Law No 11.638/07 and IFRS convergence reduced the book-tax conformity levels, which in turn increased the timeliness of results. It is inferred that the reduction in book-tax conformity levels improved the accounting information quality in Brazilian publicly traded companies' disclosure. This improvement was gradual, indicating a learning curve across the adoption period. Test results for the voluntary adoption of Law No 11.638/07 and the IFRS contrast with literature evidence, which suggest that the voluntary adoption of these standards did not affect the book-tax conformity level and timeliness of results.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE QUADROS	6
1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Motivações do Estudo	12
1.2 Questões de Pesquisa	15
1.3 Objetivos	16
1.4 Hipóteses da Pesquisa	17
1.5 Tese Proposta	19
1.6 Contribuições da Pesquisa	20
1.7 Estrutura do Trabalho	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Regulação	23
2.1.1 Teorias da regulação	26
2.1.1.1 Teoria do interesse público da regulação	27
2.1.1.2 Teoria econômica da regulação	31
2.1.1.3 Teoria ideológica da regulação	34
2.1.1.4 Teoria tridimensional	37
2.1.2 Estratégias de regulação	38
2.1.3 Princípios ou regras?	39
2.1.4 Regulação da contabilidade	44
2.1.5 Os PCGA e a qualidade dos números contábeis	49
2.2 Conformidade Financeira e Fiscal	57
2.2.1 Potenciais custos e benefícios da CFF	62
2.2.2 Fatores determinantes do nível de conformidade financeira e fiscal	65
2.2.2.1 Legislação	66
2.2.2.2 Monitoramento	70
2.2.2.3 Rentabilidade	80
2.2.2.4 Características institucionais	82
2.3 Ambiente Econômico e Financeiro no Brasil	86
2.3.1 Sistema contábil brasileiro antes da Lei n. 11.638/07	87
2.3.2 Sistema contábil brasileiro após a aprovação da Lei n. 11.638/07	91
2.3.3 Transição gradual	96
2.3.4 Lucro contábil e lucro tributável	99
2.3.5 Pesquisas sobre a Lei n. 11.638/07 e o processo de convergência	106
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	113
3.1 Tipologia do Estudo	113
3.2 Testes Econométricos	114
3.3 Modelo de Conformidade Financeira e Fiscal	117
3.3.1 Variáveis dependentes	119
3.3.2 Variáveis de teste	120
3.3.3 Variáveis de controle	122
3.4 Modelo de Poder Informativo dos Números Contábeis	126
3.5 Seleção da Amostra	128
4 RESULTADOS DA PESQUISA	131
4.1 Resultados para o Modelo de Conformidade Financeira e Fiscal	131
4.1.1 Variável dependente <i>DT</i>	140

4.1.2	Variável dependente <i>DP</i>	145
4.1.3	Variável dependente <i>DTE</i>	148
4.1.4	Aderência dos resultados do MCFF às hipóteses de pesquisa	151
4.2	Resultados para o Modelo de Poder Informativo	152
4.3	Análise de Sensibilidade	158
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
5.1	Conclusões	159
5.2	Limitações da Pesquisa	161
5.3	Sugestões para Pesquisas Futuras	164
	REFERÊNCIAS	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA: Associação Brasileira das Companhias Abertas
 ADR: *American Depositary Receipt*
 ADT: Diferença Anormal entre o Resultado Financeiro e o Resultado Tributável
 AICPA: *American Institute of Certified Public Accountants*
 APIMEC NACIONAL: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
 AVP: Ajuste a Valor Presente
 BACEN: Banco Central do Brasil
 BM&FBOVESPA: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
 BTD: *Book-tax Difference*
 CADE: Conselho Administrativo de Defesa Econômica
 CFC: Conselho Federal de Contabilidade
 CFF: Conformidade Financeira e Fiscal
 CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis
 CRL: Coeficiente de Resposta do Lucro
 CSLL: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
 CTN: Código Tributário Nacional
 CVM: Comissão de Valores Mobiliários
 DFP: Demonstrações Financeiras Padronizadas
 DP: Diferença Permanente entre o Lucro Contábil e o Lucro Tributável
 DT: Diferença entre o Lucro Contábil e o Lucro Tributável
 DTE: Diferença Temporária entre o Lucro Contábil e o Lucro Tributável
 EA: Modelo de Efeitos Aleatórios
 EF: Modelo de Efeitos Fixos
 ERC: *Earnings Response Coefficient*
 FASB: *Financial Accounting Standards Board*
 FIPECAFI: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras
 IAN: Informações Anuais
 IAS: *International Accounting Standards*
 IASB: *International Accounting Standards Board*
 IBRACON: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
 ICPC: Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
 IFAC: *International Federation of Accountants*
 IFRS: *International Financial Reporting Standards*
 IOPC: Índice de Observância às Práticas de Convergência
 IRPJ: Imposto de renda da Pessoa Jurídica
 IRS: *Internal Revenue Service*
 LAIR: Lucro antes do Imposto de Renda
 LALUC: Livro de Apuração do Lucro Contábil
 LALUR: Livro de Apuração do Lucro Real
 LIFO: *Last In, Last Out*,
 MCFF: Modelo de Conformidade Financeira e Fiscal
 MPI: Modelo de Poder Informativo
 NBC: Normas Brasileiras de Contabilidade
 NDGC: Níveis Diferenciados de Governança Corporativa
 NDT: Diferença Normal entre o Resultado Financeiro e o Resultado Tributável
 NE: Notas Explicativas

OCPC: Orientações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis

OLS: *Ordinary Least Squares*

OSCIP: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PCGA: Princípios Contábeis Geralmente Aceitos

PCLD: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

PREVIC: Superintendência Nacional de Previdência Complementar

ROA: Retorno sobre o Ativo

RTT: Regime Tributário de Transição

SEBRAE: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SRF: Secretaria da Receita Federal do Brasil

SUSEP: Superintendência de Seguros Privados

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Apuração da alíquota efetiva de imposto de renda.....	120
Tabela 2 – Especificação das variáveis de teste	121
Tabela 3 – Composição da amostra do estudo	128
Tabela 4 – Estatística descritiva das variáveis contínuas	132
Tabela 5 – Proporção das variáveis binárias	133
Tabela 6 – Matriz de correlação de <i>Pearson</i> - 1996-2007	135
Tabela 7 – Matriz de correlação de <i>Pearson</i> – 2008-2010	136
Tabela 8 – Matriz de correlação de <i>Pearson</i> – 1996-2010	137
Tabela 9 – Testes de <i>Chow</i> , <i>LM</i> e <i>Hausman</i> - <i>LS</i>	139
Tabela 10 – Testes de <i>Chow</i> , <i>LM</i> e <i>Hausman</i> - <i>LS7</i> , <i>LS8</i> , <i>LS9</i> , <i>IFRS</i>	139
Tabela 11 – Resultados das regressões com a variável dependente <i>DT</i>	141
Tabela 12 – Resultados das regressões com a variável dependente <i>DT</i>	142
Tabela 13 – Intervalos de confiança inferior e superior – EA Tabela 11.....	143
Tabela 14 - Resultados das regressões com a variável dependente <i>DP</i>	146
Tabela 15 - Resultados das regressões com a variável dependente <i>DP</i>	147
Tabela 16 – Intervalos de confiança inferior e superior – EA Tabela 14.....	148
Tabela 17 - Resultados das regressões com a variável dependente <i>DTE</i>	149
Tabela 18 - Resultados das regressões com a variável dependente <i>DTE</i>	150
Tabela 19 – Intervalos de confiança inferior e superior – EA Tabela 17.....	151
Tabela 20 – Estatística descritiva das variáveis contínuas do MPI.....	153
Tabela 21 – Matriz de correlação de <i>Pearson</i> - 1996-2007	154
Tabela 22 – Matriz de correlação de <i>Pearson</i> – 2008-2010	154
Tabela 23 – Matriz de correlação de <i>Pearson</i> – 1996-2010	155
Tabela 24 – Testes de <i>Chow</i> , <i>Hausman</i> e Breusch e Pagan.....	155
Tabela 25 – Resultados das regressões para dados em painel MPI - <i>LS</i>	156
Tabela 26 – Resultados das regressões para dados em painel MPI – <i>DT</i> , <i>DP</i> e <i>DTE</i>	157
Tabela 27 – Divulgação do imposto de renda e do lucro tributável.....	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pronunciamentos e Orientações Técnicas do CPC – vigência a partir de 2008	96
Quadro 2 – Pronunciamentos do CPC – vigência 2010	97
Quadro 3 – Orientações e Interpretações Técnicas do CPC – vigência 2010	98
Quadro 4 – Testes para modelos para dados em painel	116
Quadro 5 – Descrição das variáveis do MCFF	118
Quadro 6 – Descrição das variáveis do MPI	127

1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento do mercado de capitais e a quebra das barreiras comerciais, a idéia de adotar uma linguagem comum para os relatórios financeiros possibilitando a comparabilidade internacional tornou-se muito difundida. A adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) foi a abordagem escolhida pela Europa e por outros países para unificar a linguagem das informações financeiras¹. Atualmente, mais de cem países requerem ou permitem que suas empresas preparem as suas demonstrações contábeis usando as IFRS (DELOITTE, 2011). A utilização de um único conjunto de normas² facilitaria a comparação do desempenho financeiro das empresas em diferentes países, o que aumentaria a eficácia da competição por fundos internacionais e tornaria os mercados de capitais internacionais mais eficientes, reduzindo o custo de capital para as empresas. Esses benefícios esperados são baseados na premissa de que a obrigatoriedade de utilização das IFRS aumenta a transparência e melhora a qualidade dos relatórios financeiros (JEANJEAN; STOLOWY, 2008). Dentre os indicadores dessa melhora, apresentados na literatura científica, estão: a redução no gerenciamento de resultados; a redução nas atividades de evasão fiscal; maior persistência dos lucros; maior tempestividade dos resultados; maior relevância das informações contábeis na precificação de ações e a redução no nível de conformidade financeira e fiscal (CFF),³ (ver, por exemplo, HANLON; SHEVLIN, 2005; BARTH *et al*, 2008; BOWRIN, 2008; DASKE *et al*, 2008; GJERDE *et al*, 2008; CHAN *et al*, 2010). Dessa forma, apesar do dissenso entre os pesquisadores, as IFRS são consideradas, pelo menos em parte, padrões contábeis de maior qualidade, uma vez que a adoção dessas normas pode melhorar a qualidade das informações financeiras publicadas pelas empresas (BOWRIN, 2008; GJERDE *et al*, 2008).

No entanto, a adoção das IFRS não é, universalmente, vista como uma panacéia porque a convergência é um processo complexo influenciado por diferenças políticas, culturais e regulamentares que, muitas vezes, geram incerteza significativa e resistência (REZAEI *et al*,

¹ Por exemplo, Brasil, França, Alemanha, Canadá, Chile e Rússia estão entre os países que adotaram as IFRS (DELOITTE, 2011).

² As expressões ‘normas contábeis’ e ‘padrões contábeis’ são usadas como sinônimos na presente pesquisa.

³ São termos sinônimos de conformidade financeira e fiscal: conexão entre as normas financeiras e as fiscais; alinhamento entre o lucro contábil e o lucro tributável; vinculação entre as normas societárias e fiscais e influência da legislação fiscal nas normas contábeis. Nas pesquisas publicadas em língua inglesa o termo usado é *book-tax conformity*.

2010). De acordo com Kothari *et al* (2010), a regulação é uma das formas de evitar a produção de Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGA) de baixa qualidade, desde que três pré-requisitos sejam cumpridos: baixo nível de CFF; a promulgação de leis eficazes e alto poder de coerção legal (KOTHARI *et al*, 2010). Nesse sentido, a adoção de padrões contábeis de maior qualidade pode ser uma condição necessária para a aquisição de informações de alta qualidade, mas não é, necessariamente, suficiente (BALL *et al*, 2003). A estrutura legal, a observância dos direitos dos investidores, a importância do mercado de capitais, a efetividade do processo de coerção legal e o nível de CFF são fatores que, também, podem influenciar a qualidade das informações contábeis, bem como retardar ou impossibilitar a adoção das IFRS (ATWOOD *et al*, 2010). No Brasil, por exemplo, apesar do movimento de convergência dos padrões brasileiros de contabilidade com as IFRS ter iniciado, de forma indireta, há mais de uma década, somente pôde ser efetivado após a promulgação da Lei n. 11.638/07⁴, que prevê a desvinculação das normas fiscais e societárias e torna obrigatória a convergência (SALOTTI *apud* PALHARES, 2011).

A Lei n. 11.638/07, em vigor a partir do primeiro dia de 2008, modifica a Lei n. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações-LSA), principalmente em suas disposições de natureza contábil e alguns ajustes relativos à tributação e de outra natureza (IUDÍCIBUS *et al*, 2008). Essa lei legitimou o processo de convergência contábil, a desvinculação das normas societárias e fiscais, a redução da interferência governamental na emissão de normas societárias e os poderes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para elaborar pronunciamentos visando essa convergência.

Ressalte-se que as primeiras ações para a convergência contábil no Brasil foram dadas antes da vigência da Lei n. 11.638/07. Primeiramente, em 2005, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com os objetivos de promover a convergência internacional das normas contábeis e centralizar a emissão de normas dessa natureza no Brasil (CFC, 2005). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central do Brasil (BACEN) procuraram emitir, voluntariamente, padrões semelhantes aos internacionais (SALOTTI *apud* PALHARES, 2011), sendo que o BACEN, por meio do Comunicado n. 14.259/06, obrigou as instituições financeiras, sob sua regulação, a adotarem as IFRS até o ano de 2010. Assim, o processo de convergência contábil iniciado em 2006 para os

⁴ Lei n. 11.638/07, nova lei e nova lei societária são termos sinônimos nesta pesquisa.

intermediários financeiros com a supervisão do BACEN, se expandiu para as companhias abertas, em 2008, com a aprovação da Lei n. 11.638/07. A CVM optou por adotar uma estratégia de transição gradual para o novo padrão, incorrendo na conversão parcial com as IFRS nas demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras dos exercícios sociais de 2008 e 2009; e na conversão completa com as IFRS nas demonstrações financeiras dos exercícios findos a partir de 2010 (CVM, 2008).

A vinculação entre as normas fiscais e societárias, também conhecida como conformidade financeira e fiscal, é caracterizada pela ligação entre as normas societárias e as normas fiscais (HANLON *et al*, 2005). Logo, quanto maior o nível de CFF, menor a diferença entre o lucro contábil divulgado na demonstração de resultado publicada por uma empresa, e o lucro tributável declarado às autoridades fiscais (*DT*)⁵; por conseguinte, quanto menor o nível de CFF maior a *DT*. A CFF acontece quando a contabilidade financeira possui um duplo papel: fornecer informações relevantes e confiáveis para permitir que os seus usuários sejam capazes de prever os fluxos de caixa futuros e, ainda, calcular o lucro tributável, o que representa um dilema para os gestores (GONCHAROV; ZIMMERMANN, 2006). Se eles decidirem reduzir o valor presente dos impostos com o objetivo de impulsionar os fluxos de caixa, poderão, também, diminuir o lucro contábil e o poder informativo dos relatórios financeiros publicados. Por outro lado, a divulgação de um maior lucro contábil para acionistas, investidores e credores com o objetivo de reforçar o valor de mercado da empresa pode, igualmente, elevar o lucro tributável. Assim, muitas escolhas contábeis, gerenciais e operacionais dos gestores envolvem a ponderação dos incentivos fiscais para reduzir o lucro tributável, contra os incentivos financeiros para aumentar o lucro contábil. Dessa forma, a desvinculação das normas financeiras e fiscais torna-se indispensável para a convergência contábil por dois principais motivos: 1) as IFRS não coadunam com a interferência da legislação fiscal na contabilidade financeira; 2) para as IFRS cumprirem o objetivo de melhorar a qualidade das informações financeiras divulgadas pelas empresas, a contabilidade financeira precisa observar os PCGA, os quais não contemplam, pelo menos em parte, os objetivos da legislação fiscal.

Antes da aprovação da Lei n. 11.638/07, o sistema contábil no Brasil estava intimamente ligado à apuração do imposto de renda, configurando elevado nível de conformidade

⁵ Em língua inglesa, o termo usado é *book-tax-difference* (BTD). Resumidamente, pode-se dizer, apenas, diferença entre o resultado financeiro e o resultado fiscal.

financeira e fiscal. A Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF), por meio do Decreto-Lei n. 1.598/77, vinculou a legislação fiscal à legislação societária (Lei n. 6.404/76), ao estabelecer a apuração do lucro tributável a partir do lucro contábil considerando alguns ajustes definidos pela legislação tributária. Apesar de a Lei n. 6.404/76 prever que a escrituração contábil deveria ser efetuada com base nos PCGA e que as diferenças encontradas entre as legislações fiscais e societárias deveriam ser tratadas de forma extracontábil no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), havia uma influência fiscal indireta direcionando as empresas a não utilizarem os critérios contábeis. As empresas brasileiras, por vezes, abandonavam práticas contábeis consideradas mais adequadas sob o ponto de vista da contabilidade para não ter que, com isso, adiantar o pagamento de tributos (IUDÍCIBUS *et al*, 2010). A Lei n. 11.638/07 prevê a desvinculação das legislações fiscais e societária e a SRF, por meio da Medida Provisória n. 449/08, instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) com o objetivo de neutralizar os impactos tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos por essa nova lei societária. Desse modo, prevalece, até a promulgação de uma lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, a interpretação que assegure a neutralidade fiscal da adoção dos padrões internacionais de contabilidade.

Enquanto alguns autores encontram que o aumento do nível de CFF reduz o poder informativo do lucro contábil (por exemplo, HANLON *et al*, 2008; ATWOOD *et al*, 2010), outros autores argumentam que um baixo nível de CFF tem contribuído para a degradação dos lucros divulgados (por exemplo, DESAI, 2005; WHITAKER, 2005; 2006). Diante da possibilidade do nível de CFF afetar a qualidade das informações evidenciadas pelas empresas, é crescente o interesse acadêmico na identificação dos determinantes e dos efeitos da variação desse nível (por exemplo, CLOYD, 1995; GUENTHER *et al*, 1997; MILLS; NEWBERRY, 2001; MILLS *et al*, 2002; HANLON *et al*, 2005; 2008; GONCHAROV; ZIMMERMANN, 2006; FRISCHMANN *et al*, 2008; CHAN *et al*, 2010; COMPRIX *et al*, 2011). Da mesma forma que ainda não existe consenso na literatura contábil sobre a relação entre o nível de CFF e a melhoria da qualidade das informações financeiras, permanece o dissenso sobre a relação entre essa melhoria e a adoção das IFRS.

Daske *et al* (2008) analisaram os efeitos da adoção obrigatória das IFRS sobre a liquidez, o custo de capital e o q de Tobin utilizando uma amostra de empresas de 26 países. Esses

autores encontraram que, na média, a liquidez e o valor da empresa aumentam e o custo de capital reduz ao longo do tempo de introdução das IFRS. Além do mais, esses benefícios só ocorrem em países onde as empresas têm incentivos para serem transparentes e onde é forte a coerção legal, ressaltando a importância central de incentivos de evidenciação no nível da firma e de regimes de coerção ao nível país para a qualidade dos relatórios financeiros. No entanto, quando compararam casos de adoção voluntária com casos de imposição legal, esses autores encontraram que os efeitos no mercado de capital são mais pronunciados para empresas que adotaram, voluntariamente, as IFRS, tanto no ano em que as adotaram quanto depois, quando a adoção se tornou obrigatória.

Gassen e Sellborn (2006) identificaram significativas diferenças na qualidade dos lucros após a convergência: as companhias abertas alemãs que adotaram, voluntariamente, as IFRS têm lucros mais persistentes, menos previsíveis e, condicionalmente, mais conservadores. Barth *et al* (2008) constataram que uma amostra de empresas de 21 países que aderiram, voluntariamente, às IFRS exibiram níveis mais baixos de gerenciamento de resultado e maior tempestividade no reconhecimento de perdas em comparação com as empresas que usaram PCGA locais. Por outro lado, outros pesquisadores (por exemplo, VAN TENDELOO; VANSTRAELEN, 2005; JEANJEAN; STOLOWY, 2008) não encontraram diferenças no gerenciamento de lucros entre empresas que adotaram, voluntariamente, IFRS e aquelas que não o fizeram. Ball *et al* (2003) mostram que a qualidade dos relatórios financeiros (representada pela tempestividade no reconhecimento do resultado econômico, particularmente perdas) não é maior quando as empresas adotam obrigatoriamente um determinado padrão. Os resultados das pesquisas já realizadas no Brasil sobre o impacto da Lei n. 11.638/07 e da convergência com as IFRS nos números contábeis, também, são contraditórios (ver, por exemplo, SANTOS; CALIXTO, 2010; VIEIRA, 2010; SANTOS *et al*, 2011).

Shackelford citado por Moehrle *et al* (2009) clama por mais pesquisas sobre questões relacionadas à CFF, principalmente em países como o Brasil, com forte ligação entre o lucro contábil e o lucro tributável. Isto, e a falta de consenso na literatura sobre o impacto da adoção das IFRS na qualidade dos relatórios financeiros, principalmente em países de direito romano, configuram o Brasil num cenário interessante para realizar pesquisas que busquem verificar a efetividade dessas normas na desvinculação das normas financeiras e fiscais e, por

consequente, na melhoria da qualidade das informações contábeis. Além disso, a possibilidade de comparar os números contábeis em períodos de adoção voluntária e obrigatória das IFRS pode contribuir, significativamente, para esta linha de pesquisa.

1.1 Motivações do Estudo

Um estudo realizado em 2007 pela *International Federation of Accountants* (IFAC) revela que a convergência para um único conjunto de normas internacionais de contabilidade é fundamental para o desenvolvimento econômico, uma vez que dos 143 líderes de 91 países que participaram da pesquisa, 90% consideram a conformidade com as IFRS ‘muito importante’ ou ‘importante’ para o crescimento econômico em seus países (REZAEE *et al*, 2010; AICPA, 2011). O *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA, 2011), também, suporta o movimento atual em direção a convergência e o uso das IFRS para relatórios financeiros, embora reconheça que mudanças precisam ocorrer na auditoria, na regulamentação e no ambiente legal. Mais de 120 países estão comprometidos com a adoção das IFRS; os países europeus, incluindo Reino Unido, França, Alemanha e Espanha, adotaram as IFRS desde 2005, para as demonstrações financeiras consolidadas; apesar da incerteza, nos Estados Unidos a adoção integral das IFRS pode ocorrer em 2014 ou 2015 (GELBCKE, 2010; YOUNGLAI, 2010; DELOITTE, 2011).

A crescente aceitação e o reconhecimento das IFRS como um conjunto único de normas globais de contabilidade têm incentivado reguladores e pesquisadores a avaliar o processo de convergência. Como as IFRS exigem maior evidenciação do que os padrões contábeis nacionais, os problemas de agência e a assimetria de informação devem diminuir após a adoção das IFRS nesses países (HOPE *et al*, 2006). Em países com forte regime de evidenciação financeira, como os Estados Unidos, a adoção das IFRS pode fornecer maior uniformidade e transparência que podem, por sua vez, gerar eficiência ao mercado e o desenvolvimento econômico (*Ibid.*, 2006). Dado que todos os países podem se beneficiar com o movimento de adoção das IFRS por meio da exigência de evidenciação ou transparência nos relatórios financeiros, ainda permanece o dissenso entre os pesquisadores sobre os efeitos dessa adoção na qualidade das informações financeiras publicadas pelas empresas.

Os desafios do uso das IFRS, como padrão contábil global, estão relacionados à cultura de um país e aos sistemas jurídicos e políticos, bem como com a formação educacional, à vinculação entre as normas financeiras e fiscais e ao processo de implementação das IFRS. Reguladores e normatizadores enfrentam o desafio de conciliar as diferenças culturais, políticas e jurídicas, a fim de por em prática e fazer cumprir as IFRS. As empresas e os auditores precisam ajustar os procedimentos para uma estrutura baseada em princípios que exija mais julgamento e menos dependência às regras. Além disso, a educação e a formação de pessoal para compreender e aplicar as IFRS pode ser, inicialmente, considerada dispendiosa para as empresas e os auditores. Outro desafio para as empresas é a coordenação e a reconciliação entre a contabilidade fiscal de acordo com as regras das IFRS e os relatórios financeiros em conformidade com as IFRS, que exige a resolução das diferenças permanentes e temporárias entre o lucro tributável e o lucro contábil. Outra barreira a ser superada é a mudança de processos existentes; como educadores e profissionais têm utilizado os padrões nacionais por muitos anos podem resistir à mudança, devido ao conforto com as normas contábeis que aprenderam na escola ou no trabalho (NIYAMA, 2005).

A magnitude desses desafios pode variar entre os países, podendo provocar diferenças nos impactos da adoção das IFRS na qualidade das informações financeiras. Nesse contexto, a aprovação da Lei n. 11.638/07 e a obrigatoriedade da convergência dos padrões brasileiros de contabilidade às IFRS configuram um cenário interessante para: (1) verificar se houve mudança no nível de CFF após a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e das IFRS, (2) identificar se essa mudança é diferente quando a adoção da Lei n. 11.638/07 é voluntária ou obrigatória e (3) verificar se essa possível alteração no nível de CFF afeta a qualidade das informações financeiras divulgadas pelas companhias abertas brasileiras.

Analisar os efeitos da adoção das IFRS na CFF e na qualidade das informações financeiras publicadas pelas companhias abertas brasileiras é significativo por três principais motivos. Primeiramente, o Brasil é uma economia em transição e “será uma das economias mais influentes nos próximos anos, pois vem crescendo muito e rapidamente. Dessa maneira, é fundamental a adoção das IFRS” (TWEEDIE *apud* ALVES, 2010, p. 1). Esse autor, ainda, acrescenta que a implementação de um sistema unificado é imprescindível para tornar as demonstrações financeiras mais compreensíveis e gerar confiança quanto à saúde financeira das empresas. Com a estabilidade econômica e financeira, a inflação sob controle, o setor

financeiro desenvolvido e o mercado de capitais em forte desenvolvimento, o Brasil apresenta um contexto adequado para por em prática e usufruir dos benefícios do processo de convergência (BRUCE, 2010). A unificação da linguagem contábil, entre outros benefícios, permite alicerçar as negociações entre as nações, incrementando o comércio entre elas, e melhorar a qualidade da informação contábil, o que reduz o custo de capital, estimula a criação de novas empresas e/ou expansão daquelas já existentes e torna o mercado internacional mais acessível para as empresas brasileiras (CPC, 2008).

Em segundo lugar, as mudanças introduzidas na contabilidade por meio da Lei n. 11.638/07 possibilitaram a progressiva separação da contabilidade financeira e da tributária, bem como a convergência das normas contábeis brasileiras às IFRS. Essas alterações, incorporadas de maneira voluntária ou obrigatória, podem representar uma melhora na qualidade dos padrões contábeis brasileiros e, conseqüentemente, o aumento da qualidade das informações evidenciadas pelas empresas (BRUCE, 2010). Essa melhoria é um passo essencial no desenvolvimento de um país, uma vez que possibilita a atração de investimentos reduzindo o custo de capital e fornecendo acesso aos mercados internacionais (*Ibid.*, 2010).

Em terceiro lugar, as evidências de estudos recentes sugerem que os efeitos da adoção das IFRS na qualidade das informações contábeis são distintos em países emergentes e em países desenvolvidos, uma vez que a utilidade dessas informações é menor em mercados emergentes (FERNANDES; FERREIRA, 2008; ZHOU *et al*, 2009). Por sua vez, a melhoria da qualidade dessas informações quando da adoção das IFRS é menos pronunciada em países emergentes quando comparadas com países desenvolvidos. Assim, testar se a adoção da Lei n. 11.638/07 e das IFRS afetaram o nível de CFF e a qualidade das informações contábeis divulgadas pelas companhias abertas brasileiras pode contribuir na corroboração ou desmistificação dessas evidências.

Em resumo, a adoção das IFRS e da Lei n. 11.638/07, de maneira voluntária ou obrigatória, pode alterar o nível de CFF e a qualidade dos relatórios financeiros publicados pelas companhias abertas brasileiras, visto que a variação desse nível é dependente do grau de semelhança entre as normas contábeis e fiscais e do grau de influência da legislação tributária sobre o sistema contábil de uma empresa. Dentro dessa mesma temática, surge, também, a discussão sobre o impacto do nível de CFF na qualidade dos relatórios financeiros à medida

que não existe consenso na literatura de que a qualidade desses relatórios aumenta quando o nível de CFF diminui.

1.2 Questões de Pesquisa

No conjunto de finalidades da Lei n. 11.638/07 estão, reduzir a influência da legislação fiscal nas normas contábeis e fortalecer o mercado de capitais por meio da implementação de normas contábeis e de auditoria internacionalmente reconhecidas (KPMG, 2008). Esses objetivos derivam do desejo subjacente de melhorar a qualidade das informações financeiras fornecidas para os usuários da contabilidade (IUDÍCIBUS *et al*, 2010; SALOTTI *apud* PALHARES, 2011). Assim, infere-se que a redução da conformidade financeira e fiscal (CFF) e a convergência com as IFRS implicam melhora da qualidade das informações contábeis.

A Lei n. 11.638/07 possibilitou a convergência com as IFRS. Esses padrões supostamente aumentam a qualidade dos relatórios financeiros (BOWRIN, 2008; GJERDE *et al*, 2008), já que são baseados em princípios (SEC, 2007), reduzem a suavização dos lucros (BARTH *et al*, 2008; ZHOU *et al*, 2009), aumentam a tempestividade no reconhecimento de perdas (BARTH *et al*, 2008) e aumentam a comparabilidade das demonstrações financeiras (DEFOND *et al*, 2011).

No entanto, existem controvérsias na literatura quanto à relação positiva entre a adoção das IFRS e a melhora na qualidade dos relatórios financeiros (VAN TENDELOO; VANSTRAELEN, 2005; JARVA; LANTTO, 2010) e a redução do nível de conformidade financeira e fiscal (SODERSTROM; SUN, 2007; ATWOOD *et al*, 2010a), principalmente, em países de direito romano (ARMSTRONG *et al*, 2010; DEVALLE *et al*, 2010). Além disso, também existe dissenso, na literatura, se um menor nível de conformidade financeira e fiscal melhora a qualidade das informações contábeis (DESAI, 2005; WHITAKER, 2005; 2006; HANLON *et al*, 2008).

Nesse sentido, pesquisas recentes realizadas no Brasil buscam identificar os impactos da adoção da Lei n. 11.638/07 e das IFRS nos números contábeis (por exemplo, FUTURA *et al*,

2010; SANTOS; CALIXTO, 2010, SANTOS, 2011). Esses estudos analisam o impacto da Lei n. 11.638/07 e da convergência com as IFRS: (1) no comportamento do lucro líquido, do patrimônio líquido e no fluxo de caixa operacional das companhias abertas brasileiras (FURUTA *et al*, 2010; NOGUEIRA Jr. *et al*, 2010); (2) no conservadorismo contábil (SANTOS; CALIXTO, 2010; SANTOS, 2011; SANTOS *et al*, 2011) e (3) no gerenciamento de resultado, no reconhecimento oportuno de perdas e na relevância das informações contábeis (LIMA, 2010; VIEIRA, 2010). Ressalte-se que, exceto Santos (2011), essas pesquisas analisam, apenas, a primeira fase de adoção da Lei n. 11.638/07 e de convergência com as IFRS (exercícios de 2008 e 2009).

Entretanto, os resultados dessas pesquisas são contraditórios. Enquanto Santos *et al* (2011), utilizando a metodologia proposta por Basu (1997), sugerem não haver efeito da Lei n. 11.638/07 no conservadorismo condicional; para Santos e Calixto (2010) os resultados divulgados pelas companhias, após a adoção da Lei n. 11.638/07, são, em média, superiores aos apurados com a legislação societária anterior, confirmando o conservadorismo contábil brasileiro previsto por Gray. Lima (2010) encontrou aumento do conteúdo informacional das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as IFRS, constatando que a relevância da informação contábil aumentou na primeira fase de adoção dessas normas. No entanto, Vieira (2010) encontrou resultados conflitantes quanto ao reconhecimento oportuno de perdas.

Diante desse contexto, a questão principal desta pesquisa é: a adoção da Lei n. 11.638/07 e a convergência dos padrões brasileiros de contabilidade às IFRS afetaram o nível de conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras? Adicionalmente à questão principal buscou-se responder a seguinte questão: a variação no nível de conformidade financeira e fiscal afeta a qualidade dos relatórios financeiros publicados pelas companhias abertas brasileiras?

1.3 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é investigar os efeitos da adoção da Lei n. 11.638/07 e da convergência com as IFRS no nível de conformidade financeira e fiscal e na qualidade das informações financeiras das companhias abertas brasileiras.

Para o alcance desse propósito são traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar os efeitos da adoção obrigatória e voluntária da Lei n. 11.638/07 e da convergência às IFRS sobre os três tipos de diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável (total, permanente e temporária);
- b) identificar as variáveis de controle, outras variáveis que podem afetar o nível de CFF.
- c) identificar os efeitos da adoção da Lei n. 11.638/07 e da convergência às IFRS sobre a tempestividade dos resultados;
- d) verificar se o nível de CFF afeta a tempestividade dos resultados.

1.4 Hipóteses da Pesquisa

Um dos objetivos das mudanças introduzidas na legislação societária por meio da promulgação da Lei n. 11.638/07 e da convergência com as IFRS é reduzir a influência da legislação fiscal nas normas contábeis, gerando melhorias na qualidade das informações contábeis divulgadas para os investidores (IUDÍCIBUS *et al*, 2010). Contudo, a literatura nacional e internacional têm apresentado evidências contraditórias sobre a relação entre a adoção das IFRS e a melhora na qualidade das informações contábeis (por exemplo, BOWRIN, 2008; GJERDE *et al*, 2008; KOTHARI *et al*, 2010; REZAEE *et al*, 2010). Além do mais, não há consenso na literatura quanto à existência de uma relação causal entre a adoção das IFRS e a redução no nível de conformidade financeira e fiscal (CFF) e nem se um menor nível de CFF indica melhor qualidade dos números contábeis (por exemplo, DESAI, 2005; HANLON *et al*, 2005; WHITAKER, 2005; 2006; FRISCHMANN *et al*, 2008; HANLON *et al*, 2008; CHAN *et al*, 2010; COMPRIX *et al*, 2011). Diante dessas contradições, tem-se a primeira hipótese da pesquisa:

H1 - a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e das IFRS afetou, significativamente, o nível de conformidade financeira e fiscal, aumentando a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável das companhias abertas brasileiras.

Nesta primeira hipótese serão testados os três tipos de diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável: total, permanente e temporária; bem como as duas fases de adoção obrigatória das alterações introduzidas pela Lei n. 11.638/07 e das normas internacionais de contabilidade. Na primeira etapa, quatorze pronunciamentos do CPC deveriam ser, obrigatoriamente, observados na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 2008 e em 2009. A segunda fase de adoção das IFRS implica convergência total com os padrões internacionais de contabilidade. Ou seja, a adoção da Lei n. 11.638/07 e a convergência total com as IFRS tornaram-se obrigatórias para as demonstrações financeiras dos exercícios findos a partir de 2010.

O dissenso, também, surge na literatura quando o assunto é a adoção voluntária das IFRS. Enquanto alguns autores evidenciam maior qualidade dos relatórios financeiros publicados quando as empresas adotam, voluntariamente, as IFRS (por exemplo, BARTH *et al*, 2008) outros pesquisadores apontam que a qualidade dos relatórios financeiros não é maior quando as empresas adotam, obrigatoriamente, um determinado padrão (por exemplo, BALL *et al*, 2003; GUENTHER *et al*, 2009; AHMED *et al*, 2010). As companhias abertas brasileiras poderiam adotar voluntariamente a Lei n. 11.638/07 no ano de 2007, publicando as demonstrações contábeis totalmente de acordo com as normas IFRS. A adoção voluntária dessas normas pode ter afetado os três tipos de *DTs*: total, permanente e temporária. Para explorar esta questão é estabelecida a segunda hipótese de pesquisa:

H2 - a adoção voluntária da Lei n. 11.638/07 e das IFRS afetaram, significativamente, o nível de conformidade financeira e fiscal, aumentando a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável das companhias abertas brasileiras.

As hipóteses H1 e H2 têm o objetivo de testar os efeitos da Lei n. 11.638/07 e da convergência com as IFRS sobre o nível de CFF das companhias abertas brasileiras. O nível de CFF é utilizado, nesta pesquisa, como um indicador de qualidade das informações contábeis. Ou seja, um menor nível de CFF indica maior qualidade das informações contábeis publicadas pelas companhias abertas brasileiras, uma vez que indica menor influência da legislação fiscal nas normas societárias. Outro indicador usado para testar a qualidade dos

números contábeis é a tempestividade dos resultados. Assim, a próxima hipótese testa os efeitos da Lei n. 11.638/07 e da convergência com as IFRS na tempestividade dos resultados:

H3 - a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência total com as IFRS afetaram, significativamente, a qualidade dos relatórios contábeis divulgados pelas companhias abertas brasileiras, aumentando o grau de tempestividade dos resultados.

A última hipótese de pesquisa surge do dissenso entre os pesquisadores sobre o impacto da variação no nível de CFF na qualidade dos números contábeis. Nesta hipótese é testada a relação entre os três tipos de *DTs* (total, permanente e temporária) e a tempestividade dos resultados das companhias abertas brasileiras:

H4 - a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável está, positiva e significativamente, relacionada com a tempestividade dos resultados.

1.5 Tese Proposta

Nos países classificados como não legalistas (por exemplo, Grã-Bretanha e Estados Unidos), as demonstrações contábeis publicadas não contemplam regras tributárias, mas os países classificados como legalistas (Alemanha, Áustria e França) possuem um conjunto detalhado de procedimentos contábeis que atendem aos propósitos tributários, sendo as autoridades fiscais consideradas como usuários externos das demonstrações contábeis (NIYAMA, 2005; LIMA; NASCIMENTO, 2010). Para esses autores, o Brasil não chega ao extremo da Alemanha e da França, porém está longe do sistema legal de países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, ou seja, o sistema contábil brasileiro possui forte influência das normas tributárias e fraco poder de coerção, fatos que sugerem maior CFF e menor qualidade dos relatórios financeiros.

Recentes evidências sugerem que as informações contábeis são menos úteis em mercados emergentes como, por exemplo, Brasil e China (ZHOU *et al*, 2009), uma vez que esses mercados apresentam: menor transparência na divulgação do lucro; fraca coerção dos padrões

contábeis; fraco sistema legal; falta de infraestrutura da contabilidade e do mercado de capitais; forte interferência governamental no estabelecimento de padrões contábeis e elevada influência da legislação fiscal nos relatórios financeiros (NIYAMA, 2005; ZHOU *et al*, 2009). Além disso, nos países com fraco sistema jurídico e com fraco poder de coerção para fazer cumprir as leis, o gerenciamento de resultado é mais pronunciado e é menor a qualidade das informações financeiras divulgadas pelas empresas (DASKE *et al*, 2008).

As IFRS têm merecido atenção dos pesquisadores por, supostamente, apresentarem características inerentes aos padrões de maior qualidade (SEC, 2007; BOWRIN, 2008; BARTH *et al*, 2008; GJERDE *et al*, 2008; ZHOU *et al*, 2009). Todavia, a alta qualidade das IFRS é controversa, principalmente, em países com alto nível de CFF e fraco sistema legal, como, por exemplo, o Brasil (VAN TENDELOO; VANSTRAELEN, 2005; DASKE *et al*, 2008; JEANJEAN; STOLOWY, 2008; VIEIRA, 2010).

Dessa forma, a tese proposta é: a promulgação da Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS impuseram às companhias abertas brasileiras a redução do nível de conformidade financeira e fiscal para que divulguem informações contábeis de qualidade superior.

1.6 Contribuições da Pesquisa

A promulgação da Lei n. 11.638/07 e a adoção das IFRS são úteis: (1) para investidores internacionais se beneficiarem de informações financeiras comparáveis; (2) para as empresas reduzirem a complexidade e melhorarem a comparabilidade e a qualidade de seus relatórios financeiros; (3) para auditores opinarem com base em um conjunto de normas contábeis globalmente aceitas; (4) para educadores no ensino de um conjunto único de padrões de maior qualidade; (5) reguladores e normatizadores concentrarem a emissão de normas em um único órgão emissor de normas contábeis no Brasil (o CPC), sem a interferência do governo e da legislação fiscal. Esses benefícios, pelo menos em parte, partem da premissa de que, após a adoção da Lei n. 11.638/07 e das IFRS, o nível de conformidade entre as normas societárias e fiscais reduziu e a qualidade dos relatórios financeiros aumentou. Dessa forma, a principal contribuição deste estudo é testar, empiricamente, essa premissa, avaliando os principais efeitos da adoção dessas duas normas.

As evidências desta pesquisa podem ser úteis para os órgãos reguladores de mercado ou responsáveis pela normatização dos padrões contábeis avaliarem a efetividade das normas emitidas com o objetivo de reduzir o nível de CFF. Esses resultados, também, são importantes para o mercado em geral, principalmente para investidores, analistas, acionistas minoritários e auditores, que, presumivelmente, avaliam a qualidade dos lucros e o impacto do nível de CFF e dos padrões contábeis nos relatórios financeiros ao tomar decisões. Se os usuários externos estão cientes de que os relatórios contábeis de uma determinada empresa possuem alta influência da legislação fiscal, então eles, também, deveriam investigar a qualidade desses relatórios. Os acionistas e os gestores podem se beneficiar dos resultados desta pesquisa ao compreenderem que o nível de conformidade financeira e fiscal pode afetar a qualidade dos relatórios financeiros e o valor da empresa.

Este estudo contribui para a literatura contábil em pelo menos três dimensões. Primeiro, ele documenta a efetividade dos padrões contábeis que possuem o objetivo de reduzir a CFF e compara os efeitos da adoção voluntária ou obrigatória aos padrões contábeis no nível de CFF e na qualidade dos relatórios financeiros, uma área carente de pesquisas no Brasil. Segundo, contribui para a linha de pesquisa que examina o dilema contábil fiscal (por exemplo, LYS; SOO, 1995; GUENTHER *et al*, 1997; MILLS, 1998; MILLS; SANSING, 2000; MILLS; NEWBERRY, 2001; MILLS *et al*, 2002; HANLON; KRISHNAN, 2006; GONCHAROV; ZIMMERMANN, 2006; HANLON *et al*, 2008; HANLON *et al*, 2009; BADERTSCHER *et al*, 2009; ATWOOD *et al*, 2010; CHAN *et al*, 2010). Especificamente, Goncharov e Zimmermann (2006) mensuraram a alteração no nível de CFF na Rússia após uma reforma tributária que tentou separar os sistemas de contabilidade financeira e tributária e encontraram que as empresas gerenciam o resultado para baixo para reduzir o lucro tributável. Atwood *et al* (2010), também, criaram uma medida abrangente de CFF para analisar se o nível de conformidade afeta a qualidade do lucro. Esta pesquisa avança identificando os determinantes do nível de conformidade, particularmente os efeitos dos padrões contábeis recentemente adotados no Brasil (Lei n. 11.638/07 e a convergência às IFRS) com o objetivo de reduzir esse nível. Finalmente, a pesquisa contribui para o debate sobre os custos e benefícios de conformar as duas medidas de lucro. Embora existam evidências de uma associação negativa entre o nível de CFF e o poder informativo e a qualidade do lucro contábil (LEV; NISSIM, 2004; HANLON, 2005; HANLON *et al*, 2008; ATWOOD *et al*, 2010), outros autores argumentam que a redução da CFF é responsável pela degradação do lucro (DESAI, 2005;

HANLON; SHEVLIN, 2005). Este estudo contribui para a literatura fornecendo evidências dos efeitos dessa variação sobre o lucro e dos impactos da adoção das IFRS nesse nível.

À medida que um menor nível de CFF pode melhorar a qualidade das informações financeiras divulgadas pelas empresas, torna-se essencial a adoção de padrões contábeis que objetivem a redução desse nível. Assim, esta pesquisa fornece percepções relevantes para o debate sobre a conformidade financeira e fiscal. Em particular, analisando os efeitos da Lei n. 11.638/07 e das IFRS nos três tipos de diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável (total, permanente e temporária) e no efeito da variação dessas diferenças na qualidade dos relatórios financeiros.

1.7 Estrutura do Trabalho

O trabalho está organizado em cinco capítulos estruturados, após essa introdução, da seguinte forma:

- Capítulo 2 - é apresentado o referencial teórico da pesquisa com detalhes sobre: a teoria da regulação contábil; as *DTs*; os custos e os benefícios da redução do nível CFF; os determinantes desse nível; o comportamento da CFF ante a adoção voluntária ou obrigatória de padrões contábeis e o relacionamento entre o nível de CFF e a qualidade dos números contábeis publicados pelas companhias abertas. Além disso, é apresentada uma visão geral do sistema contábil brasileiro antes e após as mudanças introduzidas pela Lei n. 11.638/07 e as IFRS.
- Capítulo 3 - é descrito o procedimento metodológico, composto da tipologia do estudo, dos métodos empíricos usados, da seleção da amostra e dos dados utilizados para os testes.
- Capítulo 4 - são apresentados os resultados das estatísticas descritivas e dos testes empíricos, bem como as análises de sensibilidade e os testes de robustez dos resultados da pesquisa.
- Capítulo 5 - são realizadas as considerações finais do trabalho e as sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está dividido em três partes interrelacionadas: 1) trata da teoria da regulação, principalmente dos aspectos relacionados à regulação da contabilidade, à discussão sobre a qualidade dos PCGA e ao poder informativo dos números contábeis; 2) apresenta os custos, os benefícios, os determinantes e os efeitos do nível de conformidade financeira e fiscal; 3) descreve o sistema contábil brasileiro antes e após a aprovação da Lei n. 11.638/07 e a convergência dos padrões brasileiros de contabilidade com as IFRS.

2.1 Regulação

Na literatura jurídica e econômica, não existe uma definição consensual e definitiva do termo regulação⁶ (HERTOG, 1999). Enquanto muitos vêem a regulação como um controle contínuo e focado, exercido por um órgão público sobre atividades valorizadas pela sociedade (GAFFIKIN, 2005), existem outros pontos de vista. A regulação pode ser vista como um conjunto específico de regras, tais como aquelas contidas na Lei das Sociedades Anônimas sobre a composição da diretoria (*Ibid.*, 2005). Pode, também, ser vista como influência deliberada do Estado como, por exemplo, todo o conjunto de leis corporativas que direcionam o estabelecimento, a gestão e a liquidação das companhias (*Ibid.*, 2005); ou pode ser vista em termos ainda mais amplos, incluindo todas as formas de influência e controle social (*Ibid.*, 2005). Isso incluiria não só as regras da legislação societária, mas outras regras e orientações, tais como os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (PCGA), os códigos de conduta da profissão contábil e as exigências da bolsa de valores. Para Pohlmann e Alves (2004), a regulação pode ser entendida de duas formas: como um conjunto de normas coercitivas e/ou como o processo de sua emissão. Dessa forma, a regulação envolve: (1) um conjunto de

⁶ Apesar da semelhança de significado, os termos regulação e regulamentação possuem distinções. As normas emitidas no processo de regulação podem ser elaboradas pelo órgão regulador com um perfil técnico e especializado e autorizadas por lei pelo legislativo como pelo executivo ou, ainda, por qualquer órgão da Administração (PÉREZ, 2004). Já a regulamentação, também significa estabelecer regras, porém somente o Poder Executivo pode fazê-lo (PÉREZ, 2004). O Poder de Regulamentar pode ser transferido, quase que inteiramente, por lei para as agências reguladoras (PÉREZ, 2004). Portanto, a regulação, em sua maioria, envolve a regulamentação. Por exemplo, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), uma autarquia do Ministério da Fazenda, por meio da ação normativa, regula a atuação dos diversos agentes do mercado brasileiro, regulamentando leis de sua eventual fiscalização (TANURE, 2003; CVM, 2011).

normas, emanadas do Estado ou de órgão regulador devidamente autorizado, sobre um determinado objeto e (2) o processo de emissão dessas normas, incluindo a legitimidade do emissor das normas, a qualidade delas, sua aceitação ou eficácia, seus efeitos, sua utilidade ou, mesmo, sua pertinência ou necessidade (POHLMANN; ALVES, 2004).

A regulação é usada para direcionar as ações da sociedade de uma maneira considerada a melhor para essa sociedade. A determinação desse ‘melhor’ envolve questões de poder e de ideologia (KOTHARI *et al*, 2010). Para decidir se um sistema de regulação é bom, aceitável ou se precisa ser reformulado é necessário ter claro os pontos de referência relevantes para uma avaliação (GAFFIKIN, 2005). Esses pontos de referência representam os objetivos da regulação, que podem envolver a eficácia ética, a adequada distribuição e a maximização da riqueza, a alocação eficiente de capital, e até mesmo, conceitos abstratos e artificiais como felicidade, utilidade e justiça (*Ibid.*, 2005).

Tratando da regulação da contabilidade, cabe identificar o objeto e o objetivo da regulação. Kothari *et al* (2010) define o termo ‘regulação’ de maneira ampla, incluindo a produção organizada de padrões contábeis pelos normatizadores privados como o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e o *International Accounting Standards Board* (IASB). Para esses autores, a regulação dos PCGA difere da regulação dos relatórios financeiros. A primeira refere-se à prática da obrigatoriedade de princípios contábeis (KOTHARI *et al*, 2010) e a última refere-se à prática de exigir, publicamente, a disponibilidade de relatórios financeiros das entidades que acessam o mercado de capitais (LEUZ; WYSOCKI, 2008; MAHONEY, 1999; 2009). Os PCGA são compostos por um conjunto de conceitos, princípios e procedimentos desenvolvidos e sancionados por órgãos normatizadores. Nos EUA, por exemplo, as três principais fontes de PCGA são: 1) os pronunciamentos do FASB; 2) os regulamentos da *Security and Exchange Commission* (SEC) para as companhias abertas e 3) as práticas contábeis desenvolvidas por empresas e por órgãos públicos e privados ao longo do tempo (PWC, 2011).

Para Kothari *et al* (2010), o objetivo principal da regulação dos PCGA é facilitar a alocação eficiente de capital na economia; a proteção dos investidores menos sofisticados é um objetivo secundário. A alocação eficiente de capital significa fluxos de capital em seu uso mais valorizado (*Ibid.*, 2010). Os PCGA podem facilitar a alocação eficiente de capital

reduzindo os custos de transação e de informações entre os fornecedores e os usuários do capital (CORE, 2001; HEALY; PALEPU, 2001). Por exemplo, os PCGA podem reduzir os custos de tornarem-se informado sobre as perspectivas econômicas de uma empresa, incentivando uma maior participação dos investidores no mercado de capitais.

Para a contabilidade auxiliar na alocação eficiente de capital, os padrões contábeis produzidos não podem ser de baixa qualidade (KOTHARI *et al*, 2010). A regulação é um dos caminhos para evitar a produção de padrões contábeis de baixa qualidade (*Ibid.*, 2010). Nesse sentido, o FASB e o IASB, com o objetivo de desenvolver padrões contábeis de maior qualidade para uso nos mercados de capital mundiais, estão comprometidos com o processo de convergência dos PCGA locais com as IFRS. Além disso, a qualidade e a quantidade de informações financeiras disponíveis (fornecidas pelas empresas e por intermediários financeiros, como analistas e imprensa) na economia influenciam a eficiência de alocação de recursos e o custo do capital (*Ibid.*, 2010).

Para garantir o desenvolvimento de PCGA de maior qualidade, Kothari *et al* (2010) citam três fatores consagrados na literatura acadêmica e na prática contábil como precedente a esse processo: 1) alto poder de coerção legal dos contratos; 2) existência e aplicação de leis contra o abuso de poder (*self-dealing*) e 3) separação entre a declaração de imposto de renda e os relatórios financeiros. Assim, a baixa conformidade financeira e fiscal, a qualidade das leis, a sua adequada aplicação e um eficaz sistema de coerção legal podem afetar, positivamente, a qualidade dos PCGA.

Vale ressaltar que a regulação traz custos e benefícios. Para Gaffikin (2005), a regulação facilita e permite atividades. Por exemplo, o Código de Trânsito é projetado para permitir que os motoristas se sintam seguros na direção sabendo que existem regras que os outros motoristas também vão (ou deveriam) obedecer. Assim, a regulação pode ser negativa quando previne ou restringe certos comportamentos ou pode ser positiva quando serve para encorajar ou facilitar atividades.

Para Leuz (2010), operar sob regulação obrigatória e sob rígida coerção legal pode ser altamente dispendioso. Além disso, as soluções regulatórias estão longe da perfeição e enfrentam muitos problemas. Um problema é que os reguladores frequentemente estão mal

informados sobre os relevantes custos e benefícios das negociações das empresas. Outro problema é que a regulação é, geralmente, criada por processos políticos, que tem muitas deficiências e limitações. Assim, as falhas do mercado sozinhas não são suficientes para justificar a regulação. A competição e os contratos privados podem, também, direcionar falhas de mercado. Um sólido caso para regulação necessita incluir argumentos quanto ao porque uma solução regulatória poderia, na prática, alcançar melhores resultados ou ser mais barata do que uma solução do mercado (LEUZ, 2010).

Por outro lado, os benefícios da regulação só podem materializar-se se as regras são apropriadamente implementadas e o sistema de coerção legal é adequado. Como consequência, o sistema de coerção legal desempenha um papel relevante na regulação (GAFFIKIN, 2005).

2.1.1 Teorias da regulação

Ao longo da história surgiram duas principais abordagens para a regulação – a europeia e a dos Estados Unidos da América (EUA) – cada uma baseada em diferentes filosofias (ou ideologias) sobre a necessidade da regulação (PWC, 2011; 2011a). Nos EUA, pelo menos desde 1887, a regulação tem sido realizada por meio de conselhos independentes e/ou comissões responsáveis pelo monitoramento e a coerção legal (KOTHARI *et al*, 2010). Existe uma crença implícita no funcionamento do mercado. Consequentemente, a propriedade é de responsabilidade privada e sofre interferência somente em casos específicos de falhas de mercado (*Ibid.*, 2010).

Por outro lado, na Europa, até a Segunda Guerra Mundial, havia uma desconfiança e/ou hostilidade à idéia do mercado resolver todos os problemas (KOTHARI *et al*, 2010). Portanto, a propriedade pública foi o principal modo de regulação econômica – indústrias foram nacionalizadas com o intuito de dar ao Estado o poder de impor uma estrutura planejada para a economia e proteger os interesses públicos contra os interesses privados. A nacionalização das indústrias foi projetada para eliminar o poder político, a ineficiência econômica de monopólios privados e para estimular o desenvolvimento econômico. Entretanto, nos últimos 50 anos, a regulação na Europa está mudando para a abordagem dos EUA – a propriedade pública como um modo de regulação foi vista como falha (*Ibid.*, 2010).

Majone (1996 *apud* GAFFIKIN, 2005) comparou as duas abordagens da regulação (legal e da propriedade pública) e encontrou um nível elevado de correspondência entre elas, isto é, ambas têm falhas semelhantes. Apesar disso, essas duas abordagens têm apresentado vantagens. A principal delas é a proteção contra as falhas de mercado. O mercado “falha” quando ele não é economicamente eficiente. A noção de eficiência foi denominada de eficiência de Pareto. A eficiência de Pareto é usada pelos economistas para definir a organização eficiente da economia; refere-se à alocação de recursos de tal forma que alguém pode fazer melhor, enquanto ninguém mais fica em situação pior (KOTHARI *et al*, 2010). Esse tem sido um meio eficiente de produção e distribuição de recursos. Quando isso não acontece, existem falhas de mercado (*Ibid.*, 2010).

A regulação, ainda, pode ser classificada de duas formas: positiva e normativa (HERTOG, 1999; GAFFIKIN, 2005). A teoria positiva está direcionada para a explicação econômica da regulação e as suas consequências. Essa teoria emerge da economia positiva. A regulação normativa investiga que tipo de regulação é mais eficiente. O pressuposto implícito dessa teoria é que a regulação eficiente seria desejável (HERTOG, 1999). A teoria positiva da contabilidade emerge da economia positiva. Existem análises da regulação derivadas da economia positiva e outras dos pressupostos normativos. Essas análises são descritas como teorias da regulação, sendo que todas podem ser visualizadas como algum tipo de teoria do interesse público e/ou privado (*Ibid.*, 1999). Essas teorias explicam a existência e às consequências da regulação (LEFTWICH, 1980; HERTOG, 1999; GAFFIKIN, 2005; LAUGHLIN, 2007; KOTHARI *et al*, 2010).

2.1.1.1 Teoria do interesse público da regulação

A teoria do interesse público descreve a regulação como uma benevolente e socialmente eficiente resposta às falhas de mercado (PIGOU, 1938 *apud* KOTHARI *et al*, 2010). Assim, a existência de falhas de mercado é um pressuposto dessa teoria. Quatro principais causas das falhas de mercado são comumente discutidas na teoria do interesse público: monopólio natural, externalidades, assimetria da informação e o excesso de competição (LEFTWICH, 1980).

Onde existem monopólios é considerado que existem falhas de mercado porque a competição não existe, sendo esperada a extração de rentabilidade dos consumidores cobrando preços acima do custo marginal (GAFFIKIN, 2005). Portanto, pode ser inferido que a regulação está associada à preservação da competição. No Brasil, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é responsável por assegurar a competitividade, prevenir atos de concentração e reprimir condutas anticompetitivas de acordo com o exposto na Lei Antitruste (BRASIL, 1994). Às vezes, monopólios naturais surgem onde há economias de escala que asseguram o menor custo final (por exemplo, serviços de utilidade pública, como o fornecimento de água, gás e energia elétrica), em que a regulação é projetada para manter condições justas de mercado (KOTHARI *et al*, 2010). Sob o argumento de monopólio natural, os reguladores assumem que o custo médio do produto que eles estão regulando (por exemplo, os padrões contábeis) diminui ao longo do intervalo de demanda do consumidor. A regulação é justificada para restringir os monopólios naturais, assegurando preços justos.

Para Kothari *et al* (2010), o argumento do monopólio natural não explica a regulação dos PCGA porque é difícil precificar os padrões contábeis acima do custo marginal. O custo de excluir os não pagadores do uso dos padrões contábeis é, provavelmente, muito alto. Além disso, os padrões tornam-se mais valiosos à medida que mais usuários os adotam, sugerindo que os normatizadores, possivelmente, não se beneficiariam com a exclusão de potenciais usuários pela cobrança de preços de monopólio (*Ibid.*, 2010).

O argumento das externalidades para a necessidade da regulação pressupõe que o preço de equilíbrio de um produto não reflete o seu verdadeiro custo (KOTHARI *et al*, 2010). As externalidades envolvem custos relacionados à certa atividade produtiva, mas não reconhecidos, como, por exemplo, os custos para evitar a poluição do meio ambiente. Isso pode ser devido ao consumo de recursos públicos na fabricação do produto ou porque o produto é não excludente (isto é, não é possível excluir quem não paga pelo consumo do bem, pois não é possível mensurar o quanto de benefício cada indivíduo usufruiu do produto) (*Ibid.*, 2010). No caso dos produtos que usam recursos públicos (por exemplo, produtos que poluem o meio ambiente), a superprodução, provavelmente, resulta em transferência de riqueza da sociedade para o fabricante. No caso de produtos não excludentes a subprodução, possivelmente, resulta em perdas irreversíveis. Da regulação de produtos com

externalidades é esperado um conjunto de produção que maximize os níveis de bem-estar (*Ibid.*, 2010).

Kothari *et al* (2010) considera que a superprodução devido à externalidade não é uma justificativa provável para a regulação contábil. No entanto, os padrões contábeis podem ser considerados não excludentes. Nesse sentido, o desenvolvimento e a venda de padrões deve ser um exercício não lucrativo. Assim, pode-se argumentar que se não regulados, os padrões contábeis serão subproduzidos resultando em perdas irreversíveis. A ausência de um conjunto organizado de padrões no período anterior à SEC, nos EUA, é consistente com a subprodução de padrões contábeis em um ambiente não regulado (*Ibid.*, 2010).

A justificativa da assimetria da informação para a existência da regulação pode ser mais bem entendida por intermédio da descrição do problema de seleção adversa (KOTHARI *et al*, 2010). A assimetria de informação entre compradores e vendedores sobre a qualidade de um produto induz os compradores a exigir um desconto dos vendedores. Os vendedores de produtos de alta qualidade saem do mercado visto que o desconto torna a produção de seus produtos não lucrativa. Com a ausência de produtos de alta qualidade no mercado, os compradores exigem descontos ainda mais elevados forçando a saída de mais vendedores do mercado. O processo continua até que não haja compradores e nem vendedores, ou seja, o mercado quebra. A regulação é necessária para resolver essa falha de mercado obrigando os vendedores a evidenciarem informações confiáveis e de qualidade.

O argumento da assimetria da informação pode ser usado para justificar a regulação dos relatórios financeiros, mas não é adequado para justificar a regulação dos PCGA (KOTHARI *et al*, 2010). A justificativa da assimetria da informação é aplicável a circunstâncias em que os consumidores potenciais de um produto são subinformados sobre a qualidade dos produtos. Quando o produto é o padrão contábil, os principais consumidores são contadores e auditores. Para a assimetria da informação ser uma causa da regulação dos PCGA, exigiria que os reguladores considerassem que contadores e auditores não são qualificados para escolher entre alternativas de padrões contábeis: uma afirmação, aparentemente, autodestrutiva (*Ibid.*, 2010).

O excesso de concorrência pode ser usado para justificar a existência da regulação dos mercados para novos produtos com pouca diferenciação. O argumento é que na presença de uma oportunidade econômica não regulada, muitos produtores inundariam o mercado (KOTHARI *et al*, 2010). A superprodução conduz a preços inferiores aos custos médios, frustrando, ainda mais, a inovação e a qualidade. Regular o número de participantes pode ajudar a estabilizar o mercado e promover o desenvolvimento de produtos. Nos estudos de economia, a concorrência em excesso é raramente discutida, já que é esperado que as forças de mercado impulsionem o número de produtores até o nível ideal. Não obstante as forças de mercado, o argumento do excesso de concorrência pode ter algum mérito, se o ajuste para o equilíbrio é lento e caro. Isto é, particularmente, possível para produtos que são de capital intensivo, sobretudo se os produtores são suscetíveis ao efeito de custos afundados ou se compromissos de capital são realizados com antecedência para investir ao longo de múltiplos períodos (*Ibid.*, 2010).

O estabelecimento de padrões contábeis tem uma intensidade de capital relativamente baixa, sugerindo que a concorrência em excesso não é uma justificativa adequada para a regulação dos PCGA (KOTHARI *et al*, 2010). Em resumo, das quatro justificativas para a regulação sob a teoria do interesse público, apenas, a subprodução devido à externalidades parece ter qualquer potencial de aplicação no estabelecimento de padrões contábeis (*Ibid.*, 2010). Implícita na descrição da teoria do interesse público de regulação, como uma resposta benevolente e socialmente eficiente de falhas de mercado, está a suposição do regulador como uma entidade incorruptível e infalível. Essa é uma suposição forte, em especial porque não fornece espaço para o *lobbying* e seus efeitos potenciais sobre os resultados da regulação (*Ibid.*, 2010). Essa suposição, contudo, pode ser interpretada como consistente com a visão de alguns reguladores sobre o seu próprio trabalho. Por exemplo, Barth (2006 *apud* KOTHARI *et al*, 2010), ao explicar como a pesquisa acadêmica pode participar do estabelecimento de padrões, afasta a necessidade de pesquisa sobre a função objetivo dos reguladores. Dessa forma, os pesquisadores não precisam se preocupar em operacionalizar critérios para os reguladores decidirem entre alternativas quando do desenvolvimento de padrões, visto que esses critérios estão especificados na estrutura conceitual do FASB e do IASB (*Ibid.*, 2010). Há duas suposições não declaradas na citação acima (*Ibid.*, 2010). Primeiro, o FASB e o IASB especificam uma função objetivo socialmente ótima para fins de definição de padrões. Segundo, o FASB e o IASB são capazes de executar sua função objetivo sem erro. Evidência consistente com esses dois pressupostos provavelmente é de considerável interesse para a

pesquisa acadêmica e para as políticas públicas uma vez que identificaria o FASB e o IASB como reguladores eficientes, consistente com a teoria do interesse público. Dada a falta de evidências apoiando a teoria de interesse público em outras esferas de regulação, espera-se que os pressupostos acima sejam improváveis de manter na realidade contábil.

2.1.1.2 Teoria econômica da regulação

A suposição controversa da teoria do interesse público de que o regulador é incorruptível e potencialmente infalível é o foco da teoria econômica ou positiva da regulação (STIGLER, 1971; GAFFIKIN, 2005). Com pequenas variações na interpretação, essa teoria surge sob vários nomes: econômica, dos grupos de interesse, do interesse privado, da captura, do interesse especial, da escolha pública e outros (KOTHARI *et al*, 2010).

Na abordagem da teoria dos grupos de interesse, a regulação é vista como um produto das relações entre diferentes grupos e entre esses grupos e o Estado (GAFFIKIN, 2005). Os defensores teóricos dessa abordagem diferem daqueles da teoria do interesse público porque eles acreditam que a regulação envolve mais competição pelo poder do que, apenas, o interesse público. Essa teoria pode ser vista como os grupos concorrentes lutando pelo poder político, com os vencedores usando seu poder para moldar a forma de regulação. Ou como grupos bem-sucedidos podendo realizar parcerias com o Estado para produzir regimes regulatórios que excluam os interesses dos não participantes (*Ibid.*, 2005).

A teoria da captura traz os reguladores como agentes econômicos tentando maximizar a sua própria função utilidade (KOTHARI *et al*, 2010). Os reguladores são, geralmente, descritos como políticos consumindo uma mistura de dinheiro (suborno) e poder (votos, prestígio, popularidade etc). A teoria da captura é assim denominada porque prevê que a regulação é ‘capturada’ pelos regulados, em outras palavras, a regulação serve àqueles que pretendem regular, em detrimento do público (ou investidores, no caso da Lei das Sociedades por Ações). A intuição para a teoria é, relativamente, simples. Os produtores que procuram obter riqueza da sociedade negociam com os políticos uma regulação favorável (por exemplo, obrigando preços acima dos custos marginais). Os políticos fornecem tal regulação de maneira a não afetar suas chances de reeleição e em troca de subornos (dinheiro, mordomias e

outros). Os cidadãos são incapazes de parar o conluio entre políticos e produtores devido ao problema do *free rider* (OLSON, 1965 *apud* KOTHARI *et al*, 2010), ou seja, o benefício individual de um cidadão de parar a transferência de riqueza é inferior ao custo combinado de se tornar informado sobre o assunto e, posteriormente, organizar outros cidadãos sobre a questão (KOTHARI *et al*, 2010).

Para Kothari *et al* (2010), a regulação observada em qualquer mercado pode ser socialmente benéfica ou socialmente cara, dependendo de se o mercado em questão é sujeito a falhas de mercado em seu estado natural não regulado. Isso torna a análise de falhas de mercado particularmente importante, visto que se não houver nenhuma falha de mercado, a regulação é indesejável. Mesmo sob as falhas de mercado, a teoria da captura faz duas observações sobre a regulação que a distingue da teoria do interesse público: (1) a regulação resulta do uso egoísta do processo político; (2) a regulação não é socialmente ótima, ou seja, mesmo se visando uma falha de mercado, os reguladores não irão projetar uma resposta socialmente eficiente, em vez disso, a resposta deles maximizará sua própria utilidade (esses são os custos da regulação). Portanto, a conveniência da regulação, num contexto de falha de mercado, depende da magnitude relativa dos custos de reguladores oportunistas contra os custos da falha de mercado (*Ibid.*, 2010).

Apesar de contadores e auditores não gostarem da idéia de confiar problemas difíceis a autoridades políticas, a profissão contábil procura a regulação como uma forma de seguro contra o risco de produzir padrões contábeis de baixa qualidade (isto é, padrões menos susceptíveis de facilitar a alocação eficiente de capital) (KOTHARI *et al*, 2010). Os padrões de baixa qualidade produzidos sob a regulação podem ser mais ou menos arriscados do que aqueles sustentáveis no mercado em equilíbrio. Em ambos os casos, os contadores transferem os custos (riscos) da inovação contábil para a sociedade enquanto capturam os benefícios (*Ibid.*, 2010).

De acordo com a teoria da captura, a regulação dos PCGA pode ser explicada como o resultado de ações visando à rentabilidade dos produtores de padrões contábeis, isto é, contadores e auditores (KOTHARI *et al*, 2010). Em outras palavras, a regulação dos PCGA é o resultado de negociações bem sucedidas de contadores e auditores no processo político na busca por regulações que transfiram riqueza para eles mesmos. A regulação dos PCGA,

também, pode ser explicada como tendo evoluído devido aos esforços da profissão contábil para socializar os riscos de produzir padrões de baixa qualidade, que pode ser resultante das preocupações com a reputação e a responsabilidade legal (*Ibid.*, 2010). O risco de produzir normas contábeis de baixa qualidade, e os custos associados, pode ser atribuído a dois fatores: a perda de reputação e a responsabilidade legal. Se um julgamento contábil é considerado incorreto, contadores e auditores podem perder a credibilidade como especialistas, afetando as perspectivas de negócios futuros. Contadores e auditores, também, têm responsabilidade legal: quando confrontados juridicamente sobre uma opinião contábil, é provável que eles prefiram citar uma regulação oficial sobre seu próprio julgamento profissional. Na verdade, quando maior a responsabilidade legal enfrentada pelos contadores e auditores, maior a demanda por padrões regulados (*Ibid.*, 2010).

Se a teoria da captura está correta, a implicação política consiste em parar a regulação do PCGA e retornar para a produção de padrões contábeis por meio de um processo de livre mercado (KOTHARI *et al*, 2010). Em outras palavras, contadores e auditores não terão mais que seguir o PCGA como produzido por um regulador patrocinado pelo Estado, como o FASB. Eles poderão, voluntariamente, escolher isso (se as forças do mercado privado optarem por manter a existência do FASB) ou eles poderão, coletivamente, formar um suplente, órgãos concorrentes para a produção de normas contábeis (*Ibid.*, 2010).

Antes do estabelecimento de padrões pela SEC, não havia nenhum órgão privado formal responsável pelo estabelecimento de padrões (KOTHARI *et al*, 2010). Os padrões contábeis eram simplesmente as melhores práticas que resultavam das decisões de contadores e de auditores. Os auditores assumiam o risco de procedimentos contábeis que eles validavam e, assim, eles se responsabilizavam por manter a qualidade desses procedimentos. Se esta é a solução de mercado para a definição de padrões, então, as empresas de auditoria terão que desenvolver um conjunto de procedimentos contábeis que seja inovador e não excessivamente arriscado (*Ibid.*, 2010). Uma solução baseada no auditor para determinar os PCGA evita os custos hipotetizados de regulação, incluindo os da captura dos reguladores e/ou de imposição ideológica dos reguladores sobre a economia (*Ibid.*, 2010).

Kothari *et al* (2010) sugerem alternativa baseada no mercado para o estabelecimento de normas: a fixação de PCGA pelas bolsas de valores. Em outras palavras, as bolsas de valores

podem ser liberadas para desenvolver seu próprio conjunto de normas contábeis, que as empresas devem obedecer quando decidem listar ações em uma bolsa, já que as bolsas de valores competem uma com as outras, o processo estimula a inovação nas normas contábeis. Outrossim, como bolsas de valores tendem a atrair determinados tipos de empresas, essas trocas podem desenvolver normas de contabilidade que são únicas para as necessidades de seus clientes, proporcionando, assim, o intercâmbio competitivo (*Ibid.*, 2010). Outra vantagem dessa regulação é que os padrões podem refletir as práticas de coerção da jurisdição da bolsa (BALL, 2000). No arranjo baseado nas bolsas de valores, os custos de produzir padrões de baixa qualidade são compartilhados pelas bolsas. Se uma bolsa desenvolve padrões que são muito agressivos e os padrões facilitam a fraude, a bolsa irá suportar, pelo menos, algumas das consequências (por exemplo, perda de reputação) (*Ibid.*, 2010).

A produção de padrões contábeis em um processo de livre mercado, embora seja uma proposta convincente, parece ser inviável na prática, uma vez que não parece existir vontade política para dismantelar as instituições normatizadoras existentes (KOTHARI *et al*, 2010). Desse modo, a teoria ideológica da regulação parece ser uma proposta mais prática.

2.1.1.3 Teoria ideológica da regulação

A teoria ideológica da regulação, da mesma forma que a teoria do interesse público, baseia-se na premissa de falhas de mercado. No entanto, nessa teoria, os reguladores não são tão ingênuos (ou benevolentes) como na teoria do interesse público. Em especial, a teoria ideológica admite a existência do *lobbying* de interesses particulares para influenciar as ações dos reguladores (KOTHARI *et al*, 2010). Entretanto, o fato é que os reguladores não são nem tão benevolentes como sugerido pela teoria do interesse público, nem preocupados com os seus próprios interesses como assumido na teoria de captura (GROSSMAN; HELPMAN, 1994). Sob a teoria ideológica, os reguladores são dotados de ideologias políticas. A natureza exata dessas ideologias não é geralmente especificada, permitindo que o aspecto ideológico varie mediante múltiplas dimensões (por exemplo, liberal para conservador, altruísta para corrupto). As consequências da regulação são o resultado conjunto de ideologias políticas e os efeitos do *lobbying* dos grupos de interesse sobre os órgãos reguladores (nesse sentido, os reguladores podem ser descritos como “semibenevolentes”) (PERSSON; TABELLINI, 2000 *apud* KOTHARI *et al*, 2010).

A principal inovação na teoria ideológica é que o *lobbying* não é uma forma explícita de suborno, mas, sim, um mecanismo por meio do qual os reguladores estão informados sobre questões políticas (KOTHARI *et al*, 2010). Em outras palavras, os grupos de interesse fazem *lobbying* com os reguladores a fim de transmitir seus conhecimentos específicos sobre os temas que estão sendo regulados. Visto que os reguladores têm ‘ideologias’, um lobista de sucesso deve enquadrar a informação de tal forma que seja consistente com a ideologia do regulador (*Ibid.*, 2010).

A teoria ideológica pode ser aplicada para explicar a regulação dos PCGA (KOTHARI *et al*, 2010). Se as normas de contabilidade são consideradas não excludentes por natureza, então, a subprodução devido à externalidades prevê que um mercado com fins lucrativos de normas de contabilidade seria um fracasso. A regulação, portanto, surge para fornecer PCGA, embora a regulação não seja sempre socialmente ótima porque os reguladores não são benevolentes ou oniscientes. Os reguladores têm ideologias (por exemplo, eles acreditam, fortemente, na primazia do balanço patrimonial ou na base de mensuração de valor justo), mas eles estão abertos ao *lobbying* dos constituintes com conhecimentos específicos (*Ibid.*, 2010).

A teoria ideológica aceita o argumento de que a regulação dos PCGA é decorrente da sua natureza não excludente, ou seja, falha de mercado. Contudo, não está comprovado se essa regulação é de fato socialmente ótima (KOTHARI *et al*, 2010). A eficácia da regulação depende do impacto da ideologia política dos reguladores e do interesse especial dos lobistas sobre a regulação. Se essa teoria estiver correta, o fundamental é criar uma instituição normatizadora que minimize o efeito das ideologias idiossincráticas e os interesses dos lobistas. Uma maneira de alcançar esse objetivo é incentivar a concorrência entre os organismos de normatização (DYE; SUNDER, 2001; SUNDER, 2002). A competição entre os órgãos pode promover a concorrência entre ideologias, impedir que qualquer ideologia possa dominar os PCGA e minimizar os efeitos do *lobbying* de grupos de interesse. Se um normatizador é percebido como vulnerável ao *lobbying*, pode perder a credibilidade. Além disso, a concorrência pode reduzir os custos para a sociedade quando qualquer órgão falha. Se houver um órgão institucional de conhecimento para definição de padrões (por exemplo, com conhecimentos operacionais e organizacionais), é caro deixar só um órgão na economia para falhar, mesmo quando ele não é corrupto ou ineficiente. Com a concorrência, o conhecimento

institucional do órgão é espalhado por vários órgãos, assim, os custos de eliminar qualquer órgão normatizador podem ser menores (KOTHARI *et al*, 2010).

De acordo com as teorias da captura e ideológica, algumas formas de concorrência são necessárias para gerar o estabelecimento de normas eficientes e de qualidade. Nesse sentido, Kothari *et al* (2010) consideram que o projeto de convergência entre o FASB e o IASB é arriscado e pode resultar na produção de padrões de baixa qualidade, já que a união entre órgãos concorrentes pode reprimir a inovação e promover a influência de interesses na definição de padrões. Esses autores, ainda, apresentam outras duas razões, segundo as quais, a concorrência (ao invés da convergência) entre o IASB e o estabelecimento de padrões locais de contabilidade pode gerar PCGA economicamente eficientes:

- existem evidências de diferenças no nível país entre as empresas como, por exemplo, treinamento de contadores e auditores, qualidade da coerção legal, a cultura e a natureza das normas contábeis (BALL *et al*, 2000; 2003; BALL, 2009). Portanto, é improvável que um único conjunto de regras globais de contabilidade (por exemplo, as IFRS) gere em todo o mundo conformidade nas práticas contábeis, muito menos, nas decisões de alocação eficiente de capital.
- Há, também, evidências de interferência política na definição de padrões, tanto nos EUA, quanto internacionalmente (WATTS; ZIMMERMAN, 1978; ZEFF, 2005; RAMANNA, 2008). As forças políticas que moldam os PCGA locais não são susceptíveis de diminuir ao longo da adoção das IFRS no mundo inteiro. Assim, as regras internacionalmente harmonizadas, provavelmente, transformar-se-ão em normas adaptadas às condições políticas locais, sugerindo que as tentativas de convergência global das normas contábeis são fúteis.

A teoria ideológica não faz previsão sobre a otimização da regulação. Nessa teoria, a regulação surge para corrigir falhas de mercado, mas a presença de ideologias políticas e de *lobbying* de constituintes podem desviar o projeto de regulação desse objetivo. Desse modo, a otimização da regulação é uma questão empírica que deve ser avaliada caso a caso.

2.1.1.4 Teoria tridimensional

Sob o enfoque do Direito, a Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale é uma teoria jurídica original e conhecida internacionalmente (SILVA, 2007). Essa teoria demonstra que o fenômeno jurídico decorre de um fato social, recebe inevitavelmente uma carga de valoração humana, antes de tornar-se norma. Assim, fato, valor e norma em seus diferentes momentos, mas interligados entre si, explicariam a essência do fenômeno jurídico (*Ibid.*, 2007).

Para a teoria tridimensional do direito, “a regulação é uma construção social que decorre da dinâmica dialética entre o fato, o valor e a norma” (CARDOSO *et al*, 2009, p. 781). Resumidamente, pode-se dizer que a norma é produzida por um órgão dotado de poder normativo, que interpreta os fatos à luz dos valores compartilhados pela sociedade, conforme o que seja entendido por ‘interesse público’ (*Ibid.*, 2009).

Para Pohlmann e Alves (2004) e Silva (2007), a teoria tridimensional do direito pode ser utilizada para compreender a regulação da contabilidade. Silva (2007, 148-149) concluiu que os três elementos considerados essenciais para o estudo da teoria tridimensional do direito (o fato, a norma e o valor) podem ser identificados na estrutura conceitual da contabilidade da seguinte forma:

O fato contábil compreende, basicamente, os eventos de natureza econômica, em sua maioria, e que provocam alterações no patrimônio da entidade. A norma jurídica pode ser considerada a forma usada para expressar o que deve ou não deve ser feito para a realização de um valor ou impedir a ocorrência de um desvalor. A norma contábil pode ser considerada uma regra complementar, obediente aos princípios fundamentais, e concebida como necessário padrão de conduta para o registro de fatos e elaboração de demonstrações e informações contábeis.

O valor pode ser definido como elemento de mediação dialética entre fato e norma, representando a expressão de um desenvolvimento histórico no plano das estimativas, no qual o homem é considerado o valor-fonte de todos os valores, pois somente ele é originariamente um ente capaz de tomar consciência do que considera importante para sua vida.

Assim, a norma, na qualidade de realidade cultural, compõe-se de conflitos e de interesses, que se renovam constantemente em decorrência das tensões que envolvem fatos e valores (relação fático-axiológica). De acordo com esse entendimento, o processo de emissão de normas, no campo contábil, pode ser formado pelas contínuas intenções de valor que, ao incidirem sobre um determinado evento econômico, definem os padrões a serem seguidos. Os padrões seriam representados pelas normas contábeis, com a inferência dos entes reguladores como expressão de poder. Notamos, então, que a norma contábil não pode surgir espontaneamente dos fatos e dos valores, pois ela não pode prescindir da apreciação da autoridade, ou seja, de quem define a oportunidade e conveniência da norma a ser consagrada.

“A regulação é um fenômeno inerente ao homem enquanto ser social que é, podendo ser objeto de estudo de diversas ciências sociais, diferenciando-se, apenas, quanto ao foco e ao método empregado por cada uma delas” (POHLMANN; ALVES, 2004, p. 239).

2.1.2 Estratégias de regulação

A escolha adequada da estratégia de regulação pode evitar debates sobre a necessidade da regulação, isto é, se os objetivos podem ser alcançados de outra forma (GAFFIKIN, 2005). As principais estratégias que os reguladores podem empregar são: comando e controle; auto-regulação, baseada em incentivos e evidenciação (*Ibid.*, 2005).

Na estratégia de comando e controle, os reguladores tomam uma posição clara quanto às atividades consideradas aceitáveis e quais precisam de coerção legal e impõe penalidades a essas últimas (GAFFIKIN, 2005). As normas trabalhistas e de segurança impostas às empresas são exemplos dessa estratégia. Quatro pontos depõem contra essa estratégia (*Ibid.*, 2005). Primeiramente, foi demonstrado que por causa da estreita relação entre o regulador e o regulado, o primeiro pode ser capturado pelos regulados. Em segundo lugar, esta estratégia, frequentemente, leva à proliferação de regras, excessivamente, inflexíveis e rigorosas. Em terceiro lugar, muitas vezes, é difícil decidir quais padrões são adequados. Além disso, a coerção legal pode envolver a nomeação de muitos órgãos de fiscalização encarregados de fazer cumprir regras em excesso.

A auto-regulação é uma estratégia de regulação menos severa, em relação à de comando e controle (GAFFIKIN, 2005). É, geralmente, empregada nas relações com órgãos e associações profissionais. Tais organizações desenvolvem sistemas de regras que elas monitoram e fazem seus membros cumprirem (*Ibid.*, 2005). Nos Estados Unidos, por exemplo, os PCGA foram desenvolvidos por organismos profissionais de contabilidade para evitar o controle governamental sobre a prática contábil. Algumas pessoas não estão convencidas da efetividade da auto-regulação, principalmente quanto à capacidade de um órgão regulador impor normas contra comportamentos inadequados de seus membros (*Ibid.*, 2005). Além do mais, as regras escritas por auto-reguladores podem servir, primeiramente, aos objetivos dos reguladores, sendo inclusive difícil comprovar esse viés.

A estratégia de regulação baseada em incentivos utiliza os impostos como incentivo fiscal (GAFFIKIN, 2005). Esses podem ser gerais ou localizados (para itens usados em determinadas áreas ou setores). As vantagens desse tipo de abordagem para a regulação é a facilidade de coerção legal (o regulado tem que reivindicar o incentivo), mas as desvantagens incluem a dificuldade de prever a eficácia do esquema de incentivo (*Ibid.*, 2005).

As estratégias de regulação podem coexistir, sobressaindo as características de uma delas. A convergência com as IFRS e a criação do CPC possibilitaram a mudança de estratégia de comando e controle para a auto-regulação da contabilidade no Brasil.

2.1.3 Princípios ou regras?

A teoria econômica sugere que um conjunto ideal de PCGA é o conjunto de “melhores práticas” contábeis que surgem como resultado do adequado funcionamento das forças de mercado na ausência da regulação (KOTHARI *et al*, 2010). Em um mercado livre, as melhores práticas são desenvolvidas ao longo do tempo por meio de inovações nos métodos contábeis. As escolhas contábeis são essenciais para o desenvolvimento dos PCGA em um ambiente de livre mercado. Sem escolhas contábeis, não pode haver experimentação, e sem experimentação, as “melhores práticas” não podem se desenvolver (PORTER, 1996; HAYEK, 2002). Na ausência de atritos, infinitas escolhas contábeis podem estar disponíveis em um ambiente não regulado; mas, na prática, essas escolhas contábeis são limitadas pela engenhosidade humana e pelos custos de transação, incluindo os limites estabelecidos por tribunais e outras instituições preocupadas com a coerção legal de contratos escritos sobre as demonstrações financeiras (BALL, 2009).

A importância das escolhas contábeis em um ambiente desregulado tem implicações para o papel das escolhas sob PCGA regulados (KOTHARI *et al*, 2010). Em particular, enquanto a regulação, por definição, restringe o conjunto de escolhas contábeis disponíveis para gestores, contadores e auditores, existem poucas evidências sobre se tais restrições são ótimas. As escolhas contábeis são desenvolvidas em mercados livres, porque medidas diferentes de lucro, ativos e passivos são apropriadas para diferentes situações econômicas (WATTS; ZIMMERMAN, 1986). Essas diferentes situações econômicas persistem sob regulação, chamando a atenção para a necessidade de reguladores restringirem a escolhas contábeis.

Como justificativa para a restrição das escolhas contábeis, os reguladores, muitas vezes, citam preocupações com a comparabilidade, a consistência e o potencial para manipulações. No entanto, a comparabilidade e a consistência são os principais determinantes do estabelecimento de PCGA com base em um mercado livre, sugerindo que as normas de contabilidade que se desenvolvem na ausência da regulação também são propensas a exibir essas características (KOTHARI *et al*, 2010). Além disso, num contexto de livre mercado, também é possível minimizar os padrões que facilitam a manipulação, já que o custo total da produção de padrões de baixa qualidade é suportado pelos órgãos (incluindo contadores e auditores) que produzem o PCGA (tribunais assumindo a coerção legal de contratos escritos nos PCGA) (*Ibid.*, 2010).

Relacionado com a questão das escolhas contábeis está o debate atual sobre o estabelecimento de padrões com base em princípios ou em regras (KOTHARI *et al*, 2010). Dada a regulação dos PCGA, a questão de princípios contra regras pode ser vista como um debate entre os reguladores sobre os custos e os benefícios de consentir maior quantidade de escolhas para os gestores na determinação dos números contábeis. Em um regime baseado em princípios, os reguladores estabelecem amplos princípios contábeis e deixam os gestores aplicarem esses princípios aos contextos específicos da econômica. Por outro lado, em um regime baseado em regras, os órgãos reguladores fornecem aos gestores orientações detalhadas, evitando a necessidade dos gestores exercerem muito julgamento (por exemplo, o SFAS 13 estabelece quatro critérios específicos para preparadores diferenciarem o arrendamento financeiro e do operacional, incluindo, por exemplo: “se o prazo de arrendamento de um ativo corresponde, no mínimo, a 75% da vida econômica estimada do ativo, o arrendamento deve ser classificado como operacional”) (*Ibid.*, 2010).

Kothari *et al* (2010) apresentam dois diagramas em forma de funil para diferenciar princípios e regras (Figura 1). Dada uma transação econômica, os gestores teoricamente enfrentam uma infinidade de conjuntos de escolhas e de maneiras de contabilizá-las. Os reguladores determinam princípios e regras que limitam as escolhas definidas a partir de um conjunto de alternativas. Os limites são baseados nas funções de perda e incentivos dos reguladores, provavelmente preocupados com a comparabilidade, a consistência e a confiabilidade das informações. Com base em determinada questão (por exemplo, o reconhecimento de receitas), os princípios (Painel A), pela sua natureza, dão aos gestores um maior subconjunto de opções

do que as regras contábeis (Painel B) (*Ibid.*, 2010). Essas escolhas são limitadas posteriormente por conselhos de diretores, contadores e auditores com base em suas funções de incentivo e perda, até que, finalmente, o gestor escolhe, apenas, um método para divulgar a transação sob os PCGA (WATTS; ZIMMERMAN, 1986; 1990; SKINNER, 1993). Por exemplo, considere um cenário hipotético no qual não existam restrições regulatórias sobre o reconhecimento de receita (isto é, nem princípios nem regras). Nessa situação, os conselhos e os auditores irão, provavelmente, restringir a tendência dos gestores de divulgar como receita as mudanças em um período no valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros; a saber, eles, provavelmente, apresentarão com antecedência aos gestores um conjunto de práticas aceitáveis de reconhecimento da receita, fator de proteção contra a vantagem dos gestores na obtenção de informações e seus incentivos para exagerar no desempenho periódico (KOTHARI *et al*, 2010).

Figura 1 – Comparação entre contabilidade baseada em princípios e baseada em regras
 Fonte: Kothari *et al* (2010, p. 276)

A limitação gradual das escolhas contábeis por reguladores, diretoria, contadores e auditores a partir de um conjunto de eventuais métodos contábeis é representada por um funil profundo

no regime baseado em princípios e um funil raso em um regime baseado em regras (Figura 1). A forma e a inclinação do funil refletem as restrições sobre as escolhas contábeis gerenciais; essas restrições são uma função do grau de autonomia dos métodos contábeis concedida pela regulação (KOTHARI *et al*, 2010).

No regime baseado em princípios o regulador estabelece limites amplos e deixa os gestores, contadores e auditores desenvolverem a prática dentro deles: os reguladores entendem que os conselhos de diretores e os gestores têm conhecimento sobre a situação econômica das suas empresas e, por isso, são mais capazes de projetar métodos para explicar essa realidade (KOTHARI *et al*, 2010). Essa abordagem exige uma estrutura conceitual bem articulada (para definir os elementos essenciais das demonstrações financeiras, tais como: ativos e passivos) que forneça uma base para a prática contábil. Um subproduto potencial de fornecer aos preparadores e auditores a flexibilidade para desenvolver a prática contábil é o potencial de inovação nos métodos contábeis; quanto mais amplos são os princípios, maior é o espaço para a inovação. Por outro lado, essa flexibilidade pode reduzir a comparabilidade e aumentar a manipulação. O desejo de mitigar esses custos é o que motiva um sistema baseado em regras (*Ibid.*, 2010). Dessa maneira, o debate entre princípios e regras pode ser visto como um debate entre os custos e os benefícios de situar mais escolhas contábeis no nível gerencial, uma vez que as escolhas contábeis são responsáveis pela inovação contábil (*Ibid.*, 2010).

Benston *et al* (2006) argumentam que uma abordagem baseada em princípios combinada com o modelo de valor justo para ativos e passivos pode ser inviável porque o uso do valor justo na prática irá resultar em um grande número de complexidades que, inevitavelmente, conduzirão a detalhadas orientações contábeis. Na visão desses autores, o FASB terá que promulgar regras detalhadas para governar as entradas permitidas para a aplicação das alternativas de preço, mesmo quando, aparentemente, usando um regime baseado em princípios. Caso contrário, os auditores encontrarão dificuldades para contestar as afirmações dos gestores sobre: preços comparáveis; fluxo de caixa; probabilidades e taxas de desconto. Na verdade, mesmo num sistema baseado em princípios, as regras não desaparecerão. Isso porque, em termos práticos, a maioria dos gestores, contadores e auditores, na aplicação diária dos PCGA, provavelmente, basear-se-ão em regras detalhadas. Isto é devido às seguintes razões (KOTHARI *et al*, 2010):

- I não é rentável para os contadores e auditores trabalhar com os princípios, já que a interpretação e a aplicação dos PCGA, em uma economia, têm de ser delegada a contadores e auditores em fase de treinamento (por razões de eficiência); o que só é possível a partir da utilização de regras;
- II se um parecer de auditoria é contestado juridicamente, os auditores estarão em melhor situação, inclusive preservando a sua reputação, citando uma regra rígida do que um princípio abstrato que eles interpretaram. A responsabilidade legal gera uma demanda por normas detalhadas de contabilidade, e de preferência sancionadas por um órgão normatizador independente autorizado pelo governo;
- III por razões de eficiência, os usuários das demonstrações financeiras preferem relatórios contábeis preparados segundo regras, principalmente, no registro de transações comuns.

Para Kothari *et al* (2010), em um sistema contábil eficiente, é adequado trabalhar com regras e princípios. Contudo, é importante considerar a distinção entre trabalhar com regras que foram desenvolvidas a partir da aplicação dos princípios entre contadores e auditores e regras impostas por reguladores (*Ibid.*, 2010). As primeiras são geradas no âmbito de um sistema com probabilidade de gerar inovações contábeis; as últimas não. A distinção é, muitas vezes, enviesada nos debates públicos sobre os ‘princípios contra regras’, em que as ‘escolhas contábeis’ são citadas como uma consequência negativa de um regime baseado em regras. Por exemplo, a SEC (2007) identificou as escolhas contábeis como uma fonte de ‘complexidade’ em contabilidade e, o FASB, na proposta de rever os padrões de reconhecimento de receita, argumenta que os mais de cem diferentes padrões sobre o critério de ‘ganho’ no reconhecimento de receita são uma manifestação do excesso de regras contábeis (SCHIPPER *et al*, 2009). Kothari *et al* (2010) argumentam que as escolhas contábeis representam regras de trabalho, isto é, padrões contábeis que, possivelmente, evoluíram para refletir as diferentes circunstâncias econômicas em diferentes setores. Essa diversidade é essencial para um bom funcionamento dos PCGA porque sem ela, os relatórios financeiros não são capazes de refletir a essência econômica de uma transação. Além disso, as escolhas contábeis representam uma solução pragmática para demandas econômicas de comparabilidade e consistência sob os PCGA. Assim, enquanto a teoria da contratação eficiente dos PCGA aprova maiores escolhas contábeis (como manifestado por amplos ‘princípios’ sob um regime regulatório), como uma questão prática, as regras são guiadas pelas empresas, o que, provavelmente, resulta em PCGA, que podem atingir o objetivo de alocação eficiente de capital (*Ibid.*, 2010).

Os princípios baseados em regras têm merecido uma conotação pejorativa e os PCGA dos EUA têm sido comparados desfavoravelmente às IFRS como sendo demasiadamente baseados em regras (SEC, 2007). Grande parte do interesse na adoção das IFRS é originada na noção de que essas normas são baseadas em princípios, ao passo que os PCGA dos EUA são descritos e, muitas vezes, criticados por serem baseados em regras (AGOGLIA *et al*, 2011). Após debates sobre esse assunto, a SEC propôs um roteiro de adoção obrigatória das IFRS para empresas dos EUA (AGOGLIA *et al*, 2011).

Os resultados da pesquisa de Agoglia *et al* (2011) sugerem que os preparadores das demonstrações financeiras são menos propensos a evidenciar de forma agressiva. Por exemplo, eles são mais propensos a capitalizar o contrato de arrendamento quando se aplica um critério de classificação de arrendamento baseado em princípios (menos preciso) do que quando aplicando um critério baseado em regras (mais preciso). Esses resultados sugerem que padrões baseados em princípios podem resultar em relatórios financeiros de melhor qualidade (ou menos agressivos). Além disso, os resultados indicam uma variação significativamente menor entre as decisões de evidenciação dos gestores quando da utilização de um padrão menos preciso. Isto sugere que, ao contrário da preocupação de algumas partes interessadas, a aplicação de normas baseadas em princípios não precisa resultar em menos comparabilidade do que as normas mais precisas (*Ibid.*, 2011).

2.1.4 Regulação da contabilidade

Os processos de elaboração e divulgação de informações contábeis por parte das empresas seguem um conjunto de padrões, pareceres, interpretações, regras e regulamentos que são denominados de política contábil (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Algumas políticas são determinadas pela própria empresa, tais como a opção por PEPS, primeiro a entrar primeiro a sair, ou custo médio ponderado móvel para fins de avaliação de estoques. Outras são definidas pelo governo ou por organismos privados com autoridade para estabelecer políticas a serem cumpridas. Por exemplo, o *International Accounting Standards Board* (IASB) por meio das IFRS determina que as contas a receber e as contas a pagar de longo prazo sejam lançadas a seu valor presente.

As escolhas feitas pelo governo, órgãos do governo, órgãos profissionais, entidades reguladoras, entidades privadas e as próprias empresas constituem a regulamentação da política contábil (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Essas entidades podem atuar de maneira individual ou por meio de uma combinação de esforços, quando, por exemplo, participam desse processo, tanto as instituições do Estado e os órgãos profissionais quanto os diferentes agentes que direta ou indiretamente são afetados pelo processo de evidenciação contábil, como: as empresas; os analistas; as entidades vinculadas ao mercado de capitais e os sindicatos de trabalhadores (*Ibid.*, 1999).

Quando as regras contábeis são estabelecidas pelo governo, é esperado que elas satisfaçam as necessidades governamentais, como o cálculo do imposto de renda e a conformidade com as políticas nacionais e os planos macroeconômicos (ALI; HWANG, 2000). Esse processo de regulação e fiscalização governamental pode afetar as escolhas contábeis e o comportamento dos gestores. Por exemplo: os gestores, normalmente, escolhem procedimentos que reduzam o lucro, já que para os políticos o fato de a empresa divulgar um valor elevado para os lucros indica monopólio; os gestores fazem *lobbying* nas agências reguladoras e nos órgãos normatizadores em busca de padrões contábeis mais favoráveis; os gestores consideram os efeitos fiscais nas escolhas contábeis, bem como os efeitos sobre a variabilidade do lucro; para reduzir os custos administrativos de registro, os gestores usam o mesmo procedimento tanto para fins fiscais como para reporte financeiro; para não chamar à atenção da mídia e dos órgãos reguladores, os gestores adotam procedimentos que reduzam a variância nos resultados (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004). Além disso, de acordo com a teoria positiva da contabilidade, as empresas que procuram maximizar o valor da ação em um ambiente de aumento da conformidade não adotarão uma estratégia de minimizar os impostos em detrimento do lucro contábil divulgado. Na verdade, os gestores irão sacrificar, ainda mais, os benefícios fiscais para divulgar lucros contábeis mais elevados, mesmo com a probabilidade de renunciar deduções fiscais legítimas e prejudicar o valor das ações (WALKER, 2007).

Para a regulação governamental ser eficiente (aumentar o bem-estar social): (1) os custos com o desenvolvimento de padrões, o monitoramento e a fiscalização do órgão regulador e os custos incorridos pelas empresas com *lobbying* na proposição de padrões contábeis e com o atendimento às normas devem ser menores do que àqueles que as corporações teriam incorrido para fornecer a informação voluntariamente e “(2) o total de usuários estaria

disposto a pagar pelo excedente de custos incorridos para gerar a informação” (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004, p. 252).

Por outro lado, quando as regras contábeis são determinadas primeiramente por órgãos profissionais, a probabilidade de integração de idéias contábeis inovadoras na existente estrutura de padrões é mais elevada. Nessa estrutura, a regulação governamental interfere menos na definição dos padrões contábeis, e as informações contábeis são, em sua maioria, direcionadas para as necessidades dos investidores. Desse modo, espera-se que os relatórios financeiros em países com órgãos reguladores do setor privado sejam relevantes para o processo de avaliação de empresas (ALI; HWANG, 2000).

Os defensores da regulação da contabilidade argumentam que os investidores e o mercado de capitais, em geral, não podem distinguir entre firmas mais ou menos eficientes devido a uma série de razões, tais como (LEFTWICH, 1980; IUDÍCIBUS; LOPES, 2004):

- **monopólio do controle da informação pela administração:** os administradores podem manipular as informações divulgadas nos relatórios financeiros;
- **investidores ingênuos:** os investidores não possuem qualificação para entender os relatórios contábeis;
- **fixação funcional:** os investidores não distinguem lucros calculados segundo critérios diferentes;
- **números sem sentido:** resultados calculados segundo diferentes critérios de avaliação podem não ter sentido, sugerindo que os preços das ações baseados nessas informações não discriminam as firmas eficientes das menos eficientes;
- **diversidade de procedimentos:** essa diversidade torna difícil para o mercado de capitais distinguir a eficiência das firmas;
- **falta de objetividade:** distintos contadores podem escolher procedimentos diferentes e produzir números contábeis díspares.

Diante desses argumentos, a regulação é, frequentemente, sugerida como uma solução para diversos problemas, tais como: remediar falhas do mercado (por exemplo, para remediar a evidência insuficiente da firma) (LEFTWICH, 1980) e reduzir ou equilibrar os efeitos do

processo político (pressupõe-se que os políticos agem em seu próprio interesse e que esse processo é uma competição entre indivíduos por transferência de riqueza) (WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

Ocorre que, assumindo a hipótese do mercado eficiente, os argumentos favoráveis à regulação podem ser desacreditados. De acordo com essa hipótese, o preço das ações não sofre ajuste enviesado decorrente da publicação de balanços (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004). Isso sugere que o administrador não pode enganar, sistematicamente, o mercado de capitais; os investidores não podem ser, em média, prejudicados pela inabilidade em compreender os balanços; e a objetividade por si só não é, necessariamente, relacionada a valor (*Ibid.*, 2004).

As regras contábeis podem tanto limitar a capacidade de um gestor distorcer os resultados divulgados, quanto afetar as propriedades desses resultados (LEUZ *et al*, 2003). O fato é que “quando essas regulações mudam, os números contábeis também mudam” (IUDÍCIBUS; LOPES, 2004, p. 250). Mas a extensão da influência das regras contábeis no gerenciamento de resultado e na qualidade do lucro depende do nível de qualidade e da efetividade da coerção dessas regras. Por isso, a efetividade da coerção é a primeira preocupação de qualquer sistema legal (XU; PISTOR, 2008). O termo coerção (*enforcement*) representa a capacidade de se fazerem cumprir as leis ou regras estabelecidas. Para tal, a coerção compreende a verificação do cumprimento das normas estabelecidas, ou seja, tornar ‘impossível’ a violação das normas e tomar medidas apropriadas quando detectadas infrações a essas normas (isto é, inclui denúncia/acusação, monitoramento, inspeção, aconselhamento e avisos) (GUERREIRO, 2009). A coerção legal exibe uma associação negativa e significativa com o gerenciamento de resultados (LEUZ *et al*, 2003). Daske *et al* (2008) apontam que os benefícios da regulação para o mercado de capitais só ocorrem em países onde as firmas têm incentivos para serem transparentes e o sistema de coerção é rígido.

No entanto, o sistema de coerção é dependente da qualidade das normas. Pistor e Xu (2003) e Xu e Pistor (2008) argumentam que a lei é intrinsecamente incompleta, ambígua, vaga, imprecisa, parcial e/ou subjetiva. Isso porque os legisladores são incapazes de prever todas as contingências futuras. Assim, se a lei é incompleta, a coerção legal, que depende, exclusivamente, da força de dissuasão, combinada com a coerção reativa, será ruim (*Ibid.*, 2003; *Ibid.*, 2008).

Além disso, as regras contábeis sofrem a influência da estrutura legal e institucional de um país (LEUZ *et al*, 2003). A contabilidade é regulada de maneira distinta e com intensidade diferente entre os países de direito romano ou legalistas (*legal system, code law* ou *civil law*) e os de direito consuetudinário ou não legalistas (*common law*) (BALL *et al*, 2000). “Os países anglo-saxônicos são guiados pela filosofia do direito consuetudinário, [...] onde se escreve o mínimo possível na lei e deixa-se aos julgadores a aplicação desse mínimo em casos particulares com base, agora, nos costumes, na tradição, na jurisprudência” (MARTINS *et al*, 2007, p. 12). Nesses países, o processo de normatização ou auto-regulação é promovido por entidades independentes do governo (COSIF, 2011), tendo sido iniciado por profissionais de contabilidade e, posteriormente, passou a contar com a participação ativa dos usuários da informação contábil, da academia e das empresas. Nesses países, a ênfase maior é na proteção dos investidores e privilegia-se o princípio da competência, a prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica e a orientação com base em princípios e não em regras detalhadas (NIYAMA, 2005; MARTINS *et al*, 2007).

Nos países de direito romano, o processo de normatização ocorre a partir de leis derivadas dos poderes executivo e/ou legislativo, com pouca participação do profissional de contabilidade e dos usuários da informação contábil (COSIF, 2011). Nesses países, a regulação privilegia o credor, o fisco, o princípio do conservadorismo, a prevalência da forma jurídica sobre a essência econômica e o elevado volume de regras consideravelmente detalhadas (NIYAMA, 2005; MARTINS *et al*, 2007). Tudo tem que estar previsto em lei e o governo é quase absoluto nesse processo, uma vez que as leis determinam a sistemática do processo de normatização, as normas contábeis ou os órgãos governamentais com poder para tanto (*Ibid.*, 2005; *Ibid.*, 2007). Além disso, países legalistas exibem maior nível de CFF, provavelmente devido à maior influência da regulação e da contabilidade fiscal nos relatórios financeiros (BALL *et al*, 2000).

Via de regra, os países de direito consuetudinário, com um sistema legal inerentemente flexível, irão garantir um nível mais alto de proteção para os investidores financeiros, enquanto os países de direito romano, com um formalismo excessivo, produzem resultados mais pobres (GRAFF, 2008). Entretanto, padrões contábeis no sistema *common law* são estabelecidos em termos gerais (isto é, vagos), podendo ser aplicados, inclusive de maneira diferente, para uma variedade de situações futuras (LORENZO, 2007). Essa flexibilidade na

aplicação de padrões pode resultar em artifícios para manipular os números contábeis ou aproveitar brechas legais (NIYAMA, 2005). No sistema *code law*, o formalismo excessivo restringe a possibilidade de criatividade e de julgamento quanto às classificações dos fatos contábeis, porém reduz, pelo menos em parte, a responsabilidade dos gestores e contadores quanto ao erro ou à fraude, visto que basta o profissional fazer o registro contábil de acordo com as regras detalhadas (MARTINS *et al*, 2007).

Os resultados de diversos estudos são coerentes com a hipótese de que os países com forte proteção de investidores adotam e aplicam normas contábeis e de valores mobiliários que limitam a manipulação das informações contábeis divulgadas para o usuário externo (LEUZ *et al*, 2003). D'Arcy (2000), comparando a qualidade das informações contábeis de empresas norte-americanas e de firmas de outros países com ações listadas no mercado norte-americano, mostra que os países anglo-saxônicos têm padrões contábeis mais rígidos no que diz respeito à divulgação das escolhas contábeis do que os países da Europa Continental. Lang *et al* (2006) fornecem evidências de que as empresas de países com fraca proteção aos investidores mostram mais gerenciamento de resultado. Black e White (2003) argumentam que a capacidade das informações contábeis capturarem ou resumirem informações que afetam o valor das ações é diferente entre os países legalistas (Alemanha e Japão) e países não legalistas (Estados Unidos). Isso porque os padrões contábeis, as normas culturais e o ambiente legal que influenciam a elaboração e a divulgação das informações financeiras, também, são diferentes. Essas evidências sugerem que os órgãos normatizadores internacionais de contabilidade podem afetar os padrões contábeis locais dos países que adotam os padrões internacionais de contabilidade e, conseqüentemente, eles também podem afetar a utilidade relativa da evidenciação das informações contábeis (*Ibid.*, 2003). Contudo, esses órgãos têm pouco, ou nenhum, controle sobre as normas culturais e o ambiente legal. Dessa forma, a mudança nos padrões, por si só, não pode ter o efeito desejado de melhorar a relevância das informações contábeis na avaliação das empresas se os efeitos culturais e legais permanecerem os mesmos.

2.1.5 Os PCGA e a qualidade dos números contábeis

A avaliação empírica da qualidade dos relatórios financeiros inclui a consideração das preferências dos diversos usuários da informação contábil (BALL; SHIVAKUMAR, 2005).

Isso torna difícil a mensuração da qualidade percebida por esses usuários, uma vez que distintos usuários e diferentes grupos de usuários terão preferências díspares. Diante dessa dificuldade, muitos pesquisadores mensuram a qualidade dos relatórios financeiros indiretamente, concentrando-se nos atributos que parecem influenciar essa qualidade, tais como: persistência do lucro; *accruals* discricionários; tempestividade no reconhecimento das perdas; conservadorismo; gerenciamento de resultado; diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável; custo de capital; capacidade das informações financeiras capturarem ou resumirem informações que afetam o valor das ações; sistema legal; ambiente econômico e desenvolvimento do mercado de capitais (por exemplo: BALL *et al*, 2000; BALL; SHIVAKUMAR, 2005; BARTH *et al*, 2008; HANLON *et al*, 2008; DECHOW *et al*, 2010).

O IASB estabeleceu as IFRS com o intuito de garantir as características qualitativas das demonstrações contábeis (principalmente, compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade), melhorando a qualidade e a utilidade desses relatórios para os usuários (KOTHARI *et al*, 2010). Nessa expectativa, mais de cem países já adotaram as IFRS. Dessa forma, espera-se que as IFRS harmonizem as práticas contábeis das empresas, melhorarem a comparabilidade das demonstrações financeiras e atendam à necessidade de padrões contábeis de alta qualidade para serem adotados nos mercados de capitais mundiais (VAN TENDELOO; VANSTRAELEN, 2005). No entanto, os resultados das pesquisas empíricas sobre a relação entre a adoção das IFRS e a melhora na qualidade das informações contábeis são contraditórios, principalmente em países com alto nível de CFF e fraco sistema legal (por exemplo, VAN TENDELOO; VANSTRAELEN, 2005; BOWRIN, 2008; DASKE *et al*, 2008; GJERDE *et al*, 2008; JEANJEAN; STOLOWY, 2008; VIEIRA, 2010).

Defond *et al* (2011) comentam que a melhora na comparabilidade das demonstrações financeiras, ocasionada pela adoção obrigatória das IFRS, reduz os custos de aquisição de informações para os investidores globais e assim, aumenta os investimentos em empresas estrangeiras.

Bowrin (2008) analisando a qualidade dos relatórios financeiros publicados por companhias abertas de Trinidad e Tobago antes e após a adoção das IFRS encontrou que, de maneira geral, a qualidade dos relatórios financeiros melhorou após a adoção das IFRS. Gjerde *et al* (2008) comparando dados das demonstrações financeiras elaboradas pelas empresas

norueguesas, de acordo com as IFRS e com os PCGA da Noruega, encontraram que aquelas preparadas sob as IFRS contêm informações relevantes para avaliação do valor das ações do que aquelas elaboradas com base nos PCGA locais.

Barth *et al* (2008) encontraram que a adoção voluntária das IFRS reduz a suavização dos lucros e aumenta a tempestividade no reconhecimento de perdas após a adoção. Entretanto, a adoção voluntária das IFRS é uma escolha das empresas e, assim, elas têm, provavelmente, fortes incentivos para divulgar números contábeis de maior qualidade (SODERSTROM; SUN, 2007; DASKE *et al*, 2008). Os resultados do estudo de Ahmed *et al* (2010), sobre os efeitos da adoção obrigatória das IFRS, contrastam com os resultados de Barth *et al* (2008) para a adoção voluntária. Ahmed *et al* (2010) encontraram que a adoção obrigatória das IFRS, em 21 países, resulta em: maior suavização dos lucros, mas agressividade na divulgação de *accruals* e redução na tempestividade de reconhecimento de perdas em relação ao reconhecimento de ganhos (ou conservadorismo condicional). Os resultados são mais pronunciados para a subamostra de empresas de países legalistas. As evidências apresentadas por Ahmed *et al* (2010) sugerem que as inferências de melhoria da qualidade da informação contábil quando da adoção voluntária dos padrões internacionais de contabilidade não pode ser generalizada para a adoção obrigatória.

Daske *et al* (2008) analisaram os efeitos da adoção obrigatória e voluntária das IFRS sobre a liquidez de mercado, o custo de capital e o q de Tobin de empresas de 26 países. Comparando os países que adotaram, voluntariamente, as IFRS com aqueles que as adotaram de maneira obrigatória, descobriram que os efeitos no mercado de capitais são mais pronunciados para as empresas que, voluntariamente, mudaram para as IFRS, tanto no ano da mudança quanto depois, quando as IFRS se tornaram obrigatórias.

Guenther *et al* (2009) verificaram se a adoção voluntária e obrigatória das IFRS provocam mudanças na qualidade do lucro das empresas alemãs. Os resultados, dessa pesquisa, sugerem que: tamanho; alavancagem; exposição internacional; abertura de capital da empresa no mercado acionário e dispersão da propriedade das ações são fatores determinantes de ambos os tipos de adoção; o conservadorismo condicional aumenta com os dois tipos de adoção das IFRS; a suavização do lucro diminui, somente, quando a adoção é voluntária; os *accruals* discricionários diminuem, apenas, quando a adoção é obrigatória; a melhora na relevância dos

números contábeis para a precificação de ações não é significativa no período posterior a adoção voluntária e a obrigatória. Essas evidências podem ser mais bem explicadas pelo desenvolvimento do mercado financeiro e o econômico do que pela adoção voluntária ou obrigatória das IFRS. Dessa forma, os padrões contábeis que dependem de informações subjetivas e de difícil verificação (por exemplo, informações sobre valor justo nas IFRS) não melhoram, necessariamente, a qualidade das informações contábeis em países de direito romano como a Alemanha (GASSEN; SELFHORN, 2006; GUENTHER *et al*, 2009).

Horton *et al* (2008) examinaram os efeitos da adoção voluntária e obrigatória das IFRS sobre o ambiente informacional das empresas européias, especificamente sobre a precisão das previsões, da cobertura, da volatilidade e a divergência de revisões dos analistas. De acordo com os resultados, a melhora no ambiente informacional foi mais pronunciada para as empresas que adotaram, voluntariamente, as IFRS em comparação com aquelas que os adotaram de maneira obrigatória. Além disso, as empresas que adotaram, obrigatoriamente, as IFRS, em setores com maior proporção de adoções voluntárias, se beneficiaram mais dessa adoção, indicando uma curva de aprendizagem durante o período da adoção. Os resultados sugerem, ainda, comparando as informações financeiras preparadas com base nas IFRS e aquelas preparadas com os padrões locais europeus, que as IFRS representam o mecanismo causal dessa melhora.

Zhou *et al* (2009) apontam que as empresas chinesas que adotaram as IFRS têm menos propensão para suavizar o lucro no período pós-adoção. Entretanto, essas empresas não apresentam menor probabilidade de participar de estratégias de gerenciamento de resultado e de reconhecimento de perdas com maior tempestividade. Apesar de os resultados indicarem uma melhora na qualidade da informação contábil associada com a adoção das IFRS, eles, também, sugerem que as maiores oportunidades de manipulação do resultado fornecidas pelas IFRS podem neutralizar os efeitos positivos desse padrão na qualidade do lucro. Além disso, por causa do relativamente recente ambiente regulatório na China, os resultados podem apontar para a necessidade de mecanismos mais rigorosos de coerção dos padrões contábeis em mercados emergentes e com sistema legal fraco.

Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) encontraram que o fato de a empresa adotar as IFRS não está associado com menor gerenciamento de resultado, sugerindo que a maior qualidade dos

PCGA não é condição suficiente e efetiva para melhorar a qualidade das informações contábeis em países com fraca proteção dos direitos dos investidores. Nesse sentido, Armstrong *et al* (2010) constataram que as reações do mercado financeiro à adoção das IFRS são mais fracas nos países europeus de direito romano (*code law ou civil law*) do que nos países de direito consuetudinário (*common law*).

Jarva e Lantto (2010) compararam o conteúdo informacional das demonstrações financeiras com base nas IFRS com aquelas baseadas em padrões contábeis finlandeses no ano de 2005. Os resultados propoem que as IFRS, em média, aumentam o lucro e o passivo e diminuem o patrimônio líquido. O lucro e os valores contábeis dos ativos e passivos são menos importantes para a avaliação do preço da ação, no âmbito das IFRS, do que sob o padrão local. Outrossim, os ajustes no lucro sob as IFRS são menos informativos sobre os fluxos de caixa futuros ou sobre os lucros futuros. Esses resultados surpreendem dado a orientação por valor justo das IFRS e posto que as IFRS promovem a ‘verdadeira e justa’ apresentação dos ativos e passivos. O conjunto de resultados sugere que as IFRS podem não ser superiores aos padrões locais.

Tsalavoutas *et al* (2010) examinaram a relevância dos fundamentos contábeis na avaliação do preço das ações antes e após a adoção obrigatória das IFRS na Grécia. Os resultados não propoem mudanças significativas na relevância do valor contábil do patrimônio líquido e do lucro entre o período anterior a adoção das IFRS (2004) e o período pós adoção (2005). Também, não foi encontrada mudança na relevância relativa da informação contábil na avaliação de ações (isto, R^2) entre os dois períodos. Essas evidências indicam a insuficiência da estrutura conceitual da contabilidade para mudar a percepção dos participantes do mercado sobre a relevância das informações contábeis para a avaliação do preço de ações. No entanto, os participantes de mercado veem a informação extra fornecida pela reconciliação entre os padrões gregos e as IFRS, para 2004, como um incremento à relevância das informações, principalmente, para as empresas de menor porte.

Devalle *et al* (2010) avaliaram se a capacidade das informações financeiras capturarem ou resumirem informações que afetam o valor das ações (*value relevance*) aumentou após a adoção das IFRS, usando uma amostra de empresas listadas no mercado financeiro de cinco países europeus. Os resultados apresentam evidências mistas de aumento do poder explicativo

das informações financeiras. Enquanto a influência do lucro no preço das ações aumentou após a introdução das IFRS na Alemanha, na França e no Reino Unido, a influência no valor contábil das ações diminuiu (exceto para o Reino Unido).

Wu *et al* (2005) usaram os modelos de avaliação de Ohlson (1995) e Vuong (1989) para comparar a relevância das informações financeiras, elaboradas com base nas IFRS e com base nos padrões contábeis chineses, na avaliação do valor das ações no mercado chinês. Os resultados apontam que as IFRS não fornecem maior poder explicativo do que os padrões chineses e que esse poder explicativo vem diminuindo ao longo do tempo devido à ineficácia do poder de coerção na implantação das IFRS.

Watts (2003a) destacou que os reguladores favorecem o conservadorismo, contribuindo para a redução dos custos políticos ou aumentando os subsídios para as empresas. O conservadorismo está, diretamente, ligado à regulação, até mesmo como forma de as empresas apresentarem resultados de acordo com os interesses das entidades reguladoras. O lucro apresentado nas demonstrações financeiras é, frequentemente, usado por órgãos do governo e por agências reguladoras no processo de regulação para determinar aumento de tarifas, impostos, entre outros. Isso pode influenciar os administradores na escolha de procedimentos contábeis que apresentem menor variabilidade nos resultados.

Loyeung *et al* (2011) argumentam que os benefícios a longo prazo da adoção das IFRS são subestimados, visto que os erros nos relatórios financeiros, oriundos do processo de transição de padrões locais para as IFRS, podem, temporariamente, minimizar esses benefícios

O aumento da conformidade financeira e fiscal tem sido proposto para melhorar os relatórios financeiros e conter o planejamento fiscal agressivo (HANLON *et al*, 2008). Entretanto, não existe consenso na literatura sobre o alcance desses objetivos. Para alguns autores, um maior nível de CFF, fornecendo incentivos para os gestores reduzirem o gerenciamento de resultado e a evasão fiscal, pode melhorar o poder informativo do lucro (DESAI, 2005; WHITAKER, 2005; 2006). Esses autores argumentam que em um ambiente de baixa CFF, os gestores possuem maior liberdade para escolher estratégias de planejamento fiscal mais agressivo sem afetar, pelo menos em parte, o lucro contábil e a qualidade dos números financeiros. Por outro lado, os resultados de diversas pesquisas sugerem que o aumento do nível de CFF pode

reduzir o poder informativo do lucro contábil e a qualidade das informações disponíveis aos investidores e demais usuários das demonstrações financeiras (HANLON; SHEVLIN, 2005; HANLON *et al*, 2005; 2008; ATWOOD *et al*, 2010). Guenther e Young (2000) apontam que em países onde existe forte CFF, as informações financeiras podem diferir da realidade econômica subjacente porque as empresas tentam minimizar o lucro tributável.

Hanlon *et al* (2008), utilizando o coeficiente de resposta do lucro como medida de poder informativo do lucro, encontraram que o aumento da CFF reduz a utilidade do lucro contábil como uma medida do desempenho econômico das empresas norte-americanas. A redução da utilidade é, significativamente, menor para as empresas dos setores que não enfrentaram um aumento na CFF. Hanlon (2005), em pesquisa anterior, apresentou resultado contrário. Esse autor demonstra que firmas com grande *DT* têm lucros menos persistentes do que aquelas com pequenas diferenças. Além disso, os investidores parecem interpretar as grandes *DTs* positivas (lucro contábil maior que o lucro tributável) como um indicativo de redução da expectativa de persistência nos lucros futuros das empresas analisadas. Hanlon *et al* (2008) comentam que, num primeiro momento, esses resultados poderiam sugerir que a qualidade do lucro melhoraria com um aumento na CFF. Todavia, em estudo anterior, Hanlon *et al* (2005) avaliaram o conteúdo informacional incremental e relativo do lucro contábil e do lucro tributável e concluíram que o lucro contábil exibe maior poder explicativo relativo, enquanto as duas medidas de lucro exibem significativo poder explicativo incremental. Assim, conformar essas duas medidas, no mínimo, resulta na perda de poder explicativo incremental e, se o lucro contábil for conformado com as regras fiscais, essa perda será de aproximadamente 50%. Outrossim, Hanlon *et al* (2008) consideram que essa divergência de resultados se deve à estratégia e ao ambiente de estudo. Enquanto esses autores analisaram uma legislação que aumentou a CFF (e o mercado sabe que aumentando a sua CFF e diminuindo o lucro contábil irá reduzir os impostos e aumentar o fluxo de caixa), Hanlon *et al* (2005) analisaram grandes *DTs* sem nenhuma mudança na CFF. Assim, Hanlon *et al* (2008) destacam a legislação como fator desencadeador da variação no nível da CFF.

A tempestividade do resultado contábil⁷ é outro atributo da qualidade dos relatórios financeiros (BALL; SHIVAKUMAR, 2005). A tempestividade é definida como a extensão com que o resultado contábil do período corrente incorpora o resultado econômico do período

⁷ Os termos tempestividade e oportunidade são tratados como sinônimo nesta pesquisa. Em língua inglesa o termo utilizado é *timeliness*.

corrente (BALL *et al*, 2000), podendo ser um indicador sintético da velocidade com que os eventos econômicos são refletidos na demonstração de resultado e no balanço patrimonial (BALL; SHIVAKUMAR, 2005). O resultado econômico é frequentemente representado pela mudança no valor de mercado do patrimônio líquido, ou seja, a tempestividade do resultado está relacionada com a capacidade do resultado contábil refletir adequadamente a variação no retorno das ações (BALL *et al*, 2000).

O modelo de Basu (1997) é freqüentemente apontado como o mais utilizado para avaliar a tempestividade do resultado e o conservadorismo (WATTS, 2003b; DECHOW *et al*, 2010). O modelo assume que o mercado reflete, de maneira eficiente, perdas no retorno da ação quando tais perdas são incorridas. Basu (1997) apresenta evidências empíricas de que o resultado contábil apresenta maior associação com retornos negativos da ação, que representam as ‘más notícias’, do que com os retornos positivos (‘boas notícias’). Ryan (2006) e Dietrich *et al* (2007) sugeriram que esse modelo de regressão está enviesado, e desde então o uso do modelo de Basu (1997) aumentou.

Santos e Costa (2008) utilizaram o modelo de Basu (1997) para investigar o nível de utilização do conservadorismo e da tempestividade da informação contábil nas demonstrações contábeis de 33 empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque. Os resultados dessa pesquisa sugerem que: (1) não há diferenças no nível de utilização do conservadorismo; (2) o lucro contábil segundo o modelo brasileiro seria mais oportuno do que o norte-americano, contrariando os resultados de Ball *et al* (2000) de que a tempestividade dos resultados é maior em países não-legalistas (*common law*).

Costa *et al* (2006) avaliaram se o lucro contábil incorpora o retorno das ações de empresas argentinas, brasileiras, colombianas, peruanas e venezuelanas (países de direito romano). Os resultados indicam uma baixa relação entre lucro corrente e retorno corrente, bem como um reconhecimento assimétrico entre más e boas notícias, evidenciando conservadorismo no resultado contábil. Esses resultados corroboram a literatura sobre a influência do ambiente institucional do país, ou seja, da regulação contábil, da formação da profissão contábil, da influência da legislação fiscal, das fontes de financiamento e de outros fatores na tempestividade dos resultados (*Ibid.*, 2006).

2.2 Conformidade Financeira e Fiscal

Radcliffe (1993 *apud* LAMB *et al*, 1998) distingue conformidade financeira de conformidade fiscal. A conformidade financeira implica a escolha de uma determinada prática contábil sendo determinada por propósitos fiscais e a inclusão desses itens nos relatórios financeiros é uma pré-condição necessária para a concessão de incentivos fiscais. Por outro lado, a conformidade fiscal pressupõe que o lucro tributável é calculado com base nos PCGA. Em termos gerais, a existência da conformidade financeira e/ou da conformidade fiscal evidencia uma forte ligação entre as normas financeiras e as normas fiscais (LAMB *et al*, 1998).

Quanto maior o nível de conformidade financeira e fiscal (CFF) mais o sistema de contabilidade financeira estará ligado à determinação tributária (CHAN *et al*, 2010), resultando no uso de uma única medida de lucro para propósitos financeiros (divulgação aos acionistas) e fiscais (com poucas adaptações, para determinar a despesa com imposto de renda) (SHAVIRO, 2008).

Lamb *et al* (1998) sugerem cinco níveis de conformidade financeira e fiscal:

- I ‘Desconexão’ entre as regras e práticas fiscais e as regras e práticas da contabilidade financeira, sugerindo falta de influência da legislação fiscal sobre as decisões financeiras. Esse nível pode ser representado pela total desconformidade ou não-conformidade e por um baixo nível CFF, decorrentes de normas financeiras e fiscais detalhadas, independentes e distintas.
- II ‘Identidade’ entre normas financeiras e fiscais. Neste caso, essas normas são as mesmas, sugerindo um elevado nível de CFF, uma vez que existe uma forte ligação entre a contabilidade financeira e a contabilidade fiscal.
- III ‘Liderança Contábil’ – a prática fiscal segue a prática contábil. As normas financeiras são usadas para propósitos financeiros e fiscais quando da ausência de normas fiscais específicas. Inicialmente, isso sugere a influência das normas financeiras sobre as normas fiscais. Contudo, o efeito contrário pode acontecer quando uma norma financeira é vaga ou permite escolhas contábeis, possibilitando que essas normas (ou parte delas) sejam escolhidas, interpretadas ou moldadas com o efeito tributário em mente. Este caso pode ser confundido com o caso ‘identidade’ e pode ser difícil

diferenciá-los, uma vez que ambos apontam para uma influência das normas financeiras sobre as normas fiscais.

- IV ‘Liderança fiscal’ - uma norma fiscal é usada por conveniência para propósitos fiscais e financeiros ou uma opção fiscal é escolhida de forma a reduzir o passivo tributário devido à ausência de uma norma financeira específica e precisa.
- V ‘Domínio fiscal’ – as normas financeiras são ignoradas e uma norma fiscal é usada para propósitos fiscais e financeiros. A ‘liderança fiscal’ e o ‘domínio fiscal’ são exemplos da influência fiscal sobre as escolhas contábeis.

Dessa forma, a CFF pode ser promovida de muitos modos (WALKER, 2007). A conformidade total pode ser alcançada por meio da apuração do imposto de renda sobre o lucro contábil apurado segundo os PCGA ou exigindo que a contabilidade financeira seja preparada de maneira consistente com as regras do Código Tributário Nacional (CTN). A contabilidade financeira e a contabilidade fiscal podem ser fundamentadas em um conjunto de regras pactuadas entre o CTN e os PCGA. A não-conexão ou desconexão será reconhecida quando existirem distintas, independentes e detalhadas regras operacionais para emissão de relatórios fiscais e financeiros. Mesmo se o resultado das medidas são essencialmente os mesmos, o tópico particular pode ainda ser caracterizado como caso I, a independência e a integridade de todas as regras fiscais e contábeis “não-conexas” num senso operacional (LAMB *et al*, 1998). É, também, possível usar um dos padrões, financeiros ou fiscais, como base tanto para os relatórios contábeis quanto para os fiscais, mas prevendo desvios específicos para um dos dois conjuntos de padrões.

A proposta mais comum defende a abordagem da conformidade parcial utilizando os PCGA como ponto de partida, mas antecipando que o governo deve especificar certos desvios discretos para a contabilidade fiscal (WALKER, 2007). Isto porque a probabilidade das diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável serem totalmente eliminadas é mínima (ou até mesmo nula) uma vez que a relação custo-benefício do nível de conformidade financeira e fiscal deve prevalecer. Ou seja, regras societárias com qualidade elevada podem ser utilizadas também na apuração do lucro tributável; ou regras fiscais com qualidade superior também podem ser utilizadas na contabilidade societária. Dessa forma, a conformidade parcial pode ter três significados: 1) influência das normas fiscais nas normas

societárias (por exemplo, o caso brasileiro); 2) influência das normas societárias na legislação fiscal; 3) um misto desses dois casos. A conformidade parcial pode trazer mais benefícios do que custos para a contabilidade societária e a legislação fiscal quando as normas utilizadas tanto para a apuração do lucro contábil quanto para a apuração do lucro tributável possuírem adequado nível de qualidade na visão da contabilidade societária.

Ignácio (2010), utilizou os cinco níveis de CFF propostos por Lamb *et al* (1998) para avaliar o grau de conexão entre as normas e práticas contábeis e fiscais da companhia aberta Gerdau S.A antes e após a adoção da Lei n. 11.638/07. Ao analisar as demonstrações financeiras dessa companhia, o autor concluiu que o grau de conexão entre as normas contábeis e fiscais diminuiu após a adoção da Lei n. 11.638/07, mas não foi extinto. Além disso, esse autor encontrou vários níveis de CFF coexistindo na mesma empresa. Por exemplo, para a transação de ganhos ou perdas com instrumentos financeiros existe total desconexão entre as normas societárias e fiscais; mas para a depreciação do imobilizado essas normas estão vinculadas. Especificamente, esse autor identificou o Caso IV na Gerdau, ou seja, a influência da legislação fiscal sobre a prática contábil, pois, apesar de existir uma norma contábil específica, a prática do cálculo da depreciação com base na legislação fiscal persiste mesmo após a adoção das IFRS no demonstrativo apurado em 2008.

Para Walker (2007), podem existir variações nos níveis de conformidade parcial. Nos Estados Unidos, por exemplo, as empresas que optam pelo uso LIFO, *last in, last out*, como método de avaliação de estoque para propósitos fiscais são obrigadas a divulgar o lucro contábil na mesma base. Mas a contabilização do método de inventário é um exemplo isolado de CFF nos Estados Unidos. Na verdade, a conformidade é muito mais comum em países que tradicionalmente não têm um mercado de capitais sólido, como a Alemanha, a França e o Japão. Nesses países de conformidade obrigatória, muitas vezes, as escolhas fiscais estão condicionadas ao uso da mesma base para fins contábeis e/ou o contrário. As empresas alemãs, por exemplo, podem optar por acelerar a depreciação para fins fiscais somente se essas deduções forem lançadas, também, na contabilidade financeira (*Ibid.*, 2007).

Chan *et al* (2010) argumentam que o nível de CFF está, negativamente, relacionado com as *DTs*, ou seja, quanto menor as *DTs*, maior o nível de conformidade entre esses lucros, e quanto maior as *DTs*, menor o nível de CFF. Existem três principais origens dessa diferença

(MILLS *et al*, 2002; PHILLIPS *et al*, 2003; DESAI, 2005; WEBER, 2005; 2009; TANG, 2006; CHAN *et al*, 2010): os objetivos dos relatórios financeiros e dos relatórios fiscais são diferentes; o gerenciamento de resultado e o gerenciamento tributário. O fato dos relatórios financeiros e dos relatórios fiscais possuírem objetivos diferentes resulta em leis, normas e padrões contábeis, pelo menos em parte, diferentes das leis tributárias. De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC (2008a, p. 7), “o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica”. Enquanto o sistema tributário, por meio da política de imposto de renda, tem muitos objetivos, incluindo: (1) aumento da receita; (2) o incentivo ao crescimento econômico; (3) estabilização da economia; (4) redistribuição de renda e riqueza; (5) encorajar certas indústrias nacionais e certas prioridades; (6) proibir determinadas ações por pessoas físicas; (7) pregação da moralidade e (8) motivos políticos (CRUMBLEY, 1973). Os diferentes objetivos levaram os dois sistemas de normas a diferirem quanto ao âmbito e ao momento em que as operações devem ser incluídas no lucro mensurado, resultando em diferenças permanentes e/ou temporárias entre o lucro contábil e o tributável.

A segunda principal origem das *DTs* é o gerenciamento de resultado caracterizado como o comportamento discricionário dos gestores para elevar o lucro contábil nos relatórios financeiros (sem requisito de conformidade fiscal). Os gestores têm incentivos financeiros para gerenciar de maneira oportuna o lucro contábil porque muitos contratos com credores, clientes, fornecedores, gestores e outros interessados utilizam os números contábeis para especificar os termos de troca (SHACKELFORD; SHEVLIN, 2001; AYERS *et al*, 2009).

Com relação ao gerenciamento tributário, os gestores têm incentivos fiscais para gerenciar de maneira oportuna o lucro tributável, aproveitando a ambiguidade das regras fiscais para minimizar o lucro tributável. Os incentivos fiscais advêm do fato do imposto de renda afetar, negativamente, o retorno de uma empresa após os impostos e as entradas de caixa, resultando em um menor desempenho pós-tributação (TANG, 2006). As empresas tentam uma carga fiscal mais baixa possível. Assim, muitas escolhas em contabilidade, financiamento, *marketing*, produção e outras funções empresariais envolvem a pesagem dos incentivos fiscais

para reduzir o lucro tributável contra os incentivos de relatórios financeiros para aumentar o lucro contábil (SHACKELFORD; SHEVLIN, 2001).

Formigoni *et al* (2009) analisaram a composição da diferença entre o resultado contábil e o resultado tributável (*DT*) nas companhias abertas brasileiras de forma a identificar a explicação para essa diferença, seja por meio do gerenciamento de resultado contábil e/ou do gerenciamento de tributos ou, ainda, por nenhum deles. A amostra é composta por 276 companhias abertas brasileiras e o período de estudo é de 2000 a 2005. Não foram encontradas evidências, estatisticamente, significativas das práticas de manipulação de resultados e/ou de tributos pelas companhias abertas brasileiras consideradas na amostra, bem como de relação entre essas duas práticas e as *DTs*.

Tang (2006) divide as *DTs* em dois componentes: *DT* normal (*NDT*) e anormal (*ADT*). A *DT* normal é a diferença automática decorrente das divergências entre as normas financeiras e tributárias, indicando o grau de desalinhamento financeiro e fiscal. Alternativamente, as *ADTs* refletem as diferenças oportunísticas devido às escolhas gerenciais nos relatórios financeiros e fiscais, quantificando o nível de manipulações gerenciais. Enquanto a *NDT* indica o nível de CFF, a *ADT* está associada com o gerenciamento de resultado e com o gerenciamento tributário.

Outra forma de diferenciar as *DTs* é por sua natureza permanente ou temporária. O *International Accounting Standards* (IAS) n. 12 define as diferenças temporárias como as diferenças entre o valor contábil do ativo ou do passivo no balanço patrimonial e a sua base fiscal (IASB, 2009). As diferenças temporárias representam situações em que o montante da receita ou da despesa associada com uma determinada operação é o mesmo em ambos os sistemas, financeiro e tributário, mas o momento do reconhecimento varia (WEBER, 2005). As diferenças temporárias podem criar impostos diferidos passivos ou ativos. Por outro lado, as diferenças permanentes representam situações nas quais a receita ou a despesa são reconhecidas no período corrente em apenas um dos sistemas, financeiro ou fiscal, mas nunca serão reconhecidas no outro sistema (*Ibid.*, 2005). Dessa forma, a principal distinção entre as diferenças temporárias e as diferenças permanentes é que se espera reverter as primeiras no futuro, enquanto as permanentes não serão revertidas e, conseqüentemente, os impostos diferidos não são reconhecidos (*Ibid.*, 2005).

Phillips *et al* (2003) argumentam que as diferenças temporárias podem surgir tanto das divergências entre as normas financeiras e fiscais, quanto da maior discricionariedade permitida aos gestores pelas normas contábeis em relação às normas fiscais. Por exemplo, as normas contábeis permitem flexibilidade na estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), e na determinação da vida útil dos ativos para fins de depreciação, enquanto as regras fiscais estabelecem critérios rígidos. Em termos gerais, os *accruals* que exigem estimativas dos gestores, tais como: benefícios pós-aposentadoria; reestruturações; garantias e provisões de seguros de vida geram *DTs*. Em contrapartida, *accruals* tais como: os de contas a receber; salários a pagar; contas a pagar; que provavelmente estão sujeitos a menos descrição gerencial, normalmente não geram essas diferenças (*Ibid.*, 2003).

Em suma, as diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável são causadas, principalmente, pelas diferentes normas financeiras e fiscais, pelo gerenciamento de resultado e pelo gerenciamento tributário. De maneira geral, essas diferenças são maiores em ambientes de menor nível de conformidade financeira e fiscal.

2.2.1 Potenciais custos e benefícios da CFF

Os potenciais custos e benefícios do nível de alinhamento entre o lucro contábil e o lucro tributável têm sido alvo de recentes debates na literatura acadêmica nacional e internacional. Em termos de benefícios, por exemplo, um maior nível de CFF pode melhorar o poder informativo dos lucros uma vez que fornece incentivos para os gestores reduzirem o gerenciamento de resultado e a evasão fiscal (DESAI, 2005; WHITAKER, 2005; 2006). Alguns pesquisadores argumentam que num ambiente de maior CFF, os executivos estariam menos dispostos a exagerar no lucro contábil, pois isso resultaria em impostos mais altos e eles não iriam querer subestimar o lucro tributável, já que decorreria em menor lucro divulgado para os credores e os acionistas (HANLON; SHEVLIN, 2005; WALKER; FLEISCHER, 2008; CHAN *et al*, 2010). É provável, também, que as companhias abertas incorram em menos custos de *compliance* em termos de divulgação porque elas iriam informar (essencialmente) a mesma medida de lucro tanto para o órgão regulador do mercado de capitais quanto para o órgão da administração fazendária (HANLON; SHEVLIN, 2005; HANLON; MAYDEW, 2006). Poderia, também, simplificar o ambiente de divulgação,

atualmente muito complexo, onde investidores e administração fazendária se esforçam para decifrar como uma empresa pode divulgar, no mesmo período, lucros contábeis elevados e prejuízo fiscal (HANLON; SHEVLIN, 2005).

Facilitar o processo de auditoria, reduzir os riscos de fiscalização e aumentar a probabilidade de sucesso na defesa de uma posição fiscal agressiva são outros potenciais benefícios de um maior nível de CFF citados na literatura (CLOYD, 1995; CLOYD *et al*, 1996; MILLS, 1998; HANLON; MAYDEW, 2006). Mills (1998) encontra uma associação positiva entre os ajustes contábeis derivados da fiscalização fazendária e as *DTs*. Isso se deve a três fatores: (1) as empresas têm incentivos (por exemplo, economia no fluxo de caixa) para reduzir o lucro tributável; (2) no entanto, os custos de fiscalização tributária (por exemplo: impostos adicionais, multas e outros custos) afetam as escolhas gerenciais entre tratamentos financeiros e fiscais e (3) benefícios da divulgação financeira - quanto mais o lucro contábil excede o lucro tributável, mais evidências a administração fazendária tem de que a empresa está sendo agressiva em seus relatórios fiscais. Cloyd (1995) e Cloyd *et al* (1996) apresentam evidências de que as empresas que divulgam o lucro contábil e o lucro tributável em conformidade aumentam a probabilidade de sucesso na defesa de uma posição fiscal agressiva e diminuem as chances de sofrerem auditorias (ou fiscalizações) da administração fazendária.

Algumas pesquisas anteriores apontam que a diferença entre o lucro contábil e o tributável poderia ser um sinal eficaz da agressividade fiscal. Desai (2003) afirma que o crescimento das *DTs* durante a década de 1990 foi causado pelo aumento dos níveis de evasão fiscal. Wilson (2009) encontra que as *DTs*, estão, positivamente, associadas com a incidência da evasão fiscal. Além disso, Mills (1998) encontrou que os ajustes de auditoria propostos pela *Internal Revenue Service* (IRS) estão, positivamente, relacionados com maiores *DTs*. Frischmann *et al* (2008) encontraram que a diferença entre o lucro contábil e o tributável é uma *proxy* adequada para a agressividade fiscal. Apesar dessas evidências, a utilidade das *DTs* como *proxy* para agressividade fiscal pode ser limitada, visto que as atividades de gerenciamento de resultado e as características específicas da firma são os principais determinantes das *DTs*. Hanlon (2003) e Manzon e Plesko (2001) identificaram algumas características específicas das firmas que são determinadas por *DTs*, mas não necessariamente refletem relatório fiscal agressivo. Por exemplo, as empresas com grande volume de despesas

de capital podem ter significativas *DTs* associadas com a depreciação, o que poderia não ser reflexo de uma estratégia de planejamento fiscal agressivo (FRISCHMANN *et al*, 2008).

Apesar de uma expectativa de economia fiscal, é improvável que a administração sempre escolha a conformidade, o que envolve, normalmente, a imediata contabilização de despesas que poderiam ser capitalizadas (ou o diferimento de receitas que poderiam ser reconhecidas imediatamente), porque essas escolhas resultam em menor lucro líquido e potencialmente maior custo não tributário (por exemplo, violações de cláusulas contratuais de dívidas, redução de remunerações, percepção negativa de consequências do mercado de capitais) (CLOYD *et al*, 1996; SCHOLLES *et al*, 2009). Dessa forma, do ponto de vista gerencial, o valor da economia tributária esperada deve ser contrabalançado com os custos não tributários associados à conformidade.

Em termos de custos, está a perda de informação para o mercado de capitais (HANLON; SHEVLIN, 2005; HANLON *et al*, 2005; 2008; ATWOOD *et al*, 2010). Esses autores argumentam que o aumento do nível de CFF reduz o poder explicativo do lucro contábil, reduzindo a qualidade da informação disponível aos investidores e demais usuários das demonstrações financeiras. Chan *et al* (2010) alertam que, em ambientes de alta conformidade, divulgar o lucro tributável significativamente menor do que o lucro contábil sinaliza desobediência fiscal, o que torna as empresas menos propensas a divulgar significativas diferenças entre a contabilidade financeira e a fiscal. Da mesma forma, se as companhias abertas diminuem o lucro tributável e o lucro contábil em um mesmo montante (desobediência na CFF), elas podem incorrer em maiores custos contratuais e maiores custos no mercado de capitais, já que a divulgação de menores níveis de lucro contábil tem um efeito negativo sobre contratos de dívida e sobre os preços das ações.

Por outro lado, em ambientes de baixa CFF, os gestores possuem maior liberdade para diminuir o lucro tributável de forma que não necessariamente diminua o lucro contábil de uma maneira equivalente (CHAN *et al*, 2010). Para esses autores, com a redução da CFF os gestores tomarão posições fiscais mais agressivas com pouco ou nenhum efeito sobre o lucro contábil, tendo, assim, mais oportunidades para a desobediência tributária sem afetar a qualidade nos números financeiros.

Percebe-se que não existe consenso na literatura sobre qual é, e se existe, um nível mais adequado de CFF. Contudo, Guenther e Young (2000) argumentam que em países onde existe forte CFF, as informações financeiras podem diferir da realidade econômica subjacente porque as empresas tentam minimizar o lucro tributável. Assim, diante dos diferentes objetivos dos relatórios financeiros e dos relatórios tributários tem-se que um menor nível de conformidade pode melhorar a qualidade das informações financeiras.

2.2.2 Fatores determinantes do nível de conformidade financeira e fiscal

O principal objetivo da identificação dos determinantes do nível de conformidade financeira e fiscal é desenvolver uma medida abrangente dessa variável que possa variar entre países e/ou dentro de um país ao longo do tempo (HUNG, 2001; ATWOOD *et al*, 2010; LANG *et al*, 2011; COMPRIX *et al*, 2011). A literatura acadêmica apresenta vários fatores que moldam a qualidade dos relatórios financeiros, sendo os PCGA, apenas, um deles (HOLTHAUSEN, 2009), ou seja, a adoção de padrões contábeis de maior qualidade pode ser uma condição necessária para a aquisição de informações de alta qualidade, mas não é, necessariamente, suficiente (BALL *et al*, 2003).

Soderstrom e Sun (2007) argumentam que o impacto positivo da adoção de melhores práticas contábeis, por exemplo, as IFRS, na qualidade da informação contábil, apontado na literatura internacional, não pode ser generalizado baseado, apenas, no histórico de adoções. Na verdade, para esses autores, a qualidade da informação contábil após a adoção dessas práticas contábeis é dependente de três fatores: (1) da qualidade das normas; (2) do sistema jurídico e político e (3) dos incentivos de divulgação financeira. Holthausen (2009) apresenta outros fatores: incentivos dos gestores; qualidade e incentivos dos auditores; regulação; coerção legal; estrutura de propriedade e outros aspectos institucionais da economia.

Os fatores identificados na literatura como determinantes do nível de CFF estão organizados, nesta pesquisa, em três grupos: legislação; monitoramento; rentabilidade e características institucionais.

2.2.2.1 Legislação

Hanlon *et al* (2008) destacam o conjunto de normas contábeis ou fiscais como fator preponderante para a mudança do nível de CFF. Nobes e Schwencke (2006) elaboraram um modelo para identificar como o alinhamento entre o lucro contábil e o tributável varia ao longo do tempo e entre países ou empresas. Para esses autores, o fator que sinaliza essa variação é a legislação, seja ela em forma de lei, PCGA, norma, regra fiscal ou societária. Por exemplo, no grupo de países com baixo nível de CFF estão aqueles que possuem normas contábeis e tributárias desconectas, e o objetivo dos relatórios financeiros está voltado para os investidores; já os países classificados no grupo de alto nível de CFF, as normas contábeis são detalhadas e o principal usuário dos relatórios financeiros é o credor (*Ibid.*, 2006).

Tanto alterações na legislação fiscal quanto na legislação societária podem afetar o nível de CFF. Guenther *et al* (1997) e Hanlon *et al* (2008) apresentam evidências de uma alteração na norma fiscal nos Estados Unidos que aumentou o nível de CFF das companhias abertas. A Lei de Reforma Tributária de 1986 obrigou as grandes empresas norte-americanas (vendas acima de \$5 milhões), que usavam o regime de caixa para propósitos fiscais e o regime de competência na contabilidade financeira, a usarem, somente, o regime de competência para apurar tanto o lucro contábil quanto o tributável. Dessa forma, as empresas que já usavam o regime de competência na contabilidade financeira tiveram que usá-lo, também, para fins fiscais a partir da promulgação dessa lei. Antes dessa mudança obrigatória, essas empresas enfrentavam poucas escolhas entre o planejamento fiscal e os objetivos dos relatórios financeiros. Após essa mudança, os critérios de reconhecimento para propósitos fiscais e financeiros tornaram-se mais parecidos, aumentando as escolhas entre os objetivos financeiros e fiscais (GUENTHER *et al*, 1997). Isso fez com que as empresas diferissem mais o lucro para fins de demonstrações financeiras (*Ibid.*, 1997).

O governo da China em 1998, para responder às pressões nacionais e internacionais, aprovou novos padrões contábeis para as companhias abertas, reconhecendo, formalmente, que os objetivos dos relatórios financeiros e tributários são diferentes (CHAN *et al*, 2010). A partir da vigência desses padrões, os gestores puderam usar critérios de reconhecimento na contabilidade financeira diferentes daqueles usados para fins fiscais. Esses padrões, por exemplo, removeram os limites rígidos sobre as PCLDs, concederam às empresas liberdade

para determinar a vida útil dos ativos e escolher os métodos de depreciação e permitiram a eliminação do custo histórico para várias classes de ativos. Desse modo, os gestores chineses tinham incentivos para utilizarem métodos diferentes para relatórios financeiros e fiscais, o que provocou o aumento das diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável (*Ibid.*, 2010).

A Rússia tentou reduzir o nível de CFF nas empresas alterando o Código Tributário em 2002 (GONCHAROV; ZIMMERMANN, 2006). As empresas tiveram que desenvolver políticas distintas para a contabilidade financeira e para a contabilidade tributária. O objetivo da contabilidade tributária seria, então, a contabilização de impostos e a redução de despesas fiscais correntes. O sistema de contabilidade financeira poderia ser usado para relatar números contábeis de alta qualidade para proporcionar aos usuários informações sobre o desempenho econômico da empresa. Portanto, a nova lei tributária forneceu uma opção para mudar a qualidade dos resultados relatados. No entanto, segundo esses autores, o histórico de forte influência da legislação fiscal sobre a regulação da contabilidade na Federação Russa e o comportamento de gerenciamento de resultado com o objetivo de reduzir a despesa fiscal não permitiram que a nova legislação atingisse o seu objetivo de reduzir o nível de CFF.

Observe-se que a promulgação e a implantação de leis e de normas que podem afetar o nível de CFF dependem do desenvolvimento econômico, social e político nacional e internacional, dos objetivos e dos interesses dos órgãos normatizadores, de interesses políticos e do poder de coerção. Nessa mesma linha de pensamento, Soderstrom e Sun (2007) concluem que mesmo um país adotando normas contábeis consistentes, como, por exemplo, as IFRS; futuras melhorias na qualidade da informação contábil são dependentes de mudanças no sistema jurídico e político do país, visto que esses afetam a qualidade da informação contábil por meio do sistema tributário.

O lucro antes do imposto de renda (LAIR), e o lucro tributável são determinados por meio de métodos de provisão contábil, mas vários conceitos subjacentes da contabilidade financeira (como o conservadorismo e o princípio da congruência) não são, geralmente, aplicáveis na determinação das provisões para apuração do lucro tributável (ATWOOD *et al.*, 2010a). Como resultado, o lucro tributável pode exceder o LAIR se o gestor não implementar estratégias para reduzir os impostos pagos (agressividade fiscal). Enquanto algumas dessas estratégias

são bastante claras (como o uso da depreciação acelerada em detrimento da depreciação linear), outras envolvem a tomada de posições para as quais a resolução final é incerta, e outras, ainda, são, claramente, ilegais ou abusivas. Esses autores encontraram que as empresas são mais agressivas, em termos fiscais, quando as alíquotas de imposto são mais altas, quando o nível de CFF é menor, quando a coerção legal é fraca e sob o sistema tributário local. Entretanto, as empresas que utilizam as IFRS na preparação dos seus relatórios financeiros são mais agressivas em termos fiscais do que aquelas que preparam esses relatórios com base nos padrões contábeis locais. Finalmente, a agressividade tributária é menor em países de direito romano, e em países com maior concentração acionária, mais forte coerção fiscal e mais forte proteção do investidor. Esses resultados sugerem que as características do sistema tributário, dos padrões contábeis e fatores institucionais impactam na agressividade tributária, mesmo após controlar por fatores específicos da empresa (isto é, desempenho, tamanho, custos operacionais, alavancagem, crescimento, presença de operações multinacionais e setor) (*Ibid.*, 2010a).

O foco de uma série de estudos recai sobre a análise da associação entre os padrões contábeis utilizados na apuração e contabilização do imposto de renda e o gerenciamento de resultado. Revsine *et al* (1999 *apud* HANLON, 2005) sugerem que as *DTs* podem ser usadas como uma medida de conservadorismo e agressividade contábil. Penman (2001 *apud* HANLON, 2005) conclui que a variação dessa diferença ajuda a detectar a manipulação de despesas. Joos *et al* (2000 *apud* HANLON, 2005) argumentam que as empresas com grande *DT*, oportunisticamente gerenciam resultados, e os investidores reconhecem esse fato. Mills e Newberry (2001) evidenciam que a magnitude das *DTs* está, positivamente, associada a incentivos de relatórios financeiros, tais como: padrões anteriores de lucros e dificuldades financeiras. Phillips *et al* (2003) mostram que o imposto de renda diferido pode ser usado para detectar gerenciamento de resultado. Esse gerenciamento pode ser detectado por meio de três circunstâncias particulares: o lucro divulgado é igual ou ligeiramente maior do que o lucro do ano anterior, do que zero e do que as previsões dos analistas. Lev e Nissin (2004) examinam se as *DTs* podem ser usadas para prever o crescimento dos lucros futuros. Hanlon (2005) encontra que grandes *DTs* estão associadas à menor persistência do lucro.

Erickson *et al* (2004) investigam uma amostra de 27 empresas acusadas pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) de aumentar os lucros de maneira fraudulenta. Eles

identificaram que muitas empresas conformavam o lucro contábil com o lucro tributável, e pagavam imposto de renda sobre a parcela excessiva de lucro. As empresas fraudulentas registravam passivos fiscais diferidos para a parcela remanescente (ou seja, comportamento de não conformidade financeira e fiscal). Esses autores estimam que as empresas fraudulentas paguem, em média, o equivalente a 0,11 dólar de imposto de renda adicional para cada dólar de LAIR inflacionado. Eles concluem que os gestores parecem acreditar que um dólar dos lucros contábeis exagerado é mais valioso do que 0,11 dólares de dinheiro em caixa. Badertscher *et al* (2009) exploram as características das empresas que afetam a escolha entre estratégias de gerenciamento de resultado com e sem conformidade financeira e fiscal usando uma amostra de empresas que reapresentaram as demonstrações financeiras reduzindo os números divulgados devido a irregularidades contábeis. Eles encontraram que o gerenciamento de resultado sem CFF é mais presente do que o gerenciamento de resultado com CFF entre essas empresas (isto é, os gestores não informam todo o exagero de lucro financeiro como lucro tributável). Em particular, as empresas com prejuízos fiscais, elevado fluxo de caixa livre, maior qualidade dos auditores e fraudes estavam mais inclinadas a adotar uma estratégia de gerenciamento de resultado com CFF.

Ettredge *et al* (2008) examinaram a associação entre o imposto de renda diferido e as *DTs* com a fraude no ano de início e no ano anterior à fraude. A amostra da pesquisa é composta por 65 empresas fraudulentas, de acordo com relatório da SEC, e um conjunto de empresas controladas por volume de ativos, setor, ano e natureza do lucro (LAIR positivo ou negativo). Os resultados apontam que, para empresas com LAIR positivo, o imposto de renda diferido tem uma forte e incremental associação com a ocorrência de fraude e com *accruals* discricionários no ano de início da fraude, mas possui modesto poder incremental para explicar a ocorrência de fraudes no futuro (próximo ano). A variável *DT* não apresentou poder explicativo.

Percebe-se que os objetivos de uma determinada norma, por exemplo, a redução do nível de CFF e a melhora na qualidade das informações financeiras, podem não ser concretizados na prática. O alcance do objetivo de redução do nível de CFF depende de diversos fatores, tais como, da qualidade das normas, da coerção legal, das características institucionais das empresas, do desenvolvimento econômico, político e social do país e do interesse dos órgãos normatizadores.

2.2.2.2 Monitoramento

De acordo com a teoria da agência, os agentes internos (gestores e principais acionistas) têm incentivos para adquirir benefícios pessoais de controle (LEUZ *et al*, 2003). Como só podem ser tomadas medidas disciplinares contra os agentes internos se forem detectados benefícios pessoais, eles se sentem incentivados a manipular as demonstrações financeiras, reduzindo a qualidade das informações divulgadas, com a finalidade de ocultar suas atividades (LOPES; TUKAMOTO, 2007). Contudo, um efetivo e consistente sistema de monitoramento externo é base para limitar a capacidade dos agentes internos em desviar recursos para benefício próprio (LEUZ *et al*, 2003), uma vez que ele pode forçar os gestores e acionistas a adotarem procedimentos que reduzam os riscos de imagem, de fraude, de legislação e tributário. Os direitos dos agentes externos podem ser protegidos, principalmente, com relação à qualidade das informações financeiras divulgadas pelas empresas, por meio de vários métodos de monitoramento, tais como: auditoria externa; acompanhamento de analistas financeiros e características do mercado de capitais (LEUZ *et al*, 2003; LOPES; TUKAMOTO, 2007; LANG *et al*, 2011).

Via de regra, são impostas exigências mais rígidas de governança corporativa, de evidenciação e de separação entre os sistemas financeiros e os fiscais para as empresas terem acesso ao capital internacional (LOPES *et al*, 2007). A liberalização e a globalização dos mercados financeiros têm fornecido às empresas maneiras de reagir à regulação do país de origem, atraindo capital de investidores estrangeiros e optando por regulações estrangeiras mais rígidas (STULZ, 1999; COFFEE JR., 1999; 2007). Por exemplo, as empresas podem listar ações em outro país (*cross-listing*) para submeter-se a regulação estrangeira mais rígida a fim de superar restrições regulatórias, institucionais ou outras no país de origem e para tranquilizar investidores externos. Essa é a hipótese sugerida por Coffee Jr. (1999; 2007) e Stulz (1999) para explicar por que muitas empresas, particularmente aquelas de economias emergentes, têm procurado listar ações em bolsas norte-americanas. As leis dessas bolsas de valores garantem sólidos direitos aos investidores estrangeiros e exigem maior evidenciação do que as leis de outros países. Além disso, a coerção legal dessas regras é mais rígida do que aquelas de outros países (COFFEE JR., 1999; 2007). A literatura mostra que existem empresas que voluntariamente buscam uma regulação mais rígida e que os investidores recompensam tal comportamento (LEUZ, 2010). Mas, também, demonstra que nem todas as

empresas obtêm resultado positivo dessa estratégia (por exemplo, LEUZ; OBERHOLZER-GEE, 2006).

Lang *et al* (2011) evidenciam que as empresas listadas em bolsas de valores norte-americanas têm informações contábeis de maior qualidade, caracterizadas por menor grau de gerenciamento de resultado, tempestividade no reconhecimento das notícias desfavoráveis e uma maior associação com o preço das ações. Leuz *et al* (2003) encontraram evidências de que a prática de gerenciamento de resultados é mais frequente em países com foco no agente interno, com controle acionário relativamente concentrado, fraca proteção ao investidor e mercado de capitais menos desenvolvido, como Itália, Índia e Grécia. Por outro lado, o nível de gerenciamento de resultados é menor nos países com mercado de capitais desenvolvido, estrutura acionária dispersa e forte proteção ao investidor. Corroborando esses resultados, Lang *et al* (2006), comparando a qualidade das informações contábeis de empresas norte-americanas e de firmas de outros países com ações listadas no mercado financeiro norte-americano, encontraram que as empresas de países com fraca proteção aos investidores mostram mais evidências de gerenciamento de resultado, sugerindo que a regulação da SEC, não suplanta os efeitos do ambiente regulatório local.

Lopes e Tukamoto (2007) realizaram uma investigação sobre as diferenças nos níveis de gerenciamento de resultados decorrentes do tipo de norma contábil adotada e se as exigências advindas do processo de *cross listing* se refletem na qualidade informacional das demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras. Esses autores não identificaram diferenças no nível de gerenciamento de resultados entre as demonstrações contábeis das companhias emissoras de *American Depositary Receipts* (ADR) e das não emissoras.

Fernandes e Ferreira (2008), com uma amostra de mais de 21.000 empresas de mais de quarenta países desenvolvidos e emergentes, investigaram se o fato de essas empresas listarem ações no mercado norte-americano afeta a variação do retorno das ações. Os resultados dessa pesquisa mostram que o fato de empresas de países desenvolvidos listarem ações no mercado norte-americano melhora a variação do retorno das ações. Por outro lado, para as empresas de países emergentes, a listagem no mercado norte-americano diminui a variação do retorno das ações. Além disso, a variação do retorno das ações é maior para empresas de países com forte proteção de investidores (*Ibid.*, 2008). Nesse mesmo sentido,

Lang *et al* (2003) encontraram que as empresas que lançaram ADRs têm maior cobertura e precisão nas previsões de analistas e, por consequência, experimentam maiores aumentos no seu valor de mercado, se beneficiando de menor custo de capital ou melhor governança corporativa.

Young e Guenther (2003) avaliaram se o ambiente de evidênciação de informações contábeis de 23 países influencia a mobilidade de capital internacional. Os resultados dessa pesquisa apresentam que nos países onde a legislação determina maiores níveis de evidênciação de informações contábeis e onde a contabilidade financeira não sofre influência da contabilidade fiscal, é maior a mobilidade de capitais internacionais.

Medeiros e Quinteiro (2008), também, avaliaram se o ambiente de evidênciação de informações contábeis afeta a mobilidade de capitais internacionais de uma amostra de 22 países. Os resultados gerais corroboram os resultados de estudos anteriores, ou seja, maiores níveis de evidênciação por parte dos países proporcionam maior mobilidade de capitais internacionais. Adicionalmente, esses autores testaram se o nível de CFF influencia a mobilidade de capitais internacionais, concluindo que a influência exercida pela contabilidade fiscal sobre a contabilidade financeira afeta, negativamente, a mobilidade de capitais internacionais, da amostra global, dos países da América do Sul e dos países da América Latina.

A listagem em segmentos especiais de uma determinada bolsa de valores também pode afetar o nível de CFF das empresas listadas nessa bolsa, uma vez que envolve maiores exigências de governança corporativa, de evidênciação e de separação entre os sistemas financeiros e os fiscais. A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA⁸, 2011) criou quatro segmentos especiais de listagem no mercado de ações (Novo Mercado, Nível 2, Nível 1 e Bovespa Mais) com regras rígidas de governança corporativa para desenvolver o mercado de capitais brasileiro, atraindo novos investidores e novas empresas. Essas regras vão além das obrigações que as companhias têm perante a Lei das Sociedades por Ações e podem melhorar a avaliação das companhias que decidem aderir, voluntariamente, a um

⁸ A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – é uma companhia de capital aberto formada pela integração, em 2008, das operações da Bovespa e da Bolsa de Mercadorias & Futuros. Sediada em São Paulo, possui escritórios no Rio de Janeiro, nos Estados Unidos, na China e no Reino Unido. É a única bolsa em operação no Brasil e é líder na América Latina (BM&FBOVESPA, 2011).

desses níveis de listagem, bem como reduzir o risco dos investidores que decidem ser sócios dessas empresas (*Ibid.*, 2011).

Ramos e Martinez (2006) testaram se o monitoramento embutido em mecanismos de governança inibe o gerenciamento de resultados. De acordo com os resultados dessa pesquisa, as companhias abertas brasileiras que aderiram ao programa de governança corporativa na BM&FBOVESPA, gerenciam menos resultado do que as empresas que não aderiram. A variância dos *accruals* discricionários no primeiro nível de governança é superior a variância nos demais níveis, sugerindo que as empresas do primeiro nível de governança convivem com *accruals* discricionários em termos absolutos mais altos que os demais níveis. Portanto, quanto maior o nível de exigência das regras de governança corporativa da BM&FBOVESPA menor a tolerância para práticas de gerenciamento de resultado.

A auditoria é uma forma de monitoramento utilizada pelas empresas para reduzir os custos de agência (JENSEN; MECKLING, 1976; WATTS; ZIMMERMAN, 1983) e a assimetria de informações entre os gestores e os *stakeholders* da empresa (BECKER *et al*, 1998). Os custos de agência decorrem dos conflitos de interesses entre os proprietários do capital e dos agentes contratados para administrá-los (FAMA; JENSEN, 1983; JENSEN; MECKLING, 1976). Nesse âmbito, a auditoria é vista como um mecanismo de redução desses custos (JENSEN; MECKLING, 1976; WATTS; ZIMMERMAN, 1983; FRANCIS; WILSON, 1988).

A qualidade da auditoria e o tipo de parecer dos auditores podem influenciar a avaliação das companhias realizada por diversos usuários externos. Os investidores, por exemplo, têm que confiar nas informações financeiras publicadas, já que não podem observar, diretamente, os resultados das empresas. Assim, para salvaguardar a credibilidade das informações financeiras publicadas, os auditores externos devem comprovar que elas estão em conformidade com os PCGA (TEOH; WONG, 1993; DEFOND; SUBRAMANYAM, 1998). Nesse contexto, esses autores, mostram que a auditoria reduz o viés positivo no resultado líquido e nos ativos, assim como, os relatórios financeiros não auditados tendem a mostrar resultados e ativos inflados.

Não obstante, espera-se que a efetividade e a relevância da auditoria variem com a qualidade do auditor. DeAngelo (1981) define qualidade dos serviços de auditoria como a probabilidade

de um erro material ser detectado e divulgado pelo auditor. É mais provável que auditores com maior nível de qualidade detectem práticas contábeis questionáveis e se oponham à sua utilização e/ou as qualifiquem no relatório de auditoria (BECKER *et al*, 1998). Além disso, as empresas BIG4⁹ possuem maior credibilidade e maior clientela do que as empresas não BIG4 (TEOH; WONG, 1993) e, por isso, elas têm mais a perder em caso de perda de reputação (BECKER *et al*, 1998). Assim, os auditores das BIG4 possuem um incentivo relativamente maior para prestarem serviços de maior qualidade e de maneira independente (KINNEY JR.; MARTIN, 1994).

DeAngelo (1981), Teoh e Wong (1993) e Francis e Yu (2009) encontraram que a qualidade da auditoria é superior nas maiores empresas de auditoria, ou seja, é maior a probabilidade das BIG4 emitirem parecer de auditoria sobre a continuidade operacional e dos clientes dessas empresas evidenciarem um comportamento menos agressivo de gerenciamento de resultado. Outrossim, as empresas de auditoria que pertencem ao grupo das BIG4 possuem menores taxas de litígio (pelo menos nos Estados Unidos) (KHURANA; RAMAN, 2004) e recebem maiores honorários em relação às não BIG4 (HOITASH *et al*, 2007). Esses resultados empíricos sugerem que a qualidade de auditoria das BIG4 é superior à qualidade de auditoria das empresas não BIG4.

As empresas auditadas por auditores das BIG4, quando comparadas com aquelas auditadas por auditores das não BIG4, apresentam: coeficiente de resposta do lucro (CRL)¹⁰ significativamente maior (TEOH; WONG, 1993); divulgação de menor montante de *accruals* discricionários (BECKER *et al*, 1998; KRISHNAN, 2003); maior associação entre o retorno das ações e os *accruals* discricionários (KRISHNAN, 2003); reação mais intensiva do mercado de ações (maior CRL) para um inesperado resultado positivo da empresa (TEOH; WONG, 1993). Consoante com esses resultados, Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) encontraram que as empresas que têm adotado as IFRS usam mais a técnica de alisamento do lucro, embora esse efeito seja significativamente reduzido quando essas empresas são auditadas por auditores das BIG4.

⁹ As BIG4 (PricewaterhouseCoopers, Deloitte, Ernst & Young e KPMG) são as quatro maiores empresas multinacionais de contabilidade e de consultoria que prestam serviços de auditoria. Em 2000, além dessas grandes empresas multinacionais de contabilidade, a Arthur Andersen integrava o grupo denominado BIG5.

¹⁰ *Earnings response coefficient* (ERC), em inglês.

Nessa linha de pensamento, Mills *et al* (2002) consideram que a auditoria externa é necessária porque os gestores podem usar o poder discricionário atribuído pelos PCGA de maneira oportuna. Os gestores têm incentivos para ‘ajustar’ o lucro com o objetivo de maximizar o valor da empresa (BECKER *et al*, 1998). Os incentivos são criados por contratos baseados no resultado divulgado pela empresa (por exemplo, planos de remuneração gerencial e restrições de dívida), no qual ele desempenha um papel importante. Por consequência, os ajustes podem gerar *DTs*, em qualquer direção, e indicar problemas na qualidade dos lucros (HANLON, 2005), disparando por sua vez maior fiscalização dos reguladores e dos auditores externos (MILLS, 1998; MILLS; SANSING, 2000; MILLS; NEWBERRY, 2001; HANLON; KRISHNAN, 2006). Entretanto, Badertscher *et al* (2009) identificaram que a maioria das empresas auditadas por auditores de alta qualidade (BIG4/5) optam por gerenciar resultado em um ambiente de conformidade financeira e fiscal para reduzir os custos de fiscalização e de detecção.

Para as companhias abertas brasileiras, Almeida e Almeida (2009) concluíram que as empresas auditadas por auditores das BIG4 possuem menor grau de *accruals* discricionários em relação às demais, sugerindo a capacidade para mitigar práticas de gerenciamento de resultado. Os *accruals* discricionários são uma *proxy* do gerenciamento de resultados contábeis (MARTINEZ, 2009). Os *accruals* representam as contas de resultado que entram no cômputo do lucro, mas que não implicam necessária movimentação de disponibilidades, porém, os *accruals* discricionários são artificiais e têm como único propósito “gerenciar” o resultado contábil. Martinez (2009) segrega o gerenciamento de resultado em duas categorias: por escolhas contábeis ou derivado de *accruals* discricionários; e por decisões operacionais (por exemplo, relacionadas com vendas, nível de produção e despesas discricionárias) para manipular a informação contábil com o objetivo de enganar pelo menos alguns usuários das informações contábeis, fazendo-os acreditar que determinadas metas econômico-financeiras foram atingidas no curso normal das operações (*Ibid.*, 2009). Esse autor encontrou que o fato de a empresa ser auditada por uma BIG4 reduz o gerenciamento de resultado por escolhas contábeis, mas não assegura menor gerenciamento de resultado por decisões operacionais.

Os resultados encontrados por Mello-e-Souza (2007), com uma amostra de 290 companhias abertas brasileira para o ano de 1999 e 312 para o ano de 2000, sugerem que as empresas auditadas por uma BIG4 têm melhor qualidade da contabilidade, quando a medição de tal

qualidade se dá pela aderência aos PCGA ou pelo conservadorismo. No entanto, quando o critério utilizado para medir a qualidade das informações contábeis é o das provisões contábeis voluntárias, o resultado é contrário, sugerindo que as empresas auditadas por auditores de uma das BIG4 tendem a reconhecer o lucro de maneira mais agressiva (MELLO-E-SOUZA, 2007).

O escândalo da empresa Enron, revelado em outubro de 2001, representa certamente a maior falha de auditoria cometida por uma das cinco maiores empresas de auditoria do mundo (LI, 2010). O conflito de interesses entre os dois papéis desempenhados pela Arthur Andersen (consultoria e auditoria) e a falta de independência dos auditores contribuíram para a falência da Enron (Ibid., 2010). Nesse contexto, com o objetivo de garantir a independência do auditor e a qualidade dos serviços de auditoria, a CVM (1999a) estabeleceu que um auditor independente, pessoa física ou jurídica, não pode prestar serviços para um mesmo cliente por prazo superior a cinco anos consecutivos, e, ainda implementou uma carência mínima de três anos para a sua recontratação. No entanto, apesar de mantida essa exigência pelo CFC (2010), o rodízio de auditores tem sido questionado na literatura acadêmica. Martinez e Reis (2010) confirmaram que com ou sem rodízio de auditores independentes os efeitos decorrentes do gerenciamento de resultado não apresentam diferença significativa na sua essência. Braunbeck e Carvalho (2008) sugerem que relações mais longas entre auditor e auditado resultam em maior qualidade das auditorias.

A auditoria pode ser caracterizada como uma verificação independente dos dados financeiros preparados pelos gestores (DeANGELO, 1981) com o objetivo de “aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários” (CFC, 2009, item 3). Para alcançar esse objetivo, o auditor emite uma opinião, com um nível elevado de segurança, de que as demonstrações contábeis, como um todo, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro (Ibid., 2009). O auditor externo, por meio do seu parecer, validará as informações contábeis divulgadas pela empresa auditada para os usuários externos (LEVITT, 1998). Desse modo, o tipo de opinião emitido pelo auditor e as mudanças no tipo de empresa de auditoria (BIG4 ou não BIG4) são equivalentes a mudanças na qualidade dos serviços prestados pelo auditor (DeANGELO, 1981).

O auditor deve expressar uma opinião não modificada (parecer limpo ou sem ressalva) quando concluir que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável (CFC, 2009a). Essa estrutura é identificada quando os relatórios financeiros estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou de acordo com os PCGA no país (CFC, 2009). Já a opinião modificada, pode ser emitida pelo auditor de três formas: opinião com ressalva; opinião adversa e abstenção de opinião (CFC, 2009b). O auditor deve emitir um parecer com ressalva quando tendo ou não obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções ou possíveis distorções não detectadas, se houver, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis (*Ibid.*, 2009b). O parecer com opinião adversa difere do parecer com ressalva pelo fato das distorções, individualmente ou em conjunto, além de serem relevantes, são, também, generalizadas para as demonstrações contábeis (*Ibid.*, 2009b). Por outro lado, o parecer com abstenção de opinião ocorre quando o auditor “não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião e ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizadas.” (*Ibid.*, 2009b, item 9).

Os auditores procuram reduzir os riscos de auditoria por meio da emissão de parecer conservador. Francis e Krishnan (1999) confirmam a hipótese de que os auditores são mais conservadores, isto é, existe uma probabilidade maior de emissão de parecer modificado para as empresas com maiores níveis de *accruals*. Contudo, esse comportamento ocorre, apenas, nas grandes empresas de auditoria. Isso indica porque os auditores dessas empresas podem ser vistos como de maior qualidade: são mais prováveis de sinalizar problemas com a realização de ativos e com a continuidade operacional das empresas com maior volume de *accruals* por meio de parecer de auditoria. Butler *et al* (2004) encontraram que a relação documentada entre opiniões modificadas e *accruals* anormais recai sobre empresas que têm ressalva sobre a continuidade operacional. Essas empresas têm grandes *accruals* negativos que são, provavelmente, devido a graves dificuldades financeiras. No entanto, esses autores não encontraram evidências para suportar a inferência de pesquisas anteriores de que as empresas que recebem parecer de auditoria modificado gerenciam mais resultado do que aquelas que não o recebem.

No Brasil, a compreensibilidade e a utilidade do parecer de auditoria têm sido questionadas na literatura. Inclusive, a CVM (2009) emitiu o Ofício-Circular/CVM/SNC n. 12/2009 no intuito de alertar os auditores independentes no que se refere à elaboração do parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis das companhias abertas relativas ao encerramento do exercício social de 2009 das companhias abertas. A emissão do documento deu-se pelo fato de que foram identificados por esse órgão, no exercício de 2008, casos em que houve emissão inadequada do tipo de parecer e omissões nos comentários nos parágrafos adicionais, contrariando as normas estabelecidas para o exercício das atividades de auditoria¹¹.

Batista *et al* (2010) concluíram que o tipo de parecer de auditoria (modificado ou não modificado) não exerce influência sobre o retorno médio das ações de uma amostra de companhias abertas brasileiras. Martinez (2009) evidencia que o parecer com ressalva é um indicador de gerenciamento de resultados por escolhas contábeis. Entretanto, esse parecer não é um indicador adequado de gerenciamento de resultados por decisões operacionais. Pontes (2009) mostra que as companhias abertas brasileiras são mais tempestivas na incorporação de perdas do que de ganhos quando da divulgação de lucros no período seguinte a emissão de parecer com ressalva, indicando maior grau de utilização do conservadorismo contábil.

O objetivo da pesquisa de Damascena *et al* (2010) foi identificar os fatores mais frequentes que motivaram a emissão de pareceres de auditoria com ressalvas e/ou parágrafos de ênfase nas companhias abertas brasileiras. A metodologia envolveu análise de conteúdo em 647 empresas que apresentaram pareceres com ressalva e/ou parágrafos de ênfase referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2006 a 2008. Os resultados obtidos evidenciaram que os motivos que mais provocaram ressalvas versam sobre limitação de escopo e impossibilidade da formação de opinião, enquanto os parágrafos de ênfases são a existência de prejuízos contínuos, passivo a descoberto e deficiência de capital de giro. Para esses autores, as evidências do estudo sugerem a necessidade de maior especificação nos pareceres dos auditores a fim de garantir que não houve problemas na determinação do escopo de trabalho da auditoria, no planejamento do auditor ou na obtenção de evidências sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil adotado. Além disso, indicaram

¹¹ As Normas Auditoria Independente vigentes até 31 de dezembro de 2009 eram as NBC-T-11 (CFC, 2010). Em consonância com as normas internacionais de auditoria, no final de novembro de 2009, o CFC aprovou as primeiras 37 Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente (NBC TA), e uma Norma Brasileira de Contabilidade Profissional do Auditor Independente (NBC PA). As Resoluções do CFC que aprovaram estas normas são as de n. 1.201 à 1.238 (CFC, 2010).

a necessidade de melhorias nos processos de regulação e fiscalização das atividades de auditoria por parte dos órgãos competentes. Esses resultados sinalizam a influência do auditor independente e do parecer de auditoria sobre a qualidade das demonstrações financeiras divulgadas pelas empresas no Brasil.

Os analistas, também, possuem relevante papel no monitoramento das empresas. Lys e Soo (1995) sugerem que o número de analistas acompanhando uma empresa pode influenciar a intensidade da concorrência entre eles. À medida que intensifica a concorrência, aumenta os incentivos para os analistas suportarem os custos necessários para melhorar suas pesquisas e previsões. Esse efeito serve para melhorar o ambiente de informação e, assim, reforçar a expectativa de que a magnitude dos erros dos analistas relacionada às *DTs* é mitigada quando o número de analistas acompanhando uma empresa aumenta (WEBER, 2009).

Da mesma forma, um maior número de analistas acompanhando uma empresa deve fornecer um monitoramento mais eficaz (em relação a um menor número), fato que pode melhorar o ambiente de informações para as empresas, reduzir a assimetria de informações e reduzir o gerenciamento de resultado (BUSHMAN; SMITH, 2001; HEALY; PALEPU, 2001; YU, 2008). Nesse sentido, Yu (2008) e Badertscher *et al* (2009) encontram que a quantidade de analistas acompanhando uma empresa está, negativamente, relacionada com o gerenciamento de resultado e com a assimetria informacional. Badertscher *et al* (2009) acrescenta, ainda, que as empresas que são acompanhadas por um número maior de analistas são menos propensas a gerenciar resultado em um ambiente de não conformidade financeira e fiscal. Yu (2008) conclui que os analistas não só facilitam a distribuição de informações, mas, também, afetam a produção corporativa de informações. Doukas *et al* (2005) alertam que apesar da cobertura de analistas contribuir para a incorporação de informações nos preços, elevar o valor das ações e reduzir o custo de capital, um excesso de cobertura parece levar a um otimismo exagerado que reduz de maneira singular os retornos.

Apesar da existência de evidências empíricas internacionais confirmando a hipótese de que existe menor nível de evidenciação de gerenciamento de resultados entre as companhias abertas cobertas pelos analistas financeiros em comparação as não cobertas, essa hipótese não foi, estatisticamente, constatada no Brasil (PAULO *et al*, 2006). Para esses autores, as companhias brasileiras consideram que os analistas financeiros que atuam no mercado local

não detectam as práticas discricionárias exercidas pelas empresas, podendo, assim, ser questionada a qualificação e atuação, sem generalizar, desses profissionais.

2.2.2.3 Rentabilidade

Diversos estudos apresentam evidências de que os gestores tentam manter um padrão de lucros crescentes (BURGSTAHLER; DICHEV, 1997; MILLS; NEWBERRY, 2001). Barth *et al* (1999) constataram que as empresas que conseguem manter esse padrão tem maior índice de preço/lucro por ação. Entretanto, esse índice diminui, significativamente, quando esse padrão de crescimento é quebrado. Dessa forma, parece haver um forte incentivo para o gerenciamento de resultado com o objetivo de evitar a redução do lucro e a divulgação de perdas (BURGSTAHLER; DICHEV, 1997). Para esses autores, quando uma empresa divulga uma redução nos lucros (ou relata uma perda) ela tem custos muito mais altos nas transações com os *stakeholders* do que quando ela divulga um aumento nos lucros (ou lucro). Assim, esses pressupostos implicam incentivos para evitar diminuir lucros e reportar perdas.

Mills e Newberry (2001) destacam que existe uma associação positiva entre as empresas lucrativas e as *DTs*. Esses autores, também, encontraram uma relação positiva entre essas diferenças e o crescimento do lucro contábil divulgado pelas companhias abertas em relação ao período anterior. Esse resultado é consistente com as empresas aumentando o lucro contábil sem afetar o lucro tributável. Para as empresas lucrativas, as *DTs* podem surgir das empresas divulgando menor lucro tributável em resposta aos incentivos fiscais (sem requisito de conformidade financeira) ou das empresas divulgando maior lucro contábil em resposta aos incentivos financeiros (sem requisito de conformidade fiscal).

As empresas com prejuízos contábeis têm menos incentivos fiscais e menos CFF, uma vez que são fiscalizadas com menos frequência (MILLS; NEWBERRY, 2001). Esses autores sugerem que as companhias abertas que apuram prejuízos contábeis pioram o resultado presente (acumulando perdas não dedutíveis em períodos de perdas) em prol de resultados futuros (prática de '*big bath*'). Nessa mesma linha de pensamento, Badertscher *et al* (2009) evidenciam que as empresas com perdas operacionais líquidas participam mais de gerenciamento de resultado com CFF, visto que essas perdas absorverão, pelo menos em

parte, o impacto do gerenciamento e reduzirão os benefícios fiscais associados com o gerenciamento tributários sem conformidade.

Dharan e Mascarenhas (1992) apontam que mudanças em métodos contábeis são motivadas pelo desejo de melhorar o resultado financeiro. Por exemplo, Archibald (1967) testou se a escolha do método de depreciação pode ser explicada pelo desempenho dos resultados de uma empresa. Holthausen (1981) utilizou uma medida de variação de lucro para explicar a mudança no método de depreciação.

Comprix *et al* (2011) investigam se as *DTs* estão associadas com a extensão em que os participantes de mercado discordam ou estão incertos sobre as informações divulgadas pelas empresas nas demonstrações financeiras. Os resultados, dessa pesquisa, mostram que essas diferenças possuem uma associação significativa e positiva com as três medidas de divergência de opinião entre os participantes de mercado: circulação das ações; dispersão das previsões de analistas e variância do retorno das ações. Por outro lado, a rentabilidade (medida pelo ROA) tem uma associação significativa e negativa com duas primeiras medidas de divergência e uma associação significativa e positiva com a variância do retorno das ações. Esses resultados mostram que maiores níveis de *DT* e menor rentabilidade (ROA) estão associadas com maior dispersão das previsões de analistas e maior circulação das ações. Assim, maiores níveis de diferenças e menor ROA provocam maior divergência entre os participantes de mercado com relação às informações divulgadas pelas empresas nas demonstrações financeiras. Por outro lado, essa divergência de opinião é menor quando mensurada pela variação do retorno das ações, ou seja, as empresas com maiores *DTs* e as empresas com maior ROA possuem, também, maior variação no retorno das ações.

Lisowsky (2010) desenvolveu um modelo empírico para inferir a probabilidade em que as empresas engajam em transações ou arranjos de refúgio ou asilo fiscal (*tax shelter*). Os resultados mostram que a probabilidade de *tax shelter* é, positivamente, relacionada com subsidiárias localizadas em paraísos fiscais, inconsistência no tratamento das diferenças entre o lucro contábil e o tributável, o tamanho, a rentabilidade (ROA) e, negativamente, relacionada com a alavancagem. Esses autores concluem que empresas mais rentáveis e com maiores *DTs* são mais propensas a realizar transações de asilo fiscal.

As transações configuradas como evasão fiscal geram perdas tributárias sem incorrer em perdas ou riscos econômicos com o objetivo de diminuir o passivo tributário por meio da exploração de mudanças ou falhas na legislação fiscal (LISOWSKY, 2010). Weisbach (2002), Shevlin (2002), Frank *et al* (2009) e Wilson (2009) colocam que a evasão fiscal pode derivar de diferenças permanentes e de diferenças temporárias entre o lucro contábil e o tributável. Wilson (2009) encontrou que a maioria dos casos de evasão fiscal analisados no estudo aumentam as *DTs*. Vale ressaltar que essas transações somente são ilegais quando não exibem substância econômica ou propósito negocial, ou seja, quando são criadas para um objetivo único: evasão fiscal (GRECO, 2008).

2.2.2.4 Características institucionais

As características institucionais analisadas nesta pesquisa estão relacionadas com o volume de investimentos da empresa em bens de capital, com o tamanho da empresa, com o volume ou a necessidade de capital de terceiros de longo prazo, com as cláusulas restritivas desses contratos de empréstimo e com a capacidade dos valores contábeis da empresa espelharem o valor econômico percebido pelo mercado.

Mills e Newberry (2001) argumentam que as empresas com maiores níveis de bens de capital têm maior incentivo para escolher procedimento que aumentem o lucro contábil. Esses procedimentos incluem o uso de métodos de diferimento, estimativas e estruturas de classificação de custos para efeito de cálculo da despesa de depreciação. Skinner (1993) fornece evidências de que os gestores das empresas com mais ativos de capital têm maiores incentivos para selecionar procedimentos contábeis que aumentem o lucro.

O ativo total tem sido usado em estudos anteriores como *proxy* para tamanho (por exemplo, DHARAN; MASCARENHAS, 1992; REGO, 2003; CHAN *et al*, 2010). Hanlon *et al* (2007 *apud* CHAN *et al*, 2010) constataram que o tamanho da empresa está, positivamente, associado com o nível de desobediência tributária, porém Mills (1998) e Chan *et al* (2010) não encontraram essa relação. Chan *et al* (2010) identificaram uma relação negativa entre essas variáveis, sendo que essa relação se torna mais significativa nos períodos de baixa e moderada conformidade financeira e fiscal. Esses autores argumentam que as grandes

empresas tendem a obedecer mais as regras tributárias porque são, politicamente, visíveis para os reguladores.

O tamanho da empresa tem sido usado como *proxy* para custos políticos da empresa. As empresas incorrem em custos políticos (por exemplo, investimento em responsabilidade social, negociações com o governo e seleção de procedimentos contábeis que reduzam o lucro) com o objetivo de reduzir a probabilidade de interferência governamental (WATTS; ZIMMERMAN, 1978; MORSE; RICHARDSON, 1983). Por exemplo, as empresas que divulgam maiores lucros podem ser alvo de ações políticas para redistribuição da riqueza. Desse modo, os gestores têm maiores incentivos para escolher procedimentos contábeis que reduzam o lucro (e desse modo aumentam o fluxo de caixa, o valor da empresa e a sua riqueza) devido às considerações tributárias, políticas e regulatórias, do que escolher procedimentos contábeis que aumentem o lucro e, assim, aumentar seus incentivos de remuneração (WATTS; ZIMMERMAN, 1978). A magnitude dos custos políticos é, altamente, dependente do tamanho da empresa, o que sugere uma tendência dos gestores das grandes empresas para escolher procedimentos contábeis que reduzam o lucro (WATTS; ZIMMERMAN, 1978; ZIMMERMAN, 1983; SKINNER, 1993).

Por outro lado, grandes empresas podem, também, participar de gerenciamento de resultado elevando o lucro contábil com conformidade fiscal e, assim, incorrer em maiores impostos, divulgando maiores alíquotas fiscais efetivas para evitar fiscalizações adicionais (ZIMMERMAN, 1983). Nessa linha de pensamento, Rego (2003) encontra que as maiores empresas têm alíquotas fiscais efetivas mais elevadas.

As empresas sujeitas a um maior monitoramento dos credores são mais propensas a utilizarem procedimentos contábeis para aumentar o lucro contábil (WATTS; ZIMMERMAN, 1986; SHACKELFORD; SHEVLIN, 2001) e as diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável (MILLS; NEWBERRY, 2001). Exemplos desses procedimentos (sem exigência de conformidade financeira e fiscal) incluem a escolha de métodos de depreciação (DHALIWAL *et al*, 1982), o período de amortização do *goodwill* (SKINNER, 1993) e o período de amortização dos custos de pensão (SWEENEY, 1994). De modo geral, o controle de empréstimo, num contrato de financiamento, é realizado em termos de índices de liquidez, alavancagem e de endividamento, calculados a partir de informações contábeis. Essas

cláusulas são acionadas por uma redução substancial no valor da empresa. Nesse caso, de acordo com a teoria da agência, as empresas com elevado índice de endividamento tendem a escolher políticas contábeis que aumentem o lucro corrente à custa dos futuros (SHACKELFORD; SHEVLIN, 2001).

Além disso, o elevado nível de endividamento é utilizado como forma de reduzir os impulsos dos executivos em empregar, inadequadamente, os recursos financeiros da empresa como, por exemplo, impedi-los de financiarem investimentos não lucrativos (TITMAN; WESSELS, 1988; HART; MOORE, 1995). Segundo esses autores, os gestores tendem a ser mais cautelosos em suas decisões se a companhia tiver assumido compromissos perante terceiros, visto que normalmente são fiscalizados pelos credores. Isso aponta que os gestores das empresas que possuem elevado índice de endividamento tendem a tomar decisões e a escolher procedimentos contábeis que reduzam a probabilidade atual e a esperada de violação de cláusulas contratuais de financiamento (DHARAN; MASCARENHAS, 1992).

Outrossim, os contratos de financiamento podem criar uma demanda por conservadorismo nos relatórios financeiros (GUAY; VERRECCHIA, 2006). Beatty *et al* (2008) alegam que quando os credores tem maior demanda por conservadorismo nos relatórios financeiros, o gestor prepara relatórios mais conservadores. Os credores demandam pelo reconhecimento tempestivo de perdas porque muitas cláusulas dos contratos de financiamento são baseadas em números das demonstrações financeiras publicadas, tais como: cobertura de juros; alavancagem financeira; restrições de dividendos e investimentos (BALL *et al*, 2008). Ball *et al* (2008) encontraram que o reconhecimento oportuno de perdas, a tempestividade e o conservadorismo condicional (o reconhecimento de perdas mais tempestivamente do que o reconhecimento de ganhos) estão associados com o tamanho da dívida das empresas. Além do mais, esses procedimentos normalmente aumentam a utilidade dos relatórios financeiros para os credores (BALL; SHIVAKUMAR, 2005). Isso porque a violação de cláusulas de um contrato de financiamento ocorre primeiro quando se reconhece, tempestivamente, uma perda, permitindo que os credores exerçam mais rapidamente os seus direitos contratuais (tais como: repactuação; restrições sobre a alavancagem; investimentos e dividendos) e restrinjam as ações dos gestores (BALL; SHIVAKUMAR, 2005; GIGLER *et al*, 2009). Assim, o conservadorismo contábil pode aumentar a eficiência dos contratos de financiamento (WATTS, 2003b; BALL; SHIVAKUMAR, 2005; BALL *et al*, 2008).

A relação entre o valor contábil do patrimônio líquido e o valor de mercado da empresa (CM) expressa a valorização ou a desvalorização da empresa em relação aos seus dados contábeis. Essa relação é, também, muitas vezes, apresentada na forma inversa, como a relação entre o valor de mercado e o valor contábil da empresa (MC). Para Beaver e Ryan (1993), a forma CM é mais adequada porque o valor contábil do patrimônio pode assumir valores muito pequenos ou valores negativos, e usar o valor contábil no numerador do índice evita problemas de interpretação. Esse índice é uma ferramenta útil para ajudar a determinar como o mercado precifica uma empresa em relação ao seu valor real. Quando essa relação é menor que a unidade, significa o reconhecimento do mercado de que determinada empresa vale mais do que o seu valor patrimonial, ou seja, o mercado está valorizando algo não registrado ou captado pela contabilidade ou reconhecido de maneira incompleta. Por outro lado, quando essa razão é maior que a unidade, significa que o mercado não está reconhecendo valores (ou sua parcela) que a contabilidade está registrando em seus livros.

A contabilidade a custos históricos provoca mudanças defasadas no valor contábil em relação às mudanças no valor de mercado, portanto, causa uma variação no índice CM (*Ibid.*, 1993). Esse atraso é, provavelmente, mais forte e mais fácil de entender, no caso de ativos depreciables de longa duração (*Ibid.*, 1993). O valor de mercado responde, rapidamente, às mudanças no valor econômico dos ativos. Mas a contabilidade a custos históricos trata as mudanças nesses valores econômicos como ganhos ou perdas não realizadas, não sendo reconhecidos até a venda dos bens ou o reconhecimento de despesas sobre a sua vida útil remanescente.

Callao *et al* (2007) investigaram possíveis diferenças entre os números contábeis e os índices econômicos financeiros divulgados sob o padrão contábil espanhol e as IFRS. Os resultados mostram que o valor contábil difere, significativamente, do valor de mercado sob ambos os padrões e que a taxa CM varia, de modo expressivo, dependendo do padrão contábil aplicado, sendo menor que uma unidade em ambos os casos. Além disso, a diferença entre o valor contábil e o de mercado é mais ampla quando são aplicadas as IFRS em relação ao padrão local. Isso sugere que a forma de aplicação das IFRS na Espanha continua a fornecer informações contábeis conservadoras, devido, por exemplo, a valores culturais tipicamente espanhóis. Para esses autores, enquanto no curto prazo não houve ganho em termos de

utilidade da informação contábil, a melhora na utilidade pode ser alcançada no médio ou longo prazo.

2.3 Ambiente Econômico e Financeiro no Brasil

O Brasil está localizado na América do Sul, possui uma população acima de 190 milhões de habitantes e densidade demográfica de 22,3 habitantes por km² (PORTAL BRASIL, 2011). É o quinto maior país do mundo, com uma extensão territorial superior a oito milhões de km², e ocupa 47% da América do Sul (*Ibid.*, 2011). É um país relativamente rico em recursos naturais com grande produção de minérios e auto-suficiência na produção de petróleo e gás. Todavia, o Brasil permanece como um país em desenvolvimento¹². De acordo com os três estágios de desenvolvimento apresentados no relatório divulgado pelo *World Economic Fórum* (WEF, 2010), o Brasil está no segundo estágio denominado de direcionador de eficiência. Nesse estágio, o país precisa desenvolver processos de produção mais eficientes, aumentar a qualidade dos produtos, já que os salários sobem e o país não pode aumentar os preços. Nesse ponto, a competitividade é cada vez mais impulsionada pelos seguintes fatores: educação superior; mercado eficiente de produção; adequado funcionamento do mercado de trabalho; mercado financeiro desenvolvido; capacidade de aproveitar os benefícios das tecnologias existentes e um grande mercado nacional ou estrangeiro. O Brasil ocupa o 58º lugar no *ranking* de competitividade econômica (*Ibid.*, 2010). Em relação ao estudo de 2009, o país perdeu duas posições, apesar de uma leve melhora em alguns dos critérios (PORTAL BRASIL, 2011). A avaliação do Brasil é melhor em itens como tamanho do mercado (10º colocação), sofisticação empresarial (31º), inovação e sofisticação (38º), promotoras de eficiência (44º) e desenvolvimento do mercado financeiro (50º). Por outro lado, o ambiente econômico do país continua a ser preocupante (111º posição no *ranking*).

Sistemas contábeis de alta qualidade fornecem informações comparáveis, confiáveis e relevantes para os tomadores de decisões e são vitais na abertura de economias emergentes e para o acesso ao mercado de capitais global (SAUDAGARAN, 1988). O sistema contábil brasileiro é de origem legalista (fruto de uma herança cultural ibérica), com fraco sistema

¹² O Banco Mundial define um 'país em desenvolvimento' como aquele cuja renda média per capita não excedeu 12.275 dólares em 2010 (WEF, 2010).

legal, mercado de capitais em desenvolvimento, influência das regras fiscais sobre os relatórios financeiros e preponderância de órgãos governamentais na emissão de padrões contábeis (LOPES, 2005; NIYAMA, 2005). No entanto, desde 2007, têm ocorrido mudanças significativas no ambiente contábil brasileiro. A aprovação da Lei n. 11.638/07 corrigiu impropriedades e erros da Lei n. 6.404/76 (lei societária brasileira) e permitiu iniciar o processo de convergência dos padrões contábeis brasileiros às IFRS. Além do mais, essa lei confirmou a centralização da emissão de normas contábeis no Brasil no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estabelecido, em 2005, como um órgão profissional independente. Esses fatos auxiliam no fortalecimento do mercado de capitais e na redução da influência da legislação fiscal nas normas contábeis.

Nesse contexto, a visão geral do sistema contábil brasileiro será tratada, nesta pesquisa, em dois momentos distintos: antes e após a aprovação da Lei n. 11.638/07, visto que os objetivos do estudo envolvem esses dois cenários. Além disso, são apresentadas as diferenças na apuração do lucro contábil e do lucro tributável no Brasil antes e após a vigência da nova lei societária.

2.3.1 Sistema contábil brasileiro antes da Lei n. 11.638/07

“O contexto e as origens legalistas presentes na evolução da contabilidade brasileira, fruto de uma herança cultural ibérica onde o que vale é o que está escrito na lei em detrimento das soluções que melhor atendam o exercício das atividades profissionais” podem ser explicados pela conjuntura do surgimento da primeira lei societária brasileira (Lei n. 1.083 regulamentada pelo Decreto n. 2.679, ambos de 1860) (IUDÍCIBUS; RICARDINO FILHO, 2002, p. 24). Diante de uma crise no sistema monetário brasileiro, o governo decretou medidas de intervenção no Banco do Brasil e entre outras providências publicou essa lei (BRASIL, 1860). Portanto, de origem autoritária, a Lei n. 1.083/1860, além de corrigir alguns problemas do Código Comercial de 1850, determinava que qualquer sociedade anônima, bancária ou não, só poderia ser fundada depois que seus estatutos fossem aprovados pelo Parlamento e, ainda, prescrevia a obrigatoriedade de publicar e de remeter ao governo, nos prazos e pelo modo estabelecido em seus regulamentos, os balanços, as demonstrações e os documentos por ele determinados. O Decreto n. 2.679, ainda, apresentava modelos para preparação das demonstrações contábeis (BRASIL, 1860a). Essas evidências demonstram que

a contabilidade foi usada no Brasil primeiramente como instrumento de arbítrio e repressão, alicerçando o ambiente legalista de desenvolvimento das normas contábeis brasileiras (IUDÍCIBUS; RICARDINO FILHO, 2002).

Lopes (2005) destaca quatro fatores que configuram o ambiente contábil brasileiro segundo as classificações de Ali e Hwang (2000) e Nobes (1998). Primeiramente, as empresas brasileiras não são dependentes do mercado de capitais para financiar suas atividades. Segundo Niyama *et al* (2005), o mercado de capitais no Brasil não é sólido e atuante a ponto de caracterizá-lo como principal provedor de recursos para as empresas. Lopes (2005) concluiu que o sistema contábil no Brasil está, sem dúvida, vinculado ao sistema bancário, com fraca proteção dos investidores, o que leva à concentração da propriedade no mercado de capitais. Zhou *et al* (2009) comentam que a utilidade das informações contábeis é menor em mercados emergentes, uma vez que o fraco sistema legal e a falta de infraestrutura da contabilidade e do mercado de capitais torna as economias emergentes particularmente propensas a enfrentar graves problemas no monitoramento das decisões contábeis dos gestores.

De acordo com a Lei n. 6.404/76, o objetivo principal do sistema contábil brasileiro é apurar o lucro para o acionista, não para o credor ou às autoridades governamentais (NIYAMA *et al*, 2005). Apesar desse objetivo, existe uma forte influência das regras fiscais sobre os relatórios financeiros, o que representa o segundo fator citado por Lopes (2005). Embora, a legislação societária tenha criado ‘registros auxiliares’ para amparar critérios contábeis diferentes dos prescritos em lei, e as autoridades fiscais tenham instituído o Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), para as empresas apurarem, separadamente, o lucro tributável, conciliando as regras fiscais com as normas contábeis, existem legislações e regulamentos de natureza tributária determinando regras de contabilização de transações, de classificação de contas, regras proibindo ou não admitindo a dedutibilidade fiscal de algumas transações como despesa e, conseqüentemente, desincentivando sua contabilização (LOPES, 2005; NIYAMA; SILVA, 2005). Dessa maneira, as regras fiscais têm uma significativa influência, mesmo que indireta, visto que a maioria das empresas opta por preparar os relatórios de acordo com elas, evitando ajustes onerosos no LALUR. Por exemplo, as empresas optam pelo PEPS - primeiro que entra, primeiro que sai - como método de inventário devido a restrições fiscais de uso do UEPS, último que entra, último que sai (LOPES, 2005).

Iudícibus *et al* (2010) assevera que não havia uma interferência fiscal direta obrigando as empresas a não utilizarem os critérios contábeis de melhor qualidade, mas havia, certamente, uma influência indireta. As empresas, por vezes, abandonavam práticas contábeis consideradas mais adequadas sob o ponto de vista da contabilidade societária para não ter que, com isso, adiantar o pagamento de tributos. Isso ocorria, por exemplo, com a depreciação e com a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD). Para a depreciação ser dedutível na apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), ela tinha que ser contabilizada; se o valor registrado estivesse dentro dos limites aceitos pelo fisco, a empresa poderia deduzi-la fiscalmente, mesmo quando tais valores fossem maiores que os economicamente devidos; no entanto, se a entidade registrasse valor menor do que o permitido fiscalmente, porque considerava esse valor mais representativo da efetiva realidade, perdia, nesse período, o direito à dedutibilidade da diferença da parcela não contabilizada – era impedido o uso do LALUR para ajustes como esses (*Ibid.*, 2010). A legislação fiscal admitia o uso de um percentual máximo (3% ou 1,5%, dependendo da época) sobre o saldo de duplicatas a receber para dedutibilidade dessas perdas (BRASIL, 1964; 1992). As empresas utilizavam esse mesmo percentual para a contabilização da PCLD na escrituração mercantil. A partir de 1997, contrariando o regime de competência, a legislação fiscal extinguiu a dedutibilidade dessa despesa, permitindo às empresas deduzir as perdas efetivas no recebimento de créditos, na forma e nos prazos previstos na referida legislação fiscal (BRASIL, 1996). Coerente com os padrões internacionais de contabilidade, os PCGA e a legislação societária brasileira mantêm a constituição da PCLD com base na expectativa de perda, devendo ser feito o ajuste no LALUR para apuração da base de cálculo do IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) (IUDÍCIBUS *et al*, 2010).

Além disso, é perceptível, principalmente nas micro e pequenas empresas, a existência da contabilidade somente para atendimento das exigências fiscais, ficando relegado, ao segundo plano, o atendimento às necessidades da gestão dos negócios (KASSAI, 1997). Isto é alarmante, uma vez que o número de micro e pequenas empresas representa mais de 90% do total de empresas brasileiras (KASSAI, 1997; SEBRAE, 2005). Ou seja, é baixo o uso da informação contábil na gestão das empresas brasileiras, o que pode, pelo menos em parte, explicar o fato de o fisco ser o principal usuário da informação contábil, ou seja, a influência indireta das normas fiscais na contabilidade societária.

O terceiro fator é a regulação governamental. A contabilidade brasileira, tradicionalmente, está vinculada à regulação por órgãos governamentais [Banco Central do Brasil (BACEN), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entre outros], sendo, politicamente, fraca a influência de órgãos de classe ou institutos representativos da profissão [Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON)] para determinação dos procedimentos contábeis (LOPES, 2005; NIYAMA *et al*, 2005). A lei societária brasileira (Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76, alterada pela Lei n. 11.638/07) é a mais importante regulamentação contábil para as empresas listadas na BM&FBOVESPA. Além da lei societária, a CVM emite normas, consideradas PCGA no Brasil, que regulam questões contábeis específicas, não podendo, portanto, contrariar o estabelecido em lei. Além de obedecer à legislação societária e à CVM, as empresas brasileiras ainda têm que cumprir as diretrizes contábeis específicas fornecidas pela autoridade fiscal denominada Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF). As empresas de alguns setores da economia possuem seus próprios órgãos reguladores que possuem poder para emitir normas contábeis relacionadas a essas instituições. Por exemplo, as instituições financeiras são reguladas diretamente pelo BACEN e as instituições de seguros e pensões são reguladas pela SUSEP e pela SPC. Apesar dessa estrutura, o Ministério das Finanças, por vezes, intervém em questões contábeis (IUDÍCIBUS *et al*, 2010). Em 1997, o governo contrariou uma decisão da CVM autorizando o diferimento de perdas com desvalorização cambial. Em suma, o estabelecimento de normas contábeis e a coerção para fazer cumprir as leis eram, antes da promulgação da Lei n. 11.638/07, funções de órgãos governamentais no Brasil.

Antes da aprovação da Lei n. 11.638/07, os dois únicos órgãos representativos da profissão contábil no Brasil era o CFC e o IBRACON, “mas nenhum deles é politicamente forte o suficiente para influenciar órgãos governamentais legalmente autorizados para editar normas contábeis” (NIYAMA, 2005, p. 29). O CFC não tem autoridade substantiva para obrigar a adoção das suas normas pelas empresas brasileiras e o registro de auditores independentes está sob responsabilidade de órgãos governamentais. Além da fraca atuação da profissão contábil, ela ainda é confundida com ‘guarda-livro’, sendo, normalmente, lembrada no momento da apuração do imposto de renda (IUDÍCIBUS *et al*, 2010). Esses fatores podem comprometer a qualidade das demonstrações contábeis, aumentar as dúvidas sobre a independência dos auditores na emissão do parecer de auditoria e reduzir a relevância dos

números contábeis no processo de avaliação das empresas brasileiras (LOPES, 2005; NIYAMA, 2005).

O sistema contábil brasileiro é classificado como integrante do modelo continental, sendo esse o quarto fator. Além do Brasil, Alemanha, Espanha, Suíça, Itália, Japão, França, países da América do Sul, entre outros, também pertencem a esse grupo (NIYAMA, 2005). Ao contrário dos países de influência do modelo anglo-saxão, as principais características desses países são: profissão fraca e pouco atuante; forte interferência governamental no estabelecimento de padrões contábeis; fraco poder de coerção; forte CFF; mercado de capitais pouco desenvolvido e fraca proteção aos interesses dos investidores (*Ibid.*, 2005). Além do mais, a pouca valorização da profissão contábil, a fraca qualidade da educação na área contábil tornam as demonstrações contábeis brasileiras de qualidade duvidosa (LOPES, 2005; NIYAMA, 2005).

2.3.2 Sistema contábil brasileiro após a aprovação da Lei n. 11.638/07

Ball *et al* (2000) comentam que a tendência mundial de internacionalização dos mercados, especialmente o mercado de capitais, no qual a informação contábil é usada, reacendeu o interesse acadêmico e profissional por diferentes modelos de sistema contábil. As propriedades das informações contábeis preparadas sob padrões contábeis do sistema não legalista (direito consuetudinário ou *common law*) são de interesse contemporâneo particular, uma vez que as normas internacionais de contabilidade refletem uma abordagem, em grande parte, do direito consuetudinário de transparência e tempestividade na evidenciação. Pesquisa recente da *International Federation of Accountants* (IFAC) mostra que de 174 países analisados: trinta jurisdições proíbem a adoção das IFRS; 93 jurisdições obrigam a adoção das IFRS para companhias abertas locais; seis países obrigam a adoção somente para alguns segmentos (como bancos, seguradoras e companhias abertas de grande porte) e 24 jurisdições permitem a adoção das IFRS (DELOITTE, 2011). No entanto, a União Européia exige a adoção das IFRS, apenas, para as demonstrações financeiras consolidadas das companhias abertas listadas em um mercado de capitais europeu, incluindo bancos e seguradoras, sendo opcional a adoção desse padrão internacional para as empresas não listadas e para as demonstrações financeiras individuais (*Ibid.*, 2011).

Macías e Muiño (2011) encontraram que os países que exigem o uso de padrões locais para preparação das demonstrações contábeis individuais, apresentam baixa qualidade das informações contábeis, antes e após a adoção das IFRS para fins de demonstrações financeiras consolidadas. As características dos quinze países analisados, utilizadas como indicativos de menor qualidade das informações contábeis foram: maior nível de CFF; forte envolvimento do setor privado no processo de normatização; fraca coerção do governo; padrões contábeis orientados para fins fiscais e a baixa importância do mercado de capitais. Para esses autores, esses resultados confirmam a hipótese de que esses países têm padrões locais mais orientados para a satisfação das necessidades de regulação, em vez das necessidades dos investidores.

O Brasil, com a completa convergência a partir de 2010, será o primeiro país do mundo a ter balanços individuais e consolidados, de todas as empresas, inclusive as de pequeno e médio porte, publicados conforme as normas internacionais (IUDÍCIBUS *et al*, 2010; DELOITTE, 2011).

O movimento de convergência dos padrões brasileiros de contabilidade aos padrões internacionais vem ocorrendo há mais de uma década, mas de forma indireta, sendo que as primeiras ações foram da CVM e do BACEN que procuraram emitir padrões semelhantes aos internacionais (SALOTTI *apud* PALHARES, 2011). O Comunicado n. 14.259/06, do BACEN, e a publicação da Lei n. 11.628/07 representam marcos importantes no processo de reforma do sistema contábil brasileiro. A partir do Comunicado n. 14.259/06, que obrigava as instituições financeiras reguladas pelo BACEN a adotarem as IFRS até 2010, a CVM emitiu a Instrução n. 457/07, alterada pela Instrução n. 485/10, para as companhias abertas, e a SUSEP publicou a Circular n. 357/07, para as instituições de seguros e pensões, obrigando essas empresas ao mesmo prazo de convergência das instituições financeiras (*Ibid.*, 2011).

Para operacionalizar o processo de reforma do sistema contábil brasileiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), instituição semelhante ao IASB, foi criado por meio da Resolução n. 1.055/05, com o intuito de centralizar a normatização contábil no Brasil (CFC, 2005). Apesar de contar com o formal e forte apoio das autarquias governamentais (CVM e BACEN) e com a concordância do Ministério da Fazenda, o CPC possui independência em suas deliberações (IUDÍCIBUS *et al*, 2010). Esse novo órgão é composto por representantes de seis entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Associação

dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL); BM&FBOVESPA; CFC; IBRACON; Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (FIPECAFI) (CPC, 2010a). Além disso, representantes do BACEN, da CVM, da SRF e da SUSEP são, também, convidados a participarem das reuniões do CPC (2010a). Assim, juntam-se os preparadores da informação contábil, os auditores independentes, os analistas, os intermediários, a academia e os usuários, para juntos conciliarem interesses e produzir uma única norma (IUDÍCIBUS *et al*, 2010).

Entretanto, devido a restrições constitucionais, o CPC emite pronunciamentos contábeis no Brasil, mas não pode impor o cumprimento deles (CPC, 2010). Dessa forma, um Pronunciamento Técnico é emitido após discussão com as entidades envolvidas e audiência pública. Em seguida, o órgão público (por exemplo, CVM, BACEN, SUSEP) ou mesmo privado (por exemplo, CFC) emite sua própria resolução acatando e determinando o seguimento desse Pronunciamento do CPC, isto é, um órgão público transforma o Pronunciamento em ‘norma’ a ser seguida pelos que estiverem subordinados a tais órgãos (IUDÍCIBUS *et al*, 2010), ou seja, a Lei n. 11.638/07 obrigou as companhias abertas e também as sociedades de grande porte (com ativos acima de R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões) a seguirem as normas da CVM, que, por sua vez, passou a adotar os pronunciamentos do CPC. O CFC, órgão que regulamenta a profissão contábil no Brasil, aprovou, integralmente, os pronunciamentos do CPC, tornando a adoção desses padrões obrigatória para todas as empresas brasileiras, independente do porte e da forma de tributação, sendo que o não cumprimento constitui infração disciplinar, sujeito a penalidades. Assim, as demonstrações contábeis, no Brasil, devem ser preparadas de acordo com os pronunciamentos do CPC, que, basicamente, são traduções das normas internacionais, com raras adaptações. Por exemplo, ao contrário do exposto nas IFRS, a reavaliação de ativos é proibida no Brasil por meio da Lei n. 11.638/07.

A Lei n. 11.638/07, que modificou a Lei n. 6.404/76, teve origem no Projeto de Lei n. 3.741/2000, de iniciativa da CVM, com as seguintes finalidades: corrigir impropriedades e erros da Lei n. 6.404/76; adaptar a lei societária brasileira às mudanças sociais e econômicas decorrentes da evolução do mercado; fortalecer o mercado de capitais por meio da implementação de normas contábeis e de auditoria internacionalmente reconhecidas e reduzir

a influência da legislação fiscal nas normas contábeis (KPMG, 2008). A CVM (1999, p. 139) justificou a elaboração desse anteprojeto da seguinte forma:

este anteprojeto visa a adequar disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/76), principalmente aquelas constantes dos seus capítulos XV, XVI, XVIII e XX, que tratam da matéria contábil, à nova realidade da economia brasileira, levando-se em conta o processo, cada vez mais crescente, de globalização dos mercados, bem como a evolução havida, em nível mundial, dos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Observe-se que a mudança na legislação societária brasileira foi justificada com base no contexto jurídico, econômico, social e político nacional e internacional. A Lei n. 11.638/07 obrigou as sociedades anônimas a adotarem as IFRS para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, com o objetivo de aumentar o grau de transparência das demonstrações financeiras e fortalecer o mercado de capitais atraindo novos investimentos para o País (CPC, 2008). Outrossim, essa lei ainda produziu alterações na Lei n. 6.404/76 que impediam a adoção de várias normas internacionais, fez menção a figura do CPC e determinou a segregação entre a contabilidade para fins de demonstrações contábeis e a contabilidade para fins fiscais (IUDÍCIBUS *et al*, 2010).

Segundo Iudícibus *et al* (2010) e Salotti (*apud* PALHARES, 2011), os principais benefícios da adoção das IFRS são: 1) melhora na qualidade da informação contábil, o que aumenta a transparência e a aceitação dos balanços, facilita a captação de recursos internacionais e auxilia o gestor no processo de tomada de decisões; 2) retorno financeiro superior aos custos do processo de convergência – apesar dos custos iniciais desse processo (com o treinamento de profissionais e a implementação de mecanismos para obedecer as novas regras), o retorno financeiro é dado como certo, visto que o mercado de capitais reconhecerá a maior transparência e a maior comparabilidade das informações financeiras; 3) abandono do legalismo, ou seja, deixa de ser importante a forma jurídica das transações e passa a valer a essência econômica das mesmas; 4) reduzir a influência da legislação fiscal sobre os relatórios contábeis. A promulgação da Lei n. 11.638/07 e o encaminhamento dos padrões nacionais brasileiros a uma norma única mundial por meio do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade são alavancas relevantes para a melhoria da contabilidade no Brasil.

Devido à demora na aprovação do Projeto de Lei n. 3.741/00, a Lei n. 11.638/07 já estava defasada quando da sua publicação. A Medida Provisória n. 449/08, convertida na Lei n.

11.941/09, trouxe algumas modificações para a nova lei societária, como a extinção do ativo diferido e dos resultados de exercícios futuros e a formalização da desvinculação entre o Fisco e a Contabilidade com a criação do Regime Transitório de Tributação (RTT), que garante a neutralidade tributária (IUDÍCIBUS *et al*, 2010), ou seja, os ajustes oriundos da adaptação da contabilidade das empresas ao disposto na Lei n. 11.638/07 e nos pronunciamentos técnicos do CPC não devem impactar na carga tributária das empresas (LOPES; MOSQUERA, 2010). Para isso, o RTT vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis (BRASIL, 2009; 2009a). Para os anos de 2008 e 2009 a adoção do RTT era opcional, sendo que se a empresa optasse por seu uso, todos os efeitos dessa nova legislação precisavam ser excluídos ou adicionados no LALUR para fins de tributação. Mas, a partir de 2010, e até que se discipline nova legislação fiscal, o RTT passa a ser obrigatório (IUDÍCIBUS *et al*, 2010). Lopes e Mosquera (2010, p. 80) asseveram que “essa independência da Contabilidade em relação à tributação é essencial ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.” e que “[...] a chamada neutralidade fiscal é uma condição para o processo de convergência.”

A Lei n. 11.638/07 e o processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às IFRS consagraram as diferenças entre os princípios que norteiam as relações econômicas, para fins de registro contábil, e os que norteiam as relações jurídicas, na atividade empresarial. A adoção exclusiva de parâmetros recomendados pela Contabilidade (mitigou-se a influência da legislação fiscal nos registros contábeis das empresas brasileiras) representa a majoração de segurança e independência dos resultados demonstrados nos relatórios financeiros das empresas brasileiras (FONSECA, 2010). Além do mais, com a convergência, a contabilidade brasileira incorporou conceitos já consagrados pelas normas internacionais de contabilidade (subjativismo responsável, prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica das transações, prevalência dos conceitos de controle, de obtenção de benefícios e de incorrência em riscos do que a propriedade jurídica para registro de ativos, passivos, receitas e despesas), sugerindo melhora na qualidade das informações prestadas aos usuários (IUDÍCIBUS *et al*, 2010).

Em resumo, a aprovação da Lei n. 11.638/07, a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, a disseminação do ensino da Contabilidade baseada na escola norte-americana e a criação do CPC, sugerem a redução da conformidade financeira

e fiscal e a melhora na qualidade dos números contábeis divulgados pelas empresas brasileiras (*Ibid.*, 2010; NIYAMA, 2005).

2.3.3 Transição gradual

A Lei n. 11.638/07 foi aprovada em 28 de dezembro de 2007, vigorando para as demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008. A CVM optou por adotar uma estratégia de transição gradual (composta por duas fases) para o novo padrão, exigindo a adoção de algumas normas para o exercício de 2008 (Quadro 1) e determinando a convergência completa com o IFRS para 2010 (Quadros 2 e 3) (CVM, 2008).

Quadro 1 - Pronunciamentos e Orientações Técnicas do CPC – vigência a partir de 2008

Assunto	IASB	CPC	Deliberação CVM *
Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual	Framework	S/N	539/08
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	IAS 36	CPC 01	527/07 - 639/10
Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	IAS 21	CPC 02	534/08 - 640/10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	IAS 7	CPC 03	547/08 - 641/10
Ativo Intangível	IAS 38 - SIC 32	CPC 04	553/08 - 644/10
Divulgação sobre Partes Relacionadas	IAS 24	CPC 05	560/08 - 642/10
Operações de Arrendamento Mercantil	IAS 17	CPC 06	554/08 - 645/10
Subvenção e Assistência Governamentais	IAS 20	CPC 07	555/08 - 646/10
Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	IAS 39 (parte)	CPC 08	556/08 - 649/10
Demonstração do Valor Adicionado	-	CPC 09	557
Pagamento Baseado em Ações	IFRS 2	CPC 10	562/08 - 650/10
Ajuste a Valor Presente	IFRS 4	CPC 12	564
Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08	-	CPC 13	565
Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	IAS 32/39 (parte)	CPC 14	566/08 - 604/09
Entidades de Incorporação Imobiliária	-	OCPC 01	561/08
Esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis de 2008	-	OCPC 02	Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2009

* Os CPCs 01 ao 08, 10 e 14 foram revisados e por isso constam duas deliberações da CVM.

Fonte: CPC (2010) e CVM (2011a).

Na primeira fase de adoção da Lei n. 11.638/07 e da Medida Provisória n. 449/08 (convertida na Lei n. 11.941/09) foram elaborados e aprovados quatorze pronunciamentos (CPC) e duas orientações técnicas (OCPC) do CPC aplicáveis a partir do exercício de 2008 (Quadro 1). As determinações específicas para a adoção inicial da lei foram estabelecidas no CPC 13. Esse

pronunciamento dispensou as empresas de reapresentarem as demonstrações contábeis de 2007 para fins de comparação. Dessa forma, as empresas deveriam divulgar, em nota explicativa às suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007, os eventos contemplados nessa lei que influenciassem as suas demonstrações do próximo exercício e, quando possível, uma estimativa de seus efeitos no patrimônio líquido e no resultado de 2007 ou o grau de relevância sobre as demonstrações de 2008 (CVM, 2006; 2008). No entanto, as empresas poderiam, voluntariamente, reapresentar cifras comparativas ajustando as suas demonstrações financeiras do exercício de 2007 com as exigências da Lei n. 11.638/07.

Quadro 2 – Pronunciamentos do CPC – vigência 2010

Assunto	IASB	CPC	Deliberação CVM
Ativo Intangível	IAS 38 - SIC 32	CPC 04	553/08 - 644/10
Contratos de Seguro	IFRS 4	CPC 11	563
Combinação de Negócios	IFRS 3	CPC 15	665
Estoques	IAS 2	CPC 16	575/09 - 624/10
Contratos de Construção	IAS 11	CPC 17	576
Investimento em Coligada e em Controlada	IAS 28	CPC 18	605
Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (<i>Joint Venture</i>)	IAS 31 - SIC 13	CPC 19	666
Custos de Empréstimos	IAS 23	CPC 20	672
Demonstração Intermediária	IAS 34 - IFRIC 10	CPC 21	673
Informações por Segmento	IFRS 8	CPC 22	582
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	CPC 23	592
Evento Subsequente	IAS 10	CPC 24	593
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IAS 37	CPC 25	594
Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1	CPC 26	595/10 - 624/10
Ativo Imobilizado	IAS 16	CPC 27	583
Propriedade para Investimento	IAS 40	CPC 28	584
Ativo Biológico e Produto Agrícola	IAS 41	CPC 29	596
Receitas	IAS 18 - SIC 31 - IFRIC 13	CPC 30	597
Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	IFRS 5	CPC 31	598
Tributos sobre o Lucro	IAS 12 - SIC 21 e 25	CPC 32	599
Benefícios a Empregados	IAS 19 - IFRIC 14	CPC 33	600
Demonstrações Separadas	IAS 27	CPC 35	667
Demonstrações Consolidadas	IAS 27 - SIC 12	CPC 36	668
Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	CPC 37	609/09 - 647/10
Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	IAS 39 - IFRIC 9	CPC 38	604
Instrumentos Financeiros: Apresentação	IAS 32	CPC 39	604
Instrumentos Financeiros: Evidenciação	IFRS 7	CPC 40	604
Resultado por Ação	IAS 3	CPC 41	636
Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 5 a 4	IFRS 1	CPC 43	610/09 - 651/10
PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (com Glossário de Termos)	IFRS for SMEs	CPC R1	-

Fonte: CPC (2010) e CVM (2011a)

Na segunda fase de adoção da Lei n. 11.638/07 e fase final de convergência com as IFRS foram emitidos trinta novos pronunciamentos técnicos (CPC, sendo um para pequenas e médias empresas), três orientações técnicas (OCPC) e quinze interpretações técnicas (ICPC) (Quadros 2 e 3) e realizadas revisões nos pronunciamentos técnicos emitidos no ano de 2008 (Quadro 1). O CPC 37 estabelece determinações específicas para a adoção inicial do padrão IFRS, como a obrigatoriedade de convergência total para o padrão IFRS nas demonstrações financeiras do exercício de 2010, com reapresentação das cifras de 2009, conforme as novas normas para fins de comparação, bem como a reapresentação das demonstrações trimestrais de 2010 no novo padrão.

Quadro 3 – Orientações e Interpretações Técnicas do CPC – vigência 2010

Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	IFRS 7, IAS 32 e 39	OCPC 03	Ofício-Circular CVM/SNC/SE P/03/09
Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras	-	OCPC 04	653/10
Contratos de Concessão	-	OCPC 05	654/10
Contratos de Concessão	IFRIC 12 SIC 29	ICPC 01	611/09
Contrato de Construção do Setor Imobiliário	IFRIC 15	ICPC 02	612/09
Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil	IFRIC 4, SIC15 e 27	ICPC 03	613/09
Alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações	IFRIC 8	ICPC 04	614/09
Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria	IFRIC 11	ICPC 05	615/09
Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior	IFRIC 16	ICPC 06	616/09
Distribuição de Lucros <i>In Natura</i>	IFRIC 17	ICPC 07	617/09
Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos	-	ICPC 08	601/09
Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	-	ICPC 09	618/09
Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43	-	ICPC 10	619/09
Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes	IFRIC 18	ICPC 11	620/09
Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares	IFRIC 1	ICPC 12	621/09
Direitos a Participações Decorrentes de Fundos de Desativação, Restauração e Reabilitação Ambiental	IFRIC 5	ICPC 13	637/10
Passivo Decorrente de Participação em Mercado Específico – Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos	IFRIC 6	ICPC 14	638/10
Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais	IFRIC 19	ICPC 15	652/10

Fonte: CPC (2010) e CVM (2011a)

A estratégia de transição gradual para as IFRS resultou na coexistência de três conjuntos normativos distintos, que produzem números diferentes nos relatórios das empresas: (1) as

normas contábeis brasileiras antigas (Lei n. 6.404/76); (2) as normas da primeira fase de transição para o IFRS (Leis n. 11.638/07 e n. 11.941/09 e CPCs 01 a 14), vigentes para os exercícios de 2008 e 2009 e (3) o padrão internacional completo ou *full* IFRS (Leis n. 11.638/07 e n. 11.941/09, CPCs 01 a 43, OCPC 1 a 5 e ICPC 1 a 15), com adoção obrigatória para as demonstrações financeiras do exercício social de 2010.

2.3.4 Lucro contábil e lucro tributável

A diferença entre o lucro contábil, divulgado na demonstração de resultado publicada por uma empresa, e o lucro tributável, declarado às autoridades fiscais, resulta do desalinhamento entre as normas contábeis e as normas tributárias. Essas duas medidas de lucro refletem e resumem as perdas e os ganhos econômicos da empresa, mas elas são derivadas de diferentes conjuntos de normas (COMPRIX *et al*, 2011). Os PCGA fornecem orientação para mensurar o lucro com a finalidade de divulgar informações financeiras aos investidores, credores e outras partes interessadas no desempenho financeiro e econômico da empresa, enquanto a SRF fornece orientações para o cálculo do lucro da empresa com a finalidade de determinação do imposto de renda. Para garantir a utilidade da informação contábil para o processo de tomada de decisão dos usuários, os PCGA contêm regras de defesa contra a superestimação do lucro ou dos ativos, enquanto as autoridades fiscais emitem regras para eliminar a subestimação do lucro. Nesse ambiente, os gestores enfrentam um dilema nas escolhas contábeis, gerenciais e operacionais: ponderar os incentivos fiscais para reduzir o lucro tributável contra os incentivos financeiros para aumentar o lucro contábil. Dessa forma, o valor do lucro declarado sob os dois conjuntos de normas raramente serão iguais, resultando em *DTs* (*Ibid.*, 2011).

A diferença entre as normas contábeis e as normas fiscais, também, pode ser explicada pela diferença entre os conceitos que norteiam cada uma das ciências (Contabilidade e Direito): enquanto a primeira trabalharia com a essência econômica das coisas, a segunda trabalharia com a natureza jurídica dessas mesmas coisas (FONSECA, 2010). Para Oliveira (2008, p. 398), “sempre houve aproximações, e sempre houve distanciamentos” entre a contabilidade e o direito, mas as alterações introduzidas pela Lei n. 11.638/07 exacerbaram as distâncias, em virtude da quantidade de regras infralegais. Esses distanciamentos acontecem em situações específicas, quando a visão contábil de um negócio jurídico se diferencia do regime jurídico que a lei atribui a ele (*Ibid.*, 2008). Por exemplo, para o direito, o patrimônio de uma pessoa

contém todos os seus direitos e todas as suas obrigações com valor econômico, quando certo, definitivos e incondicionais (*Ibid.*, 2008). Por outro lado, a contabilidade, muitas vezes, registra ativos e passivos que não existem segundo o conceito jurídico de patrimônio, mas o faz por motivos inerentes à sua visão mais econômica e empresarial do patrimônio, ou seja, os contadores registram no ativo alguns direitos que ainda não foram adquiridos, mas cuja aquisição os gestores julgam seja previsível com uma boa dose de certeza (como, por exemplo, processos jurídicos ainda não terminados) (*Ibid.*, 2008).

Outro exemplo característico da contradição entre o contábil e o direito é o do arrendamento mercantil, notadamente na modalidade de arrendamento financeiro. Para o direito, trata-se de um negócio jurídico típico, no qual a arrendadora que possui a propriedade, a arrenda para o arrendatário, com a opção deste de comprar o mesmo bem ao final do arrendamento, não havendo qualquer vestígio legal de compra a prazo ou de mútuo. Já para a contabilidade, mesmo não possuindo a propriedade dos bens, os mesmos devem ser classificados no ativo da arrendatária quando esta detiver os benefícios, os riscos e o controle do bem (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010). O tratamento dispensado para a transação de venda e *leaseback*, em que a pessoa jurídica aliena bem de seu ativo a uma instituição autorizada para praticar esse tipo de operação e imediatamente o recebe em arrendamento mercantil (*Ibid.*, 2010), também é divergente entre a contabilidade e o direito. De acordo com a disciplina jurídica, há uma alienação efetiva do bem pela arrendatária para a arrendadora (OLIVEIRA, 2008). No entanto, para efeitos contábeis, essa transação é caracterizada como *leasing* financeiro, um mero financiamento (*Ibid.*, 2008).

A legislação do imposto de renda precisa ser construída sob os princípios constitucionais, dentre eles o da capacidade contributiva e da impossibilidade de confisco (OLIVEIRA, 2008). O imposto de renda deve ser graduado segundo a capacidade econômica do contribuinte. A capacidade contributiva orienta a instituição de tributos impondo a observância da capacidade do contribuinte de recolher aos cofres públicos, ou seja, onde não houver riqueza é inútil instituir imposto (*Ibid.*, 2008). Quando inexistir uma disponibilidade econômica ou jurídica (existência de um acréscimo patrimonial), não há, ainda uma manifestação da capacidade contributiva (SCHOUERI, 2010). A renda estará disponível quando o contribuinte possa dela se valer para pagar o seu imposto (*Ibid.*, 2010). O conceito de disponibilidade exige o direito incontestável a um ingresso financeiro, mesmo que ele não ocorra (*Ibid.*, 2010). Assim,

quando o tributo não leva em consideração a capacidade contributiva das pessoas, ele é confiscatório (CARRAZZA, 2009). É proibido utilizar tributo com efeito de confisco, ou seja, usurpar, simulando tributar, o patrimônio do contribuinte (*Ibid.*, 2009). Por exemplo, o acionista de uma sociedade anônima não tem disponibilidade sobre os dividendos enquanto não houver uma assembléia geral determinando o pagamento destes, ainda que a referida sociedade tenha apurado lucros no exercício anterior. Afinal, pode ser que a assembléia dê outro destino aos lucros, a constituição de reservas.

Na verdade, como assevera Oliveira (2008, p. 1055), “existem situações de contrariedade insanável entre certas práticas contábeis e o patrimônio tal como disciplinado pelo direito”. Isto é, são diferentes os referenciais da contabilidade e do direito. Para a contabilidade, o referencial é o efeito econômico ou financeiro subjacente, que pode ser parecido (possivelmente igual) ao de outro ato ou negócio (no caso do arrendamento financeiro sua aparência é com o financiamento da aquisição do bem numa compra e venda a prazo), ao passo que para o direito, o referencial é o efeito jurídico, portanto, o efeito que deriva da lei aplicada, e que corresponde à substância do negócio jurídico (a sua causa legal, que lhe atribui à verdadeira natureza jurídica) (*Ibid.*, 2008). Essa visão diferente, que a contabilidade tem de determinados fatos jurídicos, deriva do ponto de vista da prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica, ou seja, o que interessa para a contabilidade é o sentido ou efeito econômico que deriva de um ato, e não o tratamento jurídico que a lei dá ao mesmo (*Ibid.*, 2008).

Apesar de o patrimônio englobar todos os direitos e todas as obrigações, com valor econômico, de uma pessoa, o momento de reconhecimento de algumas despesas e receitas divergem entre o direito e a contabilidade. Para a contabilidade, as despesas e receitas são registradas segundo o regime de competência, tradicionalmente associado ao regime econômico, que reconhece as receitas quando definitiva e incondicionalmente incorporadas ao patrimônio, ainda que não recebidas em moeda, quando contabiliza no passivo os encargos definitivamente assumidos, ainda que não pagos, além das provisões (*Ibid.*, 2008). O regime de competência, sob o ponto de vista conceitual, tem qualidade superior ao regime de caixa, que reconhece as receitas e as despesas somente quando recebidas ou pagas em moeda (*Ibid.*, 2008; IUDÍCIBUS *et al*, 2010). Os PCGA e a Lei n. 11.638/07 determinam a utilização do regime de competência para apuração do lucro contábil, enquanto o Decreto-Lei n. 1.598/77,

também, exige o uso desse regime para apuração IRPJ, mas adota o regime de caixa em situações especiais, relacionadas taxativamente na lei (OLIVEIRA, 2008). A utilização desses dois regimes na apuração do lucro tributável dá origem às diferenças permanentes e temporárias entre os dois tipos de lucros. Por exemplo, a provisão para perdas sobre estoques registrada na contabilidade quando estimadas as perdas, mas dedutível para fins fiscais somente quando realizada, resulta em diferenças temporárias.

O lucro líquido é o resultado apurado na escrituração mercantil das pessoas jurídicas, enquanto o lucro tributável é o resultado do lucro líquido após as adições e exclusões que a lei tributária determina ou autoriza para a quantificação da base de cálculo do IRPJ. O regime legal do IRPJ adota o fato gerador do tipo funcional, no qual não há menção específica a cada tipo de renda tributável e despesa dedutível em relação exaustiva, mas a lei se ocupa, apenas, das exceções, estas, sim, relacionadas uma a uma (*Ibid.*, 2008). Assim, o sistema legal de apuração do lucro tributável é o das exceções taxativas, isto é, é tributável tudo o que for crédito de resultado no lucro líquido, e não for excepcionado pela lei fiscal, ao passo que é dedutível do lucro tributável tudo o que for débito de resultado no lucro líquido, e não for excepcionado pela lei fiscal (*Ibid.*, 2008). Esse sistema de exceções é regulado por uma quantidade excessiva de leis, decretos-leis e medidas provisórias¹³ (*Ibid.*, 2008), escritas em uma linguagem formada por termos vagos, imprecisos, fatos que dificultam a interpretação da norma tributária (GRECO, 2008) e podem aumentar as DTs.

O art. 44 do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que “a base de cálculo do imposto é o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis”¹⁴ (BRASIL, 1966). Para a apuração do IRPJ prevalece o lucro real sempre que devidamente contabilizado e lastreado em documentos válidos. Essa escrituração se fraciona entre os livros da escrituração mercantil (diário e outros), em que é apurado o lucro líquido, e um livro exclusivamente fiscal, denominado de LALUR destinado ao registro dos ajustes no lucro líquido para apuração do lucro real e ao controle de valores diferidos para fins tributários. A Lei n. 6.404/76 já admitia que legislação especial sobre a atividade da empresa ou sobre sua

¹³ Por exemplo, Decreto-Lei n. 5.844/43, Lei n. 3.470/58, Lei n. 4.506/64, Decreto-Lei n. 1.598/77, Lei n. 7.450/85, Lei n. 8.383/91, Lei n. 8.981/95, Lei n. 8.541/92, Lei n. 8.981/95, Lei n. 9.249/95, Lei n. 9.430/96, Lei n. 9.532/97, Lei n. 9.718/98. O ideal seria haver, anualmente, a consolidação dessa legislação tributária como é exigido no art. 212 do CTN, jamais cumprido pelo Poder Executivo (OLIVEIRA, 2008).

¹⁴ Os mecanismos de apuração da base de cálculo da CSLL são, exatamente, os mesmos do lucro real, o que varia são as espécies de ajustes. Assim, as orientações da Lei n. 11.638/07 valem tanto para a apuração do lucro real quanto da CSLL.

tributação pudesse prescrever métodos ou critérios contábeis diferentes daqueles determinados por ela própria, mas a empresa deveria observar essa legislação especial “em registros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil” (BRASIL, 1976, art. 177, ¶ 2º). A lei tributária adequou-se ao regime jurídico aplicável à escrituração comercial da pessoa jurídica, uma vez que estabelece que o lucro líquido seja determinado com observância dos preceitos da lei comercial e o lucro real será determinado com base na escrituração que o contribuinte deve manter, com observância das leis comerciais e fiscais (BRASIL, 1977, arts. 6º e 7º). Percebe-se que a Lei n. 6.404/76 e o Decreto n. 1.598/77 já previam a segregação entre a contabilidade financeira e a contabilidade fiscal, e, por isso, determinavam que os ajustes de natureza tributária fossem feitos no LALUR, sem prejuízo da apuração do lucro líquido na forma da legislação societária.

Desse modo, a despeito de que a Lei n. 11.638/07 tenha passado a admitir uma visão econômica mais livre do que ocorria na Lei n. 6404/76, quando ela registra algum fato em desacordo com o direito, isso não alterará o patrimônio da pessoa (FONSECA, 2010). O patrimônio da pessoa jurídica é o que é por força de uma norma jurídica (*Ibid.*, 2010). É por isso que qualquer contabilização que não observe o direito não afetará qualquer tributo. As novas regras contábeis que foram trazidas pela Lei n. 11.638/07 não afetam as obrigações fiscais, pois a distinção de critérios já era reconhecida na Lei n. 6.404 (BRASIL, 1976, art. 177, ¶ 2º). Assim, a forma de contabilizar é irrelevante para a apuração do lucro tributável, já que o lucro líquido é ajustado no LALUR e as obrigações tributárias continuam a ser regidas pelo direito tributário (FONSECA, 2010).

A lei confere à contabilidade, lastreada em documentos regulares, a condição de prova a favor da pessoa jurídica contra o próprio fisco, a quem cabe provar a irregularidade ou inveracidade dos registros contábeis (BRASIL, 1977, art. 9º). Fora do direito tributário também há norma no mesmo sentido de que a escrituração mantida com observância das formalidades legais faz prova a favor do comerciante (*Ibid.*, 1969, art. 8º). E o Código de Processo Civil, prescreve que os livros comerciais provam contra o comerciante, admitindo prova contrária (*Ibid.*, 1973, art. 378), e que, quando preencham os requisitos exigidos por lei, provam a seu favor em litígios com outros comerciantes (*Ibid.*, 1973, art. 379). O Código Civil brasileiro, ainda, acrescentou outra norma nesse mesmo sentido (*Ibid.*, 2002, art. 226).

A manutenção da escrituração consiste em obrigação legal, cujo descumprimento pode receber sanções na órbita do direito privado, enquanto, no campo do imposto de renda, acarreta o arbitramento do lucro tributável por critérios que a lei determina (OLIVEIRA, 2008). O arbitramento do lucro tributável não ocorre, apenas, quando a pessoa jurídica deixa de manter os livros contábeis obrigatórios, mas, também, quando os escritura de maneira irregular a ponto de não permitir a segura apuração do lucro, caso em que se dá a desclassificação da escrita e a consequente aplicação das mesmas regras de lucro arbitrado que seriam aplicadas se não houvesse a escrita contábil. Outra alternativa para a tributação do lucro apurado contabilmente, a lei, sob limites e condições que prescreve, autoriza o contribuinte a optar pelo lucro presumido, que consiste num sistema simplificado de atribuição de margens de lucro presumidas pela lei às receitas brutas de cada tipo de atividade, acrescido do lucro efetivamente obtido em alienações de bens do ativo permanente, em aplicações financeiras e em outras receitas não abrangidas pela apuração presumida. Nesse caso, também a escrituração exigida é simplificada e suficiente à apuração dos elementos de cálculo do lucro presumido (*Ibid.*, 2008).

Excluídas as exceções em que o lucro tributável se estabelece pelos critérios arbitrado e presumido, a regra geral é de que ele se apura por meio da contabilidade regularmente mantida e em condições de demonstrá-lo. Por isso mesmo, a mecânica ou sistemática legal de determinação do lucro real consiste em (OLIVEIRA, 2008): 1º) apurar o lucro líquido, de acordo com a legislação societária, considerando como tributáveis todas as receitas e todos os rendimentos creditados nas contas de resultado e como dedutíveis todas as despesas incorridas no período-base; 2º) fazer os ajustes expressamente determinados pela lei tributária, para mais e para menos, apurando-se ao final o lucro real. Esses ajustes são escriturados na parte A do LALUR e representam adições ou exclusões ao lucro líquido. As adições envolvem: despesas, custos ou perdas não dedutíveis, ou dedutíveis até determinados limites de valor que tenham sido excedidos, ou dedutíveis sob determinadas condições que não tenham sido cumpridas, ou que tenham sido contabilizados no período-base, mas que sejam dedutíveis em outros períodos-base futuros; receitas ou rendimentos que tenham sido contabilizadas em períodos-base anteriores, mas devem ser tributadas neste (*Ibid.*, 2008). Nessa mesma linha de raciocínio, as exclusões representam: receitas ou rendimentos que sejam isentas, que recebam algum tratamento especial ou que tenham sido contabilizadas no período-base, mas devam ser tributadas em períodos-base futuros; custos, despesas ou perdas que tenham sido contabilizados em períodos-base anteriores mas devam ser deduzidos neste; certas

participações nos lucros que a lei autoriza excluir da base de cálculo, prejuízos fiscais vindos de períodos-base anteriores (*Ibid.*, 2008). Na parte B do LALUR, são escriturados e controlados os ajustes que representam diferenças temporárias, ou seja, transações especiais lançadas nas contas de resultado, segundo o regime de competência, para apuração do lucro líquido na contabilidade, mas que a legislação tributária admite ou determina a inclusão no lucro real em período diverso (*Ibid.*, 2008).

Após os ajustes no lucro líquido, para determinação do lucro real, o resultado pode ser positivo, representando a base de cálculo final sobre a qual se aplica a alíquota progressiva do imposto, ou negativo (prejuízo fiscal), caso em que a lei fiscal permite a transferência para compensação em períodos-base posteriores sob condições pré-estabelecidas (*Ibid.*, 2008). Dessa forma, quando há compensação de prejuízos fiscais anteriores, a base de cálculo não é propriamente o lucro real do período-base em que a compensação pode se processar, mas, sim, o lucro real desse período após a compensação (*Ibid.*, 2008).

Resumindo, a base de cálculo do IRPJ, quando não for arbitrada ou presumida, parte do lucro líquido contábil e resulta de ajustes para mais e para menos que a lei tributária prescreve, sendo o saldo final dessa operação denominado de lucro real. Embora esta seja a norma vigente desde o Decreto-Lei n. 1.598/77, a Lei n. 11.638/07 criou outras duas alternativas para apuração do lucro tributável, que, por sua vez, foram revogadas pela Lei n. 11.941/09:

- primeiro a contabilidade registra somente os movimentos econômicos e financeiros segundo as normas legais de direito privado aplicáveis a cada evento, depois são feitos ajustes, na mesma contabilidade: um ajuste de natureza fiscal, para atender à apuração da base de cálculo do IRPJ, e outro de natureza contábil, para apurar o lucro líquido de acordo com a norma societária, inclusive com as exigências da Lei n. 11.638/07 (BRASIL, 2007, art. 177, ¶ 2º, II);
- os registros contábeis são realizados segundo as regras da legislação do IRPJ, e depois são feitos ajustes para se chegar ao lucro líquido e ao patrimônio segundo as normas da legislação societária, inclusive com as inovações da Lei n. 11.638/07 (BRASIL, 2007, art. 177, ¶ 2º, II);

Esses ajustes seriam realizados no Livro de Apuração do Lucro Contábil (LALUC). Dessa forma, o LALUC “foi extinto, sem nunca ter de fato existido” (IUDÍCIBUS *et al*, 2010, p. 318). A Medida Provisória n. 449/08 (transformada na Lei n. 11.941/09) manteve o LALUR e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT), garantindo a separação da contabilidade para fins societários, da contabilidade para fins tributários (*Ibid.*, 2010).

Para Martins (2008, p. 1), “o Laluc era a mesma coisa só que ao contrário. Mas o caminho do Lalur é o preferível porque é menos caro e menos trabalhoso”. Ressalta-se que a mera instituição do LALUC ou a prevalência do LALUR, por si só, não garantem a eliminação da influência da legislação fiscal nas normas contábeis. Com o LALUC, inclusive, essa influência poderia aumentar, uma vez que as empresas fariam primeira a contabilização segundo as regras fiscais e, posteriormente, fariam os ajustes contábeis. As empresas, com o objetivo de reduzir custos ou mesmo por estratégias de gerenciamento de resultado poderiam utilizar os mesmos critérios da legislação fiscal na contabilização societária. Dessa forma, a formalização da neutralidade tributária e da separação entre os sistemas contábeis e fiscais, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, representa a garantia do uso original do LALUR (*Ibid.*, 2008).

2.3.5 Pesquisas sobre a Lei n. 11.638/07 e o processo de convergência

Algumas pesquisas já foram realizadas comparando os números contábeis antes e após a adoção da Lei n. 11.638/07 (por exemplo, FUTURA *et al*, 2010; SANTOS; CALIXTO, 2010, SANTOS, 2011). Entretanto, esta pesquisa é pioneira na análise do impacto das alterações dessa lei no nível de conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras.

Furuta *et al* (2010) analisaram o impacto de alterações da Lei n. 11.638/07 sobre o patrimônio líquido e o resultado de oito empresas brasileiras de grande porte no exercício social findo em 31 de dezembro de 2008. Os resultados dos testes de *Wilcoxon* sugerem uma redução do valor do patrimônio líquido e do lucro líquido dessas empresas após a aprovação dessa lei.

Santos *et al* (2011) ajustaram o modelo analítico original proposto por Basu (1997) com a inclusão de uma variável *dummy* de trimestre na tentativa de capturar o efeito da mudança no nível de conservadorismo das empresas a partir de 2008. Para a amostra não probabilística de

cem companhias abertas não financeiras, utilizando dados do primeiro trimestre de 2005 até o terceiro trimestre de 2009, os resultados sugerem não haver efeito da Lei n. 11.638/07 no conservadorismo condicional, ou seja, essa lei, aparentemente, não afetou o grau de reconhecimento assimétrico de perdas econômicas ainda não realizadas em relação aos ganhos, e, também, o lucro contábil parece não refletir de forma oportuna o resultado econômico.

Santos (2011), também, utilizou o inverso do Índice de Conservadorismo de Gray (1980) para determinar o impacto da adoção gradual da Lei n. 11.638/07 no lucro líquido e no patrimônio líquido de 20 empresas que voluntariamente adotaram as IFRS nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2008 e 2009. Os resultados mostram aumento no lucro líquido e no patrimônio líquido, tanto nas duas fases de adoção (da Lei n. 6.404/76 para a Lei n. 11.638/07 e dessa lei para a convergência completa com as IFRS), quanto no processo total (da Lei n. 6.404/76 para a convergência completa com as IFRS), corroborando a hipótese de conservadorismo da contabilidade brasileira antes da adoção da Lei n. 11.638/07.

Santos e Calixto (2010) utilizaram o inverso do Índice de Conservadorismo de Gray (1980; 1988) para analisar os efeitos da primeira fase de transição na aplicação das alterações da Lei n. 11.638/07 nos resultados de 34 companhias abertas que divulgaram as demonstrações do exercício findo em 2008 e a tabela de reconciliação, mostrando os efeitos da nova lei nos exercícios de 2007 e de 2008. As evidências desse estudo mostram que os resultados divulgados pelas companhias após a adoção da Lei n. 11.638/07 são, em média, superiores aos apurados com a legislação societária anterior, confirmando o conservadorismo contábil brasileiro previsto por Gray.

Ponte *et al* (2010) investigaram o grau de cumprimento das práticas de divulgação relativas ao Ajuste a Valor Presente (AVP), quando da adoção inicial da Lei n. 11.638/07 e da Lei n. 11.941/09, examinando se existiu uma maior observância pelas empresas dos níveis diferenciados de governança corporativa (NDGC) da BM&FBOVESPA. Foram analisadas as demonstrações contábeis, do exercício findo em 2008, de 334 empresas. Por meio do teste de diferenças entre médias, verificou-se um baixo grau de cumprimento das práticas de divulgação relativas ao AVP e não se observou um maior atendimento às orientações de divulgação por parte das empresas dos NDGC. Os resultados reforçam os achados de pesquisa

publicada em 2009, por Santos e Calixto, demonstrando que a transparência foi negligenciada nas demonstrações contábeis de 2008, até mesmo pelas empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Nogueira Jr. *et al* (2010), por meio de um teste de diferença de médias, compararam a diferença existente na relação das variáveis lucro líquido e fluxo de caixa operacional de 37 companhias brasileiras não financeiras antes e depois das alterações propostas pela Lei n. 11.638/07 e pela MP n. 449/08. O período de estudo foi do último trimestre de 2007 até o segundo trimestre de 2009. Esses autores não encontraram diferença significativa na relação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional provocadas por essas legislações.

Costa *et al* (2011), utilizando a técnica de análise de conteúdo, compararam os pronunciamentos do CPC, emitidos no período de 2007 a 2010, com as normas do IASB. Os resultados apontam que as diferenças entre os pronunciamentos do CPC e as IFRS - sejam elas decorrentes da legislação brasileira, relacionadas às opções adicionais oferecidas pelo IASB na adoção inicial, de caráter geral entre o CPC e o IASB ou devido a normas do ISAB não emitidas pelo CPC no horizonte temporal de estudo – as diferenças entre essas normas não prejudicam a declaração de que as demonstrações contábeis consolidadas brasileiras preparadas de acordo com os CPCs estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Oliveira e Lemes (2011), por meio de pesquisa documental, analisaram as demonstrações contábeis elaboradas para o ano de 2008 de acordo com os PCGA norte-americanos e os brasileiros de 20 companhias abertas brasileiras com o objetivo de avaliar em que nível as informações contábeis atendem aos requisitos da adoção inicial das IFRS. Por meio de análise de conteúdo foram elaborados índices de aderência das demonstrações a partir dos requisitos de cada IFRS que as empresas devem cumprir quando da adoção inicial das IFRS. A pesquisa apontou para índices de *disclosure* calculados para as demonstrações contábeis elaborados sob os PCGA norte-americanos superiores àqueles calculados para as demonstrações elaboradas sob os PCGA brasileiros, confirmando um nível de convergência maior entre os PCGA dos EUA e as IFRS. Além disso, os resultados mostram que o setor de atuação e o tamanho da empresa influem, diretamente, no *disclosure* das informações e que o fato de as

demonstrações serem auditadas pelas empresas globais de auditoria (BIG4) não foi determinante na extensão do *disclosure*.

Cardoso *et al* (2009) analisaram o processo de alteração da regulação da contabilidade brasileira à luz de cinco teorias da regulação: do interesse público, da captura, da competição entre grupos de interesse, tridimensional e de Habermas segundo Laughlin (2007). Embora, as teorias sejam concorrentes, observou-se que elas podem ser utilizadas de forma complementar entre si na compreensão das alterações promovidas pela Lei n. 11.638/07 e pela Medida Provisória n. 449/08 na Lei n. 6.404/76. Esses autores consideram que as teorias tridimensional e habermasiana são as que melhor contribuem para a democratização da contabilidade, visto que consideram os valores sociais na elaboração e posterior interpretação da regulação.

Ponte *et al* (2010a) investigaram as notas explicativas das demonstrações financeiras padronizadas do exercício encerrado em 2008 de 334 companhias com o objetivo de levantar o grau de cumprimento das orientações de divulgação definidas no CPC 13 pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA e investigar se existiu uma maior observância pelas empresas do níveis diferenciados de governança corporativa (NDGC). Os resultados indicam baixo grau de cumprimento das orientações de divulgação do CPC 13 pelas companhias abertas e, após a aplicação de testes não paramétricos de *Mann-Whitney*, verificou-se que nas empresas listadas nos NDGC da BM&FBOVESPA foi maior a observância do normativo, quando comparadas com as do segmento tradicional.

Lima *et al* (2010) investigaram os determinantes do processo de convergência contábil no Brasil por meio do Índice de Observância às Práticas de Convergência (IOPC), construído com base nas informações das demonstrações financeiras do exercício de 2008. A amostra é composta por cinquenta companhias abertas brasileiras. Os resultados apontam que empresas maiores, mais expostas ao mercado internacional e que possuem maiores necessidades de financiamento são mais propensas a adotar as IFRS, de forma que perfaçam mudanças materiais nas suas políticas contábeis, em relação àquelas que não possuem os mesmos incentivos. Além do mais, o nível de observância às práticas de convergência está, negativamente, associado à dificuldade do analista em projetar o lucro da empresa. Esses

autores concluem que os incentivos econômicos das companhias tendem a direcionar o nível de compromisso com a adoção das práticas de convergência contábil no Brasil.

Vieira (2010) estudou os efeitos que ocorreram na qualidade da informação contábil na fase de adoção parcial das IFRS. A amostra foi composta por 240 empresas-ano para o período de 2005 a 2008. Esses autores encontraram indícios de aumento da qualidade das informações contábeis (quando medidas por gerenciamento de resultado por meio de alisamento de resultados) após a adoção das IFRS. No entanto, a qualidade mensurada por intermédio do critério de reconhecimento oportuno de perdas apresentou resultados inconclusivos (dependendo do teste apresentava aumento ou redução da qualidade).

Ignácio (2010) buscou analisar o processo de convergência contábil sob o enfoque da Teoria Institucional e avaliar o grau de conexão entre as normas e práticas contábeis e fiscais mediante modelo proposto por Lamb *et al* (1998). Esse autor analisou as demonstrações financeiras da companhia aberta Gerdau S.A antes e após a adoção da Lei n. 11.638/07. Os resultados da pesquisa sugerem que o grau de conexão entre as normas contábeis e fiscais reduziu. Além disso, esse autor destaca a identificação do Caso IV na Gerdau, indicando a influência da legislação fiscal sobre a prática contábil, pois, apesar de existir uma norma contábil específica, a prática do cálculo da depreciação com base na legislação fiscal persiste mesmo após a adoção das IFRS na demonstração apurada em 2008 (a Gerdau adota as IFRS desde 2006).

Santos (2009) analisa as alterações nos relatórios financeiros do exercício de 2008, provenientes do reconhecimento das perdas dos ativos de três empresas brasileiras e o nível de aderência dos relatórios às normas e padrões já divulgados sobre *impairment* (IAS 36 e CPC 01). Os resultados sugerem que as empresas analisadas estão, em grande parte, adequadas às solicitações das normas internacionais e brasileiras, com exceção, da evidenciação da taxa de desconto dos ativos reavaliados.

O objetivo da pesquisa de Tavares *et al* (2010) foi evidenciar se os setores classificados pela BM&FBOVESPA cumpriram a política de reconhecimento, mensuração e evidenciação preconizado pelo pronunciamento CPC 01 referente à operacionalização da perda por *impairment*. Por meio do índice de evidenciação calculado com a aplicação de questionário a

25 empresas de sete diferentes setores, esses autores constataram que nenhum dos setores atendeu plenamente aos requisitos preconizados pelo normativo, sugerindo que os setores representantes da economia brasileira não conseguiram atender, no 1º ano de adoção, aos requisitos mais genéricos estabelecidos pela norma internacional n. 36.

Taveira (2009) avaliaram como as empresas de capital aberto, classificadas nos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA, observaram as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 07, quando divulgaram as subvenções e assistências governamentais nas suas demonstrações financeiras do ano de 2008. Esse autor concluiu que as 158 companhias de capital aberto avaliadas na pesquisa não efetuaram o *disclosure* de forma satisfatória, estando em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07, relativo às subvenções e assistências governamentais.

Chagas *et al* (2010) verificaram se as subvenções e assistências governamentais auferidas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) da Paraíba e Rio Grande do Norte, no ano de 2008, foram evidenciadas conforme o Pronunciamento Técnico 07 do CPC e a NBC T 19.14 do CFC. Os resultados sugerem que a maioria das sessenta OSCIPs evidenciaram as subvenções e assistências governamentais em obediência ao Pronunciamento Técnico 07 e a NBC T 19.14.

Costa (2010) analisou o impacto do CPC 14, comparando os relatórios financeiros de empresas nacionais emissoras de ADR divulgados no Brasil, e arquivados na CVM, e nos Estados Unidos, arquivados na SEC. Para esse autor, o atual processo de convergência elimina qualquer assimetria de informação, ao propiciar, a partir de 2008, uma isonomia no acesso às informações divulgadas pelas companhias em ambos os mercados. Após a análise das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 2007 e em 2008 de 26 empresas, percebeu-se uma melhora significativa no nível das informações contábeis sobre derivativos.

Souza *et al* (2011) verificaram se as companhias de capital aberto que reconheceram perda no valor recuperável de ativos em 2008 seguiram as normas de divulgação contidas no pronunciamento técnico CPC 01 que trata do teste de recuperabilidade de ativos. Foram analisadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e respectivas Notas Explicativas (NE) de uma amostra de 52 empresas, listadas no Ibovespa, que reconheceram

perda no valor recuperável de ativos durante o ano de 2008. Os resultados revelam que nenhuma das companhias analisadas divulgou, de maneira completa, todas as determinações emanadas pelo CPC 01, no que concerne especificamente à divulgação da perda no valor recuperável de ativos, sendo que a principal informação não evidenciada por algumas empresas foi a taxa de desconto utilizada nas projeções de fluxo de caixa descontado.

Souza *et al* (2008) investigaram como as empresas brasileiras que negociam ações no Brasil e nos Estados Unidos estão evidenciando o *impairment test* em suas demonstrações contábeis. Foram analisados os Relatórios 20-F submetidos à SEC, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP's) submetidas à CVM e os respectivos relatórios complementares integrantes das demonstrações contábeis publicadas no Brasil e nos EUA, referentes ao ano de 2006. Os resultados demonstraram que 58% das 24 empresas da amostra evidenciaram *impairment test* em suas Demonstrações Financeiras, e um número significativamente maior de detalhamento das informações foi à SEC, em comparação ao apresentado à CVM.

Souza *et al* (2009) avaliaram a posição dos auditores independentes em seus pareceres, diante da ausência, parcial ou total, do cumprimento das exigências do CPC 01, concernentes à divulgação da perda por *impairment*. A amostra é composta por seis companhias abertas que tiveram suas demonstrações contábeis do exercício findo em 2008 auditadas por uma das BIG4. Os resultados apontam que o atendimento às exigências de divulgação da perda por *impairment* dispostas no CPC 01 ocorreu de forma parcial na maioria das empresas pesquisadas e que os auditores independentes nada mencionaram nos pareceres de auditoria publicados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos envolvendo a delimitação do tipo de pesquisa, as técnicas utilizadas para alcançar os objetivos propostos, os aspectos econométricos, os modelos e as variáveis utilizadas nos testes empíricos e a seleção da amostra.

3.1 Tipologia do Estudo

Segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 37), o método científico representa “o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo”, contemplando uma série de procedimentos e critérios intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento proposto pelo pesquisador. O estudo e o aperfeiçoamento dos métodos científicos constituem os objetivos da metodologia. A definição da metodologia de uma pesquisa envolve a especificação do método, a forma de raciocínio, a linha de pensamento que o pesquisador escolhe para desenvolver a pesquisa, o tipo de pesquisa e as técnicas que possibilitam coletar e analisar as informações sobre a realidade social que está sendo estudada (ZANELLA, 2009).

Dessa maneira, as etapas do método dedutivo – estabelecimento do problema de pesquisa, o estabelecimento de hipóteses e as tentativas de falseamento das hipóteses – são utilizadas, nesta pesquisa, para alcançar os objetivos propostos. A pesquisa é do tipo empírico-analítica, uma vez que privilegia a análise de dados quantitativos e o estudo da relação causal entre variáveis.

O trabalho foi desenvolvido por meio das seguintes técnicas de pesquisa: bibliográfica, documental, quase-experimental do tipo *ex post facto* e estatística descritiva e inferencial. Os temas discutidos por meio da pesquisa bibliográfica têm o objetivo de subsidiar a definição de hipóteses, o estabelecimento de modelos e a análise dos resultados. A pesquisa documental foi utilizada quando da análise de legislações, normas e demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras. A principal característica da pesquisa *ex post facto* é a impossibilidade de o pesquisador controlar as variáveis independentes, porque o estudo é

realizado após a ocorrência de variações desenvolvidas naturalmente na variável dependente (GIL, 2006; MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

A técnica de estatística descritiva permite organizar, sumarizar e descrever os dados a fim de compreender o comportamento das variáveis (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Por meio da estatística inferencial é possível estimar as características de uma população (totalidade de itens) a partir dos resultados de uma amostra (*Ibid.*, 2007).

3.2 Testes Econométricos

Ao estudar o comportamento do conjunto de dados das companhias abertas brasileiras ao longo de determinado período, deve-se considerar as diferenças entre as empresas e as especificidades de cada período que compõem a amostra. A estimação de um modelo utilizando a estrutura de dados em painel possibilita o desenvolvimento da análise levando em consideração tanto as características individuais das empresas ao longo do tempo quanto os fatores atribuídos a determinados períodos e que afetam, igualmente, as empresas naquele momento (GUJARATI, 2006).

Hsiao (2003; 2007) argumenta que o uso de dados em painel tem diversas vantagens em relação a dados de corte transversal ou séries temporais, tais como: (1) permite uma inferência mais precisa dos parâmetros do modelo porque contém mais graus de liberdade e maior variabilidade da amostra; (2) maior controle para variáveis omitidas; (3) reduzir a colinearidade entre as variáveis independentes; (4) maior facilidade para investigar questões de heterogeneidade e homocedasticidade; (5) ajuda a controlar os problemas de endogeneidade e (6) maior possibilidade de identificar e de mensurar efeitos não detectáveis em regressões com dados de corte transversal ou séries de tempo. Pindyck e Rubinfeld (2004) explicam que essa forma de analisar os dados permite identificar e analisar efeitos econômicos que não poderiam ser identificados e analisados por meio do uso de dados em corte transversal ou apenas com o uso de séries temporais.

Para tornar comparáveis os resultados obtidos nesta tese, com aqueles de estudos anteriores, (por exemplo, HANLON, 2005; HANLON *et al.*, 2008; FRANK *et al.*, 2009) optou-se por

estimar as regressões pelo método de MQO, mínimos quadrados ordinários, para dados em painel em que há uma combinação de séries temporais com dados transversais (*cross-section*). Para maior robustez dos resultados foram testados os três tipos de dados em painel com erros-padrão robustos *clusterizados* por empresa.

Os três tipos de modelos analíticos de dados em painel são: intercepto comum ou *ordinary least squares* (OLS), o de efeitos fixos (EF) e o de efeitos aleatórios (EA) (GREENE, 2008). O modelo OLS, também conhecido como *pooled regression* ou de coeficientes constantes, pressupõe que tanto o intercepto quanto os parâmetros das variáveis independentes (inclinações) não variam, ou seja, os coeficientes que caracterizam o efeito da variável independente sobre a variável dependente são constantes para todas as observações ao longo de todo o período em análise (PÉREZ, 2006). Dessa forma, o modelo OLS pode ser usado nos eventos que não exista efeitos temporais ou de corte-transversal significativos, já que não é considerada a natureza específica de cada unidade de corte transversal (ou grupo, por exemplo, empresas).

O modelo de efeitos fixos pressupõe que as inclinações se mantêm, mas os interceptos são diferentes para cada empresa (PÉREZ 2006). Nesse caso, não há efeitos temporais influenciando a regressão, mas, apenas, individuais. Cada empresa tem características próprias que podem ser observáveis ou não e estão, normalmente, correlacionadas com os regressores (BALTAGI, 2005). Por meio do modelo de efeitos fixos é possível controlar essas características individuais que podem afetar ou enviesar as variáveis independentes ou dependentes. Além disso, é possível remover os efeitos dessas características fixas das variáveis independentes. Outro pressuposto do modelo EF é que essas características fixas ao longo do tempo são únicas para cada empresa e não devem estar correlacionadas com outras características individuais. Cada empresa é diferente, portanto, o termo de erro e a constante (que captura as características individuais) de cada empresa não devem estar correlacionados com aqueles de outras empresas. Se os termos de erro estão correlacionados, então, o modelo de efeitos fixos não é adequado.

O modelo de efeitos aleatórios pressupõe que, caso existam efeitos que não façam parte do modelo, esses são exógenos e não correlacionados com os regressores. A lógica por trás do modelo de efeitos aleatórios é que, ao contrário do modelo de efeitos fixos, a variação entre as

empresas é considerada aleatória e não correlacionada com as variáveis independentes ou dependente incluídas no modelo (GREENE, 2008).

Uma vantagem de efeitos aleatórios é que você pode incluir variáveis invariantes no tempo (por exemplo, idade e sexo). O modelo de efeitos fixos não pode ser usado para investigar causas invariantes no tempo, visto que essas variáveis são absorvidas pelo intercepto (GUJARATI, 2006). O modelo de efeitos fixos é projetado para estudar as causas das mudanças dentro de uma empresa. Uma característica invariante no tempo não pode causar essa mudança, porque é constante para cada empresa (KOHLEK; KREUTER, 2005).

O modelo de efeitos aleatórios permite generalizar as inferências para além da amostra utilizada no modelo, além disso, é mais indicado utilizar esse modelo quando existir a probabilidade das diferenças entre as entidades terem alguma influência sobre a variável dependente (GUJARATI, 2006). Por outro lado, deve-se usar o modelo de efeitos fixos quando o interesse está em analisar o impacto das variáveis que variam ao longo do tempo.

Existem testes formais para auxiliar a escolher um dos três modelos para dados em painel: (1) de *Chow* para escolher entre o modelo *pooling* ou o de efeitos fixos; (2) *Hausman* para escolher o modelo de efeitos aleatórios ou o de efeitos fixos; (3) *Breusch-Pagan* para escolher o modelo *pooling* ou o de efeitos aleatórios (Quadro 4).¹⁵ A hipótese nula do teste de *Chow* é que os coeficientes das regressões OLS e de efeitos fixos são iguais. Se essa hipótese for rejeitada a conclusão é que o modelo *pooled* não é adequado e é preferível empregar o modelo de efeitos fixos.

Quadro 4 – Testes para modelos para dados em painel

Testes	Hipótese nula	Modelo preferível se H_0 é rejeitada
De <i>Chow</i>	H_0 : interceptos são comuns (OLS) H_1 : interceptos são diferentes para cada seção cruzada (EF)	EF
<i>Breusch-Pagan</i>	H_0 : variância dos resíduos que refletem diferenças individuais é igual a zero (OLS) H_1 : variância dos resíduos que refletem diferenças individuais é diferente de zero (EA)	EA
<i>Hausman</i>	H_0 : resíduos não correlacionados com a variável explicativa (EA) H_1 : resíduos correlacionados com a variável explicativa (EF)	EF

Fonte: Adaptado de Fávero *et al* (2009, p. 383-384)

¹⁵ Para maiores detalhes ver, por exemplo, Wooldridge (2002), Greene (2003) e Baltagi (2005).

A hipótese nula do teste *Breusch-Pagan* multiplicador de Lagrange (LM) é que as variações entre as entidades é zero (FÁVERO *et al*, 2009). Isto é, não houve diferença significativa entre as unidades. Se a hipótese nula for rejeitada, a conclusão é que o modelo OLS não é adequado e que é preferível empregar o modelo de efeitos aleatórios.

A hipótese nula subjacente ao teste *Hausman* é que os estimadores do modelo de efeitos fixos e do modelo de efeitos aleatórios não diferem substancialmente. Se a hipótese nula for rejeitada, a conclusão é que o modelo de efeitos aleatórios não é adequado e que é preferível empregar o modelo de efeitos fixos (GREENE, 2008).

3.3 Modelo de Conformidade Financeira e Fiscal

O modelo de conformidade financeira e fiscal (MCFF) está especificado nas Equações 1 e 2.

$$D_{it} = \alpha + \beta_1 LS_{it} + \beta_2 ADR_{it} + \beta_3 BOV_{it} + \beta_4 BIG4_{it} + \beta_5 PAR_{it} + \beta_6 ANAL_{it} + \beta_7 LC_{it} + \beta_8 LT_{it} + \beta_9 LAIRD_{it} + \beta_{10} LTD_{it} + \beta_{11} CLAIR_{it} + \beta_{12} CLT_{it} + \beta_{13} ROA_{it} + \beta_{14} IMOB_{it} + \beta_{15} T + \beta_{16} DIV_{it} + \beta_{17} LIQ + \beta_{18} CM + \varepsilon_{it} \quad \text{Equação 1}$$

$$D_{it} = \alpha + \beta_1 LS7_{it} + \beta_2 LS8_{it} + \beta_3 LS9_{it} + \beta_4 IFRS_{it} + \beta_5 ADR_{it} + \beta_6 BOV_{it} + \beta_7 BIG4_{it} + \beta_8 PAR_{it} + \beta_9 ANAL_{it} + \beta_{10} LC_{it} + \beta_{11} LT_{it} + \beta_{12} LAIRD_{it} + \beta_{13} LTD_{it} + \beta_{14} CLAIR_{it} + \beta_{15} CLT_{it} + \beta_{16} ROA_{it} + \beta_{17} IMOB_{it} + \beta_{18} T + \beta_{19} DIV_{it} + \beta_{20} LIQ + \beta_{21} CM + \varepsilon_{it} \quad \text{Equação 2}$$

Enquanto a Equação 1 permite identificar o efeito da adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e da convergência total com as IFRS (período de 2008 a 2010) no nível de CFF, na equação 2 a análise é distribuída pelas fases de adoção, ou seja, adoção voluntária (*LS7*), primeira fase de adoção obrigatória (*LS8* e *LS9*) e segunda fase de adoção obrigatória (*IFRS*).

As variáveis de controle são agrupadas em variáveis de monitoramento externo (*ADR*, *BOV*, *BIG4*, *PAR* e *ANAL*), de rentabilidade (*LC*, *LT*, *LAIRD*, *LTD*, *CLAIR*, *CLT* e *ROA*) e de características institucionais (*IMOB*, *T*, *DIV*, *LIQ*, *CM*). No Quadro 5 são descritos os critérios utilizados para cálculo das variáveis do MCFF (ver seções 3.3.1 à 3.3.3)

Quadro 5 – Descrição das variáveis do MCFF

Variável	Fórmula	Descrição
DT	$DT_{it} = \frac{(LAIR_{it} - LT_{it})}{AT_{it-1}}$	DT é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; $LAIR$ é o lucro contábil antes do imposto de renda; LT é o lucro tributável; AT é ativo total defasado.
DP	$DP_{it} = DT_{it} - DTE_{it}$	DP é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável.
DTE	$DTE_{it} = \frac{(IRD_{it} / A_t)}{AT_{it-1}}$	DTE é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; IRD é o imposto de renda diferido; A é a alíquota máxima de imposto de renda (34%).
LT	$LT_{it} = \frac{IRC_{it}}{A_{it}}$	O lucro tributável (LT) resulta da relação entre a despesa de imposto de renda corrente (IRC) e a alíquota máxima de imposto de renda (A).
LS		Variável binária com valor 1 para os anos de 2008 a 2010 e 0 para os demais anos.
$LS7$		Variável binária com valor 1 para o ano de 2007 e 0 para os demais anos.
$LS8$		Variável binária com valor 1 para o ano de 2008 e 0 para os demais anos.
$LS9$		Variável binária com valor 1 para o ano de 2009 e 0 para os demais anos.
$IFRS$		Variável binária com valor 1 para o ano de 2010 e 0 para os demais anos.
ADR		Variável binária com valor 1 quando a companhia aberta listada na BM&FBOVESPA possui ações listadas no mercado norte-americano por meio da emissão de <i>American Depositary Receipts (ADR)</i> e 0 caso contrário.
BOV		Variável binária que possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA e 0 caso contrário.
$BIG4$		Variável binária com valor 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas <i>BIG4</i> no ano t e 0 caso contrário.
PAR		Variável binária com valor 1 quando o parecer emitido pelos auditores externos é de opinião modificada e 0 se o parecer é de opinião não modificada.
$ANAL$	Número de analistas _{it}	Igual a quantidade de analistas que acompanharam a empresa i no ano t .
LC		Variável binária com valor 1 se a empresa i divulgou $LAIR$ positivo no ano t e 0 caso contrário.
LT		Variável binária com valor 1 se a empresa i apurou lucro tributável positivo no ano t e 0 caso contrário.
$LAIRD$	$LAIRD_{it} = \frac{LAIR_{it-1}}{AT_{it-1}}$	A variável $LAIRD$ é igual a relação, no final do ano $t-1$, entre o lucro contábil antes do imposto de renda e o ativo total.
LTD	$LTD_{it} = \frac{LT_{it-1}}{AT_{it-1}}$	A variável LTD é igual a relação, no final do ano $t-1$, entre o lucro tributável e o ativo total.
$CLAIR$		Variável binária com valor 1 se a empresa divulgou um aumento no $LAIR$ do ano anterior, 0 caso contrário.
CLT		Variável binária com valor 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior, 0 caso contrário.
ROA	$ROA_{it} = \frac{LOP_{it}}{AT_{it}}$	Representa a relação entre o lucro operacional e o ativo total da empresa i no ano t .
$IMOB$	$IMOB_{it} = \frac{IMOB_{it}}{AT_{it-1}}$	Resulta do imobilizado bruto escalonado pelo ativo total defasado.
T	$LN(AT_{it})$	Logaritmo natural do ativo total no final do ano t .
DIV	$DIV_{it} = \frac{ELP_{it}}{AT_{it}}$	Relação entre o passivo exigível a longo prazo e o ativo total da empresa i no ano t .
LIQ	$LIQ_{it} = \frac{AC_{it}}{PC_{it}}$	Relação entre o ativo circulante e passivo circulante da empresa i no ano t .
CM	$CM_{it} = \frac{PL_{it}}{VM_{it}}$	Relação entre o valor contábil do patrimônio líquido e o valor de mercado da empresa i no final do ano t .

3.3.1 Variáveis dependentes

A variável dependente D representa a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável da empresa i no ano t . Quanto maior essa diferença, menor a conformidade entre as normas contábeis e as normas fiscais. Para testar o MCFF foram utilizados os três tipos de diferença: total (DT), permanente (DP) e temporária (DTE) nas Equações 1 e 2. Essas variáveis foram calculadas conforme metodologia apresentada por Goncharov e Zimmermann (2006), Frank *et al* (2009), Jackson (2009), Wilson (2009) e Comprix *et al* (2011) (Equações 3, 4 e 5).

$$DT_{it} = \frac{(LAIR_{it} - LT_{it})}{AT_{it-1}} \quad \text{Equação 3}$$

$$DTE_{it} = \frac{(IRD_{it} / A_t)}{AT_{it-1}} \quad \text{Equação 4}$$

$$DP_{it} = DT_{it} - DTE_{it} \quad \text{Equação 5}$$

em que: DT é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; $LAIR$ é o lucro contábil antes do imposto de renda; LT é o lucro tributável; AT é ativo total defasado; DTE é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; IRD é o imposto de renda diferido; A é a alíquota máxima de imposto de renda (34%); DP é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável. O lucro tributável (LT) é a relação entre a despesa de imposto de renda corrente (IRC) e a alíquota máxima de imposto de renda (A), conforme especificado na equação 6:

$$LT_{it} = \frac{IRC_{it}}{A_{it}} \quad \text{Equação 6}$$

No Brasil, a alíquota máxima de imposto de renda (34%) resulta da soma de três alíquotas: a de imposto de renda (15%), a adicional de imposto de renda (10%) e a CSLL (9%). Desde 1996, a alíquota do imposto de renda em vigor no Brasil é de 15% sobre o lucro tributável (real, presumido ou arbitrado) apurado pelas pessoas jurídicas em geral, seja comercial ou civil o seu objeto (BRASIL, 1995). As empresas, ainda, estão sujeitas ao adicional de imposto de renda, calculado à alíquota de 10% sobre a parcela excedente a: R\$ 240.000,00 do lucro

real anual; R\$ 20.000,00 do lucro estimado mensal e R\$ 60.000,00 do lucro real trimestral. A CSLL é determinada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o resultado ajustado, presumido ou arbitrado (*Ibid.*, 2002a).

A suposição de que a alíquota efetiva (relação entre a despesa de imposto de renda e o LAIR) é igual à alíquota máxima de imposto de renda (34%) não se sustenta. Na Tabela 1 é apresentado o cálculo da despesa com imposto de renda e CSLL e da alíquota efetiva de quatro empresas fictícias. Percebe-se que a alíquota efetiva pode ser maior ou menor do que a alíquota fiscal máxima.

Tabela 1 – Apuração da alíquota efetiva de imposto de renda

Empresa	LAIR (A)	LT (B)	Base de cálculo da CSLL (C)	IRPJ			Total (D)	Alíquota efetiva (D/A)
				15%*B	10% * [(B)-240.000]	9%*C		
1	1.000.000	1.000.000	900.000	150.000	76.000	81.000	307.000	30,7%
2	4.000.000	5.000.000	4.500.000	750.000	476.000	405.000	1.631.000	32,6%
3	9.000.000	8.000.000	7.000.000	1.200.000	776.000	630.000	2.606.000	32,6%
4	5.000.000	6.000.000	6.500.000	900.000	576.000	585.000	2.061.000	34,4%

Definição das variáveis: LAIR é o lucro antes do imposto de renda; LT é o lucro tributável; CSLL é a contribuição social sobre o lucro líquido; IRPJ é o imposto de renda da pessoa jurídica.

A alíquota efetiva varia entre as empresas devido a diversos fatores (por exemplo, a estrutura tributária progressiva, as diferenças entre as alíquotas nacionais e as estrangeiras, os diferentes métodos de apuração do imposto de renda permitidos pela legislação fiscal e as exclusões e adições permitidas pela legislação fiscal). Além do mais, essa alíquota pode ser maior ou menor do que a alíquota máxima de imposto de renda. Contudo, Lev e Nissim (2004) encontraram que os erros de mensuração devido às diferenças entre as alíquotas efetivas e às alíquotas máximas não afetam, significativamente, os resultados.

3.3.2 Variáveis de teste

A variável de teste do MCFF é a legislação, representada pela Lei n. 11.638/07 e pelas IFRS. Para Hanlon *et al* (2008), a legislação, seja ela societária ou fiscal, é fator influente no nível de CFF. Isto porque o nível de CFF corresponde ao grau de alinhamento entre as normas

contábeis e as normas fiscais, e, assim, uma modificação em quaisquer dessas normas com o intuito direto ou indireto de alteração desse alinhamento pode modificar o nível de CFF.

A variável *LS* é uma variável *dummy* com valor 1 para os anos de 2008 a 2010, e 0 para os demais anos (Tabela 2). A adoção da Lei n. 11.638/07 e das normas IFRS eram obrigatórias para as demonstrações financeiras dos exercícios findos a partir de 2008. Assim, o objetivo da variável *LS* é identificar se a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e das IFRS afetaram o nível de conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras

O período de 1996 a 2006 é considerado um período pré-adoção, quando vigorava a Lei n. 6.404/76 (LEI) (TABELA 2). Essa variável consta na base de dados, mas é omitida nos testes da Equação 2, uma vez que a LEI figura apenas como uma referência para as variáveis *LS7*, *LS8*, *LS9* e *IFRS*. Para as demonstrações financeiras do exercício findo em 2007, as empresas poderiam, voluntariamente, aderir às modificações introduzidas pela Lei n. 11.638/07. Para identificar se a adoção voluntária, em comparação com o período pré-adoção, também, afetou o nível de CFF foi utilizada a variável *LS7* com valor 1 para o ano de 2007 e 0 para os demais anos.

Tabela 2 – Especificação das variáveis de teste

Anos	<i>LS</i>	<i>LEI</i>	<i>LS7</i>	<i>LS8</i>	<i>LS9</i>	<i>IFRS</i>
1996-2006		1	0			
1996-2007	0			0		
1996-2008					0	
1996-2009						0
2007		0	1			
2008	1	0	0	1		
2009	1	0	0	0	1	
2010	1	0	0	0	0	1

As variáveis binárias *LS8* (com valor 1 para o ano de 2008) e *LS9* (com valor 1 para o ano de 2009) têm o objetivo de verificar se a adoção parcial da Lei n. 11.638/07 e das IFRS, comparando com o período pré-adoção, afetaram o nível de CFF. A variável *IFRS* (EQUAÇÃO 2) tem valor 1 para o ano de 2010 e 0 para os demais anos (TABELA 2). O intuito dessa variável é identificar se a convergência completa com as IFRS, em relação ao período pré-adoção, afetou o nível de CFF das companhias abertas brasileiras.

Um dos objetivos da Lei n. 11.638/07 e da convergência com as IFRS é reduzir a influência da legislação fiscal nas normas contábeis. Dessa forma, espera-se que os coeficientes das variáveis relacionadas à legislação (*LS7*, *LS8*, *LS9* e *IFRS*) sejam positivos e significativos, sugerindo que a adoção voluntária e obrigatória dessas normas aumentou a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável.

3.3.3 Variáveis de controle

Além da legislação, outros atributos podem influenciar o nível de conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras. Ball *et al* (2003) argumentam que a adoção de padrões contábeis de maior qualidade pode ser uma condição necessária para a aquisição de informações de alta qualidade, mas não é, necessariamente, suficiente. Dessa forma, foram incluídas no MCFF variáveis de controle comumente utilizadas na literatura que estuda as diferenças entre o lucro contábil e o fiscal (por exemplo, COFFEE JR., 1999; 2007; MILLS *et al*, 2002; LEUZ *et al*, 2003; LOPES; TUKAMOTO, 2007; LEUZ, 2010; LANG *et al*, 2011).

Para verificar se o monitoramento externo (auditoria, listagem em bolsa de valores estrangeira, participação em níveis de governança de bolsa de valores locais) influencia o nível de CFF, foram estabelecidas cinco variáveis de controle: *ADR*, *BOV*, *BIG4*, *PAR* e *ANAL*. A variável *ADR* é uma *dummy* com valor 1 quando a companhia aberta listada na BM&FBOVESPA possui ações listadas no mercado norte-americano por meio da emissão de *American Depositary Receipts (ADR)* e 0 caso contrário. As bolsas de valores norte-americanas impõem regras mais rígidas de governança corporativa, incluindo a necessidade de separação entre os sistemas financeiros e os fiscais, para as empresas emitirem *ADR* (STULZ, 1999; COFFEE JR., 1999; 2007). A rigidez dessas regras, aliada a um forte sistema de coerção legal, sugerem que as informações contábeis produzidas nesse cenário têm elevado nível de qualidade (LEUZ *et al*, 2003; LANG *et al*, 2011). Por isso, espera-se uma relação positiva entre o lançamento de *ADR* e a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável.

A variável *BOV* é binária e possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA e 0 caso contrário. Esses segmentos especiais (Novo Mercado, Nível 2, Nível 1 e Bovespa Mais) foram criados pela BM&FBOVESPA há mais de 10 anos, com o objetivo de desenvolver o mercado de capitais

brasileiro, atraindo novos investidores e novas empresas. As empresas que decidem aderir, voluntariamente, a um desses níveis de listagem têm que seguir regras rígidas de governança corporativa instituídas pela BM&FBOVESPA. Essas regras vão além das obrigações que as companhias têm perante a Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.As.) e podem melhorar a avaliação das companhias uma vez que reduzem o risco dos investidores que decidem ser sócios dessas empresas, graças aos direitos e garantias asseguradas aos acionistas e às informações mais completas divulgadas, que reduzem as assimetrias de informações entre acionistas controladores, gestores da companhia e os participantes do mercado. Espera-se que as empresas listadas nesses segmentos especiais possuam menor nível de conformidade financeira e fiscal quando comparadas com empresas que não aderiram a esses segmentos.

A variável *BIG4* é igual a 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas *BIG4* no ano t e 0 caso contrário. Essa é *proxy* para qualidade de auditoria é comumente usada na literatura (por exemplo, TEOH; WONG, 1993; KINNEY JR.; MARTIN, 1994; HIRST, 1994; HANLON *et al*, 2009; BADERTSCHER *et al*, 2009). Dessa forma, espera-se uma relação positiva entre companhias auditadas por auditores das *BIG4* e a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável.

A variável *PAR* é igual a 1 quando o parecer emitido pelos auditores externos é de opinião modificada e 0 se o parecer é de opinião não modificada. No parecer de auditoria, o auditor deve concluir se as demonstrações contábeis auditadas foram elaboradas (parecer não modificado) ou não (parecer modificado) de acordo com os PCGA (CFC, 2009). De acordo com os PCGA brasileiros, a separação entre os sistemas financeiro e fiscal é fator significativo para a produção de informações contábeis úteis para o processo decisório dos usuários. Assim, espera-se que um parecer de opinião modificada seja indicativo de baixa qualidade das demonstrações contábeis auditadas, sendo a relação entre esse tipo de parecer e a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável negativa.

A variável *ANAL* é igual à quantidade de analistas que acompanharam a empresa i no ano t . As empresas que são acompanhadas por um maior número de analistas têm menor propensão a gerenciar resultado em um ambiente de baixo nível de CFF (BADERTSCHER *et al*, 2009). Um maior número de analistas acompanhando uma empresa pode fornecer um monitoramento mais eficaz, inibindo práticas de gerenciamento de resultado e reduzindo a

assimetria informacional (HEALY; PALEPU, 2001; YU, 2008). Dessa forma, espera-se um relacionamento positivo entre o número de analistas acompanhando uma companhia aberta brasileira e a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável.

Para verificar se o resultado contábil e o resultado fiscal afetam o nível de CFF foram estabelecidas cinco variáveis: *LC*, *LT*, *LAIRD*, *LTD*, *CLAIR*, *CLT* e *ROA*. A variável *LC* é igual a 1 se a empresa *i* divulgou LAIR positivo no ano *t* e 0 caso contrário. A variável *LT* é igual a 1 se a empresa *i* apurou lucro tributável positivo no ano *t* e 0 caso contrário. A variável *LAIRD* é igual a relação, no final do ano *t-1*, entre o lucro contábil antes do imposto de renda e o ativo total ($LAIR_{it-1}/AT_{it-1}$). A variável *LTD* é igual a relação, no final do ano *t-1*, entre o lucro tributável e o ativo total (LT_{it-1}/AT_{it-1}). A variável *CLAIR* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no *LAIR* do ano anterior, 0 caso contrário. A *CLT* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior, 0 caso contrário. A variável *ROA* representa a relação entre o lucro operacional e o ativo total da empresa *i* no ano *t*. A utilização do lucro operacional ao invés do lucro líquido no cálculo do ROA expurga os efeitos dos diferentes tipos de financiamentos contraídos pelas empresas e as diversas mudanças de alíquota que os impostos sofrem ao longo de todo o período em análise (FERNANDES *et al*, 2008).

Mills e Newberry (2001) identificaram uma relação positiva entre empresas lucrativas e *DTs* e, entre o crescimento do lucro contábil e as *DTs*. Esses resultados sugerem que as empresas aumentam o lucro contábil sem afetar o lucro tributável, ou seja, as empresas divulgam menor lucro tributável em resposta aos incentivos fiscais (sem requisito de conformidade financeira) ou divulgam maior lucro contábil em resposta aos incentivos financeiros (sem requisito de conformidade fiscal) (*Ibid.*, 2001). Dessa forma, espera-se uma relação positiva entre as variáveis representativas do lucro contábil (*LC*, *LAIRD*, *CLAIR* e *ROA*) e as diferenças; e uma relação negativa entre as variáveis representativas do lucro tributável (*LT*, *LTC* e *CLT*) e as diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável.

Foram estabelecidas cinco variáveis para identificar se as características institucionais das companhias abertas interferem no nível de CFF: *IMOB*, *T*, *DIV*, *LIQ*, *CM*. A variável *IMOB* é igual ao imobilizado bruto escalonado pelo ativo total defasado. Na medida em que empresas com maior volume de bens de capital têm maior incentivo para escolher procedimentos que

aumentem o lucro contábil (MILLS; NEWBERRY, 2001), espera-se uma relação positiva entre o imobilizado e as *DTs*.

A variável representativa do tamanho da empresa (*T*) é medida pelo logaritmo natural do ativo total no final do ano *t*. Para Mills (1998) e Chan *et al* (2010), o tamanho da empresa está negativamente relacionado com a desobediência tributária, principalmente, em períodos de baixo nível de CFF. Além disso, as grandes empresas podem participar de gerenciamento de resultado, elevando o lucro contábil com conformidade fiscal com o objetivo de evitar fiscalizações. Esses fatos tornam a arriscada previsão do tipo de relação entre o tamanho da empresa e as *DTs*.

A variável *DIV*, dívida de longo prazo, é igual a relação, no final do ano *t*, entre o passivo exigível a longo prazo e o ativo total. A variável *LIQ* representa as restrições contratuais de dívida, sendo igual a liquidez corrente obtida por meio da relação entre o ativo circulante e passivo circulante da empresa *i* no ano *t*. As empresas sujeitas a um maior monitoramento dos credores são mais propensas a utilizarem procedimentos contábeis para aumentar o lucro contábil e as diferenças entre o lucro contábil e o tributável (WATTS; ZIMMERMAN, 1986; MILLS; NEWBERRY, 2001; SHACKELFORD; SHEVLIN, 2001). A maioria das dívidas de longo prazo é controlada pelo credor por meio de índices econômico-financeiros estabelecidos em contrato (por exemplo: liquidez; alavancagem e endividamento). Assim, espera-se um relacionamento positivo entre dívidas de longo prazo e *DTs*, e entre essas e a liquidez.

A variável *CM* é igual a relação entre o valor contábil do patrimônio líquido e o valor de mercado da empresa *i* no final do ano *t*. O índice *CM* é utilizado para verificar como o mercado precifica uma empresa em relação ao seu valor contábil. Quanto mais próximo esse índice está da unidade, mais próximos estão o valor contábil e o valor de mercado da empresa, ou seja, o mercado concorda com os valores lançados na contabilidade, que, por sua vez, está conseguindo captar as mudanças no mercado. Dessa forma, espera-se uma relação positiva entre o índice *CM* e a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável.

3.4 Modelo de Poder Informativo dos Números Contábeis

O modelo de poder informativo (MPI) foi adaptado de Lopes e Walker (2008), com o objetivo de investigar o impacto da Lei n. 11.638/07, das IFRS e das diferenças entre o lucro contábil e o tributável na informatividade dos relatórios financeiros, medida pela tempestividade dos resultados (Equações 7 a 9).

$$RET_{it} = \alpha + \beta_1 EARN_{it} + \beta_2 (EARN_{it} - EARN_{it-1}) + \beta_3 LS_{it} + \beta_4 LS * EARN_{it} + \beta_5 LS * (EARN_{it} - EARN_{it-1}) + \varepsilon_{it}$$

Equação 7

$$RET_{it} = \alpha + \beta_1 EARN_{it} + \beta_2 (EARN_{it} - EARN_{it-1}) + \beta_3 DT_{it} + \beta_4 DT * EARN_{it} + \beta_5 DT * (EARN_{it} - EARN_{it-1}) + \varepsilon_{it}$$

Equação 8

$$RET_{it} = \alpha + \beta_1 EARN_{it} + \beta_2 (EARN_{it} - EARN_{it-1}) + \beta_3 DP_{it} + \beta_4 DP * EARN_{it} + \beta_5 DP * (EARN_{it} - EARN_{it-1}) + \beta_6 DTE_{it} + \beta_7 DTE * EARN_{it} + \beta_8 DTE * (EARN_{it} - EARN_{it-1}) + \varepsilon_{it}$$

Equação 9

No Quadro 6 são descritos os critérios utilizados para cálculo das variáveis do MPI. A variável *RET* representa o retorno do preço da ação ajustado para proventos da empresa *i* no ano *t*, calculada pela relação entre a cotação da ação (*C*) da empresa *i* no ano *t* e a cotação da ação da empresa *i* no ano *t-1*.

A variável *EARN* é igual ao lucro por ação (LPA), da empresa *i* no ano *t* deflacionado pelo preço da ação da empresa *i* na cotação de abertura do ano *t* (PA). A variável *LPA* resulta da relação entre o lucro líquido (LL) da empresa *i* no ano *t* e a quantidade de ações médias (AM) é da empresa *i* no ano *t*.

A variável *LS* é uma variável *dummy* com valor 1 para os anos de 2008 a 2010 e 0 para os demais anos (Equação 7). O objetivo dessa variável e da interação dela com a variável *EARN* é identificar se a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS afetaram a tempestividade dos resultados. Espera-se que a interação entre *LS* e o resultado e

entre LS e a variação no resultado seja positiva, indicando melhora na qualidade das informações contábeis.

Quadro 6 – Descrição das variáveis do MPI

Variável	Fórmula	Descrição
RET	$RET_{it} = \frac{PA_{it}}{PA_{it-1}}$	RET é o retorno do preço da ação ajustado para proventos da empresa i no ano t . Resulta da relação entre a cotação da ação da empresa i no ano t e a cotação da ação da empresa i no ano $t-1$.
$EARN$	$R EARN_{it} = \frac{LPA_{it}}{PA_{it}}$	É igual ao lucro por ação (LPA) da empresa i no ano t deflacionado pelo preço da ação da empresa i na cotação de abertura do ano t (PA).
LPA	$LPA_{it} = \frac{LL_{it}}{AM_{it}}$	Resulta da relação entre o lucro líquido (LL) e a quantidade de ações médias (AM) da empresa i no ano t .
$EARNV$	$EARN_{it} - EARN_{it-1}$	Variação da variável $EARN$.
LS		Variável binária com valor 1 para os anos de 2008 a 2010 e 0 para os demais anos.
$LSEARN$	$LS * EARN_{it}$	
$LSEARNV$	$LS * EARNV_{it}$	
DT	$DT_{it} = \frac{(LAIR_{it} - LT_{it})}{AT_{it-1}}$	DT é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; $LAIR$ é o lucro contábil antes do imposto de renda; LT é o lucro tributável; AT é ativo total defasado.
$DTEARN$	$DT * EARN_{it}$	
$DTEARNV$	$DT * EARNV_{it}$	
DP	$DP_{it} = DT_{it} - DTE_{it}$	DP é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável.
$DPEARN$	$DP * EARN_{it}$	
$DPEARNV$	$DP * EARNV_{it}$	
DTE	$DTE_{it} = \frac{(IRD_{it} / A_t)}{AT_{it-1}}$	DTE é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; IRD é o imposto de renda diferido; A é a alíquota máxima de imposto de renda (34%).
$DTEARN$	$DTE * EARN_{it}$	
$DTEARNV$	$DTE * EARNV_{it}$	

Na Equação 8, a variável DT representa a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável. Essa variável busca identificar se o nível de conformidade financeira e fiscal afeta a tempestividade dos resultados. Essa diferença total é segregada, na Equação 9, nas variáveis DP (diferença permanente) e DTE (diferença temporária) com o objetivo de captar o efeito de cada uma delas na tempestividade. Para alguns autores (por exemplo, DESAI, 2005; WHITAKER, 2005; 2006), um maior nível de CFF é indicativo de maior qualidade das informações contábeis. Porém, Hanlon *et al* (2008) e Atwood *et al* (2010) encontraram que um maior nível de CFF pode piorar o poder informativo dos números contábeis. Dessa forma, considerando que a CFF e a tempestividade dos resultados são medidas de qualidade das informações contábeis, espera-se uma relação positiva entre elas.

Espera-se que as interações das variáveis *DT*, *DP* e *DTE* aumentem os coeficientes de resultado (*EARN*) e mudança no resultado (*EARNV*). Isso acontece porque se espera que o lucro das companhias abertas que exibem maiores diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável exiba níveis mais elevados de persistência.

Destaca-se que nos modelos de tempestividade apresentados nas Equações 7 a 9 importam os sinais e a significância das variáveis de interação com o resultado e a variação no resultado.

3.5 Seleção da Amostra

Para testar as hipóteses de pesquisa foi usado um conjunto de dados em painel não balanceado de empresas listadas na BM&FBOVESPA no período de 1995 a 2010 (Tabela 3). Para o modelo de conformidade financeira e fiscal (MCFF), iniciou-se com um total de companhias abertas brasileiras com ações negociadas na BM&FBOVESPA disponíveis na Economática no período de 1995 a 2010 (10.592 observações e 662 companhias abertas). Foram excluídas as observações do ano de 1995 visto que elas foram utilizadas, apenas, para cálculo das variáveis defasadas (662 observações); bem como, os dados faltantes (7.087 observações); as empresas que voluntariamente adotaram as IFRS nos anos de 2007 a 2009 (anteciparam a convergência total – 124 observações) e os *outliers* (249 observações). A amostra final para esse modelo consiste de 2.470 observações (Tabela 3).

Tabela 3 – Composição da amostra do estudo

	MCFF		MPI	
	Nº obs.	Nº Empresas	Nº obs.	Nº Empresas
Todas as observações das companhias abertas brasileiras com ações negociadas na Bovespa disponíveis na Economática no período de 1995-2010	10.592	662	10.592	662
Menos:				
Observações do ano de 1995	662		662	
<i>Missing</i>	7.087	353	6.588	255
Empresas que divulgaram <i>full</i> IFRS em 2008 e 2009	124	9	230	14
<i>Outliers</i>	249	15	714	42
Total de observações/empresas da amostra	2.470	285	2.398	351

A população do modelo de poder informativo (MPI) é idêntica aquela do MCFF (10.592 observações e 662 companhias abertas) (Tabela 3). Para apurar a amostra final foram excluídas observações do ano de 1995 uma vez que elas foram utilizadas, apenas, para cálculo das variáveis defasadas (662 observações); os dados faltantes (6.588 observações); as empresas que voluntariamente adotaram as IFRS nos anos de 2007 a 2009 (*full* IFRS – 230 observações) e os *outliers* (714 observações). A amostra final para esse modelo consiste de 2.398 observações (351 companhias abertas).

A variável *ANAL* foi obtida na base de dados *Thomson Reuters*. As variáveis *BIG4* e *PAR* foram obtidas nas informações anuais (IANs), divulgadas pelas empresas no *site* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2010a). A variável *ADR* foi obtida no *site* da CVM (2010b). A variável *BOV* foi obtida no *site* da BM&FBOVESPA (2010). As demais variáveis foram obtidas na base de dados Economática¹⁶. Foram utilizadas as demonstrações financeiras consolidadas para a obtenção das variáveis financeiras.

¹⁶ Para mais informações sobre essa base de dados ver: <<http://www.economatica.com/pt/>>.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesse capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa segregados em três partes: modelo de conformidade financeira e fiscal (MCFF), modelo de poder informativo (MPI) e análise de sensibilidade.

4.1 Resultados para o Modelo de Conformidade Financeira e Fiscal

Na tabela 4 são apresentadas as estatísticas descritivas para as variáveis contínuas do MCFF. Como esperado, o valor da média e da mediana das variáveis *DT*, *DP* e *DTE* estão próximos de zero (como um percentual do total dos ativos). Além disso, o valor da média e da mediana dessas variáveis são comparáveis com aqueles encontrados por Badertscher *et al* (2009), Frank *et al* (2009) e Wilson (2009). Comparando as médias das variáveis representativas da diferença, percebe-se que a média das variáveis *DT* e a *DP* aumentaram, sugerindo acréscimo na diferença total e na diferença permanente no período de 2008 a 2010, em relação ao período de 1996 a 2007. Por outro lado, a média da variável *DTE* diminuiu. Esses resultados podem antecipar a evidência de que a Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS aumentaram as diferenças total e permanente.

A média da variável *CM* teve, também, uma variação expressiva (Tabela 4). No período anterior a adoção da Lei n. 11.638/07 (1996 a 2007), a média dessa variável era de 1,516 sugerindo que o mercado não estava reconhecendo valores que a contabilidade estava registrando em seus livros. Já no período de adoção da lei (2008 a 2010), a média desse índice caiu para 0,627, implicando reconhecimento do mercado de que as companhias abertas da amostra valem em média mais do que o seu valor patrimonial, ou seja, o mercado está valorizando algo não registrado ou captado pela contabilidade.

O percentual de empresas auditadas por empresas *BIG4* aumentou de 62%, no período de 1996 a 2007, para 72%, no período de 2008 a 2010 (Tabela 5). Por outro lado, a quantidade de parecer modificado, em relação ao total de pareceres de auditoria, caiu durante esses períodos.

Tabela 4 – Estatística descritiva das variáveis contínuas

Variável	Obs.	Média	Desvio-Padrão	Min.	Máx.	1º Q	Mediana	3º Q	Assimetria	Coefficiente de variação
1996-2007										
<i>DT</i>	1.717	0,001	0,090	-0,806	0,895	-0,349	0,007	0,030	-1,569	69,893
<i>DP</i>	1.717	0,007	0,097	-1,197	0,926	-0,339	0,009	0,033	-1,769	13,362
<i>DTE</i>	1.717	-0,006	0,049	-0,852	0,519	-0,173	0,000	0,000	-6,313	-8,256
<i>ANAL</i>	1.717	2,214	4,850	0,000	34,000	0,000	0,000	2,000	2,878	2,190
<i>LAIRD</i>	1.717	0,034	0,162	-3,307	2,102	-0,376	0,036	0,084	-7,046	4,713
<i>LTD</i>	1.717	0,042	0,068	-0,468	0,681	-0,095	0,026	0,065	1,319	1,607
<i>ROA</i>	1.717	2,834	14,744	-327,396	209,747	-37,332	3,101	7,122	-8,861	5,203
<i>IMOB</i>	1.717	0,407	0,349	0,000	7,191	0,000	0,391	0,593	5,443	0,857
<i>T</i>	1.717	14,074	1,894	9,450	19,695	10,274	13,973	15,224	0,377	0,135
<i>DIV</i>	1.717	0,126	0,132	0,000	1,832	0,000	0,098	0,203	2,245	1,052
<i>LIQ</i>	1.717	1,717	2,568	0,000	67,539	0,131	1,309	1,896	16,139	1,496
<i>CM</i>	1.717	1,516	3,296	-32,829	32,967	-5,616	0,988	1,970	-1,236	2,174
2008-2010										
<i>DT</i>	753	0,019	0,123	-0,737	1,298	-0,337	0,015	0,047	2,864	6,386
<i>DP</i>	753	0,024	0,119	-0,737	1,298	-0,322	0,015	0,040	3,856	4,901
<i>DTE</i>	753	-0,005	0,066	-0,470	0,447	-0,302	0,000	0,011	-1,322	-12,816
<i>ANAL</i>	753	2,442	3,533	0,000	14,000	0,000	0,000	4,000	1,418	1,447
<i>LAIRD</i>	753	0,053	0,145	-2,531	0,646	-0,318	0,051	0,106	-7,688	2,715
<i>LTD</i>	753	0,052	0,070	-0,540	0,639	-0,035	0,034	0,073	1,491	1,333
<i>ROA</i>	753	4,372	10,814	-89,675	82,833	-35,503	4,035	7,965	-0,386	2,473
<i>IMOB</i>	753	0,335	0,525	0,000	12,040	0,000	0,279	0,499	14,972	1,566
<i>T</i>	753	14,663	1,753	9,708	20,504	10,812	14,555	15,811	0,497	0,120
<i>DIV</i>	753	0,154	0,159	0,000	1,532	0,000	0,121	0,249	1,909	1,029
<i>LIQ</i>	753	1,910	2,082	0,000	35,707	0,000	1,519	2,227	8,338	1,090
<i>CM</i>	753	0,627	2,635	-38,951	12,203	-7,167	0,664	1,128	-10,517	4,204
1996-2010										
<i>DT</i>	2.470	0,007	0,101	-0,806	1,298	-0,345	0,009	0,035	0,865	15,007
<i>DP</i>	2.470	0,012	0,104	-1,197	1,298	-0,337	0,011	0,036	0,815	8,385
<i>DTE</i>	2.470	-0,006	0,055	-0,852	0,519	-0,227	0,000	0,000	-3,873	-9,596
<i>ANAL</i>	2.470	2,284	4,490	0,000	34,000	0,000	0,000	3,000	2,713	1,966
<i>LAIRD</i>	2.470	0,040	0,157	-3,307	2,102	-0,371	0,040	0,092	-7,210	3,916
<i>LTD</i>	2.470	0,045	0,068	-0,540	0,681	-0,076	0,029	0,067	1,371	1,514
<i>ROA</i>	2.470	3,303	13,682	-327,396	209,747	-36,417	3,434	7,483	-7,802	4,143
<i>IMOB</i>	2.470	0,385	0,412	0,000	12,040	0,000	0,366	0,567	11,645	1,069
<i>T</i>	2.470	14,254	1,872	9,450	20,504	10,392	14,185	15,366	0,369	0,131
<i>DIV</i>	2.470	0,134	0,141	0,000	1,832	0,000	0,104	0,216	2,147	1,052
<i>LIQ</i>	2.470	1,776	2,431	0,000	67,539	0,000	1,356	2,009	14,788	1,369
<i>CM</i>	2.470	1,245	3,136	-38,951	32,967	-6,728	0,834	1,676	-2,827	2,519

Definição das variáveis: *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o tributável; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o tributável; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o tributável; *ANAL* é a quantidade de analistas que acompanharam a empresa; *LAIRD* é o lucro contábil antes do imposto de renda do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *LTD* é o lucro tributável do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *ROA* é o retorno do ativo; *IMOB* é o ativo imobilizado escalonado pelo ativo total inicial; *T* é o log do ativo total; *DIV* é a dívida de longo prazo escalonada pelo ativo total inicial; *LIQ* é a liquidez corrente; *CM* é o patrimônio líquido escalonado pelo valor de mercado.

Tabela 5 – Proporção das variáveis binárias

Variável	Descrição	1996-2007		2008-2010		1996-2010	
		N. Obs.	% Obs.	N. Obs.	% Obs.	N. Obs.	% Obs.
<i>LS</i>	0 1996-2007	1.717	100%	1	0,1%	1.717	69,5%
	1 2008-2010	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>752</u>	<u>99,9%</u>	<u>753</u>	<u>30,5%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
<i>LS7</i>	0 1996-2006 e 2008-2010	1.475	85,9%	752	99,9%	2.228	90,2%
	1 2007	<u>242</u>	<u>14,1%</u>	<u>1</u>	<u>0,1%</u>	<u>242</u>	<u>9,8%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
<i>LS8</i>	0 1996-2007 e 2009-2010	1.717	100%	492	65,4%	2.209	89,4%
	1 2008	<u>0</u>		<u>261</u>	<u>34,6%</u>	<u>261</u>	<u>10,6%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
<i>LS9</i>	0 1996-2008 e 2010	1.717	100%	492	65,4%	2.209	89,4%
	1 2009	<u>0</u>		<u>261</u>	<u>34,6%</u>	<u>261</u>	<u>10,6%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
IFRS	0 1996-2009	1.717	100%	522	69,4%	2.239	90,6%
	1 2010	<u>0</u>		<u>231</u>	<u>30,6%</u>	<u>231</u>	<u>9,4%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
<i>ADR</i>	0 não possui <i>ADR</i>	1.309	76,2%	558	74,1%	1.867	75,6%
	1 possui ações listadas nos EUA	<u>408</u>	<u>23,8%</u>	<u>195</u>	<u>25,9%</u>	<u>603</u>	<u>24,4%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
<i>BOV</i>	0 não listadas em seg. especiais da BM&FBOVESPA	1.123	65,4%	354	46,9%	1.477	59,8%
	1 listadas em segmentos especiais da BM&FBOVESPA	<u>594</u>	<u>34,6%</u>	<u>399</u>	<u>53,1%</u>	<u>993</u>	<u>40,2%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
<i>BIG4</i>	0 empresa de auditoria não é uma das <i>BIG4</i>	658	38,3%	210	27,9%	868	35,1%
	1 empresa de auditoria é uma das <i>BIG4</i>	<u>1.059</u>	<u>61,7%</u>	<u>543</u>	<u>72,1%</u>	<u>1.602</u>	<u>64,9%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
<i>PAR</i>	0 parecer não modificado	1.531	89,2%	709	94,2%	2.240	90,7%
	1 parecer modificado	<u>186</u>	<u>10,8%</u>	<u>44</u>	<u>5,8%</u>	<u>230</u>	<u>9,3%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
<i>LC</i>	0 LAIR negativo	333	19,4%	113	15,0%	446	18,1%
	1 LAIR positivo	<u>1.384</u>	<u>80,6%</u>	<u>640</u>	<u>85,0%</u>	<u>2.024</u>	<u>81,9%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
<i>LT</i>	0 Lucro tributável negativo	201	11,7%	40	5,3%	241	9,8%
	1 Lucro tributável positivo	<u>1.516</u>	<u>88,3%</u>	<u>713</u>	<u>94,7%</u>	<u>2.229</u>	<u>90,2%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
<i>CLAIR</i>	0 LAIR reduziu de <i>t-1</i> para <i>t</i>	697	40,6%	293	38,9%	990	40,1%
	1 LAIR cresceu de <i>t-1</i> para <i>t</i>	<u>1.020</u>	<u>59,4%</u>	<u>460</u>	<u>61,1%</u>	<u>1.480</u>	<u>59,9%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%
<i>CLT</i>	0 lucro tributável reduziu de <i>t-1</i> para <i>t</i>	655	38,1%	333	44,2%	988	40,0%
	1 lucro tributável cresceu de <i>t-1</i> para <i>t</i>	<u>1.062</u>	<u>61,9%</u>	<u>420</u>	<u>55,8%</u>	<u>1.482</u>	<u>60,0%</u>
	Total	1.717	100%	753	100%	2.470	100%

Definição das variáveis binárias (0 e 1): *LS* tem valor 1 para os anos de 2008 a 2010; *LS7* tem valor 1 para o ano de 2007; *LS8* tem valor 1 para o ano de 2008; *LS9* tem valor 1 para o ano de 2009; IFRS tem valor 1 para o ano de 2010; *ADR* tem valor 1 quando a empresa possui ações listadas no mercado norte-americano; *BOV* possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA; *BIG4* é igual a 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas *BIG4*; *PAR* é igual a 1 quando o parecer de auditoria é de opinião modificada; *LC* é igual a 1 se a empresa *i* divulgou LAIR positivo no ano *t*; *LT* é igual a 1 se a empresa *i* apurou lucro tributável positivo no ano *t*; *CLAIR* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no LAIR do ano anterior; *CLT* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior.

Do total de observações do período de estudo, aproximadamente 24% possuem ações listadas no mercado norte-americano (Tabela 5). Young e Guenther (2003) evidenciam que países com elevado nível de CFF participam menos da listagem de ADR. Isto devido ao fraco desenvolvimento do mercado de capitais. Apesar de baixo, a listagem de ADR, no Brasil, vem crescendo ao longo do período (24% no período de 1996 a 2007; 26% no período de 2008 a 2010). Esse mesmo fenômeno acontece com empresas listadas em segmentos especiais da BM&FBOVESPA. As empresas cada vez mais participam no mercado externo e em segmentos especiais de bolsas de valores locais, já que a maior transparência na divulgação de informações ao mercado aumenta a credibilidade dos investidores na empresa e contribui para a valorização das ações da firma (TIBÉRIO, 2004).

A quantidade de empresas que apuraram LT positivo é, em média, superior a quantidade daquelas que apuraram LAIR positivo (LC). Todavia, é semelhante o comportamento de crescimento do LAIR e do lucro tributável ($CLAIR$ e CLT , respectivamente) (Tabela 5).

As Tabelas 6, 7 e 8 apresentam os coeficientes de correlação de *Pearson* para os períodos de 1996 a 2007, 2008 a 2010 e 1996 a 2010, respectivamente. O asterisco (*) representa correlação estatisticamente significativa ao nível de 5%. Em conformidade com os resultados encontrados por Comprix *et al* (2011), a DT está, significativamente e positivamente, correlacionada com a diferença permanente (DP) e temporária (DTE). Por outro lado, a correlação entre a diferença permanente (DP) e a DTE é significativa e negativa.

A adoção voluntária da Lei n. 11.638/07 ($LS7$) não possui correlação significativa com nenhuma das diferenças e em nenhum dos períodos de estudo (Tabelas, 6, 7 e 8), sugerindo que a adoção voluntária da lei não afetou as diferenças total, permanente e temporária. De maneira geral (Tabela 8), a variável IFRS possui correlação com as diferenças, sugerindo que a adoção total das IFRS aumentou as DT , DP e DTE . A adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência parcial com as IFRS ($LS8$ e $LS9$), aparentemente, afetaram, apenas, as DT e DP (Tabela 7).

Tabela 6 – Matriz de correlação de *Pearson* - 1996-2007

	DT	DP	DTE	LS	LS7	LS8	LS9	IFRS	ADR	BOV	BIG4	PAR	ANAL	LC	LTI	LAIRD	LTD	CLAIR	CLT	ROA	IMOB	T	DIV	LIQ	CM
DT	1																								
DP	0,863*	1																							
DTE	0,126*	-0,391*	1																						
LS				1																					
LS7	0,035	0,0451	-0,0253		1																				
LS8						1																			
LS9							1																		
IFRS								1																	
ADR	0,049*	0,0389	0,0138		-0,0177				1																
BOV	0,086*	0,082*	-0,0026		0,110*				0,316*	1															
BIG4	0,055*	0,084*	-0,064*		0,050*				0,229*	0,281*	1														
PAR	-0,060*	-0,080*	0,049*		-0,098*				-0,075*	-0,076*	-0,091*	1													
ANAL	0,062*	0,051*	0,014		-0,071*				0,365*	0,291*	0,116*	0,0024	1												
LC	0,487*	0,406*	0,089*		0,088*				0,052*	0,081*	0,058*	-0,156*	0,0174	1											
LTI	0,0093	0,0103	-0,0033		0,095*				-0,0095	0,055*	0,0409	-0,147*	-0,076*	0,417*	1										
LAIRD	0,351*	0,363*	-0,074*		0,0395				0,0152	0,095*	0,097*	-0,164*	0,0322	0,274*	0,085*	1									
LTD	0,103*	0,098*	-0,0058		0,074*				-0,0086	0,079*	0,084*	-0,165*	-0,057*	0,260*	0,225*	0,427*	1								
CLAIR	0,239*	0,186*	0,069*		0,096*				-0,001	0,075*	0,048*	0,0019	-0,0371	0,359*	0,230*	-0,132*	-0,070*	1							
CLT	0	-0,0015	0,0024		0,087*				0,0159	0,062*	0,064*	-0,004	-0,0345	0,194*	0,318*	-0,078*	-0,182*	0,491*	1						
ROA	0,648*	0,636*	-0,068*		0,050*				0,0145	0,076*	0,084*	-0,099*	0,0328	0,434*	0,174*	0,303*	0,226*	0,218*	0,118*	1					
IMOB	-0,0021	0,0174	-0,038		-0,054*				0,111*	-0,0065	0,0461	-0,0116	0,126*	-0,104*	-0,129*	0,0027	-0,0365	-0,0169	0,0009	0,0083	1				
T	0,143*	0,134*	-0,0017		0,064*				0,382*	0,262*	0,341*	0,0263	0,399*	0,153*	-0,0037	0,074*	-0,088*	0,057*	0,0348	0,077*	0,109*	1			
DIV	-0,0233	-0,0034	-0,0358		0,0052				0,216*	0,118*	0,166*	0,041	0,092*	-0,111*	-0,043	-0,070*	-0,106*	-0,0062	0,029	-0,0427	0,272*	0,170*	1		
LIQ	0,058*	0,0439	0,0202		0,0331				-0,055*	0,052*	0,0059	-0,066*	-0,076*	0,049*	0,074*	0,083*	0,115*	-0,0017	-0,0024	0,0422	-0,089*	-0,167*	-0,081*	1	
CM	0,149*	0,123*	0,0305		-0,133*				-0,081*	-0,073*	-0,128*	0,085*	-0,048*	-0,0393	-0,092*	0,0398	-0,085*	-0,062*	-0,074*	0,067*	-0,0127	-0,086*	-0,075*	0,137*	1

O * representa correlação estatisticamente significativa ao nível de 5%. Definição das variáveis: *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; *LS* tem valor 1 para o período de 2008 a 2010; *LS7* tem valor 1 para o ano de 2007; *LS8* em valor 1 para o ano de 2008; *LS9* tem valor 1 para o ano de 2009; *IFRS* tem valor 1 para o ano de 2010; *ADR* tem valor 1 quando a companhia aberta possui ações listadas no mercado norte-americano por meio da emissão de *ADR*; *BOV* possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA; *BIG4* é igual a 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas *BIG4*; *PAR* é igual a 1 quando o parecer emitido pelos auditores externos é de opinião modificada; *ANAL* é a quantidade de analistas que acompanharam a empresa; *LC* é igual a 1 se a empresa divulgou LAIR positivo no ano *t*; *LTI* é igual a 1 se a empresa apurou lucro tributável positivo no ano *t*; *LAIRD* é o lucro contábil antes do imposto de renda do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *LTD* é o lucro tributável do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *CLAIR* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no *LAIR* do ano anterior; *CLT* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior; *ROA* é o retorno do ativo; *IMOB* é o ativo imobilizado escalonado pelo ativo total inicial; *T* é o tamanho da empresa calculado pelo *log* do ativo total; *DIV* é a dívida de longo prazo escalonada pelo ativo total inicial; *LIQ* é a liquidez corrente; *CM* é o patrimônio líquido escalonado pelo valor de mercado.

Tabela 7 – Matriz de correlação de *Pearson* – 2008-2010

	DT	DP	DTE	LS	LS7	LS8	LS9	IFRS	ADR	BOV	BIG4	PAR	ANAL	LC	LTI	LAIRD	LTD	CLAIR	CLT	ROA	IMOB	T	DIV	LIQ	CM
DT	1																								
DP	0,852*	1																							
DTE	0,319*	-0,222*	1																						
LS	0,0112	0,0024	0,0166	1																					
LS7	-0,0112	-0,0024	-0,0166	-1	1																				
LS8	-0,150*	-0,113*	-0,074*	0,0265	-0,0265	1																			
LS9	0,104*	0,107*	-0,001	0,0265	-0,0265	-0,529*	1																		
IFRS	0,0483	0,0059	0,079*	0,0242	-0,0242	-0,483*	-0,483*	1																	
ADR	-0,0001	-0,0031	0,0055	0,0215	-0,0215	-0,035	-0,0159	0,0543	1																
BOV	0,0378	0,0249	0,0255	0,0386	-0,0386	-0,0174	0,0105	0,0101	0,247*	1															
BIG4	0,0163	0,0065	0,0186	-0,0226	0,0226	-0,0392	-0,0517	0,092*	0,144*	0,255*	1														
PAR	-0,094*	-0,0497	-0,086*	0,0091	-0,0091	0,021	-0,0265	0,0064	-0,0437	-0,150*	-0,186*	1													
ANAL	0,0028	-0,0232	0,0474	0,0252	-0,0252	-0,104*	0,0264	0,082*	0,465*	0,414*	0,268*	-0,156*	1												
LC	0,400*	0,249*	0,294*	-0,0153	0,0153	-0,147*	0,0478	0,101*	0,0274	0,0506	0,120*	-0,085*	0,098*	1											
LTI	-0,149*	-0,143*	-0,0179	-0,0086	0,0086	-0,0517	-0,0392	0,093*	0,0587	0,002	0,103*	0,0084	0,0713	0,298*	1										
LAIRD	-0,177*	-0,198*	0,0295	0,0111	-0,0111	0,0427	-0,094*	0,0547	0,0573	0,0276	0,119*	-0,0263	0,096*	0,216*	0,223*	1									
LTD	0,0126	0,0156	-0,0048	0,0188	-0,0188	0,0561	-0,0042	-0,0521	0,0143	-0,001	0,086*	-0,104*	0,107*	0,170*	0,160*	0,442*	1								
CLAIR	0,262*	0,167*	0,186*	-0,0291	0,0291	-0,129*	0,0139	0,116*	-0,0449	0,092*	0,0449	-0,0569	0,0128	0,359*	0,114*	-0,188*	-0,095*	1							
CLT	-0,019	-0,0278	0,0149	-0,0324	0,0324	-0,077*	-0,0378	0,116*	-0,0603	0,0493	0,0313	0,0505	-0,0105	0,195*	0,206*	-0,025	-0,185*	0,419*	1						
ROA	0,682*	0,663*	0,0684	0,0045	-0,0045	-0,107*	0,0472	0,0621	0,0085	0,0234	0,105*	-0,110*	0,0423	0,531*	0,137*	0,141*	0,298*	0,304*	0,139*	1					
IMOB	0,104*	0,013	0,170*	-0,0324	0,0324	0,0253	0,0156	-0,0448	0,106*	-0,082*	0,0197	-0,0054	0,0312	-0,0505	0,026	0,0177	0,0514	-0,0432	-0,0252	-0,0276	1				
T	-0,0275	-0,048	0,0357	0,0329	-0,0329	-0,0427	-0,0399	0,087*	0,425*	0,237*	0,329*	-0,083*	0,485*	0,114*	0,0074	0,091*	-0,0296	-0,0253	-0,055	-0,0066	0,0454	1			
DIV	-0,094*	-0,084*	-0,0234	-0,048	0,048	-0,009	-0,0178	0,0238	0,160*	0,0014	0,0684	-0,0687	0,209*	-0,088*	0,088*	-0,0121	0,0137	-0,094*	-0,080*	-0,094*	0,127*	0,103*	1		
LIQ	0,094*	0,0675	0,0544	0,0128	-0,0128	-0,0401	0,0242	0,0174	-0,078*	0,0343	0,0161	-0,0214	-0,0641	0,0669	0,0685	0,101*	0,0407	0,0502	0,0403	0,090*	-0,088*	-0,172*	-0,0577	1	
CM	0,192*	0,209*	-0,0202	0,005	-0,005	0,038	-0,0545	0,0174	-0,079*	0,076*	0,0081	0,0483	-0,0022	0,209*	0,0366	0,200*	0,0207	0,0284	0,0103	0,264*	-0,022	0,118*	-0,0458	0,073*	1

O * representa correlação estatisticamente significativa ao nível de 5%. Definição das variáveis: *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; *LS* tem valor 1 para o período de 2008 a 2010; *LS7* tem valor 1 para o ano de 2007; *LS8* em valor 1 para o ano de 2008; *LS9* tem valor 1 para o ano de 2009; *IFRS* tem valor 1 para o ano de 2010; *ADR* tem valor 1 quando a companhia aberta possui ações listadas no mercado norte-americano por meio da emissão de *ADR*; *BOV* possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA; *BIG4* é igual a 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas *BIG4*; *PAR* é igual a 1 quando o parecer emitido pelos auditores externos é de opinião modificada; *ANAL* é a quantidade de analistas que acompanharam a empresa; *LC* é igual a 1 se a empresa divulgou LAIR positivo no ano *t*; *LTI* é igual a 1 se a empresa apurou lucro tributável positivo no ano *t*; *LAIRD* é o lucro contábil antes do imposto de renda do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *LTD* é o lucro tributável do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *CLAIR* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no *LAIR* do ano anterior; *CLT* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior; *ROA* é o retorno do ativo; *IMOB* é o ativo imobilizado escalonado pelo ativo total inicial; *T* é o tamanho da empresa calculado pelo *log* do ativo total; *DIV* é a dívida de longo prazo escalonada pelo ativo total inicial; *LIQ* é a liquidez corrente; *CM* é o patrimônio líquido escalonado pelo valor de mercado.

Tabela 8 – Matriz de correlação de *Pearson* – 1996-2010

	<i>DT</i>	<i>DP</i>	<i>DTE</i>	<i>LS</i>	<i>LS7</i>	<i>LS8</i>	<i>LS9</i>	<i>IFRS</i>	<i>ADR</i>	<i>BOV</i>	<i>BIG4</i>	<i>PAR</i>	<i>ANAL</i>	<i>LC</i>	<i>LTI</i>	<i>LAIRD</i>	<i>LTD</i>	<i>CLAIR</i>	<i>CLT</i>	<i>ROA</i>	<i>IMOB</i>	<i>T</i>	<i>DIV</i>	<i>LIQ</i>	<i>CM</i>
<i>DT</i>	1																								
<i>DP</i>	0,858*	1																							
<i>DTE</i>	0,211*	-0,318*	1																						
<i>LS</i>	0,081*	0,075*	0,007	1																					
<i>LS7</i>	0,0075	0,0178	-0,02	-0,218*	1																				
<i>LS8</i>	-0,043*	-0,0219	-0,0389	0,519*	-0,113*	1																			
<i>LS9</i>	0,101*	0,097*	0,0028	0,519*	-0,113*	-0,118*	1																		
<i>IFRS</i>	0,067*	0,039*	0,049*	0,485*	-0,105*	-0,110*	-0,110*	1																	
<i>ADR</i>	0,032	0,0254	0,0107	0,0229	-0,0193	-0,0053	0,0039	0,0376	1																
<i>BOV</i>	0,080*	0,073*	0,0089	0,172*	0,049*	0,080*	0,094*	0,088*	0,293*	1															
<i>BIG4</i>	0,048*	0,065*	-0,034	0,100*	0,0201	0,0351	0,0296	0,090*	0,205*	0,285*	1														
<i>PAR</i>	-0,074*	-0,075*	0,0068	-0,079*	-0,068*	-0,0331	-0,051*	-0,0359	-0,068*	-0,106*	-0,120*	1													
<i>ANAL</i>	0,044*	0,031	0,0231	0,0234	-0,067*	-0,027	0,0217	0,042*	0,386*	0,317*	0,152*	-0,0302	1												
<i>LC</i>	0,450*	0,353*	0,157*	0,052*	0,062*	-0,0372	0,048*	0,071*	0,046*	0,080*	0,080*	-0,143*	0,0367	1											
<i>LTI</i>	-0,0274	-0,0232	-0,0064	0,099*	0,062*	0,0331	0,0376	0,082*	0,009	0,058*	0,063*	-0,124*	-0,047*	0,391*	1										
<i>LAIRD</i>	0,167*	0,182*	-0,0378	0,055*	0,0212	0,047*	-0,0127	0,050*	0,0284	0,083*	0,108*	-0,136*	0,047*	0,261*	0,119*	1									
<i>LTD</i>	0,073*	0,073*	-0,005	0,068*	0,045*	0,062*	0,0332	0,0073	0,0001	0,064*	0,091*	-0,152*	-0,0151	0,236*	0,212*	0,433*	1								
<i>CLAIR</i>	0,245*	0,179*	0,111*	0,0158	0,075*	-0,052*	0,0151	0,064*	-0,0141	0,082*	0,048*	-0,0137	-0,0243	0,359*	0,201*	-0,147*	-0,076*	1							
<i>CLT</i>	-0,0118	-0,0151	0,0068	-0,057*	0,082*	-0,066*	-0,047*	0,0295	-0,0092	0,047*	0,048*	0,0142	-0,0294	0,190*	0,280*	-0,066*	-0,186*	0,467*	1						
<i>ROA</i>	0,633*	0,628*	-0,0262	0,051*	0,0327	-0,0131	0,044*	0,048*	0,014	0,070*	0,093*	-0,105*	0,0357	0,455*	0,171*	0,268*	0,244*	0,238*	0,119*	1					
<i>IMOB</i>	0,041*	0,0092	0,059*	-0,080*	-0,02	-0,0259	-0,0317	-0,066*	0,105*	-0,049*	0,026	-0,0026	0,088*	-0,085*	-0,083*	0,0037	-0,0062	-0,0283	-0,0053	-0,0073	1				
<i>T</i>	0,091*	0,082*	0,012	0,144*	0,0215	0,055*	0,057*	0,109*	0,393*	0,273*	0,347*	-0,011	0,415*	0,148*	0,0132	0,085*	-0,060*	0,0357	0,0004	0,064*	0,070*	1			
<i>DIV</i>	-0,044*	-0,0279	-0,0295	0,092*	-0,0163	0,044*	0,0394	0,058*	0,198*	0,091*	0,141*	0,0023	0,124*	-0,097*	0,0018	-0,046*	-0,056*	-0,0354	-0,015	-0,050*	0,197*	0,158*	1		
<i>LIQ</i>	0,070*	0,052*	0,0306	0,0367	0,0204	0,0027	0,0287	0,0249	-0,060*	0,052*	0,0121	-0,059*	-0,073*	0,055*	0,076*	0,089*	0,097*	0,0125	0,007	0,053*	-0,087*	-0,161*	-0,069*	1	
<i>CM</i>	0,146*	0,134*	0,0129	-0,130*	-0,085*	-0,052*	-0,089*	-0,056*	-0,082*	-0,054*	-0,106*	0,086*	-0,041*	0,0136	-0,079*	0,070*	-0,065*	-0,040*	-0,043*	0,099*	-0,004	-0,054*	-0,077*	0,117*	1

O * representa correlação estatisticamente significativa ao nível de 5. Definição das variáveis: *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; *LS* tem valor 1 para o período de 2008 a 2010; *LS7* tem valor 1 para o ano de 2007; *LS8* em valor 1 para o ano de 2008; *LS9* tem valor 1 para o ano de 2009; *IFRS* tem valor 1 para o ano de 2010; *ADR* tem valor 1 quando a companhia aberta possui ações listadas no mercado norte-americano por meio da emissão de *ADR*; *BOV* possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem da BM&FBOVESPA; *BIG4* é igual a 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas *BIG4*; *PAR* é igual a 1 quando o parecer emitido pelos auditores externos é de opinião modificada; *ANAL* é a quantidade de analistas que acompanharam a empresa; *LC* é igual a 1 se a empresa divulgou LAIR positivo no ano *t*; *LTI* é igual a 1 se a empresa apurou lucro tributável positivo no ano *t*; *LAIRD* é o lucro contábil antes do imposto de renda do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *LTD* é o lucro tributável do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *CLAIR* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no *LAIR* do ano anterior; *CLT* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior; *ROA* é o retorno do ativo; *IMOB* é o ativo imobilizado escalonado pelo ativo total inicial; *T* é o tamanho da empresa calculado pelo *log* do ativo total; *DIV* é a dívida de longo prazo escalonada pelo ativo total inicial; *LIQ* é a liquidez corrente; *CM* é o patrimônio líquido escalonado pelo valor de mercado.

Entre as variáveis independentes, LS e $LS8$ e LS e $LS9$ têm uma correlação alta e significativa ($\gamma_p = 0,519$). Exceto por essas altas correlações, todos os coeficientes de correlação entre as variáveis independentes que aparecem no modelo de conformidade financeira e fiscal são abaixo de 0,50 (Tabela 8), sugerindo que, com essas duas exceções, a colinearidade não é uma preocupação nos dados desse modelo (ver COMPRIX *et al*, 2011).

O Gráfico 1 mostra o comportamento da média anual do lucro tributável (LT), do $LAIR$ e das diferenças total (DT), permanente (DP) e temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável (DTE) no período de 1996 a 2010. Essas variáveis foram defasadas pelo ativo total.

Definição das variáveis: DT é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; DP é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; DTE é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; $LAIR$ é o lucro contábil antes do imposto de renda; LT é o lucro tributável. Todas as variáveis foram escalonadas pelo ativo total defasado.

Gráfico 1 – Comportamento DT , DP , DTE , $LAIR$ e LT

Percebe-se, no Gráfico 1, que a variável DTE possui um comportamento, ao longo do horizonte temporal de estudo, diferente do comportamento das demais variáveis. O $LAIR$, o lucro tributável e as diferenças total e permanente diminuíram do ano de 2007 para o ano de 2008, no entanto, no período de 2008 a 2010 o aumento foi, relativamente, maior do que em períodos anteriores. Entretanto, a diferença temporária reduziu no período de 2007 a 2008 e só aumentou após o ano de 2009. Esses resultados sugerem aumento da diferença total e da

diferença permanente após a adoção da Lei n. 11.638/07 e da convergência com as IFRS. Contudo, as diferenças temporárias só aumentaram após a adoção completa das IFRS. Além do mais, o LAIR, até o ano de 2009, apresentava valores inferiores àqueles do *LT*. Todavia, em 2009 e em 2010 essa situação se inverteu.

A escolha entre os modelos analíticos para dados em painel foi realizada por meio dos testes de *Chow*, Lagrange Multiplier (LM) de Brusch e Pagan e *Hausman* (Tabelas 9 e 10). Enquanto os testes apresentados na Tabela 9 foram realizados com a variável *LS* (valor 1 para o período de 2008 a 2010), os testes apresentados na Tabela 10 foram realizados com as variáveis *LS7*, *LS8*, *LS9* e *IFRS*. Os resultados desses testes mostram que o modelo de efeitos aleatórios é o mais adequado quando a variável dependente é a diferença total (*DT*) ou a diferença permanente (*DP*). Quando a variável dependente é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável (*DTE*), o modelo mais adequado é o de efeitos fixos para o modelo apresentado na equação 1 (Tabela 9) e de efeitos aleatórios para o modelo apresentado na Equação 2 (Tabela 10).

Tabela 9 – Testes de *Chow*, LM e *Hausman* - *LS*

Variável dependente	Estatística	Breusch e Pagan	Hausman	Chow	Modelo
<i>DT</i>	Chi2	14,31	1,52	61,71	EA
	Prob	0,00	0,99	0,00	
<i>DP</i>	Chi2	3,98	18,96	37,17	EA
	Prob	0,02	0,39	0,00	
<i>DTE</i>	Chi2	0,1	48,48	5,47	EF
	Prob	0,37	0,00	0,00	

Variáveis: *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; *LS* tem valor 1 para o período de 2008 a 2010. Modelos: EA é o modelo de efeitos aleatórios; EF é o modelo de efeitos fixos.

Tabela 10 – Testes de *Chow*, LM e *Hausman*- *LS7*, *LS8*, *LS9*, *IFRS*

Variável dependente	Estatística	Breusch e Pagan	Hausman	Chow	Modelo
<i>DT</i>	Chi2	14,61	30,27	55,53	EA
	Prob	0,00	0,09	0,00	
<i>DP</i>	Chi2	3,95	8,52	32,7	EA
	Prob	0,02	0,99	0,00	
<i>DTE</i>	Chi2	0,05	29,72	4,93	EA
	Prob	0,41	0,10	0,00	

Variáveis: *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; *LS7* tem valor 1 para o ano de 2007; *LS8* tem valor 1 para o ano de 2008; *LS9* tem valor 1 para o ano de 2009 e *IFRS* tem valor 1 para o ano de 2010. Modelo: EA é o modelo de efeitos aleatórios.

As análises dos resultados serão realizadas com base no modelo considerado mais adequado segundo os testes apresentados nas Tabelas 9 e 10. No entanto, para comparação, são apresentados os resultados das regressões para os três tipos de dados em painel: intercepto comum (OLS), efeitos fixos (EF) e efeitos aleatórios (EA) para os modelos apresentados nas Equações 1 e 2 (seção 3.3). Além dos coeficientes e das estatísticas t , são apresentados o R^2 ajustado, a estatística F , o número de observações e de companhias abertas brasileiras da amostra.

4.1.1 Variável dependente *DT*

Na Tabela 11 são apresentados os resultados das regressões estimadas para o modelo apresentado na Equação 1 com a variável dependente *DT*. Nesse modelo, a variável independente *LS* é binária e tem valor 1 para o período de 2008 a 2010 (período de adoção completa das IFRS). O coeficiente da variável *LS* é positivo e significativo nas regressões OLS, EA e EF, sendo que no modelo de efeitos aleatórios, considerado mais adequado segundo os testes apresentados na Tabela 9, o nível de significância é de 5%. O sinal positivo desse coeficiente sugere que a Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS aumentaram a diferença total entre o resultado financeiro e o resultado tributário, isto é, reduziram o nível de CFF.

Os resultados para o MCFF apresentado na Equação 2 são mostrados na Tabela 12. Nesse modelo, o período base de comparação é de 1996 a 2006. Dessa forma, em relação a esse período, o coeficiente da variável *LS7* não apresentou significância, sugerindo que a adoção voluntária da Lei n. 11.638/07 (ano de 2007) não afetou a *DT*. A adoção dessa lei e a convergência parcial com as IFRS no ano de 2008, também, não afetaram a *DT*, visto que o coeficiente da variável *LS8* não é significativo. Todavia, os coeficientes das variáveis *LS9* e *IFRS* são positivos e significativos. Dessa forma, a adoção da Lei n. 11.638/07, a convergência parcial com as IFRS no ano de 2009 e a convergência completa das IFRS (ano de 2010) aumentaram a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável.

Tabela 11 – Resultados das regressões com a variável dependente *DT*

Variável dependente = <i>DT</i>										
Variáveis	Sinal Previsto	OLS			EA			EF		
		Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.
<i>LS</i>	+	0,0139	2,68	***	0,0132	2,31	**	0,0124	1,74	*
<i>ADR</i>	+	0,0026	0,60		0,0015	0,34		0,0022	0,24	
<i>BOV</i>	+	0,0066	1,78	*	0,0108	2,35	**	0,0080	0,68	
<i>BIG4</i>	+	-0,0026	-0,79		-0,0035	-1,01		-0,0051	-1,26	
<i>PAR</i>	-	-0,0031	-0,56		-0,0084	-1,48		-0,0116	-1,78	*
<i>ANAL</i>	+	-0,0003	-0,90		-0,0005	-1,79	*	-0,0008	-2,10	**
<i>LC</i>	+	0,0756	7,04	***	0,0745	6,56	***	0,0733	6,34	***
<i>LT</i>	-	-0,0658	-5,56	***	-0,0680	-5,40	***	-0,0672	-5,08	***
<i>LAIRD</i>	+	0,0089	0,13		0,0101	0,15		0,0211	0,32	
<i>LTD</i>	-	-0,1712	-1,99	**	-0,1464	-1,57		-0,1631	-1,69	*
<i>CLAIR</i>	+	0,0238	3,63	***	0,0238	3,77	***	0,0244	4,01	***
<i>CLT</i>	-	-0,0301	-7,84	***	-0,0294	-7,57	***	-0,0306	-7,96	***
<i>ROA</i>	+	0,0040	4,49	***	0,0040	4,55	***	0,0038	4,63	***
<i>IMOB</i>	+	0,0167	1,31		0,0230	1,88	*	0,0287	2,40	**
<i>T</i>	?	-0,0001	-0,09		-0,0010	-0,61		-0,0024	-0,62	
<i>DIV</i>	+	-0,0043	-0,29		-0,0087	-0,58		-0,0054	-0,22	
<i>LIQ</i>	+	0,0018	1,84	*	0,0015	1,41		0,0013	1,07	
<i>CM</i>	+	0,0022	2,45	**	0,0022	2,30	***	0,0022	2,06	**
Intercepto	?	-0,0131	-0,63		0,0009	0,04		0,0228	0,42	
Nº Obs.		2470			2470			2470		
Nº Emp.		285			285			285		
R ²		0,522			0,497			0,499		
F		61,71	(p.<0.01)		993,40	(p.<0.01)		47,98	(p.<0.01)	

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística das estimativas nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. A variável dependente é a *DT*, diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável. Os regressores são: *LS* tem valor 1 para os anos de 2008 a 2010; *ADR* tem valor 1 quando a companhia aberta possui ações listadas no mercado norte-americano por meio da emissão de *ADR*; *BOV* possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA; *BIG4* é igual a 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas *BIG4* no ano *t*; *PAR* é igual a 1 quando o parecer emitido pelos auditores externos é de opinião modificada; *ANAL* é a quantidade de analistas que acompanharam a empresa; *LC* é igual a 1 se a empresa divulgou *LAIR* positivo no ano *t*; *LT* é igual a 1 se a empresa apurou lucro tributável positivo no ano *t*; *LAIRD* é o lucro contábil antes do imposto de renda do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *LTD* é o lucro tributável do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *CLAIR* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no *LAIR* do ano anterior; *CLT* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior; *ROA* é o retorno do ativo; *IMOB* é o ativo imobilizado escalonado pelo ativo total inicial; *T* é o tamanho da empresa calculado pelo *log* do ativo total; *DIV* é a dívida de longo prazo escalonada pelo ativo total inicial; *LIQ* é a liquidez corrente; *CM* é o patrimônio líquido escalonado pelo valor de mercado.

Tabela 12 – Resultados das regressões com a variável dependente *DT*

Tabela 12 – Resultados das Regressões com a variável dependente <i>DT</i>										
Variáveis	Sinal Previsto	Variável dependente = <i>DT</i>			EA			EF		
		Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.
<i>LS7</i>	+	0,0038	0,77		0,0021	0,44		0,0021	0,42	
<i>LS8</i>	+	0,0007	0,12		-0,0002	-0,02		0,0006	0,08	
<i>LS9</i>	+	0,0260	3,19	***	0,0243	2,83	***	0,0226	2,29	**
<i>IFRS</i>	+	0,0176	4,22	***	0,0183	3,95	***	0,0207	3,13	***
<i>ADR</i>	+	0,0028	0,63		0,0014	0,33		0,0010	0,11	
<i>BOV</i>	+	0,0065	1,75	*	0,0108	2,39	**	0,0095	0,80	
<i>BIG4</i>	+	-0,0026	-0,77		-0,0036	-1,06		-0,0055	-1,36	
<i>PAR</i>	-	-0,0028	-0,50		-0,0079	-1,44		-0,0112	-1,77	*
<i>ANAL</i>	+	-0,0003	-1,01		-0,0006	-2,03	**	-0,0009	-2,47	**
<i>LC</i>	+	0,0746	6,99	***	0,0732	6,50	***	0,0718	6,27	***
<i>LT</i>	-	-0,0656	-5,57	***	-0,0677	-5,40	***	-0,0668	-5,07	***
<i>LAIRD</i>	+	0,0105	0,16		0,0113	0,17		0,0222	0,34	
<i>LTD</i>	-	-0,1693	-1,98	**	-0,1433	-1,54		-0,1570	-1,61	
<i>CLAIR</i>	+	0,0235	3,62	***	0,0234	3,75	***	0,0240	3,98	***
<i>CLT</i>	-	-0,0301	-7,96	***	-0,0293	-7,64	***	-0,0305	-8,00	***
<i>ROA</i>	+	0,0040	4,50	***	0,0039	4,56	***	0,0038	4,64	***
<i>IMOB</i>	+	0,0169	1,36		0,0232	1,95	*	0,0292	2,51	**
<i>T</i>	?	-0,0001	-0,10		-0,0011	-0,66		-0,0040	-1,00	
<i>DIV</i>	+	-0,0046	-0,31		-0,0089	-0,61		-0,0050	-0,20	
<i>LIQ</i>	+	0,0017	1,79	*	0,0015	1,36		0,0012	1,00	
<i>CM</i>	+	0,0023	2,54	**	0,0023	2,37	**	0,0023	2,10	**
Intercepto	?	-0,0127	-0,61		0,0023	0,09		0,0459	0,82	
Nº Obs.		2.470			2470			2.470		
Nº Emp.		285			285			285		
R ²		0,525			0,501			0,503		
F		55,53	(p.<0.01)		1053,27	(p.<0.01)		45,20	(p.<0.01)	

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística das estimativas nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. A variável dependente é a *DT*, diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável. Os regressores são: *LS7* tem valor 1 para o ano de 2007; *LS8* em valor 1 para o ano de 2008; *LS9* tem valor 1 para o ano de 2009; *IFRS* tem valor 1 para o ano de 2010; *ADR* tem valor 1 quando a companhia aberta possui ações listadas no mercado norte-americano por meio da emissão de *ADR*; *BOV* possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA; *BIG4* é igual a 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas *BIG4* no ano *t*; *PAR* é igual a 1 quando o parecer emitido pelos auditores externos é de opinião modificada; *ANAL* é a quantidade de analistas que acompanharam a empresa; *LC* é igual a 1 se a empresa divulgou *LAIR* positivo no ano *t*; *LT* é igual a 1 se a empresa apurou lucro tributável positivo no ano *t*; *LAIRD* é o lucro contábil antes do imposto de renda do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *LTD* é o lucro tributável do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *CLAIR* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no *LAIR* do ano anterior; *CLT* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior; *ROA* é o retorno do ativo; *IMOB* é o ativo imobilizado escalonado pelo ativo total inicial; *T* é o tamanho da empresa calculado pelo *log* do ativo total; *DIV* é a dívida de longo prazo escalonada pelo ativo total inicial; *LIQ* é a liquidez corrente; *CM* é o patrimônio líquido escalonado pelo valor de mercado.

Na Tabela 13 são apresentados os intervalos de confiança inferior (-CI) e superior (+CI), calculados com base nos coeficientes das variáveis *LS7*, *LS8*, *LS9* e *IFRS* do modelo de efeitos aleatórios (EA) apresentados na Tabela 12. O intuito de segregá-los, nessa Tabela, é meramente didático. Os coeficientes das variáveis *LS9* e *IFRS* podem ser iguais, já que os

intervalos de confiança inferior e superior no nível de 95% de confiança dessas variáveis se sobrepõem (Tabela 13). Uma vez que esses intervalos de confiança se cruzam, não se pode afirmar que o impacto da adoção da Lei n. 11.638/07 e da convergência com as IFRS no ano de 2009 é diferente (maior ou menor) do que o impacto causado pela convergência total em 2010.

Tabela 13 – Intervalos de confiança inferior e superior – EA Tabela 11

Variáveis	EA					
	Coef.	t	SE	-CI	+CI	Sig.
<i>LS7</i>	0,0021	0,44	0,0048	0,0073	0,0115	
<i>LS8</i>	-0,0002	-0,02	0,0100	-0,0194	0,0194	
<i>LS9</i>	0,0243	2,83	0,0086	-0,0075	0,0411	***
<i>IFRS</i>	0,0183	3,95	0,0046	-0,0092	0,0274	***

Nota: *** denota significância estatística das estimativas no nível de 5%.

DT, diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; *LS7* tem valor 1 para o ano de 2007; *LS8* em valor 1 para o ano de 2008; *LS9* tem valor 1 para o ano de 2009; *IFRS* tem valor 1 para o ano de 2010.

As variáveis dos grupos de monitoramento, rentabilidade e características institucionais que possuem coeficientes significativos apresentam, também, o mesmo sinal nos modelos apresentados nas Tabelas 11 e 12. Os coeficientes das variáveis de monitoramento *BOV* e *ANAL* são significativos (Tabelas 11 e 12). O coeficiente positivo da variável *BOV* sugere que a participação nos níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA aumenta a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável, ou seja, a aderência voluntária das companhias abertas a regras mais rígidas para preparação e divulgação de informações financeiras afeta, positivamente, a qualidade dos números contábeis visto que reduz a conformidade financeira e fiscal. Por outro lado, o coeficiente negativo da variável *ANAL*, indica o número de analistas afetando, negativamente, a qualidade das informações contábeis. Quanto maior o número de analistas seguindo a empresa, menor a *DT*. A explicação para esse resultado pode estar no questionamento da qualificação e atuação desses profissionais no Brasil realizado por Paulo *et al* (2006).

As demais variáveis de monitoramento *ADR*, *BIG4* e *PAR* não apresentaram coeficientes significativos (Tabelas 11 e 12), sugerindo que o lançamento de ações no mercado norte-americano, a auditoria realizada por uma das *BIG4* e o tipo de parecer de auditoria não afetam o nível de conformidade financeira e fiscal. A não significância da variável *ADR* corrobora a conclusão do estudo de Lang *et al* (2006). Esses autores sugerem que as companhias abertas norte-americanas apresentam informações contábeis de maior qualidade do que àquelas das

companhias de países com fraca proteção aos investidores (como o Brasil) com ações listadas no mercado financeiro norte-americano, concluindo que a regulação da SEC não suplanta os efeitos do ambiente regulatório local. Butler *et al* (2004), também não encontraram evidências para suportar a hipótese de que as empresas que recebem parecer de auditoria modificado gerenciam mais resultado do que aquelas que não o recebem. No Brasil, a superior qualidade dos serviços de auditoria das *BIG4*, a compreensibilidade e a utilidade do parecer de auditoria têm sido questionadas na literatura (por exemplo, MELLO-E-SOUZA, 2007; BATISTA *et al*, 2010). Esses fatores podem auxiliar na compreensão da não significância das variáveis *BIG4* e *PAR*.

O monitoramento externo, mensurado pela listagem em segmentos especiais de governança da BM&FBOVESPA (Novo Mercado, Nível 2, Nível 1 e Bovespa Mais), contribuiu para a redução do nível de CFF. No entanto, o fato da empresa listar ações nas bolsas de valores norte-americanas não implica em redução desse nível. Uma possível explicação para esses resultados é um percentual maior de companhias abertas participa dos segmentos especiais da BM&FBOVESPA (59,8% - contra apenas 24,4% que listam ADR) (Tabela 5).

Apenas dois coeficientes do conjunto de variáveis representativas da rentabilidade das companhias abertas brasileiras (*LAIRD* e *LTD*) não são significativos, indicando que o resultado contábil e o lucro tributável do período anterior não afetam o nível de conformidade financeira e fiscal do período corrente (Tabelas 11 e 12). Por outro lado, os coeficientes das variáveis *LC*, *LT*, *CLAIR*, *CLT* e *ROA* são significativos. Isso implica uma associação positiva entre as *DTs* e as empresas lucrativas (*LC*), as empresas mais rentáveis (*ROA*) e o crescimento do lucro contábil (*CLAIR*). Esses resultados corroboram as evidências apresentadas por Mills e Newberry (2001). Entretanto, o sinal negativo dos coeficientes *LT* e *CLT* indicam redução da *DT* quando as companhias abertas brasileiras apuram lucro tributável e quando esse resultado, em comparação com o período anterior, cresce. Esses resultados são consistentes com as evidências apresentadas por Mills e Newberry (2001), ou seja: as empresas aumentado o lucro contábil sem afetar o lucro tributável; as empresas divulgando menor lucro tributável em resposta aos incentivos fiscais (sem requisito de conformidade financeira) ou as empresas divulgando maior lucro contábil em resposta aos incentivos financeiros (sem requisito de conformidade financeira e fiscal).

Os coeficientes das variáveis *T*, *DIV* e *LIQ* não são significativos, sugerindo que o tamanho das companhias abertas brasileiras, as dívidas de longo prazo e a liquidez não afetam o nível de CFF (Tabelas 11 e 12). Do conjunto de variáveis representativas das características institucionais das empresas, apenas os coeficientes de duas variáveis (*IMOB* e *CM*) são significativos. O coeficiente da variável *IMOB* é positivo, mostrando que as companhias abertas com maior nível de bens de capital têm maior *DT*. Skinner (1993) e Mills e Newberry (2001) argumentam que as empresas com maior nível de bens de capital têm maior incentivo para gerenciar métodos de depreciação, de diferimento, de estrutura de classificação de custos com o objetivo de aumentar o lucro contábil sem afetar o lucro tributável. O coeficiente positivo da variável *CM* sugere que quanto maior o índice *CM* maior a *DT*, ou seja, quanto menor a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado do patrimônio líquido das companhias abertas brasileiras menor a CFF.

4.1.2 Variável dependente *DP*

Nas Tabelas 14 e 15 são apresentados os resultados das regressões estimadas para o modelo apresentado nas Equações 1 e 2, respectivamente, com a variável dependente *DP*. Na Tabela 14 é avaliado o impacto total da Lei n. 11.638/07 e do processo de convergência com as IFRS na variável *DP* (período de 2008 a 2010). O impacto da Lei n. 11.638/07 e do processo de convergência com as IFRS é apresentado para cada ano do período de 2007 a 2010 em comparação com o período-base de 1996 a 2006 (Tabela 15). Os resultados são semelhantes àqueles apresentados nas Tabelas 11 e 12 para a variável dependente *DT* (analisando em ambas as tabelas os resultados do modelo EA), ou seja, exceto a variável *BOV* (Tabela 15); as variáveis que influenciam a diferença total são as mesmas que afetam a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável, mudando, apenas, o valor do coeficiente e o nível de significância de algumas variáveis.

Os resultados para o MCFF, apresentado na Equação 2, são mostrados na Tabela 15. Nesse modelo, o período-base de comparação é de 1996 a 2006. Desse modo, em relação a esse período, o coeficiente da variável *LS7* não apresentou significância, sugerindo que a adoção voluntária da Lei n. 11.638/07 (ano de 2007) não afetou a *DP*. A adoção dessa lei e a convergência parcial com as IFRS no ano de 2008, também, não afetaram a *DP*, uma vez que o coeficiente da variável *LS8* não é significativo. No entanto, os coeficientes das variáveis

LS9 e *IFRS* são positivos e significativos. Dessa forma, a adoção da Lei n. 11.638/07, a convergência parcial com as IFRS no ano de 2009 e a convergência completa das IFRS (ano de 2010) aumentaram a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável.

Tabela 14 - Resultados das regressões com a variável dependente *DP*

Variáveis	Sinal Previsto	Variável dependente = <i>DP</i>								
		OLS			EA			EF		
		Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.
<i>LS</i>	+	0,0115	2,20	**	0,0120	2,15	**	0,0154	2,02	**
<i>ADR</i>	+	0,0020	0,35		0,0002	0,04		-0,0064	-0,60	
<i>BOV</i>	+	0,0056	1,38		0,0078	1,79	*	0,0143	1,24	
<i>BIG4</i>	+	0,0013	0,38		0,0000	0,01		-0,0020	-0,45	
<i>PAR</i>	-	-0,0059	-0,87		-0,0091	-1,52		-0,0145	-2,22	**
<i>ANAL</i>	+	-0,0005	-1,74	*	-0,0006	-2,13	**	-0,0009	-2,39	**
<i>LC</i>	+	0,0415	3,55	***	0,0412	3,32	***	0,0413	3,22	***
<i>LT</i>	-	-0,0529	-4,25	***	-0,0557	-4,29	***	-0,0579	-4,22	***
<i>LAIRD</i>	+	0,0271	0,34		0,0316	0,38		0,0495	0,58	
<i>LTD</i>	-	-0,1752	-1,85	*	-0,1596	-1,57		-0,1749	-1,63	
<i>CLAIR</i>	+	0,0142	1,76	*	0,0140	1,75	*	0,0147	1,87	*
<i>CLT</i>	-	-0,0252	-4,90	***	-0,0239	-4,51	***	-0,0239	-4,40	***
<i>ROA</i>	+	0,0045	4,81	***	0,0045	4,86	***	0,0044	4,92	***
<i>IMOB</i>	+	0,0054	1,21		0,0088	2,38	**	0,0143	3,64	***
<i>T</i>	?	0,0003	0,22		-0,0002	-0,12		-0,0043	-0,94	
<i>DIV</i>	+	0,0053	0,37		0,0038	0,27		0,0144	0,59	
<i>LIQ</i>	+	0,0010	1,16		0,0009	1,02		0,0010	0,88	
<i>CM</i>	+	0,0019	1,90	*	0,0023	2,16	**	0,0027	2,38	**
Intercepto	?	0,0084	0,39		0,0160	0,66		0,0719	1,20	
Nº Obs.		2470			2470			2470		
Nº Emp.		285			285			285		
R ²		0,455			0,432			0,434		
F		37,17 (p.<0.01)			586,54 (p.<0.01)			23,19 (p.<0.01)		

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística das estimativas nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. A variável dependente é a *DP*, diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável. Os regressores são: *LS* tem valor 1 para os anos de 2008 a 2010; *ADR* tem valor 1 quando a companhia aberta possui ações listadas no mercado norte-americano por meio da emissão de *ADR*; *BOV* possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA; *BIG4* é igual a 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas *BIG4* no ano *t*; *PAR* é igual a 1 quando o parecer emitido pelos auditores externos é de opinião modificada; *ANAL* é a quantidade de analistas que acompanharam a empresa; *LC* é igual a 1 se a empresa divulgou *LAIR* positivo no ano *t*; *LT* é igual a 1 se a empresa apurou lucro tributável positivo no ano *t*; *LAIRD* é o lucro contábil antes do imposto de renda do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *LTD* é o lucro tributável do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *CLAIR* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no *LAIR* do ano anterior; *CLT* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior; *ROA* é o retorno do ativo; *IMOB* é o ativo imobilizado escalonado pelo ativo total inicial; *T* é o tamanho da empresa calculado pelo *log* do ativo total; *DIV* é a dívida de longo prazo escalonada pelo ativo total inicial; *LIQ* é a liquidez corrente; *CM* é o patrimônio líquido escalonado pelo valor de mercado.

Tabela 15 - Resultados das regressões com a variável dependente *DP*

Variável dependente = <i>DP</i>										
Variáveis	Sinal Previsto	OLS			EA			EF		
		Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.
<i>LS7</i>	+	0,0076	1,36		0,0074	1,36		0,0103	1,77	*
<i>LS8</i>	+	0,0037	0,61		0,0043	0,66		0,0100	1,20	
<i>LS9</i>	+	0,0258	2,88	***	0,0260	2,82	***	0,0297	2,61	***
<i>IFRS</i>	+	0,0084	1,89	*	0,0098	2,08	**	0,0186	2,53	**
<i>ADR</i>	+	0,0024	0,40		0,0007	0,13		-0,0064	-0,59	
<i>BOV</i>	+	0,0050	1,23		0,0071	1,63		0,0146	1,26	
<i>BIG4</i>	+	0,0016	0,47		0,0003	0,10		-0,0018	-0,41	
<i>PAR</i>	-	-0,0053	-0,77		-0,0082	-1,36		-0,0133	-2,09	**
<i>ANAL</i>	+	-0,0005	-1,67	*	-0,0006	-2,09	**	-0,0010	-2,50	**
<i>LC</i>	+	0,0407	3,49	***	0,0403	3,26	***	0,0402	3,15	***
<i>LT</i>	-	-0,0526	-4,23	***	-0,0554	-4,28	***	-0,0576	-4,21	***
<i>LAIRD</i>	+	0,0292	0,36		0,0334	0,41		0,0514	0,60	
<i>LTD</i>	-	-0,1760	-1,88	*	-0,1609	-1,60		-0,1748	-1,63	
<i>CLAIR</i>	+	0,0141	1,75	*	0,0138	1,74	*	0,0144	1,85	*
<i>CLT</i>	-	-0,0252	-4,97	***	-0,0239	-4,58	***	-0,0237	-4,44	***
<i>ROA</i>	+	0,0045	4,82	***	0,0045	4,86	***	0,0044	4,94	***
<i>IMOB</i>	+	0,0054	1,27		0,0086	2,42	**	0,0145	3,54	***
<i>T</i>	?	0,0002	0,17		-0,0003	-0,19		-0,0065	-1,37	
<i>DIV</i>	+	0,0053	0,37		0,0039	0,28		0,0158	0,64	
<i>LIQ</i>	+	0,0009	1,06		0,0009	0,93		0,0009	0,80	
<i>CM</i>	+	0,0021	2,02	**	0,0024	2,28	**	0,0029	2,52	**
Intercepto	?	0,0085	0,40		0,0164	0,69		0,1010	1,62	
Nº Obs.		2.470			2470			2.470		
Nº Emp.		285			285			285		
R ²		0,458			0,434			0,437		
F		32,70 (p.<0.01)			617,76 (p.<0.01)			24,69 (p.<0.01)		

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística das estimativas nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. A variável dependente é a *DP*, diferença permanente entre o lucro contábil e o tributável. Os regressores são: *LS7* tem valor 1 para o ano de 2007; *LS8* em valor 1 para o ano de 2008; *LS9* tem valor 1 para o ano de 2009; *IFRS* tem valor 1 para o ano de 2010; *ADR* tem valor 1 quando a companhia aberta possui ações listadas no mercado norte-americano; *BOV* possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA; *BIG4* é igual a 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas *BIG4* no ano *t*; *PAR* é igual a 1 quando o parecer emitido pelos auditores externos é de opinião modificada; *ANAL* é a quantidade de analistas que acompanharam a empresa; *LC* é igual a 1 se a empresa divulgou LAIR positivo no ano *t*; *LT* é igual a 1 se a empresa apurou lucro tributável positivo no ano *t*; *LAIRD* é o lucro contábil antes do imposto de renda do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *LTD* é o lucro tributável do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *CLAIR* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no *LAIR* do ano anterior; *CLT* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior; *ROA* é o retorno do ativo; *IMOB* é o ativo imobilizado escalonado pelo ativo total inicial; *T* é o tamanho da empresa calculado pelo *log* do ativo total; *DIV* é a dívida de longo prazo escalonada pelo ativo total inicial; *LIQ* é a liquidez corrente; *CM* é o patrimônio líquido escalonado pelo valor de mercado.

Semelhante aos resultados apresentados na Tabela 13, quando a variável dependente é a *DT*, os intervalos de confiança inferior (-CI) e superior (+CI), calculados com base nos coeficientes das variáveis *LS7*, *LS8*, *LS9* e *IFRS* do modelo de EA apresentados na Tabela 15, para a variável dependente *DP*, também se cruzam (Tabela 16). Dessa forma, não se pode afirmar que os impactos das variáveis *LS9* e *IFRS* na diferença permanente são distintos.

Tabela 16 – Intervalos de confiança inferior e superior – EA Tabela 14

Variáveis	EA					
	Coef.	<i>t</i>	SE	-CI	+CI	Sig.
<i>LS7</i>	0,0074	1,36	0,0054	0,0033	0,0181	
<i>LS8</i>	0,0043	0,66	0,0065	-0,0171	0,0171	
<i>LS9</i>	0,0260	2,82	0,0092	-0,0079	0,0441	***
<i>IFRS</i>	0,0098	2,08	0,0047	-0,0006	0,0190	**

Nota: *** e ** denotam a significância estatística das estimativas nos níveis de 1% e 5%, respectivamente. *DP*, diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; *LS7* tem valor 1 para o ano de 2007; *LS8* em valor 1 para o ano de 2008; *LS9* tem valor 1 para o ano de 2009; *IFRS* tem valor 1 para o ano de 2010.

Além do mais, a divulgação de lucro contábil positivo (*LC*) e de crescimento nesse lucro (*CLAIR*), a rentabilidade (*ROA*), o investimento em bens de capital (*IMOB*) e a relação entre o valor contábil e o valor de mercado da companhia (*CM*) têm uma relação positiva com a *DP* (Tabelas 14 e 15). Por outro lado, essa variável tem relação negativa com o número de analistas seguindo a empresa, com a divulgação de lucro tributável positivo (*LT*) e de crescimento nesse lucro (*CLT*).

4.1.3 Variável dependente *DTE*

Nas Tabelas 17 e 18 são apresentados os resultados das regressões estimadas para os modelos apresentados nas Equações 1 e 2, respectivamente, com a variável dependente *DTE*. Para as variáveis utilizadas na Equação 1, o modelo de efeitos fixos (EF) é o mais adequado (Tabela 9); e o modelo de efeitos aleatórios (EA) é o mais adequado para o modelo da Equação 2 (Tabela 10). Na Tabela 17 é avaliado o impacto total da Lei n. 11.638/07 e do processo de convergência com as IFRS na variável *DTE* (período de 2008 a 2010). Na Tabela 18, o impacto da Lei n. 11.638/07 e do processo de convergência com as IFRS na variável *DTE* são avaliados, anualmente, em relação ao período-base 1996 a 2006.

O coeficiente da variável *LS* não é significativo, sugerindo que a Lei n. 11.638/07 e o processo de convergência com as IFRS, de maneira geral, não afetaram a diferença temporária (Tabela 17). Todavia, os resultados apresentados na Tabela 18, apontam que a convergência total com as IFRS no ano de 2010 aumentou a diferença temporária. Outrossim, o coeficiente da variável *IFRS* pode ser considerado diferente dos coeficientes das variáveis *LS7*, *LS8* e *LS9* já que os intervalos de confiança inferior e superior daquela variável não se cruzam com os intervalos de confiança dessas variáveis (Tabela 19).

Portanto, a adoção voluntária da Lei n. 11.638/07 e das IFRS no ano de 2007 (*LS7*), a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência parcial com as IFRS nos anos de 2008 (*LS8*) e 2009 (*LS9*) não afetaram as *DTEs*. Contudo, a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência total com as IFRS no ano de 2010 aumentaram a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável.

Tabela 17 - Resultados das regressões com a variável dependente *DTE*

Variáveis	Sinal Previsto	Variável dependente = <i>DTE</i>								
		OLS			EA			EF		
		Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.
<i>LS</i>	+	0,0025	0,79		0,0022	0,70		-0,0031	-0,66	
<i>ADR</i>	+	0,0006	0,18		0,0008	0,24		0,0086	1,32	
<i>BOV</i>	+	0,0011	0,43		0,0012	0,48		-0,0063	-1,60	
<i>BIG4</i>	+	-0,0039	-1,74	*	-0,0037	-1,62		-0,0032	-1,12	
<i>PAR</i>	-	0,0028	0,66		0,0026	0,62		0,0028	0,51	
<i>ANAL</i>	+	0,0003	1,37		0,0003	1,28		0,0001	0,51	
<i>LC</i>	+	0,0341	6,07	***	0,0341	6,00	***	0,0320	5,39	***
<i>LT</i>	-	-0,0130	-2,62	***	-0,0127	-2,57	**	-0,0093	-1,81	*
<i>LAIRD</i>	+	-0,0183	-0,53		-0,0193	-0,55		-0,0284	-0,71	
<i>LTD</i>	-	0,0040	0,10		0,0050	0,13		0,0118	0,28	
<i>CLAIR</i>	+	0,0096	2,99	***	0,0097	3,00	***	0,0097	2,83	***
<i>CLT</i>	-	-0,0048	-1,40		-0,0050	-1,44		-0,0068	-1,78	*
<i>ROA</i>	+	-0,0005	-3,07	***	-0,0005	-2,98	***	-0,0006	-2,64	***
<i>IMOB</i>	+	0,0113	1,14		0,0116	1,15		0,0144	1,13	
<i>T</i>	?	-0,0004	-0,60		-0,0004	-0,59		0,0019	0,50	
<i>DIV</i>	+	-0,0096	-0,86		-0,0102	-0,92		-0,0198	-1,07	
<i>LIQ</i>	+	0,0008	2,22	**	0,0008	2,13	**	0,0003	1,06	
<i>CM</i>	+	0,0003	0,65		0,0002	0,41		-0,0005	-0,80	
Intercepto	?	-0,0215	-1,73	*	-0,0213	-1,66	*	-0,0491	-0,93	
Nº Obs.		2470			2470			2470		
Nº Emp.		285			285			285		
R ²		0,062			0,061			0,066		
F		5,47	(p.<0.01)		95,64	(p.<0.01)		4,61	(p.<0.01)	

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística das estimativas nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. A variável dependente é a *DTE*, diferença temporária entre o lucro contábil e o tributável. Os regressores são: *LS* tem valor 1 para os anos de 2008 a 2010; *ADR* tem valor 1 quando a companhia aberta possui ações listadas no mercado norte-americano; *BOV* possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA; *BIG4* é igual a 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas *BIG4* no ano *t*; *PAR* é igual a 1 quando o parecer emitido pelos auditores externos é de opinião modificada; *ANAL* é a quantidade de analistas que acompanharam a empresa; *LC* é igual a 1 se a empresa divulgou *LAIR* positivo no ano *t*; *LT* é igual a 1 se a empresa apurou lucro tributável positivo no ano *t*; *LAIRD* é o lucro contábil antes do imposto de renda do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *LTD* é o lucro tributável do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *CLAIR* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no *LAIR* do ano anterior; *CLT* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior; *ROA* é o retorno do ativo; *IMOB* é o ativo imobilizado escalonado pelo ativo total inicial; *T* é o tamanho da empresa calculado pelo *log* do ativo total; *DIV* é a dívida de longo prazo escalonada pelo ativo total inicial; *LIQ* é a liquidez corrente; *CM* é o patrimônio líquido escalonado pelo valor de mercado.

Tabela 18 - Resultados das regressões com a variável dependente *DTE*

Variável dependente = <i>DTE</i>										
Variáveis	Sinal Previsto	OLS			EA			EF		
		Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.
<i>LS7</i>	+	-0,0038	-0,79		-0,0041	-0,86		-0,0081	-1,58	
<i>LS8</i>	+	-0,0030	-0,74		-0,0034	-0,83		-0,0094	-1,77	*
<i>LS9</i>	+	0,0002	0,03		-0,0003	-0,05		-0,0072	-1,05	
<i>IFRS</i>	+	0,0092	2,41	**	0,0089	2,31	**	0,0021	0,40	
<i>ADR</i>	+	0,0004	0,11		0,0006	0,17		0,0073	1,12	
<i>BOV</i>	+	0,0015	0,57		0,0017	0,64		-0,0052	-1,31	
<i>BIG4</i>	+	-0,0042	-1,83	*	-0,0040	-1,73	*	-0,0037	-1,31	
<i>PAR</i>	-	0,0025	0,59		0,0022	0,54		0,0021	0,39	
<i>ANAL</i>	+	0,0002	1,12		0,0002	0,98		0,0000	0,08	
<i>LC</i>	+	0,0339	6,07	***	0,0338	5,99	***	0,0316	5,42	***
<i>LT</i>	-	-0,0130	-2,60	***	-0,0127	-2,54	**	-0,0092	-1,80	*
<i>LAIRD</i>	+	-0,0187	-0,54		-0,0199	-0,56		-0,0292	-0,73	
<i>LTD</i>	-	0,0067	0,17		0,0081	0,21		0,0178	0,43	
<i>CLAIR</i>	+	0,0094	2,95	***	0,0095	2,96	***	0,0097	2,86	***
<i>CLT</i>	-	-0,0049	-1,43		-0,0051	-1,47		-0,0068	-1,79	*
<i>ROA</i>	+	-0,0005	-3,11	***	-0,0005	-3,02	***	-0,0006	-2,69	***
<i>IMOB</i>	+	0,0115	1,16		0,0119	1,16		0,0147	1,15	
<i>T</i>	?	-0,0003	-0,51		-0,0003	-0,50		0,0024	0,64	
<i>DIV</i>	+	-0,0098	-0,88		-0,0105	-0,94		-0,0208	-1,12	
<i>LIQ</i>	+	0,0008	2,19	**	0,0008	2,09	**	0,0003	1,04	
<i>CM</i>	+	0,0002	0,54		0,0001	0,29		-0,0006	-0,96	
Intercepto	?	-0,0212	-1,70	*	-0,0210	-1,62		-0,0551	-1,02	
Nº Obs.		2.470			2470			2.470		
Nº Emp.		285			285			285		
R ²		0,065			0,065			0,070		
F		4,93 (p.<0.01)			101,69 (p.<0.01)			4,48 (p.<0.01)		

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística das estimativas nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. A variável dependente é a *DTE*, diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável. Os regressores são: *LS7* tem valor 1 para o ano de 2007; *LS8* em valor 1 para o ano de 2008; *LS9* tem valor 1 para o ano de 2009; *IFRS* tem valor 1 para o ano de 2010; *ADR* tem valor 1 quando a companhia aberta possui ações listadas no mercado norte-americano por meio da emissão de *ADR*; *BOV* possui valor 1 quando a empresa participa dos segmentos especiais de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA; *BIG4* é igual a 1 quando a empresa foi auditada por uma das empresas *BIG4* no ano *t*; *PAR* é igual a 1 quando o parecer emitido pelos auditores externos é de opinião modificada; *ANAL* é a quantidade de analistas que acompanharam a empresa; *LC* é igual a 1 se a empresa divulgou *LAIR* positivo no ano *t*; *LT* é igual a 1 se a empresa apurou lucro tributável positivo no ano *t*; *LAIRD* é o lucro contábil antes do imposto de renda do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *LTD* é o lucro tributável do período anterior escalonado pelo ativo total defasado; *CLAIR* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no *LAIR* do ano anterior; *CLT* é igual a 1 se a empresa divulgou um aumento no lucro tributável do ano anterior; *ROA* é o retorno do ativo; *IMOB* é o ativo imobilizado escalonado pelo ativo total inicial; *T* é o tamanho da empresa calculado pelo *log* do ativo total; *DIV* é a dívida de longo prazo escalonada pelo ativo total inicial; *LIQ* é a liquidez corrente; *CM* é o patrimônio líquido escalonado pelo valor de mercado.

Os coeficientes das variáveis de rentabilidade *LC*, *LT*, *CLAIR* e *ROA* são significativos quando a variável dependente é a *DTE* (Tabela 17 e 18). Os coeficientes das variáveis *LC* e *CLAIR* são positivos enquanto os coeficientes das variáveis *LT* e *ROA* são negativos. Esses

resultados mostram que a divulgação de lucro contábil positivo (*LC*) e de crescimento nesse lucro (*CLAIR*) aumenta as diferenças temporárias. Todavia, a divulgação de lucro tributável positivo (*LT*) e a rentabilidade sobre o ativo (*ROA*) parecem reduzir essa diferença.

Tabela 19 – Intervalos de confiança inferior e superior – EA Tabela 17

Variáveis	EA					
	Coef.	<i>t</i>	SE	-CI	+CI	Sig.
<i>LS7</i>	-0,0081	-1,58	0,0051	-0,0019	0,0019	
<i>LS8</i>	-0,0094	-1,77	0,0053	-0,0010	0,0010	
<i>LS9</i>	-0,0072	-1,05	0,0069	-0,0062	0,0062	
<i>IFRS</i>	0,0021	0,40	0,0053	0,0082	0,0124	**

Nota: ** denota significância estatística das estimativas no nível de 5%. *DTE*, diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; *LS7* tem valor 1 para o ano de 2007; *LS8* em valor 1 para o ano de 2008; *LS9* tem valor 1 para o ano de 2009; *IFRS* tem valor 1 para o ano de 2010.

Os resultados para as variáveis *BIG4*, *CLT* e *LIQ* são contraditórios (Tabelas 17 e 18). Enquanto os coeficientes das variáveis *BIG4* e *LIQ* são significativos quando se analisa o impacto total da adoção da Lei n. 11.638/07 na *DTE* (Tabela 17, coluna EF), quando se analisa o impacto anual dessa adoção em comparação com o período-base de 1996 a 2006, os coeficientes passam a ser significativos (Tabela 18, coluna EA). Já com a variável *CLT*, acontece o inverso: o coeficiente é significativo na análise da adoção total (Tabela 17, coluna EF), mas deixa de ser significativo na análise anual (Tabela 18, coluna EA).

4.1.4 Aderência dos resultados do MCFF às hipóteses de pesquisa

Os resultados fornecem consistente suporte para a hipótese H1 de que a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS reduziram a conformidade entre as normas contábeis e as normas fiscais. Ou seja, a adoção obrigatória dessas normas aumentaram as diferenças total e permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável, apontando melhora na qualidade das informações contábeis das companhias abertas brasileiras. Essa melhora teve início no ano de 2009, período de adoção parcial das IFRS e continuou no exercício de 2010, quando da convergência total com as IFRS. O fato da adoção parcial das IFRS no ano de 2008 (primeiro período de adoção) não ter afetado as *DTs* e *DPs*, pode indicar uma curva de aprendizagem durante o período da adoção, como sugerido por Horton *et al* (2008). Outra possível explicação para a não significância dos resultados do ano de 2008 é a crise financeira

iniciada nos Estados Unidos no ano de 2007, que culminou em uma crise mundial com ápice no segundo semestre do ano de 2008, afetando o mercado de capitais mundial e, por consequência, os resultados das companhias abertas brasileiras (UOL, 2008).

A adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS não afetaram as diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro tributável. No entanto, as alterações realizadas na segunda fase de adoção dessas normas, aumentaram as *DTEs*. Portanto, o aumento das *DTEs* ocorrido no ano de 2010 não foi, significativamente, suficiente para provocar uma mudança nessa diferença em todo o período de convergência. O impacto apenas no ano de 2010 pode ser decorrente dos pronunciamentos técnicos do CPC em vigência apenas na segunda fase de adoção da Lei n. 11.638/07. Para a convergência total com as IFRS nesse ano, foram aprovados pronunciamentos sobre combinação de negócios, ativo registrado contabilmente ao valor justo, ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e reconhecimento inicial de ativo ou passivo, que envolvem o registro de ativo ou passivo diferido, resultando em diferença temporária tributável ou diferença temporária dedutível.

A adoção voluntária da Lei n. 11.638/07 não afetou o nível de CFF, sugerindo a rejeição da hipótese H2. Esse resultado contrasta com aqueles encontrados por Barth *et al* (2008) sugerindo que a adoção voluntária das IFRS melhora a qualidade dos lucros. A explicação para esse resultado pode estar em apenas um ano de adoção voluntária e de maneira retroativa, uma vez que a Lei n. 11.638/07 foi publicada no final do mês de dezembro de 2007.

4.2 Resultados para o Modelo de Poder Informativo

Na tabela 20 são apresentadas as estatísticas descritivas para as variáveis contínuas do Modelo de Poder Informativo (MPI). Enquanto a média do retorno (*RET*) diminuiu do período de 1996 a 2007 para o período de 2008 a 2010, a média das variáveis *DT*, *DP*, *DTE*, *EARN* e *EARNV* aumentaram.

Tabela 20 – Estatística descritiva das variáveis contínuas do MPI

Variável	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min.	Máx.	1º Q	Mediana	3º Q	Assimetria	Coeficiente de variação
1996-2007										
<i>RET</i>	1.708	7,474	28,717	-113,526	409,532	-33,799	0,424	4,486	4,328	3,842
<i>EARN</i>	1.708	-0,067	1,274	-15,999	6,617	-5,757	0,116	0,248	-6,284	-19,154
<i>EARNV</i>	1.708	-0,026	1,496	-15,076	11,096	-5,658	-0,020	0,086	-1,770	-57,791
<i>DT</i>	1.708	-0,006	0,152	-4,621	0,895	-0,382	0,006	0,028	-17,752	-25,133
<i>DTEARN</i>	1.708	0,067	0,440	-0,076	8,541	-0,016	0,003	0,012	13,616	6,566
<i>DTEARNV</i>	1.708	0,044	0,446	-4,310	8,231	-0,296	0,000	0,004	11,527	10,029
<i>DP</i>	1.708	0,000	0,155	-4,621	0,910	-0,391	0,008	0,031	-16,974	-397,734
<i>DPEARN</i>	1.708	0,066	0,465	-0,534	10,141	-0,017	0,003	0,012	14,530	7,089
<i>DPEARNV</i>	1.708	0,042	0,486	-7,609	9,169	-0,293	0,000	0,003	8,856	11,450
<i>DTE</i>	1.708	-0,006	0,046	-0,792	0,519	-0,157	0,000	0,000	-5,157	-8,206
<i>DTEEARNV</i>	1.708	0,001	0,097	-2,189	1,605	-0,049	0,000	0,000	-5,472	68,702
<i>DTEEARNV</i>	1.708	0,002	0,153	-2,147	3,298	-0,093	0,000	0,000	6,487	76,665
2008-2010										
<i>RET</i>	690	0,889	9,206	-110,828	104,368	-17,294	0,102	0,875	1,068	10,351
<i>EARN</i>	690	0,085	0,261	-4,110	1,217	-0,573	0,084	0,143	-7,413	3,054
<i>EARNV</i>	690	0,061	0,330	-1,226	3,116	-0,376	0,006	0,087	4,437	5,394
<i>DT</i>	690	0,005	0,426	-9,987	3,250	-0,321	0,015	0,048	-18,380	82,723
<i>EARNDT</i>	690	0,015	0,092	-0,145	2,006	-0,009	0,002	0,007	16,116	6,222
<i>EARNVDT</i>	690	0,004	0,099	-1,435	1,239	-0,186	0,000	0,003	0,807	27,715
<i>DP</i>	690	0,008	0,427	-9,987	3,250	-0,396	0,015	0,041	-18,289	56,352
<i>EARNDP</i>	690	0,015	0,096	-0,145	1,969	-0,005	0,002	0,006	14,946	6,526
<i>EARNVDP</i>	690	0,003	0,103	-1,409	1,239	-0,186	0,000	0,002	2,085	31,235
<i>DTE</i>	690	-0,002	0,055	-0,470	0,360	-0,244	0,000	0,010	-1,468	-22,514
<i>EARNDTE</i>	690	0,000	0,023	-0,423	0,234	-0,031	0,000	0,001	-8,600	218,453
<i>EARNVDT</i>	690	0,000	0,029	-0,447	0,293	-0,045	0,000	0,001	-7,507	112,823
<i>LSEARN</i>	690	0,085	0,261	-4,110	1,217	-0,573	0,084	0,143	-7,413	3,054
<i>LSEARNV</i>	690	0,061	0,330	-1,226	3,116	-0,376	0,006	0,087	4,437	5,394
1996-2010										
<i>RET</i>	2.398	5,580	24,910	-113,526	409,532	-32,812	0,261	2,737	4,930	4,464
<i>EARN</i>	2.398	-0,023	1,086	-15,999	6,617	-4,964	0,102	0,217	-7,359	-47,659
<i>EARNV</i>	2.398	-0,001	1,276	-15,076	11,096	-4,258	-0,007	0,087	-2,067	-1519,050
<i>DT</i>	2.398	-0,003	0,262	-9,987	3,250	-0,382	0,008	0,033	-25,114	-92,796
<i>EARNDT</i>	2.398	0,052	0,375	-0,145	8,541	-0,016	0,002	0,010	15,801	7,219
<i>EARNVDT</i>	2.398	0,033	0,380	-4,310	8,231	-0,278	0,000	0,004	13,306	11,636
<i>DP</i>	2.398	0,002	0,264	-9,987	3,250	-0,396	0,010	0,034	-24,711	138,651
<i>EARNDP</i>	2.398	0,051	0,397	-0,534	10,141	-0,014	0,002	0,009	16,862	7,780
<i>EARNVDP</i>	2.398	0,031	0,414	-7,609	9,169	-0,243	0,000	0,003	10,271	13,284
<i>DTE</i>	2.398	-0,005	0,049	-0,792	0,519	-0,173	0,000	0,000	-3,711	-10,348
<i>EARNDTE</i>	2.398	0,001	0,083	-2,189	1,605	-0,044	0,000	0,000	-6,313	79,920
<i>EARNVDT</i>	2.398	0,001	0,130	-2,147	3,298	-0,070	0,000	0,000	7,507	86,957
<i>LSEARN</i>	2.398	0,025	0,145	-4,110	1,217	-0,168	0,000	0,000	-11,186	5,904
<i>LSEARNV</i>	2.398	0,018	0,179	-1,226	3,116	-0,271	0,000	0,000	8,693	10,172

Definição das variáveis: *RET* é o retorno por ação da empresa *i* no ano *t*; *EARN* é igual ao lucro por ação da empresa *i* no ano *t* deflacionado pelo preço da ação da empresa *i* na cotação de abertura do ano *t*; *EARNV* é igual a *EARN* em *t* menos a *EARN* em *t-1*; *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o tributável; *DTEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DT*; *DTEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DT*; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o tributável; *DPEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DP*; *DPEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DP*; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o tributável; *DTEEARNV* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DTE*; *DTEEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DTE*; *LSEARN* é igual a variável *LS* multiplicada por *EARN*; *LSEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *LS*.

As Tabelas 21, 22 e 23 apresentam os coeficientes de correlação de *Pearson* para os períodos de 1996 a 2007, 2008 a 2010 e 1996 a 2010, respectivamente. O asterisco (*) representa correlação estatisticamente significativa ao nível de 5%. No período de adoção da Lei n. 11.638/07 (2008 a 2010), as variáveis *DT* e *DP* se relacionam positivamente com o retorno, sugerindo que as diferenças total e permanente aumentaram a tempestividade dos resultados, bem como a interação dessas variáveis com o resultado.

Tabela 21 – Matriz de correlação de *Pearson* - 1996-2007

	<i>RET</i>	<i>EARN</i>	<i>EARNV</i>	<i>DT</i>	<i>DTEARN</i>	<i>DTEARNV</i>	<i>DP</i>	<i>DPEARN</i>	<i>DPEARNV</i>	<i>DTE</i>	<i>DTEARN</i>	<i>DTEARNV</i>
<i>RET</i>	1											
<i>EARN</i>	0,1111*	1										
<i>EARNV</i>	-0,0253	0,6473*	1									
<i>DT</i>	0,0047	0,3443*	0,1948*	1								
<i>DTEARN</i>	-0,0218	-0,7964*	-0,5660*	-0,3029*	1							
<i>DTEARNV</i>	-0,025	-0,6544*	-0,5951*	-0,1891*	0,8722*	1						
<i>DP</i>	0,0087	0,3320*	0,1828*	0,9545*	-0,3010*	-0,1739*	1					
<i>DPEARN</i>	-0,0252	-0,7705*	-0,5493*	-0,2855*	0,9786*	0,8452*	-0,3076*	1				
<i>DPEARNV</i>	-0,0231	-0,6157*	-0,5432*	-0,1595*	0,8195*	0,9497*	-0,1382*	0,8124*	1			
<i>DTE</i>	-0,0137	0,0175	0,0266	0,0835*	0,0147	-0,0381	-0,2174*	0,0934*	-0,0605*	1		
<i>DTEARN</i>	0,022	0,0814*	0,0660*	-0,0048	-0,1557*	-0,0956*	0,1095*	-0,3557*	-0,1779*	-0,3819*	1	
<i>DTEARNV</i>	0,0007	0,0496*	-0,008	-0,0442	-0,0624*	-0,1039*	-0,0676*	-0,1187*	-0,4101*	0,0813*	0,2866*	1

O * representa correlação estatisticamente significativa ao nível de 5%. Definição das variáveis: *RET* é o retorno por ação da empresa *i* no ano *t*; *EARN* é igual ao lucro por ação da empresa *i* no ano *t* deflacionada pelo preço da ação da empresa *i* na cotação de abertura do ano *t*; *EARNV* é igual a *EARN* em *t* menos a *EARN* em *t-1*; *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DT*; *DTEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DT*; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DPEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DP*; *DPEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DP*; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DTE*; *DTEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DTE*.

Tabela 22 – Matriz de correlação de *Pearson* – 2008-2010

	<i>RET</i>	<i>EARN</i>	<i>EARNV</i>	<i>DT</i>	<i>DTEARN</i>	<i>DTEARNV</i>	<i>DP</i>	<i>DPEARN</i>	<i>DPEARNV</i>	<i>DTE</i>	<i>DTEARN</i>	<i>DTEARNV</i>
<i>RET</i>	1											
<i>EARN</i>	0,1354*	1										
<i>EARNV</i>	0,1437*	-0,2388*	1									
<i>DT</i>	0,4359*	0,1295*	0,0231	1								
<i>DTEARN</i>	-0,1726*	-0,5914*	0,4666*	-0,0790*	1							
<i>DTEARNV</i>	0,2162*	0,5749*	-0,1663*	0,1926*	-0,2956*	1						
<i>DP</i>	0,4343*	0,1265*	0,0202	0,9918*	-0,0754*	0,1956*	1					
<i>DPEARN</i>	-0,1635*	-0,5393*	0,4545*	-0,0717	0,9719*	-0,2550*	-0,051	1				
<i>DPEARNV</i>	0,2112*	0,5581*	-0,1196*	0,1876*	-0,2536*	0,9595*	0,2091*	-0,1589*	1			
<i>DTE</i>	0,0072	0,0219	0,0226	0,0517	-0,027	-0,0263	-0,0762*	-0,1606*	-0,1702*	1		
<i>DTEARN</i>	-0,0095	-0,1210*	-0,0274	-0,0179	-0,0499	-0,1224*	-0,0909*	-0,2835*	-0,3591*	0,5717*	1	
<i>DTEARNV</i>	-0,0153	-0,029	-0,1401*	-0,0122	-0,1033*	-0,0103	-0,0780*	-0,3014*	-0,2917*	0,5146*	0,8586*	1

O * representa correlação estatisticamente significativa ao nível de 5%. Definição das variáveis: *RET* é o retorno por ação da empresa *i* no ano *t*; *EARN* é igual ao lucro por ação da empresa *i* no ano *t* deflacionada pelo preço da ação da empresa *i* na cotação de abertura do ano *t*; *EARNV* é igual a *EARN* em *t* menos a *EARN* em *t-1*; *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DT*; *DTEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DT*; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DPEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DP*; *DPEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DP*; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DTE*; *DTEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DTE*.

Tabela 23 – Matriz de correlação de *Pearson* – 1996-2010

	<i>RET</i>	<i>EARN</i>	<i>EARNV</i>	<i>DT</i>	<i>DTEARN</i>	<i>DTEARNV</i>	<i>DP</i>	<i>DPEARN</i>	<i>DPEARNV</i>	<i>DTE</i>	<i>DTEARN</i>	<i>DTEARNV</i>
<i>RET</i>	1											
<i>EARN</i>	0,1029*	1										
<i>EARNV</i>	-0,0241	0,6318*	1									
<i>DT</i>	0,0752*	0,1825*	0,0977*	1								
<i>DTEARN</i>	-0,018	-0,7938*	-0,5477*	-0,1569*	1							
<i>DTEARNV</i>	-0,0123	-0,6334*	-0,5874*	-0,0691*	0,8511*	1						
<i>DP</i>	0,0772*	0,1781*	0,0927*	0,9827*	-0,1574*	-0,0624*	1					
<i>DPEARN</i>	-0,0215	-0,7675*	-0,5318*	-0,1475*	0,9786*	0,8257*	-0,1577*	1				
<i>DPEARNV</i>	-0,0116	-0,5965*	-0,5359*	-0,0563*	0,8009*	0,9500*	-0,0443*	0,7959*	1			
<i>DTE</i>	-0,0134	0,0174	0,0239	0,0603*	0,0076	-0,0338	-0,1256*	0,0599*	-0,0629*	1		
<i>DTEARN</i>	0,0217	0,0769*	0,0638*	-0,0048	-0,1529*	-0,0957*	0,0421*	-0,3532*	-0,1810*	-0,2526*	1	
<i>DTEARNV</i>	0,001	0,0479*	-0,0104	-0,0229	-0,0625*	-0,1019*	-0,0415*	-0,1210*	-0,4075*	0,1014*	0,2966*	1

O * representa correlação estatisticamente significativa ao nível de 5%. Definição das variáveis: *RET* é o retorno por ação da empresa *i* no ano *t*; *EARN* é igual ao lucro por ação da empresa *i* no ano *t* deflacionada pelo preço da ação da empresa *i* na cotação de abertura do ano *t*; *EARNV* é igual a *EARN* em *t* menos a *EARN* em *t-1*; *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DT*; *DTEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DT*; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DPEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DP*; *DPEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DP*; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DTE*; *DTEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DTE*.

A escolha entre os modelos analíticos para dados em painel foi realizada por meio dos testes de *Chow*, Lagrange Multiplier de *Brusch* e *Pagan* e *Hausman* (Tabela 24). Os resultados desses testes sugerem que para todas as regressões (Equações 7 a 9, seção 3.4), o modelo de efeitos aleatórios é o mais adequado.

Tabela 24 – Testes de *Chow*, *Hausman* e *Breusch* e *Pagan*

Variável	Estatística	Breusch e Pagan	Hausman	Chow	Modelo
<i>LS</i>	Chi2	60,04	4,46	13,94	EA
	Prob	0,000	0,485	0,000	
<i>DT</i>	Chi2	54,22	0,07	4,13	EA
	Prob	0,000	0,999	0,001	
<i>DP</i> e <i>DTE</i>	Chi2	52,55	0,28	2,98	EA
	Prob	0,000	1,000	0,004	

Definição das variáveis: *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável. EA é o modelo de efeitos aleatórios.

Na Tabela 25 são apresentados os resultados das regressões de tempestividade para o modelo da Equação 7. Esse modelo testa o efeito da adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e da convergência total com as IFRS na tempestividade dos resultados. São apresentadas as regressões para os três tipos de dados em painel: intercepto comum (OLS), efeitos fixos (EF) e efeitos aleatórios (EA), porém a análise dos resultados recai sobre o modelo de EA (Tabela

24). Além dos coeficientes e das estatísticas t , são apresentados o R^2 ajustado, a estatística F , o número de observações e de companhias abertas brasileiras.

Tabela 25 – Resultados das regressões para dados em painel MPI - LS

Variáveis	Sinal Previsto	Variável dependente = RET								
		OLS			EA			EF		
		Coef.	t	Sig.	Coef.	t	Sig.	Coef.	t	Sig.
$EARN$	+	4,948	2,72	***	5,203	2,69	***	5,389	2,56	**
$EARNV$	+	-3,213	-1,81	*	-3,230	-1,85	*	-3,228	-1,77	*
LS	?	-7,692	-7,91	***	-8,139	-7,79	***	-7,608	-6,71	***
$LSEARN$	+	1,406	0,52	***	2,979	1,35		3,833	1,76	*
$LSEARNV$	+	8,424	2,82	***	8,951	3,20	***	9,479	3,31	***
Intercepto		7,720	8,44	***	9,007	8,50	***	7,628	22,17	***
Nº Obs.		2.398			2.398			2.398		
Nº Emp.		351			351			351		
R^2		0,043			0,043			0,043		
F		13,94 (p<0,01)			72,00 (p<0,01)			11,51 (p<0,01)		

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística das estimativas nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Variável dependente: RET representa a relação entre a cotação da ação da empresa i no ano t e a cotação da ação da empresa i no ano $t-1$. Regressores: $EARN$ é igual ao lucro por ação da empresa i no ano t deflacionada pelo preço da ação da empresa i na cotação de abertura do ano t ; $EARNV$ é igual a $EARN$ em t menos a $EARN$ em $t-1$; LS tem valor 1 para o período de 2008 a 2010; $LSEARN$ é igual a variável LS multiplicada pela variável $EARN$; $LSEARNV$ é igual a variável $EARNV$ multiplicada pela variável LS .

Apesar de positivos os coeficientes das variáveis $LSEARN$ e $LSEARNV$, apenas o coeficiente da interação da variável LS com a variação do resultado é significativo. Isto sugere que a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência total com as IFRS aumentaram a tempestividade dos resultados. Esses resultados contradizem a evidência de que o reconhecimento tempestivo do resultado é menos pronunciado em países legalistas (por exemplo, BALL *et al*, 2000; 2008; ZHOU *et al*, 2009). Zhou *et al* (2009) não encontrou associação entre a adoção das IFRS e a tempestividade dos resultados em países emergentes.

A variável dependente RET é igual nos dois painéis que compõem a Tabela 26, porém as variáveis independentes são diferentes. No Painel A da Tabela 26, são apresentados os resultados do efeito da diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável na tempestividade dos resultados. Os coeficientes das variáveis DT e $DTEARN$ são positivos e significativos, sugerindo que a diferença total aumenta, diretamente, a tempestividade dos resultados, bem como a interação entre a DT e o resultado.

Os resultados apresentados no painel B da Tabela 26 mostram que, apenas, a diferença permanente afetou o grau de tempestividade. Os coeficientes das variáveis *DP* e *DPEARNV* são significativos e positivos. Isso sugere que sugere que quanto maior a diferença permanente maior a tempestividade dos resultados, ou seja, maior a qualidade das informações contábeis. A interação entre a variável *DP* e o resultado, também, tem uma relação positiva com a tempestividade, sugerindo que aumento da tempestividade.

Tabela 26 – Resultados das regressões para dados em painel MPI – *DT*, *DP* e *DTE*

Variável dependente = <i>RET</i>										
Variáveis	Sinal Previsto	OLS			EA			EF		
		Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.	Coef.	<i>t</i>	Sig.
PAINEL A										
<i>EARN</i>	+	7,611	2,78	***	7,923	2,79	***	8,140	2,75	***
<i>EARNV</i>	+	-3,226	-1,56		-3,311	-1,62		-3,322	-1,58	
<i>DT</i>	?	6,168	2,89	***	6,938	1,92	*	7,775	1,49	
<i>DTEARN</i>	+	18,167	2,17	**	18,055	2,30	**	18,201	2,35	**
<i>DTEARNV</i>	+	-8,363	-1,30		-8,371	-1,37		-8,429	-1,40	
Intercepto		5,096	8,35	***	5,869	7,84	***	5,113	25,44	***
Nº Obs.		2.398			2.398			2.398		
Nº Emp.		351			351			351		
R ²		0,040			0,042			0,042		
F		4,13	(p<0,01)		14,70	(p<0,01)		2,46	(p<0,03)	
PAINEL B										
<i>EARN</i>	+	7,841	2,78	***	8,050	2,79	***	8,239	2,73	***
<i>EARNV</i>	+	-3,328	-1,56		-3,382	-1,61		-3,383	-1,56	
<i>DP</i>	?	6,341	3,12	***	7,106	2,01	**	7,947	1,54	
<i>DPEARN</i>	+	19,733	2,29		19,373	2,37	**	19,473	2,42	**
<i>DPEARNV</i>	+	-9,376	-1,34	**	-9,289	-1,40		-9,323	-1,42	
<i>DTE</i>	?	-0,597	-0,07		2,560	0,29		4,677	0,46	
<i>DTEEARN</i>	+	32,283	2,14	**	29,432	2,08	**	28,990	2,09	**
<i>DTEEARNV</i>	+	-13,702	-1,14		-13,342	-1,17		-13,435	-1,18	
Intercepto		5,014	8,12		5,816	7,71	***	5,060	25,8	***
Nº Obs.		2.398			2.398			2.398		
Nº Emp.		351			351			351		
R ²		0,042			0,044			0,044		
F		3,0	(p<0,04)		16,7	(p<0,03)		1,8	(p<0,03)	

Nota: ***, ** e * denotam a significância estatística das estimativas nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Variável dependente: *RET* representa a relação entre a cotação da ação da empresa *i* no ano *t* e a cotação da ação da empresa *i* no ano *t-1*. Regressores: *EARN* é igual ao lucro por ação da empresa *i* no ano *t* deflacionada pelo preço da ação da empresa *i* na cotação de abertura do ano *t*; *EARNV* é igual a *EARN* em *t* menos a *EARN* em *t-1*; *DT* é a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DT*; *DTEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DT*; *DP* é a diferença permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DPEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DP*; *DPEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DP*; *DTE* é a diferença temporária entre o lucro contábil e o lucro tributável; *DTEARN* é igual a variável *EARN* multiplicada pela variável *DTE*; *DTEARNV* é igual a variável *EARNV* multiplicada pela variável *DTE*.

A diferença temporária (*DTE*), apesar de não ter uma relação direta com a tempestividade, quando interagindo com o resultado apresenta um coeficiente positivo e significativo, implicando no aumento da tempestividade dos resultados.

Os resultados apresentados na Tabela 25 oferecem suporte para a hipótese H3, ou seja, a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência total com as IFRS aumentaram a tempestividade dos resultados. E os resultados da Tabela 26 também suportam a hipótese H4, implicando em uma relação positiva entre as diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável e a tempestividade dos resultados.

Dessa forma, os resultados da pesquisa permitem três principais conclusões em relação aos dados das companhias abertas brasileiras: 1) a Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS provocaram aumento no nível de conformidade financeira e fiscal, ou seja, essas normas reduziram a influência da legislação fiscal nas normas contábeis; 2) a adoção dessas normas aumentou a tempestividade dos resultados e 3) a redução do nível de conformidade financeira e fiscal implicou em aumento da tempestividade dos resultados, isto é, a redução do nível de CFF melhorou a qualidade dos números contábeis.

4.3 Análise de Sensibilidade

Análises adicionais (não tabuladas) foram realizadas para testar a robustez dos resultados para especificações alternativas do modelo. A primeira análise envolve a exclusão das instituições financeiras da amostra dos dois modelos de estudo (MCFF e MPI) porque elas operam em um setor regulado e enfrentam um cenário diferente para regras fiscais e contábeis do que empresas de outros setores. Os resultados são similares aos apresentados nas Tabelas 24 e 25 para o MPI. Qualitativamente, os resultados são idênticos àqueles apresentados nas Tabelas 11, 12, 14, 15, 17 e 18 para o MCFF, com algumas exceções. A variável *LTD* tornou-se significativa e negativa quando as variáveis dependentes são a *DT* e a *DP*, enquanto as variáveis *ANAL* e *IMOB* deixaram de ser significativas nesses mesmos modelos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, são examinadas duas principais questões. Em primeiro lugar, se a adoção voluntária e obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) reduziram o nível de conformidade financeira e fiscal (CFF) das companhias abertas brasileiras. Em segundo lugar, se a adoção da Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS, bem como a variação no nível de CFF, afetaram a tempestividade dos resultados. A redução no nível de CFF e o aumento na tempestividade dos resultados são indicadores de melhora na qualidade das informações financeiras. A tese proposta é de que a promulgação da Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS impuseram às companhias abertas brasileiras a redução do nível de CFF e o aumento da tempestividade dos resultados para que divulguem demonstrações contábeis com números de qualidade superior.

O Brasil fornece um cenário natural para testar as hipóteses de pesquisa porque o país tem origens legalistas, com histórico de forte ligação entre os sistemas contábeis e fiscais, fraco sistema de coerção legal e interferência governamental na emissão de normas contábeis. No entanto, a aprovação da Lei n. 11.638/07, a convergência com as IFRS e a centralização da emissão de normas contábeis no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão profissional e independente, possibilitaram a melhora na qualidade das informações financeiras por meio da redução da influência da legislação fiscal nas normas contábeis.

Foram realizados testes para os três tipos de dados em painel (intercepto comum, efeitos fixos e efeitos aleatórios) com uma amostra não balanceada de companhias abertas brasileiras disponíveis na base de dados Economática no período de 1995 a 2010.

5.1 Conclusões

Os resultados da pesquisa sugerem que a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência total com as IFRS aumentaram a diferença total entre o lucro contábil e o lucro tributável, ou seja, reduziram a conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras. Isto implica no alcance dos objetivos dessas normas quanto à redução da

influência da legislação fiscal nas normas contábeis. Destaca-se que a redução no nível de CFF teve início na segunda fase de adoção da Lei n. 11.638/07, ou seja, em 2009, e continuou no exercício de 2010, quando da convergência total com as IFRS. Essa melhora gradativa sugere uma curva de aprendizagem durante o período de adoção dessas normas (2008 a 2010).

A variação no nível de CFF está negativamente relacionada com a tempestividade dos resultados. Assim, a redução da influência da legislação fiscal nas normas contábeis, ocasionada pela adoção da nova lei societária e pela convergência com as normas internacionais de contabilidade, provocou um aumento na tempestividade dos resultados, sugerindo melhora na qualidade dos números contábeis.

Na análise da diferença total segregada em diferenças permanentes e temporárias entre o lucro contábil e o lucro tributável, tem-se que a adoção obrigatória da Lei n. 11.638/07 e a convergência total com as IFRS aumentaram a diferença permanente, mas não afetaram as diferenças temporárias. O comportamento da diferença permanente foi semelhante ao comportamento da diferença total, isto é, a diferença permanente aumentou nos exercícios de 2009 e 2010. A diferença temporária, por sua vez, aumentou apenas no período de adoção total das IFRS (exercício social de 2010). Esses comportamentos podem ser explicados pelo fato da maioria dos Pronunciamentos Contábeis do CPC, aprovados no ano de 2010, afetarem as diferenças temporárias.

O fato da adoção voluntária da Lei n. 11.638/07 e das normas IFRS não ter afetado o nível de CFF pode ser explicado pelo período curto para adaptação às novas normas e a incerteza quanto às implicações fiscais das mudanças introduzidas por essas normas.

Os oponentes do aumento da conformidade financeira e fiscal sugerem que as informações exigidas por investidores são muito diferentes daquelas requeridas pelas autoridades fiscais, e que o aumento da conformidade irá diminuir a qualidade dos lucros. Consistente com essa visão, os resultados desta pesquisa mostram que a redução no nível de CFF nas companhias abertas brasileiras pode melhorar a qualidade dos lucros, mensurada pela tempestividade dos resultados. Dessa forma, as evidências apresentadas, neste trabalho, podem auxiliar os normatizadores, gestores, governo e usuários no debate sobre os efeitos do nível CFF na qualidade dos relatórios contábeis.

O monitoramento externo, mensurado pela listagem em segmentos especiais de governança da BM&FBOVESPA (Novo Mercado, Nível 2, Nível 1 e Bovespa Mais) e pelo número de analistas acompanhando uma empresa, contribuiu para a variação das diferenças total e permanente entre o lucro contábil e o lucro tributável. No entanto, o fato da empresa listar ações nas bolsas de valores norte-americanas, ser auditada por auditores de uma BIG4 e receber uma parecer de auditoria modificado não afetou o nível de CFF da amostra deste estudo. Essa aparente ineficácia do monitoramento externo pode ser resultante do baixo poder de coerção no mercado de capitais brasileiro.

A rentabilidade das companhias abertas também se mostrou relevante na avaliação do nível de CFF. O resultado apurado no final do período (lucro ou prejuízo) e a variação desse resultado (crescimento ou queda) podem afetar as decisões dos gestores envolvendo a apuração do lucro contábil e/ou do lucro tributável.

A adoção da Lei n. 11.638/07 e a convergência com as IFRS reduziram a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas da amostra desta pesquisa. Este resultado sugere que os relatórios contábeis preparados sob essas normas estão mais próximos do valor que pode ser negociado entre as partes interessadas — conhecedoras do negócio e independentes entre si — livres de fatores que pressionem a liquidação de transações ou que caracterizem uma transação compulsória (valor justo).

5.2 Limitações da Pesquisa

Cada tipo de projeto de pesquisa tem seus pontos fortes e fracos e, portanto, é importante analisá-los em conjunto. O ponto forte deste estudo é o uso de dados das companhias abertas brasileiras antes e depois de uma mudança real na legislação com o objetivo de reduzir a conformidade financeira e fiscal. Os pontos fracos ou limitações da pesquisa são discutidos em seis pontos principais: leis fiscais, período de estudo, estimativa das variáveis, *proxy* para qualidade dos relatórios contábeis, variáveis omitidas e generalização dos resultados.

Embora as mudanças introduzidas pela Lei n. 11.638/07 não tenham sido, em sua maioria, acompanhadas por mudanças nas normas fiscais, as possíveis alterações nessas normas não

foram tratadas nesta pesquisa, representando uma limitação do estudo. Porém, considerando a neutralidade fiscal vigente no período, por meio do Regime Tributário de Transição, espera-se que legislação fiscal não tenha afetado significativamente o nível de CFF das companhias abertas brasileiras.

Apenas um ano de convergência total com as IFRS pode representar uma limitação do estudo por dois principais motivos. Primeiro, presume-se que os investidores compreendam e avaliem as implicações e os efeitos da adoção das IFRS. Isso pode não ser o caso quando as IFRS são adotadas pela primeira vez em um país com uma tradição de contabilidade substancialmente diferente das normas internacionais. Enquanto os investidores podem ser capazes de absorver informações sobre a conciliação de itens individuais, tirando conclusões sobre o impacto agregado de várias mudanças no lucro, no ano da adoção, 2010, isso pode ser um desafio. Segundo, é possível que algumas empresas da amostra tenham, gradualmente, adotado as IFRS, progressivamente estreitando as diferenças entre o padrão brasileiro de contabilidade e as IFRS. Isso poderia diminuir o poder dos testes realizados neste estudo, resultando em mudanças não significativas na CFF e na tempestividade dos resultados após a adoção das IFRS. Da mesma forma, outra limitação do estudo é o fato de os testes serem baseados em, apenas, um ano de adoção voluntária da Lei n. 11.638/07. É concebível que os efeitos documentados da adoção de uma nova norma possam não persistir durante um longo período e/ou que a familiaridade dos usuários com as normas aumente com o tempo e/ou existam melhorias nas estruturas institucionais dos relatórios financeiros e/ou ocorram mudanças culturais e legais no ambiente de estudo. No entanto, essas não são mudanças triviais e podem levar anos para serem implementadas.

A estimativa das *DTs* representa uma limitação do estudo decorrente, principalmente, da estimativa do lucro tributável. O lucro tributável foi estimado, nesta pesquisa, por meio da extrapolação da despesa de imposto de renda corrente. Embora, esse cálculo contenha erro de mensuração, é a medida que está disponível para o mercado. Isso pode ser verificado numa amostra de relatórios financeiros publicados pelas companhias abertas brasileiras. Analisando os relatórios de sessenta companhias, selecionados aleatoriamente, no período de 2002 a 2009, tem-se que, apenas, duas empresas divulgaram o valor do lucro tributável nos anos de 2008 e 2009 e dez divulgaram os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido separadamente (Tabela 27).

Tabela 27 – Divulgação do imposto de renda e do lucro tributável

Valores divulgados	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002
Valor do IR e da CSLL separados	10	10	10	8	11	9	8	7
Valor do IR, IR corrente e IR diferido separados IR e CS	8	8	7	5	6	5	5	4
Valor do IR, IR diferido e IR corrente - sem separá-los por IR e CSLL	39	39	38	35	29	27	20	20
Valor do lucro tributável	2	2	1	1	1	0	0	0
Total de empresas analisadas	60	60	60	60	60	60	60	60

Definição das variáveis: IR é o imposto de renda; CSLL é a contribuição social sobre o lucro líquido.

Segundo Hanlon (2003), o cálculo do lucro tributável a partir de informações das demonstrações financeiras pode conter erros de mensuração por três principais razões: 1) a despesa de imposto de renda corrente pode não ser uma representação acurada do passivo tributário corrente; 2) a estimativa de lucro tributável a partir da despesa de imposto de renda corrente, dividida pela alíquota fiscal máxima, pode não ser adequada; 3) existem diferenças não consolidação das informações contábeis e fiscais. Todavia, essa *proxy* tem sido utilizada na literatura internacional (GLEASON; MILLS, 2002; LEV; NISSIM, 2004; HANLON *et al*, 2005; GONCHAROV; ZIMMERMANN, 2006; ATWOOD *et al*, 2010; FRANK *et al*, 2009; COMPRIX *et al*, 2011).

De acordo com Hanlon *et al* (2008), as limitações no cálculo do lucro tributável e das *DTs* podem ser superadas porque as estimativas do lucro tributável e as características legais e institucionais do ambiente de estudo são os mesmos, tanto antes quanto depois da mudança nos padrões contábeis brasileiros.

Neste estudo, foi utilizada, apenas, uma medida para a qualidade dos números contábeis: a tempestividade dos resultados. Lopes e Walker (2008) utilizam a abordagem de portfólio, exposta por Barth *et al* (2008) para mitigar as preocupações de Holthausen (2003) sobre a escolha de uma medida apropriada para a qualidade dos resultados. De acordo com essa abordagem, a informatividade contábil consiste em um padrão de evidências fornecido por uma série de medidas: conservadorismo, gerenciamento de resultado, tempestividade e *value relevance*. Dessa forma, os números contábeis terão qualidade superior quando forem mais *value relevant*, mais tempestivos e conservadores e apresentarem menos gerenciamento de resultado. Apesar de alguns autores (LEUZ *et al*, 2003; BALL; SHIVAKUMAR, 2005;

LANG *et al*, 2006; BARTH *et al*, 2008) considerarem que a medida de tempestividade expressa adequadamente a qualidade dos números contábeis, o uso apenas dessa medida representa uma limitação da pesquisa.

O modelo de retorno utilizado para testar a tempestividade dos resultados apresenta limitações quanto ao reduzido coeficiente de determinação (R^2) reportado na maior parte dos estudos (LOPES; WALKER, 2008; LIMA, 2010; LEV, 1989). Lev (1989) analisou pesquisas publicadas sobre a utilidade do resultado para investidores e identificou que, em média, o R^2 possui valor aproximado de 5%. Esse autor, diante desses números modestos, questiona a utilidade da informação contábil.

Para mitigar a limitação de variáveis omitidas na pesquisa foi utilizado um conjunto de variáveis de controle presentes em estudos sobre CFF. Contudo, nem mesmo a utilização dessas variáveis pôde resolver o problema, conforme confirmado no teste *Reset* de Ramsey, visto a literatura enfatizar que podem existir outros determinante do nível de CFF.

O estudo é realizado no contexto do mercado emergente do Brasil. Como apontado por Barth *et al* (2008), as conclusões de estudos realizados em um único país são difíceis de extrapolar para outros países que exibem diferentes características socioeconômicas e sociopolíticas.

5.3 Sugestões para Pesquisas Futuras

O recente processo de adoção da Lei n. 11.638/07 e das IFRS oferece um cenário propício para pesquisas futuras que poderão auxiliar no debate sobre o alinhamento entre o lucro contábil e o lucro tributável. Como sugestão para futuras pesquisas tem-se: 1) testar outras *proxies* para a qualidade dos relatórios contábeis como, por exemplo, *value relevance*, gerenciamento de resultado, conservadorismo e persistência do lucro; 2) analisar um período maior de adoção das IFRS; 3) analisar se as *DTs*, *DPs* e *DTEs* afetam os honorários e a rotatividade das empresas de auditoria; 4) com um período maior de adoção dos padrões contábeis, analisar os impactos dessa adoção por setor de atividade; 5) examinar se a CFF reduz (ou aumenta) a evasão fiscal, e se o comportamento de evasão fiscal muda com o monitoramento (governança corporativa, demanda de auditoria).

REFERÊNCIAS

AGOGLIA, Christopher P. *Principles-based versus rules-based accounting standards: the influence of standard precision and audit committee strength on financial reporting decisions*. **The Accounting Review**, v. 86, n. 3, p. 747-767, 2011.

AHMED, Anwer *et al.* *Does mandatory adoption of IFRS improve accounting quality? Preliminary evidence*. SSRN, p. 1-51, jun. 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1502909>. Acesso em: 15/09/2010.

ALI, Ashiq; HWANG, Lee-Seok. *Country-specific factors related to financial reporting and the value relevance of accounting data*. **Journal of Accounting Research**, v. 38, n. 1, p. 1-21, spring 2000.

ALMEIDA, José Elias F. de; ALMEIDA, Juan Carlos G. de. Auditoria e *earnings management*: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas BIGfour e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 62-74, mai./ago. 2009.

ALVES, Nina. **Brasil assina acordo de convergência às IFRS com o Iasb**. Financial Web. Jan. 2010. Disponível em: <<http://www.financialweb.com.br/noticias/index.asp?cod=64852>>. Acesso em: 14/03/2010.

AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – AICPA. **International Financial Reporting Standards (IFRS) - An AICPA Backgrounder**. 2011. Disponível em: <http://www.ifrs.com/updates/aicpa/Backgrounder_pdf.html>. Acesso em: 26/10/2011.

ARCHIBALD, T. Ross. *The return to straight-line depreciation: an analysis of a change in accounting method*. **Journal of Accounting Research**, v. 5, p. 164-180, 1967.

ARMSTRONG, Christopher S. *et al.* *Market reaction to the adoption of IFRS in Europe*. **The Accounting Review**, v. 85, n. 1, p. 31-61, 2010.

ATWOOD, T. J. *et al.* *Book-tax conformity, earnings persistence and the association between earnings and future cash flows*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 1, p. 111-125, may/2010.

_____. *et al.* *The cross-country determinants of corporate tax aggressiveness*. SSRN, p. 1-46, apr. 2010b. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1594936>. Acesso em: 19/06/2011.

AYERS, Benjamin C. *et al.* *Taxable income as a performance measure: the effects of tax planning and earnings quality*. **Contemporary Accounting Research**, v. 26, n. 1, p. 15-54, spring 2009.

BADERTSCHER, Brad A. *et al.* *Earnings management strategies and the trade-off between tax benefits and detection risk: to conform or not to conform?* **The Accounting Review**, v. 84, n. 1, p. 63-97, 2009.

BALL, Ray. *Market and political/regulatory perspectives on the recent accounting scandals.* **Journal of Accounting Research**, v. 47, n. 2, p. 277–323, may 2009.

_____. *et al.* *Is financial reporting shaped by equity markets or by debt markets? An international study of timeliness and conservatism.* **Review of Accounting Studies**, v. 13, p. 168-205, 2008.

_____. *et al.* *Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 36, n. 1-3, p. 235-70, dec. 2003.

_____. *et al.* *The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, n. 1, p. 1-51, 2000.

_____.; SHIVAKUMAR, Lakshmanan. *Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, p. 83-128, 2005.

BALTAGI, B. H. *Econometric analysis of panel data*. 3rd. ed. West Sussex: John Wiley & Sons, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Comunicado 14.259**, de 10/03/06. Comunica procedimentos para a convergência das normas de contabilidade e auditoria aplicáveis às instituições financeiras e às demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com as normas internacionais promulgadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pela International Federation of Accountants (IFAC). Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=106064950>. Acesso em: 25/10/2009.

BARTH, Mary E. *et al.* *International accounting standards and accounting quality.* **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-98, jun. 2008.

_____. *et al.* *Market rewards associated with patterns of increasing earnings.* **Journal of Accounting Research**, v. 37, n. 2, p. 387-413, autumn 1999.

BASU, Sudipta. *The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, dec. 1997.

BATISTA *et al.* Impacto dos pareceres de auditoria na variação do retorno das ações preferenciais das empresas listadas na Bovespa. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

BEATTY, Anne *et al.* *Conservatism and debt.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 45, p. 154-174, 2008.

BEAVER, William H.; RYAN, Stephen G. *Accounting fundamentals of the book-to-market ratio*. **Financial Analysts Journal**, v. 49, n. 6, nov./dec. 1993.

BECKER, Connie L. *et al.* *The effect of audit quality on earnings management*. **Contemporary Accounting Research**, v. 15, n. 1, spring 1998.

BENSTON, George J. *et al.* *Principles- versus Rules-Based accounting standards: the FASB's standard setting strategy*. **ABACUS**, v. 42, n. 2, p. 165-188, 2006.

BLACK, Ervin L.; WHITE, John J. *An international comparison of income statement and balance sheet information: Germany, Japan and the US*. **European Accounting Review**, v. 12, n. 1, p. 29-46, 2003.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO - BM&FBOVESPA. **Empresas listadas – governança corporativa – empresas listadas em segmentos especiais**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?indiceAba=2&seg=BM&Idioma=pt-br>>. Acesso em: 15/11/2010.

_____. **Segmentos de Listagem**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/empresas/pages/empresas_segmentos-de-listagem.asp>. Acesso em: 10/08/2011.

BOWRIN, Anthony R. *International accounting standards and financial reporting quality in Trinidad and Tobago*. **Journal of Business, Finance and Economics in Emerging Economies**, v. 3, n. 1, p. 118-150, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 03/02/2009.

_____. Decreto n. 2.679, de 03/11/1860. Impõe aos bancos e outras companhias e sociedades anônimas a obrigação de remeter em certas épocas às competentes secretarias de estado seus balanços e outros documentos. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, 1860. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1860/pdf56.pdf>>. Acesso em: 15/08/2011.

_____. Decreto-Lei n. 1.598, de 26/12/77. Altera a legislação do imposto sobre a renda. **Diário Oficial da União**, 27/12/77. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1598.htm>. Acesso em: 03/02/2009.

_____. Decreto-Lei n. 486, de 03/03/69. Dispõe sobre escrituração e livros mercantis e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 06/03/69. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0486.htm>. Acesso em: 03/02/2009.

_____. Instrução Normativa SRF n. 949, de 16/06/09. Regulamenta o Regime Tributário de Transição (RTT), institui o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17/06/09. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2009/in9492009.htm>>. Acesso em: 10/04/2010.

_____. Lei n. 1.083, de 22/08/1860. Contendo providências sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. **Coleção de Leis do Brasil**, 1860. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/L1083.htm>. Acesso em: 03/02/2009.

_____. Lei n. 10.406, de 10/01/02. Lei de introdução ao Código Civil Brasileiro. **Diário Oficial da União**, 11/01/02. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 03/02/2009.

_____. Lei n. 10.637, de 30/12/02a. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 31/12/02. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10637.htm>. Acesso em: 15/04/2010.

_____. Lei n. 11.638, de 28/12/07. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, 28/12/07. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 10/04/2010.

_____. Lei n. 4.506, de 30/11/64. Dispõe sobre o imposto que recai sobre as rendas e proventos de qualquer natureza. **Diário Oficial da União**, 30/11/64. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4506.htm>>. Acesso em: 06/02/2009.

_____. Lei n. 5.869, de 11/01/73. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, 17/01/73. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869compilada.htm>. Acesso em: 03/02/2009.

_____. Lei n. 6.404, de 15/12/76. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial da União**, 17/12/76. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 15/04/2010.

_____. Lei n. 8.541, de 23/12/92. Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 24/12/92. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8541.htm>. Acesso em: 03/02/2009.

_____. Lei n. 8.884, de 11/06/94. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 13/06/1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8884.htm>. Acesso em: 17/08/2011.

_____. Lei n. 11.941, de 27/05/09a. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei n. 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei n. 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28/05/09. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/2009/lei11941.htm>>. Acesso em: 10/04/2010.

_____. Lei n. 9.249, de 26/12/95. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27/12/95. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9249.htm>>. Acesso em: 15/04/2010.

_____. Lei n. 9.430, de 27/12/96. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 30/12/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9430.htm>. Acesso em: 06/02/2009.

_____. Lei n. 5.172, de 25/10/66. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**, 27/10/66. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/codtributnaci/ctn.htm>>. Acesso em: 06/02/2009.

_____. Medida Provisória n. 449, de 3/12/08. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 4/12/08. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/mps/2008/mp449.htm>>. Acesso em: 23/10/10.

_____. Projeto de Lei n. 3741, de 08/11/00. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e da Lei n. 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário da Câmara dos Deputados**, 10/11/00. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20141>>. Acesso em: 06/02/2009.

BRAUNBECK, Guillermo Oscar; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Rodízio obrigatório de auditorias: emenda pior que o soneto? In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2008.

BRUCE, Robert. *Spotlight on Brazil's plans to adopt IFRS*. International Accounting Standards Committee Foundation. Mar. 2010. Disponível em: <<http://www.iasb.org/News/Features/Spotlight+on+Brazil's+plans+to+adopt+IFRS.htm>>. Acesso: 15/04/2010.

BURGSTAHLER, David; DICHEV, Ilia. *Earnings management to avoid earnings decreases and losses*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, p. 99-126, 1997.

BUSHMAN, Robert M.; SMITH, Abbie J. *Financial accounting information and corporate governance*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 237-333, Dec. 2001.

BUTLER, Marty *et al.* *An empirical analysis of auditor reporting and its association with abnormal accruals*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 37, p. 139-165, 2004.

CALLAO, Susana *et al.* *Adoption of IFRS in Spain: effect on the comparability and relevance of financial reporting*. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 16, p. 148-178, 2007.

CARDOSO, Ricardo Lopes *et al.* Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros às IFRS. **Revista de Administração Pública - RAP**, v. 4, n. 43, p. 773-799, jul./ago. 2009.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Imposto sobre a renda** (perfil constitucional e temas específicos. 3.ed. São Paulo: 2009.

CHAGAS, Milton Jarbas Rodrigues *et al.* Evidenciação das Subvenções e Assistências Governamentais recebidas pelas OSCIPs: Uma análise empírica nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, XIII, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2010.

CHAN, K. Hung *et al.* *Will a departure from tax-based accounting encourage tax noncompliance? Archival evidence from a transition economy*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 1, p. 58-73, 2010.

CLOYD, C. Bryan *et al.* *The use of financial accounting choice to support aggressive tax positions: public and private firms.* **Journal of Accounting Research**, v. 34, n. 1, spring 1996.

_____. *The effects of financial accounting conformity on recommendations of tax preparers.* **Journal of the American Taxation Association**, v. 17, n. 2, p. 50-70, fall 1995.

COFFEE JR., John C. *The future as history: the prospects for global convergence in corporate governance and its implications.* **Columbia Law and Economics Working Paper N° 14**, p. 1-140, 1999. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=142833>. Acesso em: 13/01/2010.

_____. *Law and the Market: The Impact of Enforcement.* **Columbia Law and Economics Working Paper N° 304**, p. 1-82, Apr. 2007. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=967482>. Acesso em: 13/01/2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Anteprojeto de Reformulação da Lei n. 6.404/76**, 05 set. 1999. Exposição Justificativa. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/atos/leis/anteprojeto.asp#top5>>. Acesso em: 12/03/2009.

_____. **Deliberação CVM n. 505**, de 19/06/06. Aprova o Pronunciamento do IBRACON sobre Eventos Subseqüentes à Data do Balanço Patrimonial. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?File=%5Cdeli%5Cdeli505.htm>>. Acesso em: 15/05/2011.

_____. Esclarecimento ao mercado e consulta pública sobre ato normativo a ser emitido pela CVM, referente à aplicação da Lei n. 11.638/07 que altera dispositivos da Lei n. 6.404/76 sobre matéria contábil. Comunicado ao Mercado sobre a Lei n. 11.638/07. **Comunicado ao Mercado**, 14 Jan. 2008. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em: 15/08/2010.

_____. **Instrução CVM n. 308**, de 14/05/99. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes, e revoga as Instruções CVM nos. 216, de 29 de junho de 1994, e 275, de 12 de março de 1998. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?File=%5Cinst%5Cinst308.htm>>. Acesso em: 15/05/2011.

_____. **Instrução CVM n. 457**, de 13/07/07. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst457.doc>>. Acesso em: 15/05/2011.

_____. **Instrução CVM n. 485**, de 01/09/10. Altera a Instrução CVM n. 457, de 13 de julho de 2007, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=I&File=inst\inst485.doc>. Acesso em: 15/05/2011.

_____. **Ofício-Circular/CVM/SNC n. 12**, 02/09/2009. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/OFICIO-CIRCULAR-CVM-SNC-12-2009.pdf>>. Acesso em: 10/05/2010.

_____. **Participantes de Mercado – Companhias Abertas - ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 15/02/2010.

_____. **Registros de Ofertas Públicas – Programa de DR – Programas de DR aprovados**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 31/12/2010a.

_____. **Sobre a CVM**. Disponível em: <<http://cvmweb.cvm.gov.br/SalaImp/Sala/PressKit/Historico.aspx>>. Acesso em: 15/05/2011.

_____. **Legislação e Regulamentação. Atos da CVM. Deliberações**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 15/05/2011a.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **A Busca da convergência da contabilidade aos padrões internacionais** - programa de trabalho – 2008 a 2010. Mar. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC-plano%20de%20converg%C3%Aancia%20_%20junho_2008.pdf>. Acesso em: 10/05/2010.

_____. **Pronunciamento conceitual básico**: estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Jan. 2008a. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 10/05/2010.

_____. **Pronunciamentos técnicos**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 10/05/2010.

_____. **Regimento Interno do Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/regimento.htm>>. Acesso em: 10/05/2010a.

COMPRIX, Joseph *et al.* *Empirical evidence on the impact of book-tax differences on divergence of opinion among investors*. **Journal of the American Taxation Association**, v. 33, n. 1, p. 51-78, spring 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução CFC n. 1.055, 07/10/05**. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055>. Acesso em: 13/05/2011.

_____. **Resolução CFC n. 1.203, 27/11/09.** Aprova a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1203.doc>. Acesso em: 13/05/2011.

_____. **Resolução CFC n. 1.231, 27/11/09a.** Aprova a NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1231.doc>. Acesso em: 13/05/2011.

_____. **Resolução CFC n. 1.232, 27/11/09b.** Aprova a NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1232.doc>. Acesso em: 13/05/2011.

_____. **Normas Brasileiras de Contabilidade.** Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>. Acesso em: 23/10/2010.

CORE, John E. *A review of the empirical disclosure literature: discussion.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 441–456, 2001.

COSIF. **Contabilidade internacional:** definições. Disponível em: <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=contabilidade_internacional02>. Acesso em: 05/07/2011.

COSTA, Fábio Moraes da *et al.* Conservadorismo em cinco países da América do Sul. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, n. 41, p. 7-20, mai./ago. 2006.

COSTA, Jorge Andrade *et al.* A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2011.

COSTA, José Alexandre Machado. **Evidenciação contábil dos instrumentos financeiros derivativos no Brasil** – uma análise comparativa SEC x CVM após os efeitos da Lei 11.638/07 e do CPC 14. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e Economia da Faculdade de Economia e Finanças – IBMEC. Disponível em: <http://www.ibmecrj.br/sub/RJ/files/dissert_mestrado/ADM_josecosta_mai10.pdf>. Acesso em: 15/06/2011.

CRUMBLEY, D. Larry. *Behavioral implications of taxation.* **The Accounting Review**, v. 48, n. 4, p. 759-763, oct. 1973.

D'ARCY, Anne. *The degree of determination of national accounting systems - an empirical investigation.* **Schmalenbach Business Review**, v. 52, p. 45-67, 2000.

DAMASCENA, Luzivalda Guedes *et al.* Estudo sobre os pareceres de auditoria: análise dos parágrafos de ênfase e ressalvas constantes nas demonstrações contábeis das companhias listadas na Bovespa. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANPCONT, 4º, 2010, Blumenau. **Anais...** Blumenau: Furb, 2010.

DASKE, Holger *et al.* *Mandatory IFRS reporting around the world: early evidence on the economic consequences.* **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 5, p. 1085-1142, dec. 2008.

DeANGELO, Linda Elizabeth. *Auditor size and audit quality.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 3, p. 183-199, 1981.

DECHOW, Patricia *et al.* *Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, p. 344-401, 2010.

DEFOND, Mark L.; SUBRAMANYAM, K. R. *Auditor changes and discretionary accruals.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 25, p. 35-67, 1998.

DEFOND, Mark *et al.* *The impact of mandatory IFRS adoption on foreign mutual fund ownership: the role of comparability.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 51, n. 3, p. 240-258, 2011.

DELOITTE. **Use of IFRS by jurisdiction.** Disponível em: <<http://www.iasplus.com/country/useias.htm#>>. Acesso em: 10/08/2011.

DESAI, Mihir A. *The divergence between book income and tax income.* **Harvard Business School and National Bureau of Economic Research**, p. 169-208, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c11538>>. Acesso em: 10/02/2010.

_____. *The degradation of reported corporate profits.* **Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 4, p. 171-192, fall 2005.

DEVALLE, Alain *et al.* *Assessing the value relevance of accounting data after the introduction of IFRS in Europe.* **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 21, n. 2, p. 85-119, 2010.

DHALIWAL, Dan S. *Some economic determinants of management lobbying for alternative methods of accounting: evidence from the accounting for interest costs issue.* **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 9, n. 2, p. 255-265, June 1982.

DHARAN, Bala G.; MASCARENHAS, Briance. *Determinants of accounting change: an industry analysis of depreciation change.* **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 7, n. 1, p. 22-25, winter 1992.

DIETRICH, J. Richard *et al.* *Asymmetric timeliness tests of accounting conservatism.* **Review of Accounting Studies**, v. 12, p. 95–124, Mar. 2007.

DOUKAS, John A. *et al.* *The two faces of analyst coverage.* **Financial Management**, v. 34, n. 2, p. 99-125, summer 2005.

DYE, Ronald A; SUNDER, Shyam. *Why not allow FASB and IASB standards to compete in the U.S.?* **Accounting Horizons**, v. 15, n. 3, p. 257-271, Sep. 2001.

ERICKSON, Merle *et al.* *How much will firms pay for earnings that do not exist? Evidence of taxes paid on allegedly fraudulent earnings.* **The Accounting Review**, v. 79, n. 2, p. 387-408, 2004.

ETTREDGE, Michael L. *et al.* *Is earnings fraud associated with high deferred tax and/or book minus tax levels?* **Auditing: a Journal of Practice & Theory**, v. 27, n. 1, p. 1-33, may 2008.

FAMA, Eugene F.; JENSEN, Michael C. *Separation of ownership and control.* **Journal of Law and Economics**, v. 26, n. 2, p. 301-325, jun. 1983.

FÁVERO, Luiz Paulo *et al.* **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERNANDES, André Luiz Milagres *et al.* *Teste de aderência entre o beta contábil e o beta de mercado: uma aplicação prática no mercado Brasileiro.* In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18, 2008, Gramado. **Anais...** Gramado: CFC, 2008.

FERNANDES, Nuno; FERREIRA, Miguel A. *Does international cross-listing improve the information environment.* **Journal of Financial Economics**, v. 88, n. 2, p. 216-244, may 2008.

FONSECA, Alessandro Amadeu de. *A tributação da renda e sua correlação com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos.* In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (Coord.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos).** São Paulo: Dialética, 2010.

FORMIGONI, Henrique *et al.* *Diferença entre o lucro contábil e lucro tributável: uma análise sobre o gerenciamento de resultados contábeis e gerenciamento tributário nas companhias abertas brasileiras.* **Brazilian Business Review – BBR**, v. 6, n.1, p. 44-61, abr. 2009.

FRANCIS, Jere R.; WILSON, Earl R. *Auditor changes: a joint test of theory relating to agency costs and auditor differentiation.* **Accounting Review**, v. 63, n. 4, p. 633-682, oct. 1988.

_____; KRISHNAN, Jagan. *Accounting accruals and auditor reporting conservatism.* **Contemporary Accounting Research**, v. 16, n. 1, p. 135-65, spring 1999.

_____; YU, Michael DT. *BIG4 office size and audit quality*. **The Accounting Review**, 84, n. 5, p. 1521-1552, 2009.

FRANK, Mary Margaret *et al.* *Tax reporting aggressiveness and its relation to aggressive financial reporting*. **The Accounting Review**, v. 84, n. 2, p. 467-496, 2009.

FRISCHMANN, P. J. *et al.* *Economic consequences of increasing the conformity in accounting for uncertain tax benefits*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 46, p. 261-278, 2008.

FURUTA, Fernanda *et al.* *Convergência internacional: nível de disclosure e impacto de inovações legais sobre o patrimônio líquido e o resultado das grandes empresas instaladas no Brasil*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

GAFFIKIN, Michael. *Regulation as Accounting Theory*. **School of Accounting & Finance Working Paper N° 9**, University of Wollongong, 2005. Disponível em: <<http://ro.uow.edu.au/accfwp/50>>. Acesso em: 17/08/2011.

GASSEN, Joachim; SELFHORN, Thorsten. *Applying IFRS in Germany – determinants and consequences*. **Betriebswirtschaftliche Forschung und Praxis**, v. 58, n. 4, 2006. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=906802>. Acesso em: 17/02/2010.

GELBCKE, Ernesto Rubens. *Situação do Brasil no Processo de Convergência e Próximos Passos*. Palestra. **Seminário ANEFAC/IBEF - IFRS para pequenas e médias empresas**. Jun. 2010. Disponível em: <http://www.anefac.com.br/Pages/LeitorEventos.aspx?id=42>. Acesso em: 23/03/2011.

GIGLER, Frank *et al.* *Accounting conservatism and the efficiency of debt contracts*. **Journal of Accounting Research**, v. 47, n. 3, p. 767-797, jun., 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GJERDE, Øystein *et al.* *The value-relevance of adopting IFRS: evidence from 145 NPCGA restatements*. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 17, n. 2, p. 92-112, 2008.

GLEASON, Cristi A.; MILLS, Lillian E. *Materiality and contingent tax liability reporting*. **The Accounting Review**, v. 77, n. 2, p. 317-342, apr. 2002.

GONCHAROV, Igor; ZIMMERMANN, Jochen. *Earnings management when incentives compete: the role of tax accounting in Russia*. **Journal of International Accounting Research**, v. 5, n. 1, p. 41-65, 2006.

GRAFF, Michael. *Law and finance: common law and civil law countries compared - an empirical critique*. **Economica**, v. 75, n. 297, p. 60-83, feb. 2008.

GRAY, Sidney J. *The impact of international accounting differences from a security analysis perspective: some European evidence*. **Journal of Accounting Research**, v. 18, n.1, p. 64-76, 1980.

_____. *Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally*. **Abacus**, v. 24, n. 1, p. 1-15, 1988.

GRECO, Marco Aurélio. **Planejamento tributário**. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2008.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. 5th. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2003.

GROSSMAN, Gene M.; HELPMAN, Elhanan. *Protection for sale*. **American Economic Review**, v. 84, n. 4, p. 833-850, sep. 1994.

GUAY, Wayne; VERRECCHIA, Robert. *Discussion of an economic framework for conservative accounting and Bushman and Piotroski (2006)*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 42, n. 1-2, p. 149-165, oct. 2006.

GUENTHER, David A. *et al. Financial reporting, tax costs, and book-tax conformity*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 23, p. 225-248, 1997.

_____; YOUNG, Danqing. *The association between financial accounting measures and real economic activity: a multinational study*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, p. 53-72, 2000.

GUENTHER, Nina *et al. International financial reporting standards and earnings quality: the myth of voluntary vs. mandatory adoption*. **Center for Entrepreneurial and Financial Studies: Working Paper N° 2009-09**. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1413145>. Acesso em: 18/02/2011.

GUERREIRO, Marta Alexandra Silva. *Enforcement – como garantir a correcta aplicação das normas internacionais de contabilidade?* **TOC**, n. 114, Set. 2009. Disponível em: <http://www.otoc.pt/downloads/files/1253202310_19a26_contabilidade_final.pdf>. Acesso em: 17/03/2010.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

HANLON, Michelle *et al. An unintended consequence of book-tax conformity: a loss of earnings informativeness*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 46, p. 294-311, 2008.

_____. *et al. Audit fees and book-tax differences*. **SSRN**, Sept. 2009. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1474529>. Acesso em: 21/05/ 2010.

_____. *et al. Evidence for the possible information loss of conforming book income and taxable income*. **Journal of Law and Economics**, v. 48, n. 2, p. 407-442, oct. 2005.

_____. *The persistence and pricing of earnings, accruals, and cash flows when firms have large book-tax differences*. **The Accounting Review**, v. 80, n. 1, p. 137-166, 2005.

_____. *What can we infer about a firm's taxable income from its financial statements?* **National Tax Journal**, v. LVI, n. 4, dec. 2003.

_____; KRISHNAN, Gopal V. *Do auditors use the information reflected in book-tax differences?* **University of Michigan and George Mason University Working Paper**. 2006. Disponível em: <http://www.business.illinois.edu/accountancy/events/symposium/audit/proceedings/proceedings_2006/papers/Hanlon_Krishnan_Auditfeepaper_10206.pdf>. Acesso em: 14/04/2010.

_____; MAYDEW, Edward L. *Book-tax conformity: implications for multinational firms*. **SSRN**, Dec. 2006. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=983907>. Acesso em: 14/04/2010.

_____; SHEVLIN, Terry. *Book-tax conformity for corporate income: an introduction to the issues*. In: POTERBA, James M. **Policy and the Economy**, v.19. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2005. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c0166.pdf>>. Acesso em: 12/03/2010.

HART, Oliver; MOORE, John. *Debt and seniority: an analysis of the role of hard claims in constraining management*. **The American Economic Review**, v. 85, n. 3, p. 567-585, jun. 1995.

HAYEK, F. A. *Competition as a discovery procedure*. **The Quarterly Journal of Austrian Economics**, v. 5, n. 3, p. 9-23, fall 2002.

HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. *Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 405-440, 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HERTOG, Johan den. General theories of regulation. In: Bouckaert, Boudewijn; GEEST, Gerrit de. **Encyclopedia of Law and Economics**. 1999. Disponível em: <<http://encyclo.findlaw.com/5000book.pdf>>. Acesso em: 17/08/2011.

HIRST, DT. Eric. *Auditor sensitivity to earnings management*. **Contemporary Accounting Research**, v. 11, n. 1, p. 405-422, fall 1994.

HOITASH, Rani *et al.* *Auditor fees and audit quality*. **Managerial Auditing Journal**, v. 22, n. 8, p. 761-786, 2007.

HOLTHAUSEN, Robert W. *Accounting standards, financial reporting outcomes, and enforcement*. **Journal of Accounting Research**, v. 47, n. 2, p. 447-458, may 2009.

_____. *Evidence on the effect of bond covenants and management compensation contracts on the choice of accounting techniques: the case of the depreciation switch-back*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 3, n. 1, p. 73-109, mar. 1981.

_____. *Testing the relative power of accounting standards versus incentives and other institutional features to influence the outcome of financial reporting in an international setting*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 36, p. 271-283, 2003.

HOPE, Ole-Kristian *et al.* *Empirical Evidence on Jurisdictions that Adopt IFRS*. **Journal of International Accounting Research**, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2006.

HORTON, Joanne *et al.* Does mandatory IFRS adoption improve the information environment? **Harvard Business School Working Paper N° 1264101**, Sept. 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1264101>. Acesso em: 30/09/2010.

HSIAO, Cheng. *Analysis of panel data*. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. *Panel data analysis - advantages and challenges*. **Test**, v. 16, n. 1, p. 23-27, 2007.

HUNG, Mingyi. *Accounting standards and value relevance of financial statements: an international analysis*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 30, p. 401-420, 2001.

IGNÁCIO, Sérgio da Silva. **Avaliação da conexão entre as normas e práticas e fiscais no Brasil**. Ribeirão Preto, 2010. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - IASB. *International Accounting Standards* n. 12. 2009. Disponível em: <<http://www.iasb.org/IFRS/IFRS.htm>>. Acesso em: 30/03/2010.

IUDÍCIBUS, S. *et al.* **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: suplemento. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *et al.* **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. ; LOPES, Alexsandro Broedel (Coord.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004

_____. ; RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto. A Primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil: Lei n. 1.083 - 22 de Agosto de 1860. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, n. 29, p. 7-25, mai./ago. 2002.

JARVA, Henry; LANTTO, Anna-Maija. *The value-relevance of IFRS versus domestic accounting standards: evidence from Finland*. SSRN, p. 1-42, May 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1588087>. Acesso em: 15/03/2010.

JACKSON, Mark. **Book-tax differences and earnings growth**. Oregon, 2009. Dissertation (Doctor of Philosophy) - Department of Accounting and the Graduate School - University of Oregon. Disponível em: <http://scholarsbank.uoregon.edu/jspui/bitstream/1794/10224/1/Jackson_Mark_phd2009sp.pdf>. Acesso em: 17/05/2011.

JEANJEAN, Thomas; STOLOWY, Hervé. *Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption*. **Journal of Accounting Public Policy**, v. 27, p. 480-494, 2008.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. *Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure*. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, oct. 1976.

KASSAI, Silvia. As empresas de pequeno porte e a contabilidade. **Caderno de Estudos Fipecafi**, São Paulo, Fipecafi, v.9, n.15, p.60-74, jan./jun. 1997.

KHURANA, Inder K.; RAMAN, K. K. *Litigation risk and the financial reporting credibility of BIG4 versus non-BIG4 audits: evidence from anglo-american countries*. **The Accounting Review**, v. 79, n. 2, p. 473-495, 2004.

KINNEY JR., William R.; MARTIN, Roger D. *Does auditing reduce bias in financial reporting? A review of audit-related adjustment studies*. **Auditing**, v. 13, n. 1, p. 149-156, spring 1994.

KOHLER, Ulrich; KREUTER, Frauke. **Data analysis using stata**. Austin: Stata Press, 2005.

KOTHARI, S. P. *et al. Implications for GAAP from an analysis of positive research in accounting*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, p. 246-286, 2010.

KPMG. Rumor às IFRS. **IFRS hoje**, mar/abril 2008. Disponível em: <http://www.kpmg.com.br/publicacoes/audit/IFRS/IFRS_Hoje_1_mar_08.pdf>. Acesso em: 10/04/2010.

KRISHNAN, Gopal V. *Audit quality and the pricing of discretionary accruals*. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 22, n. 1, p. 109-126, mar. 2003.

LAMB, Margaret *et al. International variations in the connections between tax and financial reporting*. **Accounting and Business Research**, v. 28, n. 3, p. 173-188, summer 1998.

LANG, Mark *et al. ADRs, analysts, and accuracy: does cross listing in the United States improve a firm's information environment and increase*. **Journal of Accounting Research**, v. 41, n. 2, p. 317-345, may 2003.

_____. *et al. Earnings management and cross listing: are reconciled earnings comparable to us earnings?* **Journal of Accounting and Economics**, v. 42, n. 1-2, p. 255–283, oct. 2006.

_____. *et al. Transparency, liquidity, and valuation: international evidence.* Feb. 2011. **SSRN**. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1323514>. Acesso em: 15/07/2011.

LAUGHLIN, Richard. *Critical reflections on research approaches, accounting regulation and the regulation of accounting.* **The British Accounting Review**, v. 39, p. 271–289, 2007.

LEFTWICH, Richard. *Market failure fallacies and accounting information.* **Journal of Accounting & Economics**, v. 2, n. 3, p. 193–211, dec. 1980.

LEUZ, Christian *et al. Earnings management and investor protection: an international comparison.* **Journal of Financial Economics**, v. 69, n. 3, p. 505-527, sep. 2003.

_____. *Different approaches to corporate reporting regulation: how jurisdictions differ and why.* **Accounting and Business Research**, v. 40, n. 3, p. 229-256, 2010.

_____; OBERHOLZER-GEE, Felix. *Political relationships, global financing and corporate transparency: evidence from Indonesia.* **Journal of Financial Economics**, v. 81, n. 2, p. 411-439, aug. 2006.

_____; WYSOCKI, Peter. *Economic consequences of financial reporting and disclosure regulation: a review and suggestions for future research.* **SSRN**, Mar. 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1105398>. Acesso em: 11/09/2009.

LEV, Baruch. *On the usefulness of earnings and earnings research: lessons and directions from two decades of empirical research.* **Journal of Accounting Research**, v. 27, n. 3, p. 153-192, supplement 1989.

LEV, Baruch; NISSIM, Doron. *Taxable income, future earnings, and equity values.* **The Accounting Review**, v. 79, n. 4, p. 1039-1074, 2004.

LEVITT, Arthur. *The importance of high quality accounting standards.* **Accounting Horizons**, v. 12, n. 1, p. 79-82, March 1998.

LI, Yuhao. *The case analysis of the scandal of Enron.* **International Journal of Business and Management**, v. 5, n. 10, oct. 2010.

LIMA, Igor Gabriel; NASCIMENTO, José Orcélio. Contabilidade internacional: um estudo acerca da classificação dos sistemas contábeis G5 e G7. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO – CONVIBRA, VII, 2010. **Anais...** Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_708.pdf>. Acesso em: 21/10/2011.

LIMA, João Batista Nast de. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

LIMA, Vinícius Simmer de *et al.* Determinantes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANPCONT, 4., 2010, Blumenau. **Anais...** Blumenau: Furb, 2010.

LISOWSKY, Petro. *Seeking shelter: empirically modeling tax shelters using financial statement information*. **The Accounting Review**, v. 85, n. 5, p. 1693-1720, 2010.

LOPES, Alexsandro Broedel *et al.* *Earnings management and cross listing in Brazil*. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANPCONT, 1º, 2007, Blumenau. **Anais...** Blumenau: Furb, 2007.

_____. *Financial accounting in Brazil: an empirical examination*. **Latin American Business Review**, v. 6, n. 4, p. 45-68, 2005.

_____; MOSQUERA, Roberto Quiroga. O direito contábil – fundamentos conceituais, aspectos da experiência brasileira e implicações. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (Coord.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. São Paulo: Dialética, 2010.

_____; TUKAMOTO, Yhurika Sandra. Contribuição ao estudo do “gerenciamento” de resultados: uma comparação entre as companhias abertas brasileiras emissoras de ADRs e não-emissoras de ADRs. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 86-96, jan./fev./mar. 2007.

_____; WALKER, Martin. *Firm-Level incentives and the informativeness of accounting reports: an experiment in Brazil*. **SSRN**, 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1095781>. Acesso em: 15/02/2010.

LORENZO, Vincent Di. *Business ethics: law as a determinant of business conduct*. **Journal of Business Ethics**, v. 71, n. 3, p. 275-299, mar. 2007.

LOYEUNG, Anna *et al.* *An analysis of the accounting errors that arise during the transition to IFRS*. **SSRN**, Jan. 2011. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1752485>. Acesso em: 15/05/2011.

LYS, Thomas; SOO, Lisa Gilbert. *Analysts' forecast precision as a response to competition*. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 10, n. 4, p. 751-765, fall 1995.

MACÍAS, Marta; MUIÑO, Flora. *Examining dual accounting systems in Europe*. **The International Journal of Accounting**, v. 46, n. 1, p. 51-78, mar. 2011.

MAHONEY, Paul G. *The Development of Securities Law in the United States*. **Journal of Accounting Research**, v. 47, n. 2, p. 325-347, may 2009.

_____. *The stock pools and the Securities Exchange Act*. **Journal of Financial Economics**, n. 51 p. 343-369, 1999.

MANZON JR., Gil B.; PLESKO, George A. *The relation between financial and tax reporting measures of income*. **MIT Sloan Working Paper N° n. 4332-01**, May, 2001. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=264112>. Acesso em: 13/03/2010.

MARTINEZ, Antonio Lopo. Novo mercado, auditoria e o gerenciamento de resultados por escolhas contábeis e por decisões operacionais no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2009.

_____; REIS, Graciela Mendes Ribeiro. Rodízio das firmas de auditoria e o gerenciamento de resultados no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações – RCO**, v. 4, n. 10, p. 48-64, set./dez. 2010.

MARTINS, Eliseu. Derivativos impõem desafios à regulação global. **Valor online**, 11/11/08. Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=/detalhesDestaques.jsp&cod=23405>>. Acesso em: 03/09/09.

_____. *et al.* Normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. **Revista de Informação Contábil**, v. 1, n. 1, p. 7-30, set. 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, Otavio Ribeiro de; QUINTEIRO, Luís Gustavo do Lago. *Financial disclosure and international capital mobility in Latin America*. **Brazilian Administration Review**, v. 5, n. 2, p. 160-176, apr./jun. 2008.

MELLO-E-SOUZA, Carlos. *Accounting quality versus auditor choice under strong tax-PCGA conformity: the case of Brazil*. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, n. 43, p. 84-96, jan./abr. 2007.

MILLS, Lillian F. *et al.* *Trends in book-tax income and balance sheet differences*. **SSRN**, jun. 2002. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=313040>. Acesso em: 24/04/2010.

_____. *Book-tax differences and internal revenue service adjustments*. **Journal of Accounting Research**, v. 36, n. 2, p. 343-356, autumn 1998.

_____; NEWBERRY, K. J. *The influence of tax and nontax costs on book-tax reporting differences: public and private firms*. **Journal of the American Taxation Association**, v. 2, n. 1, p. 1-19, spring 2001.

_____; SANSING, Richard C. *Strategic tax and financial reporting decisions: theory and evidence*. **Contemporary Accounting Research**, v. 17, n. 1, p. 85-106, spring 2000.

MOEHRLE, Stephen R. *et al.* *The Impact of Academic Accounting Research on Professional Practice: An Analysis by the AAA Research Impact Task Force*. **Accounting Horizons American Accounting Association**, v. 23, n. 4, p. 411-456, 2009.

MORSE, Dale; RICHARDSON, Gordon. *The LIFO/FIFO decision*. **Journal of Accounting Research**, v. 21, n. 1, p. 106-127, spring 1983.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. *Accounting and its environment in Brazil*. **Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 13-32, jan./jun. 2005.

_____. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. *et al.* Principais causas das diferenças internacionais no *financial reporting*: uma pesquisa empírica em instituições de ensino superior do nordeste e centro-oeste. **ConTexto**, v. 5, n. 8, p. 1-22, 2º semestre 2005.

NOBES, Christopher. *Towards a general model of the reasons for international differences in financial reporting*. **Abacus**, v. 34, n. 2, p. 162-187, sep. 1998.

_____; SCHWENCKE, Hans Robert. *Modelling the links between tax and financial reporting: a longitudinal examination of Norway over 30 years up to IFRS adoption*. **European Accounting Review**, v. 15, n. 1, p. 63-87, 2006.

NOGUEIRA JR., Edgard *et al.* O impacto da harmonização das práticas contábeis brasileiras às internacionais na relação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...**São Paulo: FEA/USP, 2010.

OHLSON, James A. *Earnings, book values, and dividends in security valuation*. **Contemporary Accounting Research**, v. 11, n. 2, p. 661-687, spring 1995.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. **Fundamentos do imposto de renda**. São Paulo: Quartier Latin, 2008,

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 155-173, mai./ago. 2011.

PALHARES, Marcos. Uma nova ajuda nas decisões internas. **Revista de Administração do Conselho Regional de Administração de São Paulo**, n. 300, ano 34, p. 14-17, Jun. 2011.

PAULO, Edilson *et al.* A influência da cobertura dos analistas financeiros sobre o gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...**São Paulo: FEA/USP, 2006.

PÉREZ, César. **Econometria de las series temporales**. Madrid: Pearson Educación, 2006.

PÉREZ, Diego Selhane. Auto-regulação: aspectos gerais. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella Maria Sylvia Zanella. **Direito Regulatório**: temas polêmicos. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

PHILLIPS, John. *et al.* *Earnings management: new evidence based on deferred tax expense*. **The Accounting Review**, v. 78, n. 2, p. 491-521, 2003.

PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. **Econometria**: modelos e previsões. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2004.

PISTOR, Katharina; XU, Chenggang. *Incomplete Law*. **Journal of International Law and Politics**, v. 35, n. 4, p. 931-1013, 2003.

POHLMANN, Marcelo Coletto; ALVES, Francisco José dos. Regulamentação. In: IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alessandro Broedel (Coord.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

PONTE, Vera Maria Rodrigues *et al.* Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente (AVP) pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

PONTE, Vera Maria Rodrigues *et al.* Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 no âmbito das companhias abertas. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010a.

PONTES, Laiz Teixeira. Efeitos da ressalva sobre o grau de conservadorismo contábil: evidências empíricas de mudanças no grau de conservadorismo no período pós-ressalva. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2009.

PORTAL BRASIL. **O Brasil em números**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/o-brasil-em-numeros-1/indicadores>>. Acesso em: 15/08/2011.

PORTER, Michael E. *What Is Strategy?* **Harvard Business Review**, p. 62-78, Nov.-Dec. 1996. Disponível em: < http://www.ipocongress.ru/download/guide/article/what_is_strategy.pdf>. Acesso em: 23/03/2011.

PRICEWATERHOUSECOOPERS - PWC. **IFRS and US PCGA: similarities and differences**. Out., 2011. Disponível em: <http://www.pwc.com/en_US/us/issues/ifrs-reporting/publications/assets/IFRS_and_US_PCGA_similarities_and_differences_2011_editon_v1.pdf>. Acesso em: 21/10/2011.

_____. **IFRS in the US: current situation and next steps**. Aug., 2011a. Disponível em: <http://www.pwc.com/en_US/us/issues/ifrs-reporting/assets/ifrs-current-situation-december-2010.pdf>. Acesso em: 21/10/2011.

RAMANNA, Karthik. *The implications of unverifiable fair-value accounting: Evidence from the political economy of goodwill accounting*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 45, n. 2-3, p. 253–281, aug. 2008.

RAMOS, Gizele Martins; MARTINEZ, Antonio Lopo. Governança corporativa e gerenciamento de resultados contábeis. In: EnANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

REGO, Sonja Olhoft. *Tax-Avoidance activities of U.S. multinational corporations*. **Contemporary Accounting Research**, v. 20, n. 4, p. 805-833, 2003.

REZAEI, Zabihollah *et al.* *Convergence in accounting standards: insights from academicians and practitioners*. **Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting**, v. 26, p. 142-154, 2010.

RYAN, Stephen G. *Identifying conditional conservatism*. **European Accounting Review**, v. 15, n. 4, p. 511–525, 2006.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei n. 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. **RAE-eletrônica**, v. 9, n. 1, art. 5, jan./jun. 2010.

_____. Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: Impacto esperado nos resultados de 2010 a partir das empresas que se anteciparam. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2011.

SANTOS, Luis Paulo Guimarães dos *et al.* Efeito da Lei n. 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 174-188, mai./ago. 2011.

SANTOS, Marcelo Guilherme dos. **Análise do nível de aderência aos requisitos de divulgação das normas de impairment e as alterações nos resultados contábeis: estudo de casos**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e Economia da Faculdade de Economia e Finanças – IBMEC. Disponível em: <http://www.ibmecrj.br/sub/RJ/files/dissert_mestrado/ADM_marcelosantos_jun.pdf>. Acesso em: 15/06/2011.

SANTOS, Luis Sérgio Ribeiro dos; COSTA, Fábio Moraes da. Conservadorismo contábil e *timeliness*: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras com ADRs negociados na bolsa de Nova Iorque. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 19, n. 48, p. 27-36, set./dez. 2008.

SAUDAGARAN, S. M. *An empirical study of selected factors influencing the decision to list on foreign stock exchanges*. **Journal of International Business Studies**, v. 19, n.1, p. 101-127, spring 1988.

SCHIPPER, Katherine A. *et al.* *Reconsidering revenue recognition*. **Accounting Horizons**, v. 23, n. 1, p. 55–68, mar. 2009.

SCHOLLES, Myron S. *et al.* **Taxes and business strategy: a planning approach**. 4th. ed. New Jersey: Pearson Education, 2009.

SCHOUERI, Luís Eduardo. O mito do lucro real na passagem da disponibilidade jurídica para a disponibilidade econômica. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga; LOPES, Alexsandro Broedel (Coord.). **Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)**. São Paulo: Dialética, 2010.

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION – SEC. *Discussion Paper for Consideration by the SEC Advisory Committee on Improvements to Financial Reporting*. **Securities and Exchange Commission**, 2007. Disponível em: <<http://www.sec.gov/rules/other/2007/33-8836.pdf>>. Acesso em: 18/08/2011.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Boletim estatístico de micro e pequenas empresas**. Observatório Sebrae, 1º semestre 2005. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 21/05/2010.

SHACKELFORD, Douglas A.; SHEVLIN, Terry. *Empirical tax research in accounting*. **Journal of accounting and Economics**, v. 31, n. 1-3, p. 321-387, 2001.

SHAVIRO, Daniel. *The optimal relationship between taxable income and financial accounting income: analysis and a proposal*. **NYU Law and Economics Research Paper No. 07-38**. Feb. 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1017073>. Acesso em: 10/03/2010.

SHEVLIN, Terry. *Corporate tax shelters and book-tax differences*. **Tax Law Review**, v. 55, n. 3, p. 427-444, spring 2002.

SILVA, Marcelo Adriano Silva. **Análise da regulação contábil**: um ensaio à luz da teoria tridimensional do direito, da teoria normativa da contabilidade e do gerenciamento da informação contábil, numa perspectiva interdisciplinar. 2007. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresa da Fundação Getúlio Vargas.

SKINNER, Douglas J. *The investment opportunity set and accounting procedure choice - Preliminary evidence*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 16, p. 407-445, 1993.

SODERSTROM, Naomi S.; SUN, Kevin J. *IFRS adoption and accounting quality: a review*. **European Accounting Review**, v. 16, n. 4, p. 675-702, 2007.

SOUZA, Máira Melo de *et al.* Uma verificação das informações sobre o *impairment test* nas demonstrações financeiras padronizadas (CVM) e no relatório 20-F (SEC) das empresas brasileiras que negociam ADRs na bolsa de valores dos Estados Unidos. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, II, 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

_____. *et al.* Divulgação da perda por *impairment* em empresas auditadas pelas Big Four. **Pensar Contábil**, v. 11, n. 46, p. 12-19, out./dez. 2009.

_____. *et al.* Evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas demonstrações contábeis: uma verificação nas empresas de capital aberto brasileiras. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 2, p. abr./jun. 2011.

STIGLER, George J. *The theory of economic regulation*. **The Bell Journal of Economics and Management Science**, v. 2, n. 1, p. 3-21, spring 1971.

STULZ, René M. *Globalization of equity markets and the cost of capital*. **Dice Center Working Paper N° 99-1**, p. 1-68, Feb. 1999. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=153669>. Acesso em: 13/01/2010.

SUNDER, Shyam. *Regulatory competition among accounting standards within and across international boundaries*. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 21, n. 3, p. 219-234, autumn 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. **Cicurlar n. 357**, 26/12/2007. Dispõe sobre o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/circ357_susep.pdf>. Acesso em: 21/05/2010.

SWEENEY, Amy Patricia. *Debt-covenant violations and managers' accounting responses*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 17, p. 281-308, 1994.

TANG, Tanya Y. H. *Book-tax differences, a proxy for earnings management and tax management - empirical evidence from China*. 2006. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=872389>. Acesso em: 30/03/2010.

TANURE, Fabrício. **A nova função reguladora da Comissão de Valores Mobiliários**. 2003. Disponível em: http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=603. Acesso em: 05/07/2010.

TAVARES, Márcia Ferreira Neves *et al.* Um estudo sobre o nível de conformidade dos setores classificados pela Bovespa com o CPC 01 – redução ao valor recuperável de ativos. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANPCONT, 4º, 2010, Blumenau. **Anais...** Blumenau: Furb, 2010.

TAVEIRA, João Henrique Pereira da Silva. **Conformidade do disclosure das subvenções governamentais nas empresas de capital aberto**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) - Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e Economia da Faculdade de Economia e Finanças – IBMEC. Disponível em: <http://www.ibmecrj.br/sub/RJ/files/dissert_mestrado/ADM_joaotaveira_dez.pdf>. Acesso em: 15/06/2011.

TEOH, Siew Hong; WONG, T. J. *Perceived auditor quality and the earnings response coefficient*. **The Accounting Review**, v. 68, n. 2, p. 346-366, apr. 1993.

THE WORLD BANK - WEF. **How we Classify Countries**. 2010. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/about/country-classifications>>. Acesso em: 13/02/2011.

TIBÉRIO, Carmem Sylvia Borges. **Estudo empírico dos fatores que influenciam as empresas brasileiras na decisão de listar suas ações em bolsas de valores estrangeiras**. Brasília, 2004. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN/UFPE.

TITMAN, Sheridan; WESSELS, Roberto. *The determinants of capital structure choice*. **The Journal of Finance**, v. XLIII, n. 1, mar. 1988.

TSALAVOUTAS, I. *Transition as IFRS and value relevance in a small but developed market: a look at Greek evidence*. **ESSEC-KPMG, IFRS – Working papers**, 2010. Disponível em: <<http://www.essec-kpmg.net/us/docs/IFRS/working-papers/Transition-ifrs-value-relevance.pdf>> Acesso em: 23/07/2011.

UOL. Acompanhe os principais fatos da crise financeira mundial. **Notícias – Economia**, 01/12/2008. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/12/01/ult4294u1955.jhtm>>. Acesso em: 23/07/2009.

VAN TENDELOO, Brenda; VANSTRAELEN, Ann. *Earnings Management under German PCGA versus IFRS*. **European Accounting Review**, v. 14, n. 1, p. 155–180, 2005.

VIEIRA, Rafael Bezerra. **Impactos da implantação parcial das IFRS no Brasil**: efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto. Ribeirão Preto, 2010. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

VUONG, Quang H. *Likelihood ratio tests for model selection and non-nested hypotheses*. **Econometrica**, v. 57, n. 2, p. 307-333, mar. 1989.

WALKER, David I. *Financial accounting and corporate behavior*. **Washington and Lee Law Review**, v. 64, n. 3, p. 927-1009, summer 2007,

_____; FLEISCHER, Victor. *Book/tax conformity and equity compensation*. **Boston University School of Law Working Paper N° 08-23**. Jun., 2008. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1153465>>. Acesso em: 14/04/2010.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. *Towards a positive theory of the determination of accounting standards*. **The Accounting Review**, v. LIII, n. 1, jan. 1978.

_____; ZIMMERMAN, Jerold L. *Agency problems, auditing, and the theory of the firm: some evidence*. **Journal of Law and Economics**, v. 26, n. 3, p. 613-633, oct. 1983 .

_____; ZIMMERMAN, Jerold L. **Positive accounting theory**. Upper Saddle River: Prentice-Hall Inc., 1986.

_____; ZIMMERMAN, Jerold L. *Positive accounting theory: a ten year perspective*. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 131-156, jan. 1990.

_____. *Conservatism in accounting part I: explanations and implications*. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, sep. 2003a.

_____. *Conservatism in accounting part II: evidence and research opportunities*. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 4, p. 287-301, dec. 2003b.

WEBER, David P. *Book-tax differences, analysts' forecast errors, and stock returns*. **Colorado**, 2005. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Faculty of the Graduate School of the University of Colorado, Department of Accounting, University of Colorado At Boulder.

_____. *Do analysts and investors fully appreciate the implications of book-tax differences for future earnings?* **Contemporary Accounting Research**, v. 26, n. 4, p. 1175-1206, 2009.

WEISBACH, David. *Thinking outside the little boxes: A response to professor Schlunk*. **Texas Law Review**, v. 80, n. 4, p. 893-909, mar 2002.

WHITAKER, Celia. *Bridging the book-tax accounting gap*. **The Yale Law Journal**, v. 115, n. 3, p. 680-726, 2005. Disponível em: <<http://www.yalelawjournal.org/pdf/115-3/Whitaker.pdf>>. Acesso em: 15/03/2010.

_____. *How to build a bridge: eliminating the book-tax accounting gap*. **The Tax Lawyer**, v. 59, n. 4, p. 981-1020, summer 2006.

WILSON, Ryan J. *An examination of corporate tax shelter participants*. **The Accounting Review**, v. 84, n. 3, p. 969-999, 2009.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2002.

WU, Shwu H. *et al.* Comparing the value-relevance of accounting information in China: standards and factors effects. In: THE ILLINOIS INTERNATIONAL ACCOUNTING SYMPOSIUM, 4., 2005, Paris. **Anais...** Illinois: HEC/College of Business at Illinois, 2005. Disponível em: <http://www.business.illinois.edu/accountancy/research/vkzcenter/conferences/france/papers/Wu_Koo_Kao.pdf>. Acesso em: 15/05/2010.

XU, Chenggang; PISTOR, Katharina. ***Law enforcement under incomplete law: theory and evidence from financial market regulation***. University of Hong Kong, artigo não publicado 2008. Disponível em: <<http://www.sef.hku.hk/~cgxu/working%20paper/XP-Enfc-6-19-08.pdf>>. Acesso em: 15/05/2011.

YOUNG, Danqing; GUENTHER, David A. *Financial reporting environments and international capital mobility*. **Journal of Accounting Research**, v. 41, n. 3, p. 553-579, jun. 2003.

YOUNGLAI, Rachelle. *U.S. SEC delays plan to adopt IFRS*. **Financial Regulatory Forum**, Feb 25, 2010. Disponível em: <http://blogs.reuters.com/financial-regulatory-forum/2010/02/25/u-s-sec-delays-plan-to-adopt-ifrs/>. Acesso em: 13/03/2011

YU, Frank. *Analyst coverage and earnings management*. **Journal of Financial Economics**, v. 88, n. 2, p. 245-271, 2008.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

ZEFF, Stephen A. *The evolution of US GAAP: the political forces behind professional standards - part 1: 1930-1973*. **CPA Journal**, v. 75, n. 1, p. 18-27, jan. 2005.

ZIMMERMAN, Jerold L. *Taxes and firm size*. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, n. 2, p. 119-149, aug. 1983.

ZHOU, Haiyan *et al.* *Does the adoption of International Financial Reporting Standards restrain earnings management? Evidence from an emerging market*. **Academy of Accounting and Financial Studies Journal**, v. 13, p. 43-56, summer 2009.